

ETAPA 2: LEVANTAMENTO DE DADOS E LEITURA TÉCNICA

Elaboração do Plano Diretor Municipal de Santo Antônio da Alegria

VERSÃO 02

DEZEMBRO 2025

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
INSERÇÃO REGIONAL	12
1.1. Referências bibliográficas	17
MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO	18
1.2. Declividade.....	18
1.3. Recursos hídricos	21
1.3.1. Recursos Hídricos Superficiais	22
1.3.2. Recursos Hídricos Subterrâneos.....	29
1.3.3. Índice de Segurança Hídrica do Abastecimento Urbano (ISH-U)	33
1.4. Patrimônio ambiental	37
1.4.1. Cobertura Vegetal	37
1.4.2. Unidades de Conservação	42
1.5. Áreas com restrição a ocupação urbana	44
1.5.1. Análise das áreas de risco.....	44
1.5.2. Restrições à ocupação	48
1.5.3. Índice de Capacidade de Adaptação e Resiliência às Mudanças Climáticas – ICAR 50	
1.6. Saneamento ambiental.....	53
1.6.1. Sistema de abastecimento de água.....	53
1.6.2. Sistema de esgotamento sanitário.....	62
1.6.3. Manejo de resíduos sólidos.....	68
1.6.4. Manejo das águas pluviais.....	71
1.7. Considerações finais	75
1.8. Referências bibliográficas	77
4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	81
4.1. Perfil demográfico	82
4.1.1. Grau de Urbanização	83

4.1.2.	Índice de envelhecimento	87
4.1.3.	Taxa de Natalidade	87
4.1.4.	Fluxo Migratório	88
4.1.5.	Condição dos Domicílios.....	89
4.2.	Indicadores de condições sociais	92
4.2.1.	O Programa Bolsa Família.....	93
4.3.	Indicadores de serviços públicos	96
4.3.1.	Educação.....	97
4.3.2.	Saúde	101
4.4.	Caracterização econômica	103
4.4.1.	Produto Interno Bruto e Valor Agregado	103
4.4.2.	Empregos Formais e Renda	105
4.5.	Capacidade de investimento do município	109
4.6.	Considerações finais	112
4.7.	Referências bibliográficas	113
5.	ASPECTOS TERRITORIAIS	115
5.1.	Evolução da ocupação	115
5.2.	Distribuição espacial da população	118
5.3.	Perfil do uso e da ocupação do solo no município	120
5.4.	Caracterização do sistema de mobilidade	128
5.4.1.	Caracterização do sistema viário principal.....	129
5.4.2.	Frota e motorização	136
5.4.3.	Transporte público	137
5.5.	Política habitacional.....	138
5.6.	Identificação do patrimônio de interesse histórico e cultural.....	140
5.7.	Distribuição dos equipamentos comunitários.....	144
5.8.	Considerações finais	149
5.9.	Referências bibliográficas	151
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154

7. ANEXOS	156
7.1. Reunião com Grupo de Trabalho	156

LISTA DE FIGURAS

Figura 2-1: Localização de Santo Antônio da Alegria em relação à Região Metropolitana de Ribeirão Preto	12
Figura 2-2: Perfil econômico e inserção regional dos municípios da RMRP, com destaque para Santo Antônio da Alegria.	14
Figura 2-3: Infraestrutura de Transporte na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, com destaque para Santo Antônio da Alegria	15
Figura 2-4: Macrozoneamento Regional Final, com destaque para Santo Antônio da Alegria e a Macrozona de Proteção do Sistema Aquífero Guarani.....	16
Figura 3.1-1: Declividade para o município de Santo Antônio da Alegria.....	19
Figura 3.2-1: Localização de Santo Antônio da Alegria no contexto das UGRHs e das RHs.....	22
Figura 3.2.1-1: Hidrografia de Santo Antônio da Alegria com indicação dos principais cursos d'água e enquadramento de classes de uso	23
Figura 3.2.1-2: Áreas de Preservação Permanente para corpos d'água em Santo Antônio da Alegria	27
Figura 3.2.1-3: Interferências da ocupação urbana nos recursos hídricos e áreas de APP	28
Figura 3.2.1-4: Interferências da ocupação urbana na APP do Ribeirão Pinheirinho	28
Figura 3.2.2-1: Unidade Aquíferas, áreas de vulnerabilidade natural dos aquíferos à poluição e ponto de monitoramento da qualidade de águas subterrâneas no município de Santo Antônio da Alegria	30
Figura 3.2.2-2: Área de afloramento do SAG no Estado de São Paulo.....	32
Figura 3.2.2-3: Concentração de fontes potenciais de poluição na área urbana.	33
Figura 3.2.3-1: Classes de cada indicador e combinações que geram os subíndices e o ISH-U..	34
Figura 3.2.3-2: Indicadores desagregados para o município de Santo Antônio da Alegria	37
Figura 3.3.1-1: Cobertura vegetal original remanescente em Santo Antônio da Alegria	38
Figura 3.3.1-2: Cobertura vegetal original remanescente nas proximidades do perímetro urbano	39

Figura 3.3.1-3: Histórico de Cobertura do solo de 1985 a 2023 em Santo Antônio da Alegria ..	40
Figura 3.3.1-4: Análise comparativa das áreas de transição entre cobertura do solo natural e antrópica entre 1985 e 2023 em Santo Antônio da Alegria.....	41
Figura 3.3.1-5: Histórico de Cobertura do solo de 1985 a 2023 para as proximidades do perímetro urbano em Santo Antônio da Alegria.....	42
Figura 3.4.1.1-1: Suscetibilidade a movimentos de massa no município de Santo Antônio da Alegria	46
Figura 3.4.2-1: Principais restrições a ocupação urbana nas proximidades do perímetro urbano	48
Figura 3.5.1-1: Estado de conservação de componentes operacionais: (1) Elevada, (2) Expoasa, (3) Raul, (4) Pimenta, (5) Primavera e (6) Bela Vista.....	55
Figura 3.5.1-2: Atendimento da população total com rede de abastecimento de água	56
Figura 3.5.1-3: Atendimento da população urbana com rede de abastecimento de água	57
Figura 3.5.1-4: Evolução da quantidade de ligações ativas de água, AG002 (SNIS) e GTA0003 (SINISA).....	57
Figura 3.5.1-5: Extensão da rede de água (km), AG005 (SNIS) e GTA1102 (SINISA).....	58
Figura 3.5.1-6: Evolução de perdas na distribuição de água.....	59
Figura 3.5.1-7: Comparativo dos valores de perdas de água na distribuição (indicador IAG2013 – SINISA) no ano de 2023.....	60
Figura 3.5.1-8: Consumo médio per capita de água nos últimos anos	60
Figura 3.5.1-9: Comparativo do consumo total médio per capita de água no município em 2023 com as médias brasileira, regional e estadual	61
Figura 3.5.2-1: Atendimento da população total com esgotamento sanitário nos últimos anos	63
Figura 3.5.2-2: Atendimento da população urbana com esgotamento sanitário nos últimos anos	64
Figura 3.5.2-3: Progressão da quantidade de ligações ativas de esgoto	65
Figura 3.5.2-4: Evolução da extensão da rede coletora de esgoto	65
Figura 3.5.2-5: Série histórica para a fração de esgoto coletado comparada à água consumida	66

Figura 3.5.2-6: Comparativo do esgoto coletado referido à água consumida com as médias nacional, regional e estadual para o ano de 2023	67
Figura 3.5.2-7: Série histórica da fração de esgoto tratada no município	67
Figura 3.5.3-1: Cobertura do serviço de coleta em relação a população total nos últimos dez anos disponíveis.....	69
Figura 3.5.3-2: Cobertura do serviço de coleta em relação a população urbana nos últimos dez anos disponíveis	70
Figura 3.5.4.2-1: Série histórica para a parcela de vias públicas pavimentadas na área urbana	74
Figura 3.5.4.2-2: Série histórica para a parcela de vias públicas com redes de águas pluviais subterrâneas na área urbana	75
Figura 4.1.1-1: Grau de urbanização do município de Santo Antônio da Alegria, Região Metropolitana de Ribeirão Preto e Estado de São Paulo, entre 2000 e 2022	84
Figura 4.1.1-2: Projeção do Grau de urbanização do município de Santo Antônio da Alegria, Região Metropolitana de Ribeirão Preto e Estado de São Paulo, entre 2030 e 2050	85
Figura 4.1.2-1: Índice de envelhecimento da população do município de Santo Antônio da Alegria, entre 2001 e 2023 (a cada dois anos)	87
Figura 4.1.3-1: Taxa de Natalidade do município de Santo Antônio da Alegria, Região Metropolitana de Ribeirão Preto e estado de São Paulo, entre 2000 e 2024 (a cada cinco anos)	88
Figura 4.3.1-1: Evolução do IDEB nos anos iniciais do Ensino Fundamental do município, entre 2007 e 2023.....	100
Figura 4.3.1-2: Evolução do IDEB nos anos finais do Ensino Fundamental do município, entre 2007 e 2023.....	101
Figura 4.3.2-1: Taxa de mortalidade infantil do município de Santo Antônio da Alegria e da RMRP, entre 2003 e 2023 (a cada dois anos)	102
Figura 4.4-1: Participação dos setores no valor adicionado de Santo Antônio da Alegria, RMRP e ESP, entre 2011 e 2021 (a cada dois anos)	104
Figura 5.1-1: Evolução da mancha urbana em Santo Antônio da Alegria 1995-2024	116
Figura 5.1-2: Recorte da área urbanizada no núcleo principal de Santo Antônio da Alegria ...	117
Figura 5.2-1: Densidade demográfica em Santo Antônio da Alegria em 2010	119
Figura 5.2-2: Densidade demográfica em Santo Antônio da Alegria em 2022	119

Figura 5.3-1: Distribuição dos tipos de domicílio em Santo Antônio da Alegria.....	121
Figura 5.3-2: Distribuição dos usos não residenciais em Santo Antônio da Alegria	122
Figura 5.3-3: Rios que cortam o território de Santo Antônio da Alegria	123
Figura 5.3-4: Recorte ampliado do território de Santo Antônio da Alegria	124
Figura 5.3-5: Usos do solo levantados pelo Mapbiomas 2024	125
Figura 5.3-6: Bairros do município de Santo Antônio da Alegria	126
Figura 5.3-7: Perímetro Urbano do Município de Santo Antônio da Alegria.....	127
Figura 5.4.1-1: Rodovias em Santo Antônio da Alegria.....	130
Figura 5.4.1-2: Vista do traçado urbano de Santo Antônio da Alegria	131
Figura 5.4.1-3: Divisão das áreas para análise do sistema viário	132
Figura 5.4.1-4: Sistema viário área A.....	133
Figura 5.4.1-5: Sistema viário área B.....	134
Figura 5.4.1-6: Sistema viário área C.....	135
Figura 5.5-1: Conjunto Habitacional Futina Farah Cury	139
Figura 5.6-1: Localização dos pontos de interesse de Santo Antônio da Alegria.....	140
Figura 5.6-2: Festa de Santos Reis.....	141
Figura 5.6-3: Congada	141
Figura 5.6-4: Igreja Matriz Santo Antônio De Pádua.....	142
Figura 5.6-5: Casa de Cultura Pedro Santiago Chocair.....	142
Figura 5.6-6: Ilha do Ar	143
Figura 5.6-7: Cachoeira do Deosdédi	143
Figura 5.6-8: Parque Ecológico José Jorge Felício	144
Figura 5.7-1: Equipamentos públicos em Santo Antônio da Alegria.....	145
Figura 5.7-2: Equipamentos públicos de Saúde em Santo Antônio da Alegria	146
Figura 5.7-3: Equipamentos públicos de Assistência Social em Santo Antônio da Alegria.....	147
Figura 5.7-4: Equipamentos públicos de Educação em Santo Antônio da Alegria	148
Figura 5.7-5: Equipamentos públicos de Esporte e Lazer em Santo Antônio da Alegria	149
Figura 7.1-1: Registro fotográfico da participação.....	157

Figura 7.1-2: Registro da participação – Lista de presença..... 158

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1-1: Distribuição das classes de declividades no território de Santo Antônio da Alegria	19
Quadro 3.2.1-1: Características das classes dos corpos d'água no município de Santo Antônio da Alegria.	24
Quadro 3.2.2-1: Unidades Aquíferas no território de Santo Antônio da Alegria, suas características e áreas de abrangência	30
Quadro 3.2.3-1: Classes do ISH-U.....	36
Quadro 3.4.3-1: Classificação de Santo Antônio da Alegria quanto à capacidade de adaptação e resiliência para cada subíndice do ICAR, em 2022.....	51
Quadro 3.5.1-1: Informações gerais sobre os poços de captação, indicando o subsistema ao qual pertencem, sua localização, e o destino da água captada.....	54
Quadro 4.1.4-1: Local de nascimento da população do município de Santo Antônio da Alegria, Região Metropolitana de Ribeirão Preto e Estado de São Paulo, em 2010 e 2022	89
Quadro 4.2-1: IPDM do município de Santo Antônio da Alegria e Estado de São Paulo considerando as dimensões riqueza, longevidade e escolaridade, entre 2014 e 2022 (a cada dois anos).....	93
Quadro 4.2.1-1: Número de pessoas inscritas no CadÚnico e beneficiadas pelo Programa Bolsa Família do município de Santo Antônio da Alegria, de janeiro de 2018 a maio de 2025	94
Quadro 4.2.1-2: Número de famílias inscritas beneficiárias do PBF e inscritas no CadÚnico com renda mensal per capita de até R\$ 218,00 do município de Santo Antônio da Alegria, entre janeiro de 2018 e maio de 2025.....	95
Quadro 4.2.1-3: IVCAD do município de Santo Antônio da Alegria e Estado de São Paulo considerando suas dimensões (setembro de 2025)	96
Quadro 4.3.2-1: Número de médicos e proporção por mil habitantes do município de Santo Antônio da Alegria, entre 2020 e 2025	102
Quadro 7.1-1: Especificidades da Reunião.....	156
Quadro 7.1-2: Participantes da reunião.....	156
Quadro 7.1-3: Principais assuntos discutidos na reunião de partida.....	159

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.3.1-1: Distribuição das áreas de cobertura vegetal nativa por fitofisionomias	38
Tabela 4.1-1: População do município de Santo Antônio da Alegria, Região Metropolitana de Ribeirão Preto e Estado de São Paulo, entre 2000 e 2022	82
Tabela 4.1-2: Projeção populacional o do município de Santo Antônio da Alegria, Região Metropolitana de Ribeirão Preto e Estado de São Paulo, entre 2030 e 2050	83
Tabela 4.1.1-1: População urbana e rural município de Santo Antônio da Alegria, Região Metropolitana de Ribeirão Preto e Estado de São Paulo, entre 2000 e 2022	86
Quadro 4.1.1-2: Projeção da população urbana e rural do município de Santo Antônio da Alegria, Região Metropolitana de Ribeirão Preto e Estado de São Paulo, entre 2030 e 2050	86
Tabela 4.1.5-1: Domicílios por condição do município de Santo Antônio da Alegria, Região Metropolitana de Ribeirão Preto e Estado de São Paulo, em 2010 e 2022.....	90
Tabela 4.1.5-2: Domicílios particulares por condição do município de Santo Antônio da Alegria, Região Metropolitana de Ribeirão Preto e Estado de São Paulo, em 2010 e 2022.....	91
Tabela 4.1.5-3: Domicílios considerando condição urbana ou rural do município de Santo Antônio da Alegria, Região Metropolitana de Ribeirão Preto e Estado de São Paulo, em 2010 e 2022.....	92
Tabela 4.3.1-1: Número de matrículas em diferentes etapas de ensino do município de Santo Antônio da Alegria, entre 2019 e 2024	97
Tabela 4.3.1-2: Número de docentes em diferentes etapas de ensino do município de Santo Antônio da Alegria, entre 2019 e 2024	99
Tabela 4.4.1-1: PIB do município de Santo Antônio da Alegria, RMRP e ESP em R\$ 1.000, entre 2011 e 2021 (a cada dois anos).....	103
Tabela 4.4.1-2: PIB per capita de Santo Antônio da Alegria, RMRP e ESP em R\$ 1,00, entre 2011 e 2021 (a cada dois anos).....	105
Tabela 4.4.2-1: Empregos formais de Santo Antônio da Alegria, RMRP e ESP por setor econômico, entre 2022 e 2024	106
Tabela 4.4.2-2: Rendimento Médio dos Empregos formais de Santo Antônio da Alegria, RMRP e ESP por setor econômico, entre 2022 e 2024.....	108
Tabela 4.4.2-3: Relação de admissões e desligamentos de empregos formais de Santo Antônio da Alegria, RMRP e ESP, entre 2020 e 2025.....	109

Tabela 4.5-1: Receita Orçamentária e Transferências Correntes do município de Santo Antônio da Alegria, entre 2021 e 2024.....	110
Tabela 4.5-2: Receita Orçamentária e Receita Tributária do município de Santo Antônio da Alegria, entre 2021 e 2024.....	110
Tabela 4.5-3: Participação das despesas correntes e despesas de capital em relação à despesa orçamentária do município de Santo Antônio da Alegria, entre 2021 e 2024	111
Tabela 4.5-4: Receitas, Despesas e superávit do município de Santo Antônio da Alegria, entre 2021 e 2024.....	111
Tabela 5.1-1: Evolução da população segundo os últimos censos realizados pelo IBGE.....	116
Tabela 5.4.2-1: Frota de veículos em Santo Antônio da Alegria	136

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta a Leitura Técnica do município de Santo Antônio da Alegria retratando a situação atual do município a partir da análise dos dados e informações municipais disponibilizadas pela prefeitura e coletadas junto às fontes secundárias, sendo parte integrante da Etapa 2 do Projeto de Elaboração do Plano Diretor Municipal.

Com o objetivo de compreender os aspectos que condicionam, interferem e definem as principais questões territoriais da localidade, as informações foram sistematizadas e desenvolvidas em torno de quatro eixos temáticos, a saber:

- Inserção Regional, a partir da análise da inserção do município na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, com a identificação dos principais aspectos regionais que influenciam e impactam na produção do espaço urbano e rural do município, com base no que estabelece o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).
- Meio Ambiente e Saneamento, através da análise dos dados referentes à (i) declividade, (ii) recursos hídricos, (iii) patrimônio ambiental, (iv) áreas com restrição ao uso e ocupação antrópicos e (v) saneamento ambiental.
- Aspectos socioeconômicos, com base nos dados referentes à (i) perfil demográfico, (ii) indicadores de condições sociais, (iii) indicadores de serviços municipais, (iv) caracterização econômica e (v) capacidade de investimento do município.
- Aspectos territoriais, através de análises que permitem avaliar a ocupação urbana municipal atual, a partir das temáticas de (i) evolução da ocupação, (ii) distribuição espacial da população, (iii) distribuição espacial dos usos consolidados, (iv) perfil da ocupação urbana e rural, (v) caracterização do sistema de mobilidade, (vi) caracterização habitacional, (vii) caracterização do patrimônio de interesse histórico e cultural.

A análise constante neste documento está amparada em:

- Dispositivos da legislação federal, especialmente no Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001, bem como nas resoluções do Conselho Nacional da Cidade;
- Fontes secundárias amplamente reconhecidas;
- Mapas georreferenciados; e

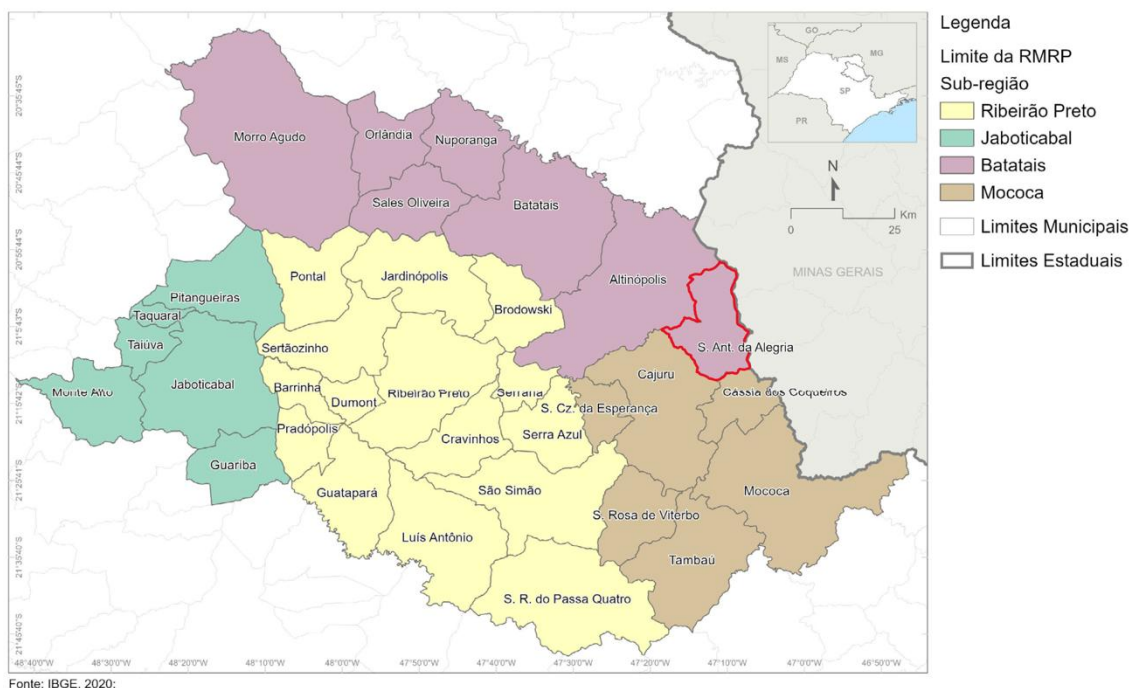
Informações prestadas pelos gestores públicos. A fim de consolidar as informações presentes neste relatório, após a realização das reuniões com o Grupo de Trabalho e com o Grupo de Acompanhamento, da Oficina Municipal e da Audiência Pública, as contribuições recebidas por parte da equipe técnica da prefeitura e da sociedade civil foram incorporadas ao diagnóstico técnico municipal. Sendo assim, as contribuições coletadas durante a etapa de Leitura Comunitária estão sinalizadas com a cor verde ao longo deste documento.

INSERÇÃO REGIONAL

Santo Antônio da Alegria é um município paulista que está localizado no nordeste do Estado, fronteiro à Minas Gerais, a 393 km da capital. Sua área é de 310.311 km² e a população é 6.775 pessoas (IBGE, 2022). Acerca da situação geográfica do município, tem-se que este faz divisa com Itamogi - MG (Leste), São Sebastião do Paraíso – MG (Nordeste), Altinópolis – SP (Noroeste), Cajuru – SP (Sudoeste), Cássia dos Coqueiros – SP (Sul) e Monte Santo de Minas – MG (Sudeste). Santo Antônio da Alegria e os demais municípios paulistas citados integram, junto a outros 30, a Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP), instituída pela Lei Complementar nº 1.290 em 2016.

No âmbito da RMRP, Santo Antônio da Alegria compõe a Sub-região 04: Batatais, assim como Altinópolis (município vizinho), Batatais, Morro Agudo, Orlândia, Sales Oliveira e Nuporanga (vide **Figura 2-1**).

Figura 2-1: Localização de Santo Antônio da Alegria em relação à Região Metropolitana de Ribeirão Preto



Fonte: PDUI RMRP – P5, 2021. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

A Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP) foi instituída como a primeira do Estado de São Paulo fora do eixo da Macrometrópole Paulista. Ribeirão Preto exerce a função de município sede e principal centro econômico, desempenhando forte papel de centralidade regional. Essa

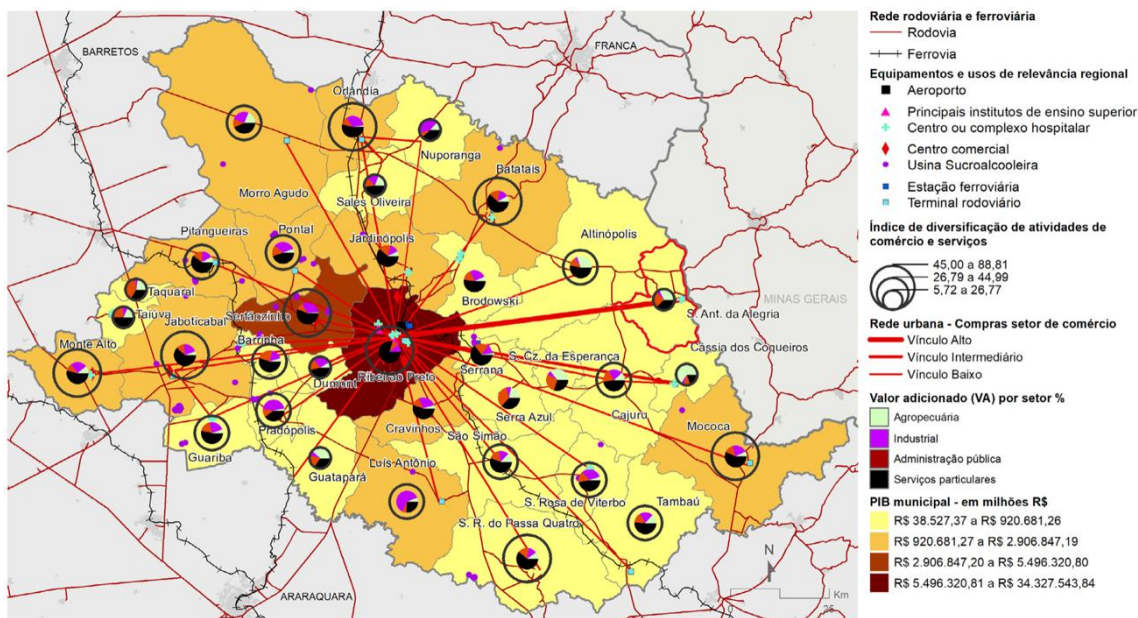
condição gera fluxos expressivos de pessoas e mercadorias, dinamizando a economia local e, em especial, dos municípios situados em sua área de influência imediata.

A estrutura econômica da RMRP caracteriza-se pela diversificação de atividades produtivas. Embora os setores industrial e agropecuário tenham relevância, o setor terciário se destaca, sobretudo nas áreas de comércio e serviços especializados. Entre esses serviços, a saúde ocupa posição estratégica, com destaque para o Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto. Esse equipamento atua como núcleo estruturador de um arranjo produtivo local na área da saúde, o que consolida a RMRP como referência nacional nesse segmento (São Paulo, 2022, P. 7).

A região conta ainda com infraestrutura voltada à ciência, tecnologia e inovação, favorecendo a qualificação profissional e a atração de investimentos. Além da própria USP, destaca-se o Supera Parque – Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto, implantado por meio de parceria entre a Universidade, a Administração Municipal e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. O parque tem como finalidade atrair e reter empresas de base tecnológica, com ênfase nos setores de saúde, biotecnologia, tecnologia da informação e bioenergia (São Paulo, 2022, P. 7).

É válido ponderar sobre a circunscrição geográfica de Santo Antônio da Alegria, face ao contexto de sua inserção na RMRP e fronteira com os municípios mineiros de Itamogi, São Sebastião do Paraíso e Monte Santo de Minas. O mapa da **Figura 2-2** aponta que o setor terciário, notadamente os serviços particulares, desponta com o maior valor adicionado do PIB municipal; ademais, consta indicação de um centro/complexo hospitalar, sendo factível depreender a influência desta atividade nos ganhos do setor, assim como a potencial atração exercida por este município com relação aos vizinhos. Não obstante, ainda no diagnóstico do PDUI ilustrado na **Figura 2-2** foi evidenciado um vínculo alto na relação entre Santo Antônio da Alegria e Ribeirão Preto, ensejando sua integração no âmbito da RMRP.

Figura 2-2: Perfil econômico e inserção regional dos municípios da RMRP, com destaque para Santo Antônio da Alegria.



Fonte: PIB - SEADE, 2021; Rede urbana - REGIC - IBGE, 2020; Equipamentos e usos de relevância regional - Emplasa, 2020. Elaboração: FIPE, 2021

Fonte: PDUI RMRP – P5, 2021. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

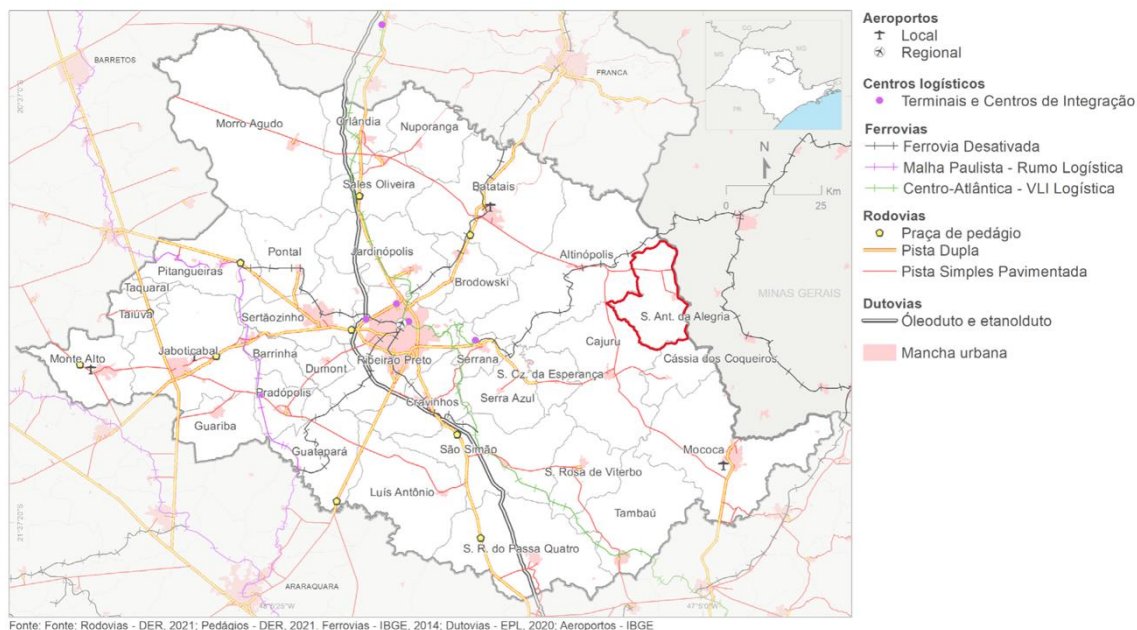
Ainda no tocante às atividades produtivas do setor terciário, cumpre realçar que Santo Antônio da Alegria foi definido, em 2017, como “Município de Interesse Turístico – MIT”, sobressaindo dentre os seus potenciais atrativos de ecoturismo e turismo de aventura: a Cachoeira do Baú; a Serra da Lajinha, também conhecida como “Ilha do Ar”, um conjunto de três morros onde se pratica voo livre, parapente e asa delta; o Córrego Fundo; a Cachoeira do Deosdédi; o Morro da Santa Cruz; e o Parque Ecológico José Jorge Felício. Eventos religiosos/folclóricos também atraem visitantes e interveem na dinâmica local, como a Festa de Reis e a Congada (São Paulo, 2025).

A agropecuária ocupa a segunda posição no rol da participação das atividades econômicas no PIB de Santo Antônio da Alegria. Dados de uso do solo da plataforma MapBiomias (2025) referentes ao ano de 2024, destacam que no âmbito das áreas circunscritas ao referido setor, 21% são dedicadas à pecuária, 14,2% ao cultivo da cana e 8% ao cultivo do café – para além de outras lavouras e do mosaico de usos não especificado.

Diante do que foi alçado faz-se fundamental compreender a conectividade do território municipal no âmbito regional e interestadual, haja vista a necessidade de escoamento da produção do setor primário e trânsito de produtos e pessoas no âmbito do comércio e dos serviços locais. Na **Figura 2-3** evidencia-se como eixo rodoviário fundamental a Rodovia Altino Arantes (SP-351) que, por sua vez, se liga à BR-265, importante rodovia na integração entre os

estados de Minas Gerais e São Paulo – interligando polos como São José do Rio Preto (SP) e Muriaé (MG).

Figura 2-3: Infraestrutura de Transporte na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, com destaque para Santo Antônio da Alegria



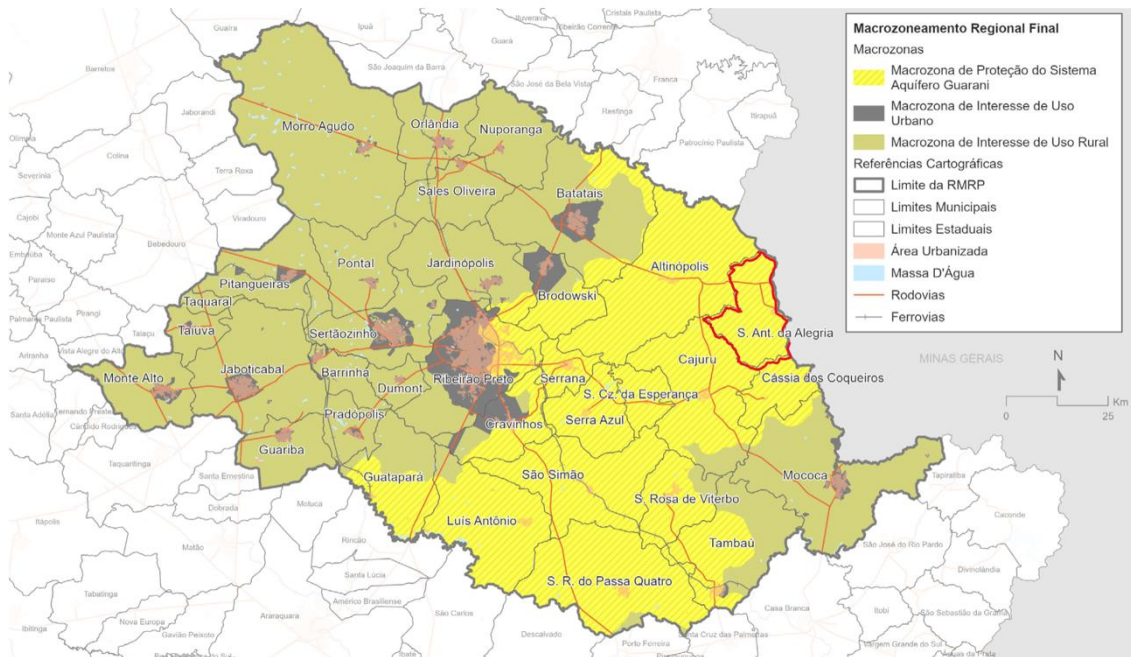
Fonte: PDUI RMRP – P5, 2021. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Reiterando o já citado vínculo entre Santo Antônio da Alegria e Ribeirão Preto, se acham localizados neste município, a cerca de 90 km de distância, o aeroporto regional mais próximo, bem como o terminal e centro de integração logística de referência – apesar de constar um terminal em Serrana, vê-se pela disposição do sistema representado na **Figura 2-3**, uma maior conectividade com o de Ribeirão Preto. Acerca do terminal e centro logístico citados sobreleva-se, ainda, sua integração com a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA, operada pela VLI Logística) que se liga ao Porto de Santos, figurando como um sistema estratégico de conectividade regional, nacional e internacional.

No tocante ao Macrozoneamento Regional proposto pelo PDUI RMRP (**Figura 2-4**), que divide esta região nas macrozonas “de Proteção ao Sistema do Aquífero Guarani”, “de Interesse de Uso Urbano” e “de Interesse de Uso Rural”, Santo Antônio da Alegria é incorporado à primeira macrozona, caracterizada como “formada por áreas de ocupação urbana ou rural cujos usos são pautados por ações e diretrizes que evitem impactos nas regiões de recarga do Sistema Aquífero Guarani (SAG)”, apresentando como diretrizes gerais: “garantir a disponibilidade hídrica; garantir o saneamento ambiental na área urbana; garantir o saneamento ambiental nas áreas rurais; disciplinar as atividades com potencial de contaminação do SAG; prevenir os processos

de dinâmica superficial; preservar as áreas planas, as áreas de várzea e as nascentes” (São Paulo, 2022, P.14, p.30).

Figura 2-4: Macrozoneamento Regional Final, com destaque para Santo Antônio da Alegria e a Macrozona de Proteção do Sistema Aquífero Guarani



Fonte: PDUI RMRB – P14, 2021. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Lançando um olhar sobre o território de Santo Antônio da Alegria, a plataforma MapBiomas (2025) apontou que 28,8% é caracterizado pelo uso natural – não antropizado –, sendo que nesta porção, 91,5% compete à formação florestal. No ano de 2020, dos 34 municípios que integram a RMRB, apenas 10 possuíam índice de cobertura vegetal acima de 20%, sendo Santo Antônio da Alegria um deles. Cumpre ponderar tais achados com o levantamento realizado acerca do risco de desmatamento, com base nos focos de queimada entre os anos de 2020 e 2021, que indicaram Santo Antônio da Alegria como o município da RMRB que teve maior proporção de área desmatada (São Paulo, 2022, P.5). O exposto reafirma a pertinência da inclusão deste município na Macrozona de Proteção do Sistema Aquífero Guarani.

Diante do exposto, constata-se que Santo Antônio da Alegria apresenta uma inserção estratégica no contexto regional, articulando-se com a dinâmica da RMRB e com os municípios mineiros limítrofes. A diversidade de suas atividades econômicas, com ênfase no setor terciário, no turismo e na agropecuária, evidencia um território multifuncional que se apoia em fluxos regionais de bens, serviços e pessoas. Ao mesmo tempo, sua condição de Município de Interesse

Turístico e sua relevância ambiental, marcada pela expressiva cobertura vegetal e pela inclusão na Macrozona de Proteção do Sistema Aquífero Guarani, impõem desafios adicionais relacionados ao ordenamento territorial e à sustentabilidade.

1.1. Referências bibliográficas

IBGE. **Cidades – Santo Antônio da Alegria**. Censo demográfico de 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/santo-antonio-da-alegria/panorama>. Acesso em 30 set. 2025.

MAPBIOMAS. Cobertura. Cobertura por classe. Santo Antônio da Alegria. 2024. Disponível em: [https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/coverage/coverage_lclu?t\[regionKey\]=brazil&t\[id s\]\[\]=1-95 4360&t\[divisionCategoryId\]=95&t\[id\]=1&t\[themeKey\]=coverage&t\[subthemeKey\]=coverage_lclu&t\[pixelValues\]\[\]=25&t\[pixelValues\]\[\]=27&t\[pixelValues\]\[\]=100&t\[pixelValues\]\[\]=47&t\[pixelValues\]\[\]=9&t\[pixelValues\]\[\]=21&t\[pixelValues\]\[\]=31&t\[pixelValues\]\[\]=35&t\[pixelValues\]\[\]=39&t\[pixelValues\]\[\]=20&t\[pixelValues\]\[\]=62&t\[pixelValues\]\[\]=41&t\[pixelValues\]\[\]=46&t\[pixelValues\]\[\]=40&t\[pixelValues\]\[\]=15&t\[legendKey\]=natural_and_anthropic_use&t\[year\]=2024](https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/coverage/coverage_lclu?t[regionKey]=brazil&t[id s][]=1-95 4360&t[divisionCategoryId]=95&t[id]=1&t[themeKey]=coverage&t[subthemeKey]=coverage_lclu&t[pixelValues][]=25&t[pixelValues][]=27&t[pixelValues][]=100&t[pixelValues][]=47&t[pixelValues][]=9&t[pixelValues][]=21&t[pixelValues][]=31&t[pixelValues][]=35&t[pixelValues][]=39&t[pixelValues][]=20&t[pixelValues][]=62&t[pixelValues][]=41&t[pixelValues][]=46&t[pixelValues][]=40&t[pixelValues][]=15&t[legendKey]=natural_and_anthropic_use&t[year]=2024). Acesso em 30 set. 2025.

SÃO PAULO. Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo. **PDUI-RMRP**. Documentos – P2, 3,4, P5, P7 e P14. São Paulo, 2022.

SÃO PAULO. Secretaria de Turismo e Viagens do Governo do Estado de São Paulo. **Conheça o Município Turístico de Santo Antônio da Alegria**. Disponível em: <https://www.turismo.sp.gov.br/conheca-o-municipio-turistico-de-santo-antonio-da-alegria>. Acesso em 22 set. 2025.

MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

Este capítulo tem como objetivo identificar as condicionantes naturais existentes no território de Santo Antônio da Alegria com o objetivo de identificar as áreas com aptidão e inaptas à ocupação urbana, considerando os aspectos ligados à declividade, aos recursos hídricos, ao patrimônio ambiental e áreas protegidas, além do saneamento ambiental, envolvendo o sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e o manejo de resíduos sólidos e das águas pluviais.

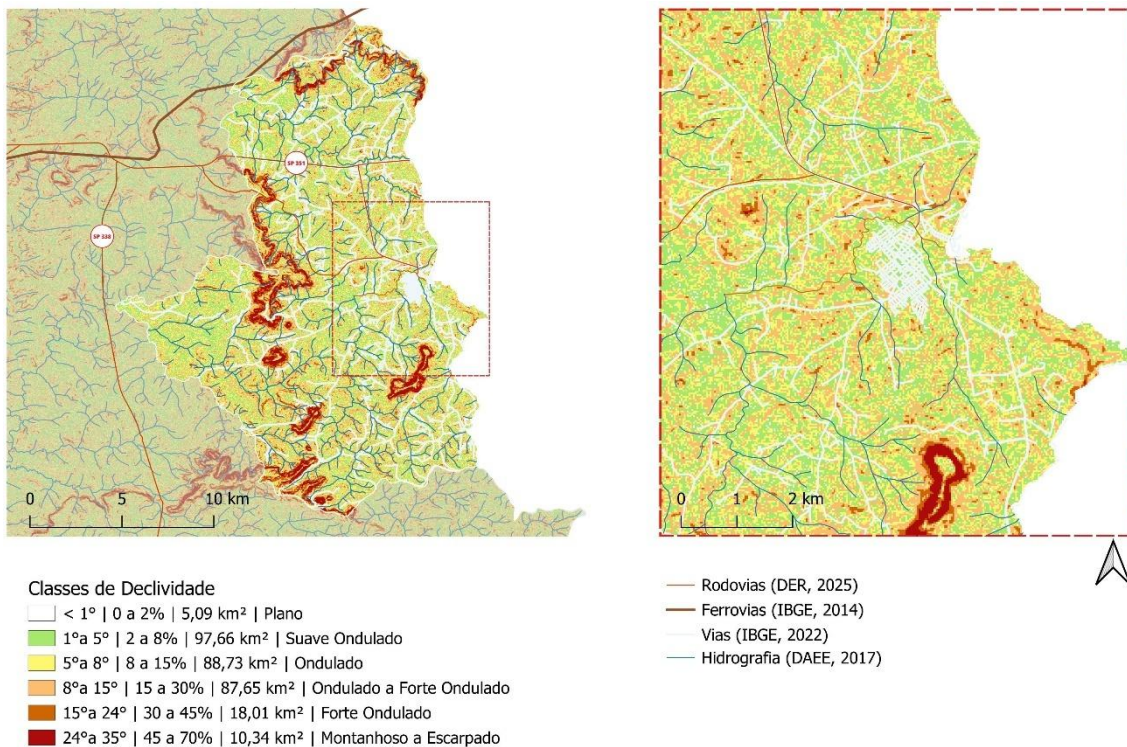
1.2. Declividade

Para analisar as condições de declividade no território de Santo Antônio da Alegria observando potencialidades, fragilidades ou restrições especialmente com relação à ocupação e ao uso do solo, foram considerados dados do Atlas de Suscetibilidade dos Solos do Estado de São Paulo de 2022. Estes dados são apresentados na **Figura 3.1-1** para o território do município e, com maior detalhe, para as proximidades da mancha urbana. Nela é possível visualizar as declividades do terreno em porcentagem agrupadas, conforme o Atlas, segundo seis classes adaptadas da literatura (Pires Neto et al., 2005, 2007; IBGE, 2009; Rossi et al., 2009 e Santos et al., 2018 apud Rossi; Nalon; Kanashiro, 2022). São elas:

- Plano (0 - 2%);
- Suave ondulado (2 - 8%);
- Ondulado (8 - 15%);
- Ondulado a forte ondulado (15 - 30 %);
- Forte ondulado (30 -45%); e
- Montanhoso a escarpado (45 - 75%).

Na **Figura 3.1-1** é possível observar uma predominância das classes de relevo suave ondulado (31,76% do território), ondulado (28,86%) e ondulado a forte ondulado (28,51%), conforme mostra o **Quadro 3.1-1**, que apresenta a distribuição das classes de declividades no território do município por área em km² e por % do território.

Figura 3.1-1: Declividade para o município de Santo Antônio da Alegria



Fonte: Rossi; Nalon; Kanashiro, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Quadro 3.1-1: Distribuição das classes de declividades no território de Santo Antônio da Alegria

Classes	Declividade %	Declividade (graus)	Área (km²)	% do Território
Plano	0-2%	<1°	5,09	1,66%
Suave Ondulado	2-8%	1° a 5°	97,66	31,76%
Ondulado	8-15%	5° a 8°	88,73	28,86%
Ondulado a Forte Ondulado	15-30%	8° a 15°	87,65	28,51%
Forte Ondulado	30-45%	15° a 24°	18,01	5,86%
Montanhoso a Escarpado	45-70%	24° a 35°	10,34	3,36%
Total			307,48	100%

Fonte: Rossi; Nalon; Kanashiro, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Apesar da predominância de inclinações inferiores a 30%, observa-se também na **Figura 3.1-1** algumas regiões com declividades superiores, classificadas como forte ondulado (5,86%) e montanhoso a escarpado (3,36%) notadamente: (i) no extremo norte do território, nas fronteiras com o Estado de Minas Gerais e Altinópolis/SP, região da Serra da Boa Vista; (ii) a oeste da área urbana, cerca de 5km, também na divisa com Altinópolis/SP; (iii) ao sul, na divisa com o município de Cajuru/SP; e (iv) em 3 pequenas formações na região centro sul do território.

Convém mencionar que áreas com maiores declividades estão mais suscetíveis aos processos geomórficos quanto à ocupação. Nesse sentido, a legislação brasileira estabelece restrições. De acordo com a Lei Federal nº 6.766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, é vedado o parcelamento de terrenos cuja inclinação natural seja superior a 30%, salvo o atendimento de exigências específicas das autoridades competentes. Assim, as áreas de inclinação acentuada previamente mencionadas, em especial as situadas no entorno imediato da sede do município, configuram uma limitação significativa para a expansão urbana.

Ainda observando aspectos legais restritivos à ocupação segundo a declividade, o Código Florestal, Lei nº 12.651 de maio de 2012, em seu Art. 4º, inciso V, estabelece que as encostas ou partes destas com declividade superior a 45° constituem área de preservação permanente. Embora os dados fornecidos pelo Atlas de Suscetibilidade dos Solos do Estado de São Paulo não discriminem inclinações acima de 35°, dados da CPLA/FUNCATE de 2013 evidenciam um **baixo potencial para ocorrência de inclinações superiores a 45°, exceto nas regiões de relevo acidentado que foram citadas anteriormente.**

Para além das restrições legais, as condições de declividade, juntamente às características pedológicas e à ação antrópica, influenciam diretamente a suscetibilidade a processos geomórficos dominantes tais como formação de ravinas ou voçorocas, assoreamentos, encharcamentos, recalques, inundações e movimentos de massa, fenômenos que têm se tornado mais frequentes e intensos diante das mudanças climáticas.

Nesse sentido, e visando contribuir com o Plano de Ação Climática (PAC), o Atlas de Suscetibilidade dos Solos do Estado de São Paulo de 2022 apresenta mapeamentos das áreas com suscetibilidade aos processos geomórficos dominantes, classificando-as segundo classes de suscetibilidade de forma a embasar o planejamento quanto à ocupação e ao uso do solo. Neste mapeamento são considerados, além da declividade, as classes e subclasses de solo e atributos como, profundidade, permeabilidade e trofismo (Rossi; Nalon; Kanashiro, 2022).

Visando identificar áreas mais propensas à ocorrência de processos geomórficos que possam vir a impactar com maior severidade a ocupação urbana, serão analisados na seção **3.4** deste relatório os dados referentes à suscetibilidade a processos geomórficos, a saber: movimentos de massa e inundações.

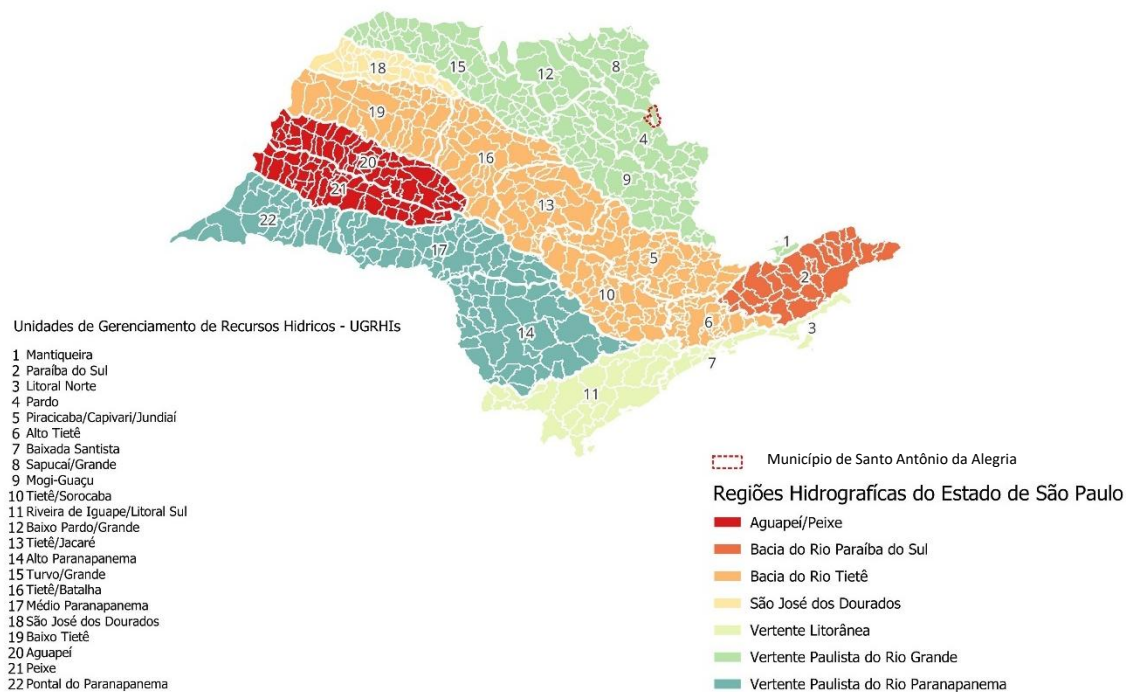
1.3. Recursos hídricos

O território paulista é dividido em 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs), instituídas para promover a gestão descentralizada e participativa das bacias hidrográficas, conforme previsto inicialmente pela Lei nº 9.034/1994 - que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos - e posteriormente atualizada pela Lei nº 16.337/2016. Nesse arranjo, o território de Santo Antônio da Alegria abrange áreas pertencentes a duas UGRHs:

- **UGRHI 4 – Pardo:** Cobre a menor parte do território do município, cerca de 23% na região oeste. A área de drenagem total da UGRHI 4 - Pardo é de aproximadamente 8.993 km², dos quais 70 km² estão dentro do município de Santo Antônio da Alegria. De acordo com seu Plano de Bacia, outros cursos d'água importantes da UGRHI 4 são os rios Canoas, Tambaú, Verde e Fartura além dos ribeirões São Pedro, da Floresta, da Prata e Tamanduá – nenhum deles inerido no território da cidade (CBH-Pardo, 2018).
- **UGRHI 8 – Sapucaí / Grande:** Incide em uma porção significativa do território, compreendendo inclusive toda a área do município, com aproximadamente 77% do território. Sua área de drenagem total é de cerca de 15.054 km², dos quais 240 km² são parte do município de Santo Antônio da Alegria. Seus principais cursos d'água, segundo seu Plano de Bacia, são o Rio Grande, Rio Canoas, Rio do Carmo, Ribeirão do Jardim, Ribeirão dos Bagres e Rio Sapucaí-Mirim – este último, atravessando o território nas proximidades da BR-265 (CBH-Sapucaí/Grande, 2015).

Com o objetivo de ampliar a articulação entre UGRHs inseridas em um mesmo sistema hídrico e de considerar a extensão total das bacias — especialmente no que se refere aos impactos ambientais — o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) 2004–2007 agrupou as UGRHs paulistas em sete Regiões Hidrográficas Estaduais (RHs). Essa divisão permanece vigente na definição de prioridades do PERH 2024–2027. Assim, tanto a UGRHI 4 - Pardo quanto a UGRHI 8 – Sapucaí / Grande integram, no âmbito estadual, uma mesma RH, a Região Hidrográfica Vertente Paulista do Rio Grande, conforme mostra a **Figura 3.2-1**.

Figura 3.2-1: Localização de Santo Antônio da Alegria no contexto das UGRHIs e das RHs



Fonte: PERH 2004-2007. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

No que diz respeito ao recorte urbano do município, observa-se que, de acordo com o Plano de Bacia Hidrográfica 2018–2027 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo, a sede municipal está inserida na sub-bacia Alto Sapucaí (SB1-AS). Essa sub-bacia situa-se na cabeceira da UGRHI 4 – Pardo e abrange também as sedes dos municípios de Altinópolis, Batatais, Franca, Itirapuã, Patrocínio Paulista e Restinga. Trata-se de uma área de relevância estratégica para o planejamento territorial, sobretudo em função da sua grande disponibilidade hídrica e extensão territorial.

Para fins de melhor compreensão, a leitura técnica dos recursos hídricos a partir deste ponto organiza-se em três etapas:

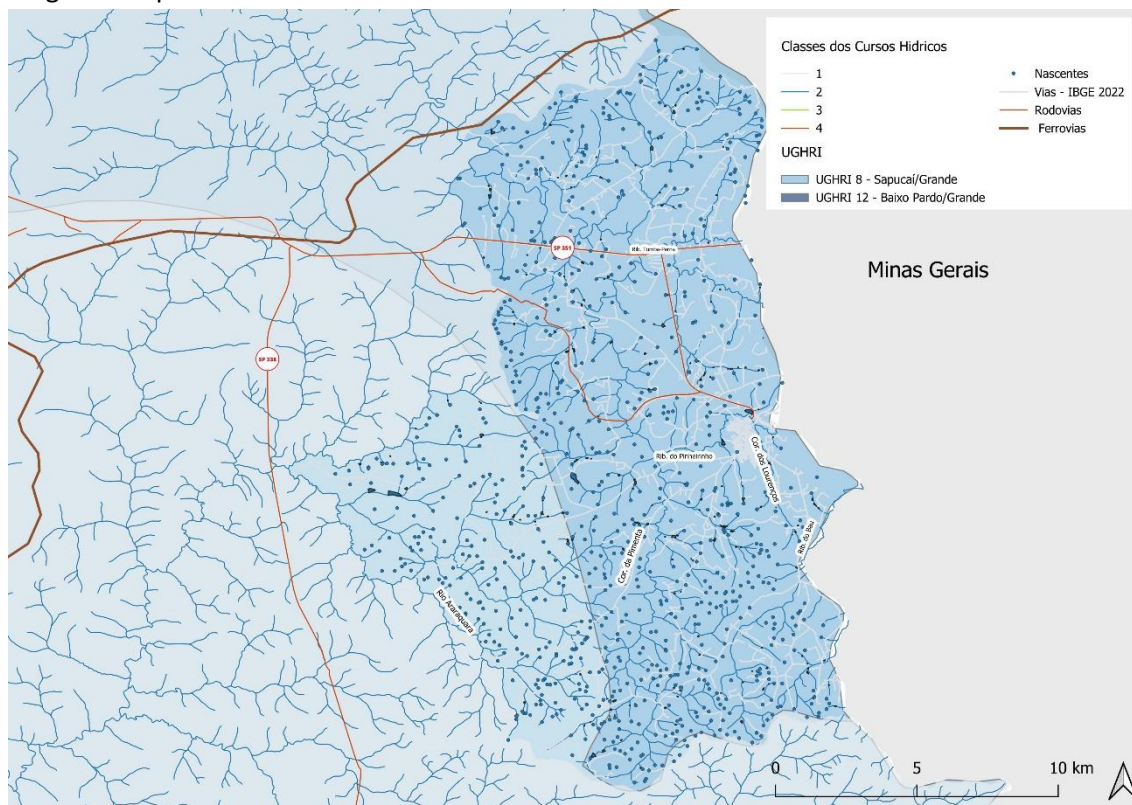
- Recursos Hídricos Superficiais;
- Recursos Hídricos Subterrâneos; e
- Índice de Segurança Hídrica - Urbano (ISH-U).

1.3.1. Recursos Hídricos Superficiais

Entre os recursos hídricos superficiais – a saber, cursos d’água, nascentes e corpos d’água – que compõem o território municipal, dois cursos d’água merecem destaque especial: o Ribeirão Pinheirinho e Córrego dos Lourenços, que margeiam a área urbana, além do Rio Sapucaí Mirím

(Figura 3.2.1-1). Ambos pertencem a sub-bacia Alto Sapucaí (SB1-AS) inserida na UGRHI 8 – Sapucaí / Grande.

Figura 3.2.1-1: Hidrografia de Santo Antônio da Alegria com indicação dos principais cursos d'água e enquadramento de classes de uso



Fonte: PERH 2004-2007; FF, 2022; IBGE, 2017. Elaboração: Geo Brasilis, 2025

O Ribeirão Pinheirinho, é um dos principais rios da sub-bacia e um importante afluente do Rio Sapucaí Mirim. Originando-se de nascentes localizadas em Minas Gerais, o Ribeirão Pinheirinho atravessa diversos municípios mineiros, inclusive delimitando o território do município em trecho de aproximadamente 4km. Este curso d'água é de domínio federal, uma vez que abrange mais de um estado, e possui aproximadamente 3km de seu trecho contornando a área urbana de Santo Antônio da Alegria. Ainda na área urbana, o Ribeirão Pinheirinho recebe contribuição de dois córregos locais (Córrego dos Lourenços e outro sem identificação), que juntos configuram barreiras físicas para o crescimento urbano e o torna dependente de travessias à norte, leste e oeste.

O Córrego dos Lourenços é um curso d'água integralmente inserido no município, possui suas nascentes localizadas na região sul do território e a foz no Ribeirão Pinheirinho, na mancha urbana da cidade, próximo da Rua Salma Antônio João. O seu trecho inicial é caracterizado por

ocupações rurais, com margens parcialmente preservadas e passa a apresentar sinais de urbanização próximo da Rodovia Artur Martins de Oliveira, onde existe uma travessia importante para acesso da cidade (**Figura 3.2.1-1**).

O córrego à oeste da cidade, onde está localizada a travessia da Estrada Santo Antônio da Alegria também está totalmente inserido no município, com menores dimensões que os outros supracitados, este curso d'água possui as nascentes na área rural ao sul do território e desagua no Ribeirão Pinheirinho próximo da área urbana.

Tanto o Ribeirão Pinheirinho, quanto os dois córregos supracitados apresentam ocupações consolidadas e sinais de crescimento da mancha urbana, o que reforça a atenção a regiões próximas a eles para o desenvolvimento

Classes de uso

Conforme o Decreto Estadual nº 10.755, de 22 de novembro de 1977, que estabelece o enquadramento dos corpos de água no Estado de São Paulo de acordo com a classificação prevista no Decreto Estadual nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, e considerando também os parâmetros definidos pela Resolução CONAMA nº 357/2005, observam-se as seguintes classificações para os cursos d'água do município e seus respectivos usos preponderantes, apresentados no **Quadro 3.2.1-1**.

Quadro 3.2.1-1: Características das classes dos corpos d'água no município de Santo Antônio da Alegria.

Classes	Cursos d'água	Destinação de uso preponderante
Classe 2	Demais cursos d'água do município.	<ul style="list-style-type: none"> Abastecimento humano, após tratamento convencional Proteção das comunidades aquáticas Recreação de contato primário Irrigação de hortaliças, plantas frutíferas e áreas de lazer com contato direto do público Aquicultura e pesca
Classe 3	Ribeirão Pinheirinho, desde o início da área urbana à leste do município, até a sua foz no Rio Sapucaí-Mirim.	<ul style="list-style-type: none"> Abastecimento humano, após tratamento convencional ou avançado Irrigação de culturas arbóreas, cerealíferas e forrageiras Pesca amadora Recreação de contato secundário Dessedentação de animais
Classe 4	Ribeirão Pinheirinho, desde o início da área urbana à leste do município, até a confluência com o	<ul style="list-style-type: none"> Navegação Harmonização paisagística

Classes	Cursos d'água	Destinação de uso preponderante
	Córrego da Pimenta.	

Fonte: Brasil, 2005 e São Paulo, 1977, 1976. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Observa-se a partir do **Quadro 3.2.1-1** e da **Figura 3.2.1-1** que todos os cursos d'água de Santo Antônio da Alegria com exceção do Ribeirão Pinheirinho, estão enquadrados como classe 2, ou seja, podem ser utilizados para abastecimento humano após tratamento convencional e para recreação de contato primário, irrigação de frutas e hortaliças consumidas cruas e outras atividades de pesca, aquicultura e lazer em que ocorram contato direto com as águas.

O Ribeirão Pinheirinho, no trecho enquadrado como classe 3, pode servir ao abastecimento humano após tratamento convencional ou avançado, podendo ser utilizado também para irrigação de culturas arbóreas, à pesca amadora, à recreação de contato secundário e à dessedentação animal. No entanto, foi informado pela Prefeitura Municipal que principalmente após o trecho no loteamento São Paulo e no Matadouro municipal são recorrentes descartes irregulares de esgoto, que são feitos diretamente no Ribeirão Pinheirinho, causando grande contaminação.

Enquanto no trecho próximo à sede do município, enquadrado com classe 4, este apenas é recomendando para atividades de navegação e paisagísticas (São Paulo, 1977; São Paulo, 1976). Estas classes de usos mais restritivos podem estar associadas com questões de saneamento básico, que são detalhadas no **item 3.5**.

É importante destacar que este enquadramento foi estabelecido em 1977, há mais de quatro décadas, e indica apenas os usos preponderantes para cada classe, não sendo suficiente para garantir a qualidade da água requerida para cada uso pretendido. Além disso, a qualidade da água pode variar ao longo dos cursos d'água e com o passar do tempo, dependendo de fatores como poluição, uso do solo e ações de preservação ambiental. Dessa forma, faz-se necessário o monitoramento da qualidade das águas nesses cursos d'água, em especial nos casos em que se destinarão ao abastecimento humano, à irrigação de frutas e hortaliças consumidas cruas, contato primário e usos mais restritivos.

APPs para corpos d'água

De acordo com dados da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), todos os cursos d'água no território de Santo Antônio da Alegria apresentam calha inferior a 10 metros de largura, com exceção do Ribeirão Pinheirinho em toda sua extensão nos limites do município. Conforme Art. 4º do Código Florestal Brasileiro, Lei nº 12.651/2012, as APPs para curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, são estabelecidas desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

- a. 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

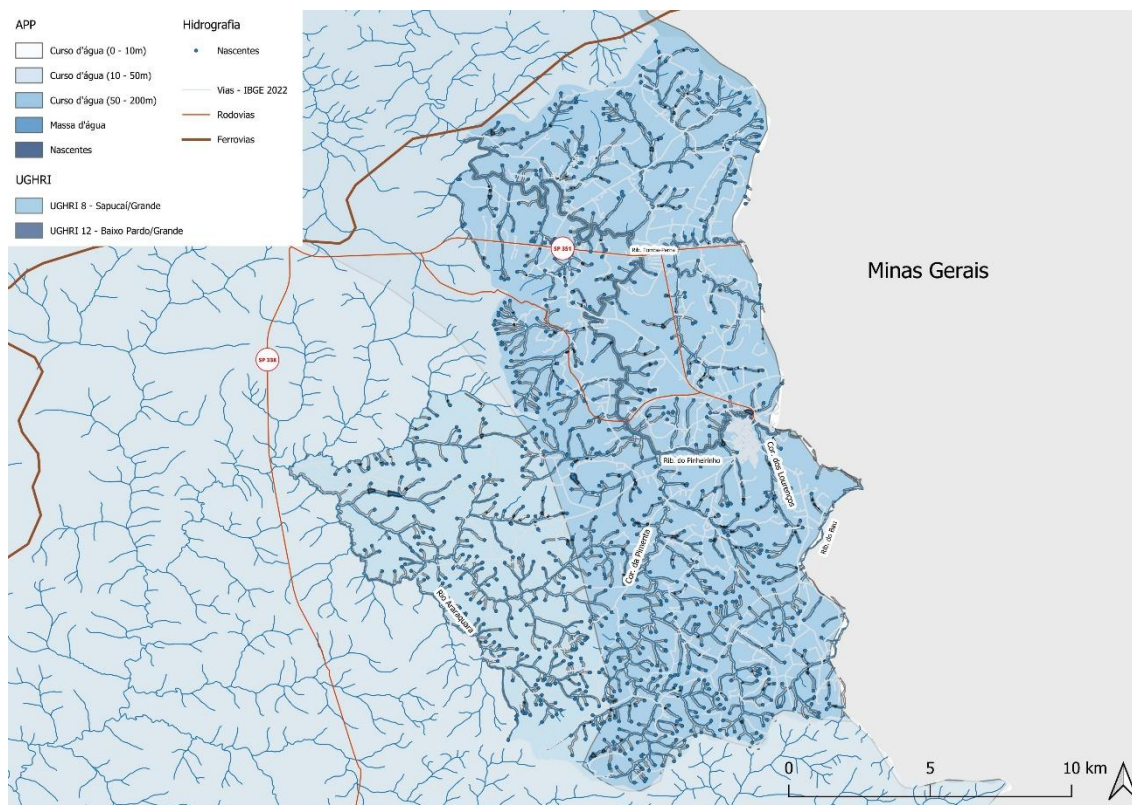
- b. 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- c. 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- d. 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; e
- e. 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros.

Além dos cursos d'água, o Código Florestal, nos incisos II e IV do Art. 4º, também estabelece como APP, em zonas rurais ou urbanas:

- i. As áreas no entorno de lagos e lagoas naturais:
 - Faixa mínima de 100 metros, em zonas rurais, exceto para corpos d'água com até 20 hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 metros; e
 - Faixa de 30 metros, em zonas urbanas.
- ii. As áreas no entorno de nascentes e olhos d'água perenes, qualquer que seja a situação topográfica, com raio mínimo de 50 metros.

Dessa forma, as APPs para corpos d'água estão delimitadas na **Figura 3.2.1-2**, possibilitando a visualização das faixas de preservação previstas em lei para os corpos d'água do município de acordo com dados da FBDS.

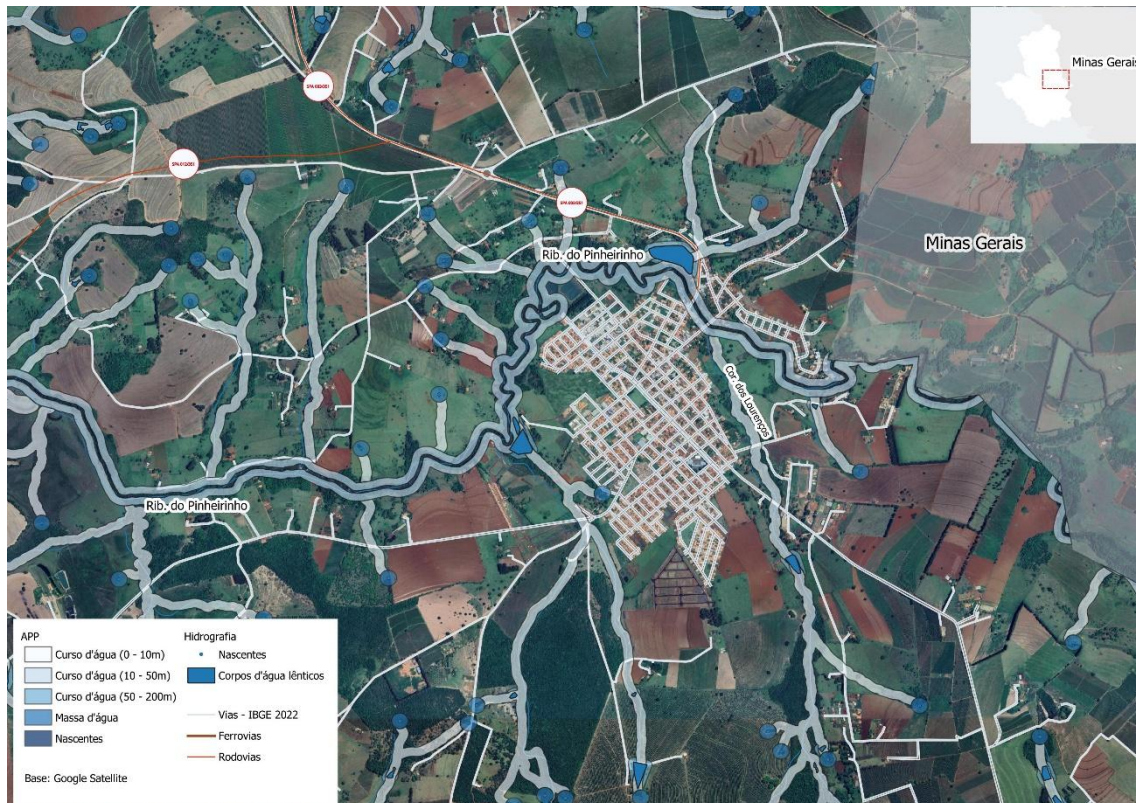
Figura 3.2.1-2: Áreas de Preservação Permanente para corpos d'água em Santo Antônio da Alegria



Fonte: FBDS, 2023 e FF, 2024. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

No que se refere às APPs ripárias, o ponto de maior atenção recai sobre as áreas em que há interferências da ocupação urbana, o que ocorre no entorno da sede (vide **Figura 3.2.1-3**). Em especial, em toda a região norte, leste e oeste do perímetro urbano, onde verifica-se a presença de edificações inseridas dentro da faixa marginal de preservação permanente. Tal situação pode ser constatada em diversos pontos das vias públicas, onde é possível observar o leito do córrego contíguo a edificações, como mostra a **Figura 3.2.1-4**.

Figura 3.2.1-3: Interferências da ocupação urbana nos recursos hídricos e áreas de APP



Fonte: FBDS, 2023 FF, 2024. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Figura 3.2.1-4: Interferências da ocupação urbana na APP do Ribeirão Pinheirinho



Fonte: Google streetview, 2025.

Importa notar que esta região é caracterizada, nos termos da Lei nº 14.258/2021, como área urbana consolidada. Assim, conforme incluído também pela Lei nº 14.285/2021, que alterou o Código Florestal, fica facultado ao município, mediante consulta aos conselhos estaduais ou municipais de meio ambiente, definir, através de lei municipal, faixas marginais distintas daquelas previstas no inciso I do Art. 4º do Código Florestal. Para tanto, tal legislação deve resguardar:

- A não ocupação de áreas com risco de desastres;
- A observância das diretrizes de planos de recursos hídricos, de bacia, de drenagem ou de saneamento básico, quando existentes; e
- A previsão de que as atividades ou empreendimento nas APPs urbanas atendam aos casos de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, conforme definido na legislação.

Adicionalmente, destaca-se a Deliberação Normativa CONSEMA nº 01/2025 de julho de 2025, que estabelece que todo Projeto de Lei municipal que propuser alterações nas faixas de APP em cursos d'água localizados em áreas urbanas consolidadas deve ser encaminhado à oitiva do Conselho Estadual de Meio Ambiente, ainda que essa manifestação seja de natureza consultiva e não vinculativa.

Nesse contexto, a previsão legal para definição diferenciada das faixas de APP em áreas urbanas consolidadas — prevista no Código Florestal e regulamentada por norma do CONSEMA — reforça a necessidade de compatibilizar a proteção das APPs ripárias com a realidade de ocupações já existentes, garantindo sempre a convergência entre o planejamento urbano e os instrumentos de proteção ambiental.

No caso do município de Santo Antônio da Alegria, não foram localizados projetos de lei no âmbito municipal que tramitem atualmente neste sentido. Há, no entanto, apenas uma lei municipal que merece destaque por tratar de faixas marginais e áreas associadas a corpos d'água, mas que se encontra temporariamente revogada (**Lei nº 1.780/2016**). Essa lei municipal reforça o histórico local de reconhecimento da importância ambiental das APPs e evidencia iniciativas de proteção, ainda que necessitem ser interpretadas à luz da legislação vigente, ou da necessidade de regularização de ocupações anteriores.

Durante a reunião do Grupo de Trabalho deste Plano Diretor, ocorrida no dia 22 de outubro de 2025 (vide **item 7.1 Reunião com Grupo de Trabalho**), houve a menção da existência de planos de recuperação de áreas degradadas em ao menos 3 bacias hidrográficas, em andamento, com intenção de conexão, colaborando na segurança hídrica e proteção ao meio ambiente.

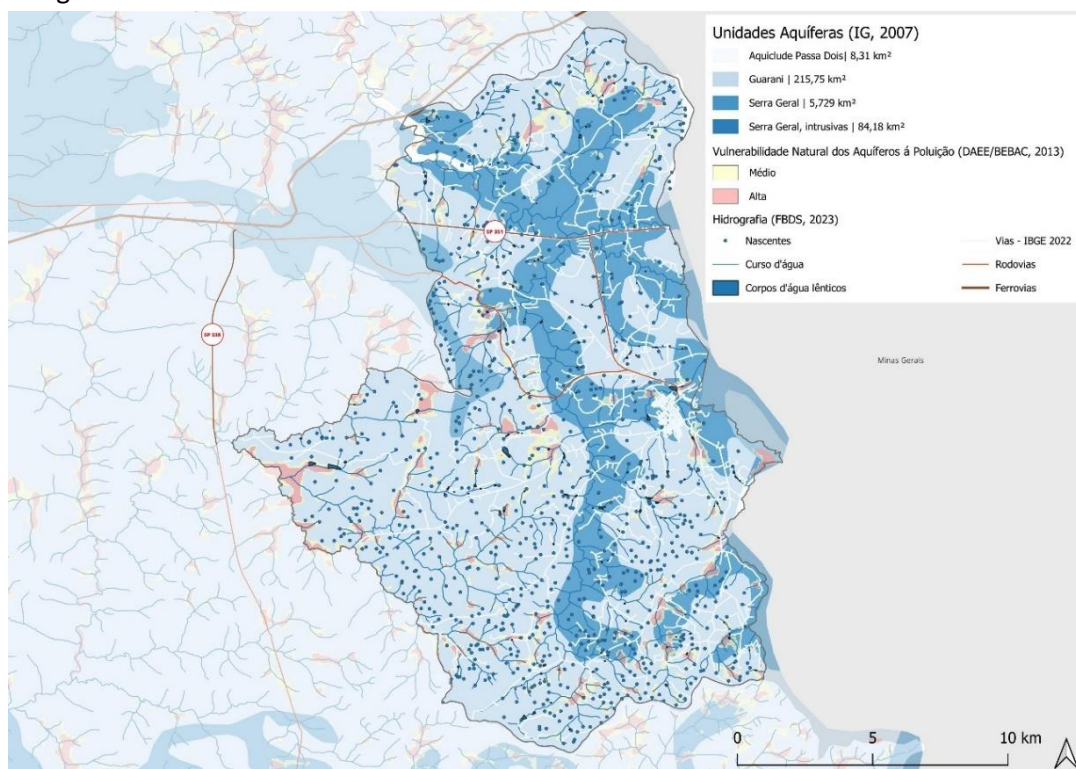
1.3.2. Recursos Hídricos Subterrâneos

O município de Santo Antônio da Alegria abrange quatro unidades aquíferas em seu território conforme apresentado no **Figura 3.2.2-1** e detalhado no **Quadro 3.2.2-1**.

As águas subterrâneas constituem um ponto estratégico na leitura técnica dos recursos hídricos de Santo Antônio da Alegria, considerando que o abastecimento público do município depende exclusivamente de manancial subterrâneo. Atualmente, o município conta com seis poços tubulares outorgados pelo DAEE para captação de água subterrânea, todos localizados na Unidade Aquífera Serra Geral (Santo Antônio da Alegria, 2023).

É importante compreender que além da Unidade Aquífera Guarani propriamente dita, tanto a Unidade Aquífera Serra Geral quanto a Unidade Aquífera Serra Geral Intrusivas são formações hidrogeológicas também associadas ao que se chama de Sistema Aquífero Guarani (SAG), um dos maiores sistemas de água subterrânea do mundo. A Formação Serra Geral recobre grande parte do SAG em áreas de afloramento funcionando como uma capa para suas porções confinadas.

Figura 3.2.2-1: Unidade Aquíferas, áreas de vulnerabilidade natural dos aquíferos à poluição e ponto de monitoramento da qualidade de águas subterrâneas no município de Santo Antônio da Alegria



Fonte: CETESB, 2018; IG, 2007; DAEE/LEBAC, 2013; FBDS, 2023; IBGE, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

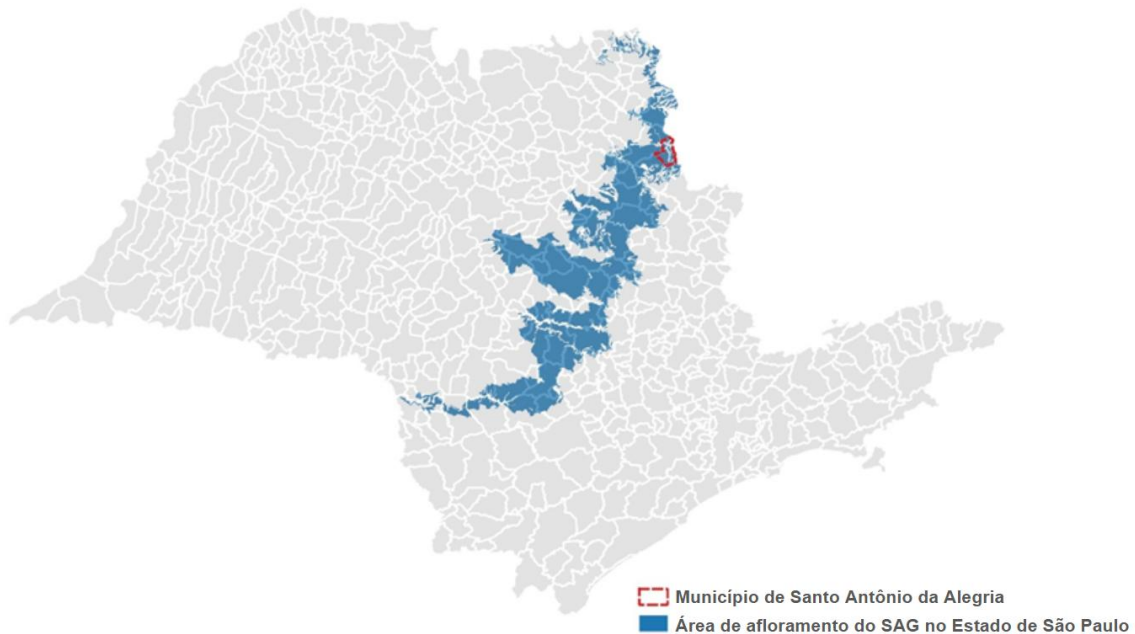
Quadro 3.2.2-1: Unidades Aquíferas no território de Santo Antônio da Alegria, suas características e áreas de abrangência

Unidade Aquífera	Características	Situação no território de Santo Antônio da Alegria
Serra Geral	Aquífero fraturado. Descontínuo, extensão regional, com porosidade e permeabilidade associados. Rocha Principal: Basalto	Presente em aproximadamente 5,8 km ² , equivalente a cerca de 1,9% do território, concentrada em pequena porção a oeste, próximo ao limite com o município de Altinópolis
Serra Geral intrusivas	Aquífero fraturado. Descontínuo, extensão limitada, com porosidade e permeabilidade associadas a fraturas. Rocha principal: Diabásio	Abrange aproximadamente 84 km ² , cerca de 27,5% do território, localizada em regiões próximas ao Ribeirão Pinheirinho, Rio Sapucaí-Mirím, Córregos da Pimenta e Crocoto, além de outros afluentes.
Aquífero Guarani	Aquífero sedimentar. Contínuo, extensão regional, parcialmente livre e predominantemente confinado, com elevada transmissividade. Rocha Principal: Arenito	Abrange aproximadamente 215 km ² , 70,6% do território, incluindo região sul do perímetro urbano. Área com alto potencial de exploração entre 80 e 120 m ³ /h

Fonte: DAEE, 2005 e IG, 2007. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

De acordo com levantamento do EQSS-CETESB de 1997 cerca de 70% do território municipal, incluindo a região sul da área urbana, encontra-se na área com potencial afloramento do SAG, como mostra também a **Figura 3.2.2-2**. As áreas de afloramento são zonas onde ocorre recarga direta do aquífero, mas representam apenas cerca de 10% de sua área total (IRITANI; EZAKI, 2009 apud BARBOSA et al., 2020). Essas regiões são também as mais vulneráveis à contaminação, uma vez que, em geral, apresentam solos altamente permeáveis e com baixa capacidade de retenção de poluentes.

Figura 3.2.2-2: Área de afloramento do SAG no Estado de São Paulo



Fonte: CPRM/SGB, 2005. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Visando mapear com maior precisão as áreas de vulnerabilidade dos aquíferos existentes nas UGRHI do Estado de São Paulo, o DAEE/LEBAC (2013) realizou estudo de vulnerabilidade, considerando para tanto, três parâmetros físicos: ocorrência do aquífero, tipo litológico e profundidade do nível de água. A partir destes parâmetros foi feito o enquadramento nas classes de suscetibilidade baixa, média ou alta. Este mapeamento também se encontra representado na **Figura 3.2.2-1** para o município de Santo Antônio da Alegria, onde destacou-se as áreas com vulnerabilidade alta.

Como é possível observar na **Figura 3.2.2-1**, destaca-se que a vulnerabilidade alta se encontra sobretudo nas imediações das áreas acidentadas, os quais constituem zonas de descarga dos aquíferos freáticos, em uma porção entre o Ribeirão Pinheirinho e a BR-265, bem como em pequenas manchas ao sul do município. Embora o Guarani não seja um aquífero freático, este se comporta como tal em suas áreas de afloramento, que como visto, ocorrem amplamente no território de Santo Antônio da Alegria.

Em Santo Antônio da Alegria não existem poços da Rede Estadual de Monitoramento de Qualidade das Águas Subterrâneas coordenada pela CETESB. Entretanto, é preciso destacar que os laudos laboratoriais apresentados para o Plano Municipal de Saneamento Básico (2017), demonstraram atendimento aos parâmetros físico-químicos e microbiológicos de potabilidade (Portaria nº 2914/2011).

Ainda de acordo com o referido Plano, a qualidade da água do SAG é própria para consumo humano no caso de Santo Antônio da Alegria, necessitando tratar apenas com hipoclorito de sódio e ácido fluorídrico.

Apesar da boa qualidade, que foi relatada no Plano de Saneamento de 2017, é preciso destacar que o município realizou em 2019 um levantamento de áreas e atividades que eventualmente poderiam caracterizar algum risco de contaminação, totalizando 29 estabelecimentos particulares e 3 áreas de domínio do poder público – atividades madeireiras, postos de combustível, as duas Estações de Tratamento de Esgoto, o aterro sanitário e indústrias diversas (com concentração a noroeste da área urbana (**Figura 3.2.2-3**). Situação que reforça a importância de garantir a qualidade das águas subterrâneas e o abastecimento público.

Figura 3.2.2-3: Concentração de fontes potenciais de poluição na área urbana.



Fonte: Santo Antônio da Alegria, 2019.

1.3.3. Índice de Segurança Hídrica do Abastecimento Urbano (ISH-U)

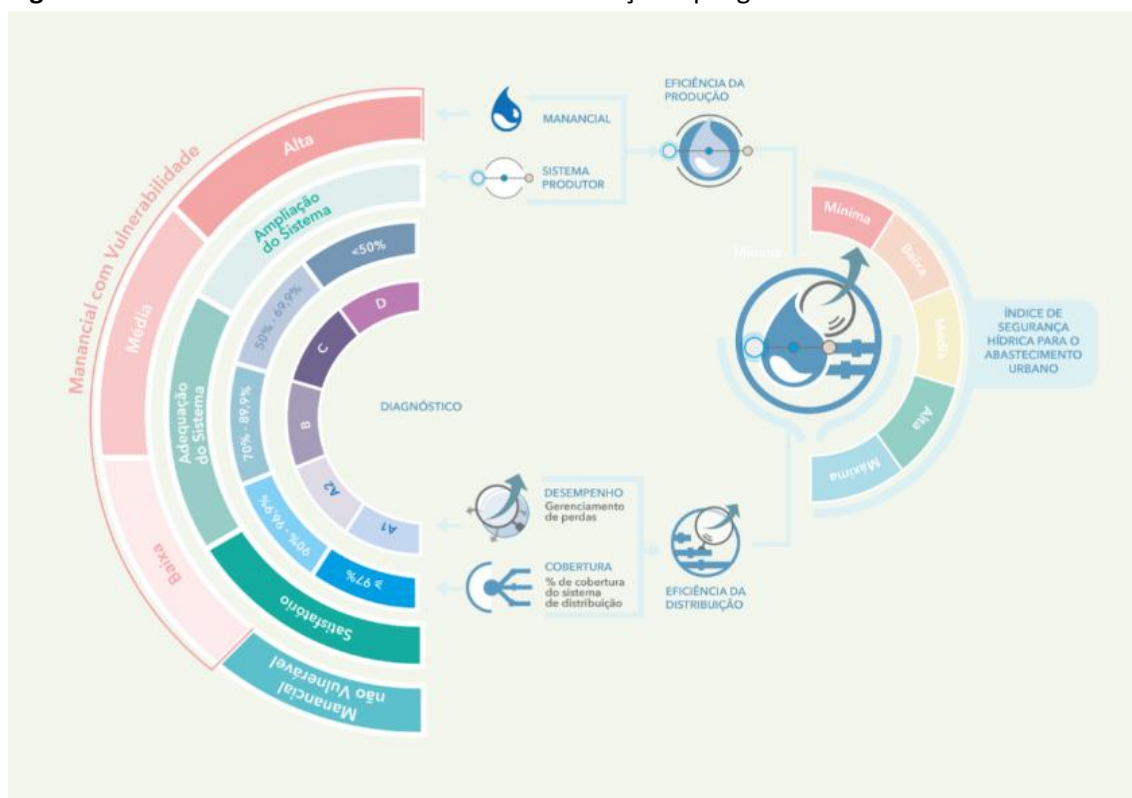
A segurança hídrica, de acordo com o conceito da Organização das Nações Unidas (ONU), existe quando há água disponível em quantidade e qualidade adequadas para atender às necessidades humanas, sustentar as atividades econômicas e garantir a conservação dos ecossistemas aquáticos, sempre associada a um nível aceitável de risco em relação a secas e cheias.

Atenta a essa dimensão humana e urbana da segurança hídrica — especialmente quanto à garantia de água para abastecimento público — a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) desenvolveu uma metodologia específica para avaliar a vulnerabilidade das sedes urbanas, considerando tanto a produção quanto a distribuição de água (ANA, 2022).

Para isso, foi criado o Índice de Segurança Hídrica do Abastecimento Urbano (ISH-U), que se baseia em quatro indicadores organizados em dois subíndices: um avalia a eficiência da produção de água (vulnerabilidade dos mananciais e dos sistemas produtores) e o outro mede a eficiência da distribuição de água (cobertura populacional e desempenho no gerenciamento de perdas) (ANA, 2022).

A combinação dos subíndices, por média simples, gera a classificação final da segurança hídrica do abastecimento nas sedes urbanas, podendo variar entre máxima, alta, média, baixa ou mínima. A **Figura 3.2.3-1** apresenta as classes de cada indicador e as combinações que resultam nos subíndices e no ISH-U final (ANA, 2022).

Figura 3.2.3-1: Classes de cada indicador e combinações que geram os subíndices e o ISH-U



Fonte: ANA 2022.

O município de Santo Antônio da Alegria performa bem no ISH-U, segundo dados de 2021 levantados pela ANA, a segurança hídrica do abastecimento no município é classificada como alta. De modo geral, os municípios da região possuem ISH-U máxima, alta ou média (como é o caso dos municípios lindeiros de Minas Gerais – Itamogi e Monte Santo de Minas Gerais).

Eficiência na Produção de água

No subíndice de eficiência na produção de água são avaliados dois indicadores:

- A vulnerabilidade do manancial utilizado no abastecimento. Para esse indicador, uma análise integrada e complexa considera a resiliência local, o nível de comprometimento da oferta hídrica disponível no manancial em relação às demandas alocadas, o porte do manancial e a qualidade da água. Ao fim, a vulnerabilidade do manancial pode ser classificada como:
 - Alta;
 - Média;
 - Baixa; e
 - Não vulnerável.
- O sistema produtor, que pode ser classificado como:
 - Satisfatório: sem necessidade de intervenções;
 - Adequação: precisa de melhorias operacionais; e
 - Ampliação: precisa expandir a capacidade para atender à demanda.

Em Santo Antônio da Alegria, a vulnerabilidade do manancial recebe a classificação de não vulnerável. Já para o sistema produtor é indicada a classificação de satisfatório evidenciando que atende as necessidades atuais. Assim, quando combinados os dois indicadores que compõem o subíndice, recebe a classificação de máxima eficiência da produção de água.

Eficiência na Distribuição de Água

No subíndice de eficiência na distribuição de água são avaliados:

- Cobertura em % da população atendida, que é classificada entre:
 - ótima > 97%;
 - boa entre 90 e 97%;
 - regular entre 70 e 90%;
 - ruim entre 50 e 70%; e
 - péssima < 50%.
- Desempenho técnico no Gerenciamento de Perdas, classificado em:
 - A1: Apenas reduções marginais; performance de classe mundial em gerenciamento de vazamentos;
 - A2: Necessita avaliação criteriosa; reduções adicionais podem não ser viáveis economicamente;

- B: Potencial para melhorias significativas; recomenda-se controle ativo de vazamentos, gestão de pressão e melhor manutenção da rede.
- C: Necessidade de redução de vazamentos; tolerável apenas onde água é abundante e barata; e
- D: Uso muito ineficiente dos recursos; programa de redução de vazamentos é imperativo e prioritário.

Em Santo Antônio da Alegria, a cobertura é classificada como ótima, com 99,3% de atendimento. Já o desempenho técnico no gerenciamento de perdas é classe C, indicando potencial para melhorias, sobretudo na redução de vazamentos. Assim, combinando os dois indicadores, a eficiência da distribuição de água é classificada como média.

Para cada um dos dois subíndices - de produção e de distribuição - o município recebe uma nota de 1 a 5, onde 1 indica mínima e 5 a máxima segurança hídrica. Da média simples dos dois têm-se a nota global, assim o município é classificado conforme o **Quadro 3.2.3-1**.

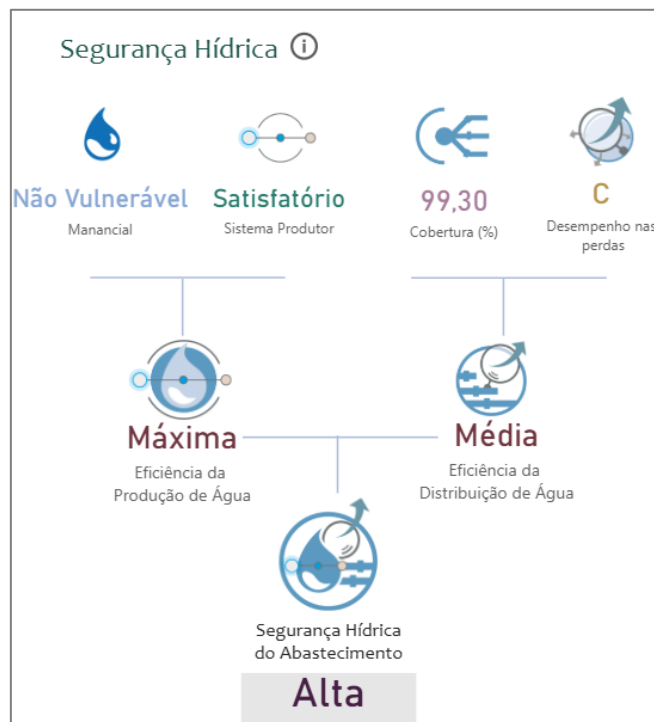
Quadro 3.2.3-1: Classes do ISH-U

Nota por subíndice ou nota global	Classe ISH-U
$\geq 4,5$	Máxima
$3,5 \leq \text{Média} < 4,5$	Alta
$2,5 \leq \text{Média} < 3,5$	Média
$1,5 \leq \text{Média} < 2,5$	Baixa
$\text{Média} < 1,5$	Mínima

Fonte: ANA 2022.

Em suma, a análise dos subíndices do ISH-U mostra que, para a eficiência na produção de água, Santo Antônio da Alegria apresenta desempenho positivo, com classificação alta, graças ao manancial não vulnerável e ao sistema produtor que requer apenas adequações. Já a eficiência na distribuição de água é média, pois, apesar da excelente cobertura (98,7%), o desempenho técnico no gerenciamento de perdas revela o principal ponto de atenção para a segurança hídrica municipal. A **Figura 3.2.3-2** resume os indicadores desagregados para Santo Antônio da Alegria.

Figura 3.2.3-2: Indicadores desagregados para o município de Santo Antônio da Alegria



Fonte: ANA, 2022.

1.4. Patrimônio ambiental

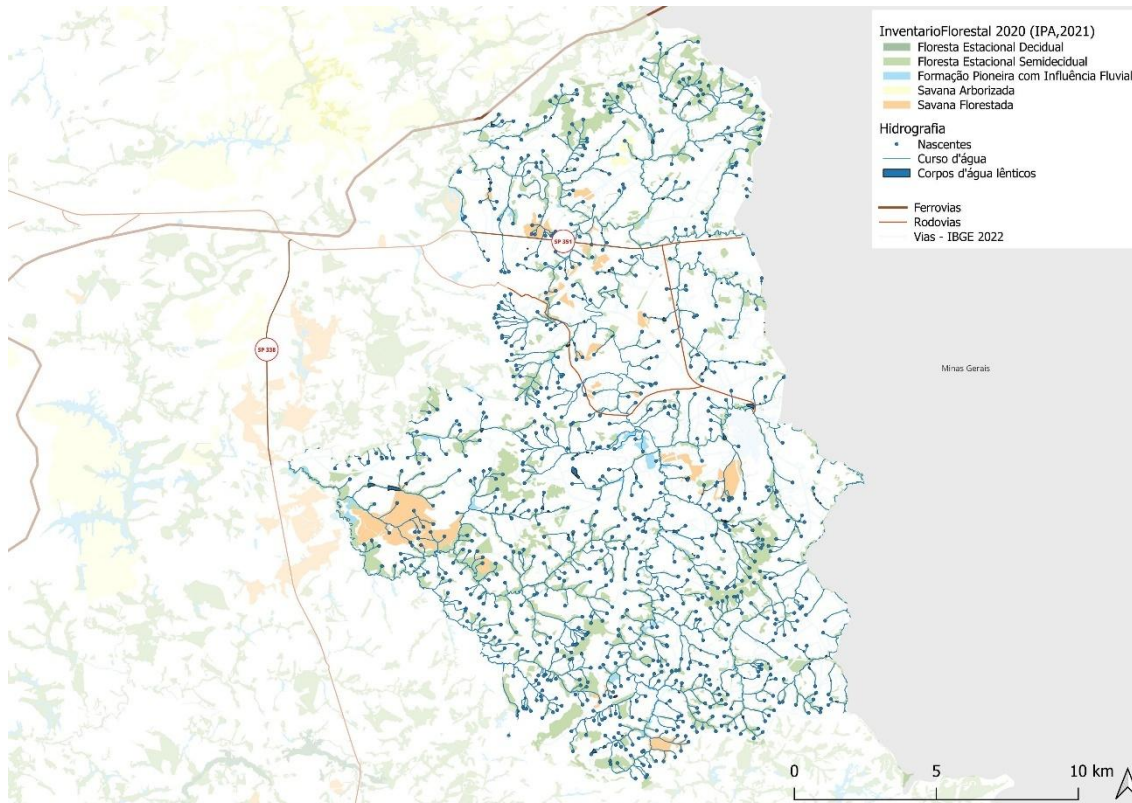
1.4.1. Cobertura Vegetal

De acordo com o Inventário da Cobertura Vegetal Nativa do Estado de São Paulo (NALON et al., 2022), a cobertura vegetal original do município de Santo Antônio da Alegria corresponde aos biomas:

- Cerrado: Com as fitofisionomias savana arborizada e savana vegetada; e
- Mata Atlântica: Com as fitofisionomias Formação Pioneira com Influência Fluvial e Floresta Estacional Semidecidual, sendo esta última a fitofisionomia remanescente predominante.

A cobertura vegetal original remanescente corresponde a 21,3% do território do município, totalizando 65,81 km² dos 309,7 km² totais. As fitofisionomias preservadas estão distribuídas, segundo dados do IPA (2021), como mostra a **Figura 3.3.1-1** e detalhadas a seguir na **Tabela 3.3.1-1**.

Figura 3.3.1-1: Cobertura vegetal original remanescente em Santo Antônio da Alegria



Fonte: IPA, 2021; FF, 2024; FBDS, 2023; IBGE, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

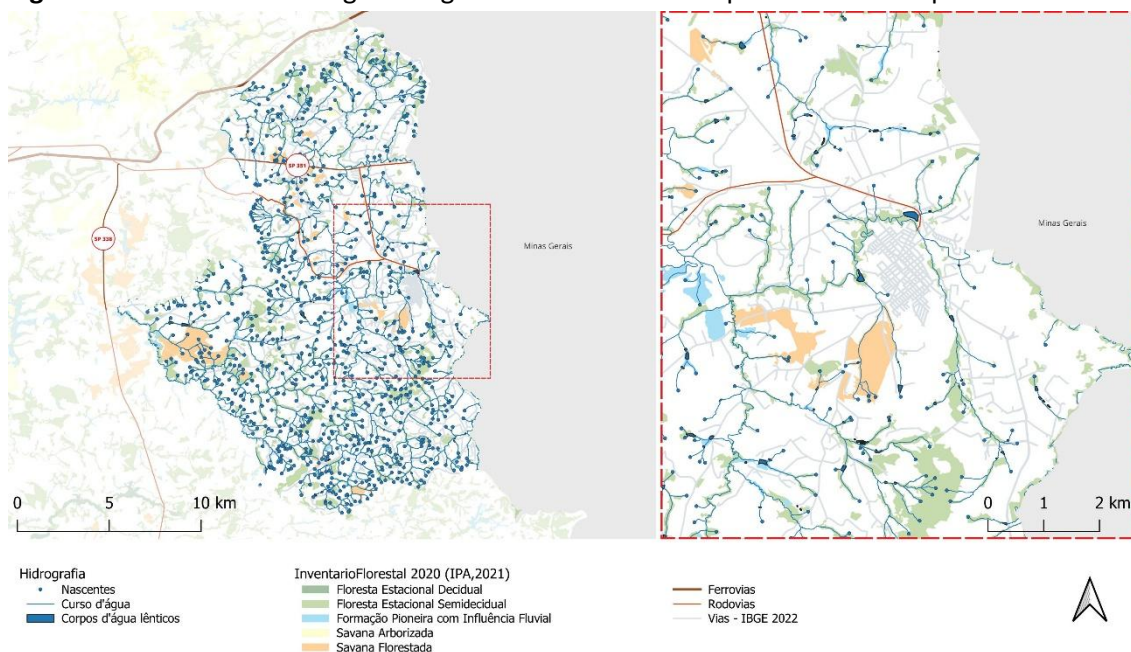
Tabela 3.3.1-1: Distribuição das áreas de cobertura vegetal nativa por fitofisionomias

Bioma	Fitofisionomia	Área remanescente (km²)	Percentual por fitofisionomia	Percentual relativo à área do Município
Mata Atlântica	Floresta estacional semidecidual	53,41	81,16%	17,25%
	Formação pioneira com influência fluvial	2,59	3,94%	0,84%
Cerrado	Savana arborizada	0,45	0,68%	0,15%
	Savana florestada	9,36	14,22%	3,02%
Total		65,81	100%	21,25%

Fonte: NALON et al., 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Observa-se na **Figura 3.3.1-1** que os fragmentos preservados se distribuem em grande medida nas áreas de difícil ocupação, mais acidentadas e em marginais de cursos d'água e no entorno de nascentes, o que atesta a eficácia do cumprimento da legislação ambiental no que tange as APPs para as práticas conservacionistas. Também importa salientar que fragmentos significativos do bioma cerrado, em sua maioria de savana florestada, encontram-se nas proximidades do perímetro urbano (vide **Figura 3.3.1-2**).

Figura 3.3.1-2: Cobertura vegetal original remanescente nas proximidades do perímetro urbano

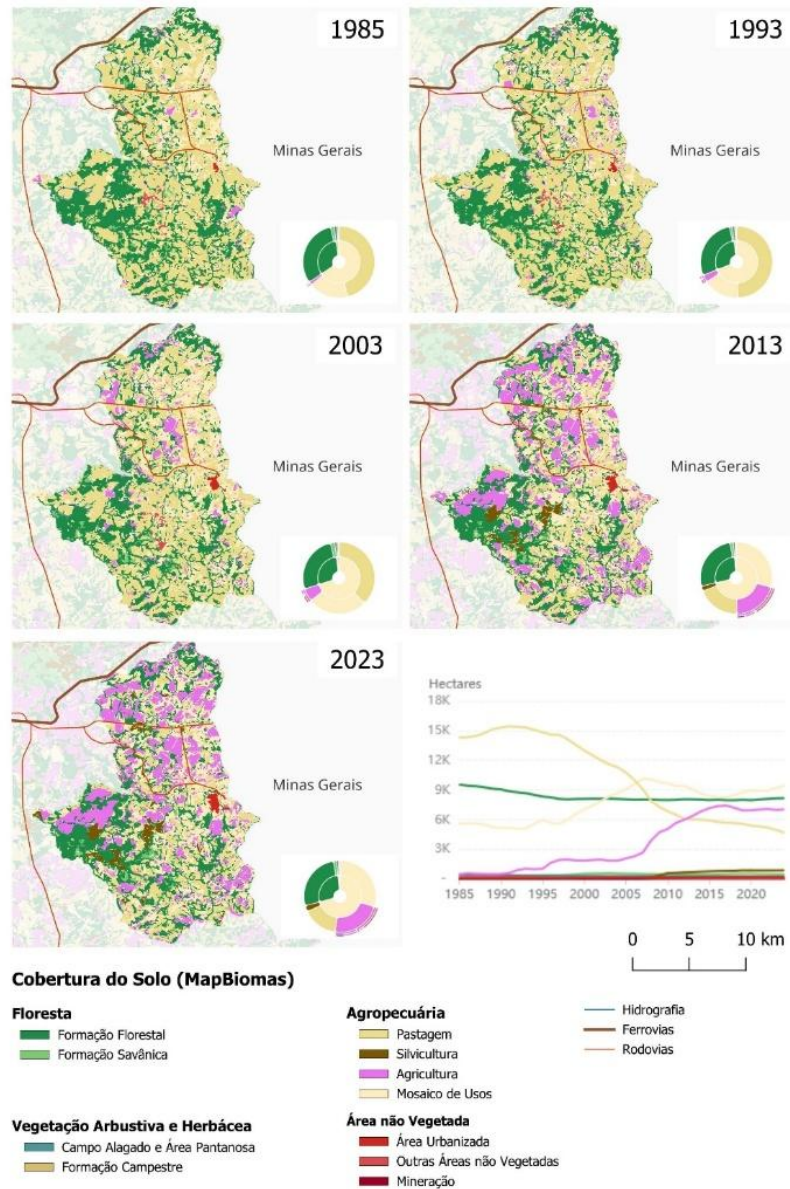


Fonte: IPA, 2021; FF, 2024; FBDS, 2023; IBGE, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

A partir dos dados de uso e cobertura do solo do município de Santo Antônio da Alegria entre os anos de 1985 e 2023, apresentados na **Figuras 3.3.1-3** e na **Figura 3.3.1-4** fornecidos pela Coleção 9 do MapBiomas, observa-se de maneira geral algumas modificações importantes na paisagem territorial ao longo das últimas quatro décadas, com redução da cobertura vegetal e aumento das ocupações rurais. Em 2023, cerca de 70,7% do território municipal está ocupado por atividades agropecuárias, o que reflete uma tendência contínua de expansão dessas áreas, especialmente a troca de pastos por cultivos diversificados. Esse crescimento se dá de forma dispersa ao longo do território, onde, ao longo do tempo, pequenos remanescentes de vegetação são substituídos em locais menos acidentados e que facilitam seu uso – principalmente nas porções sul e sudoeste do território.

Outro destaque é que, apesar da redução identificada na cobertura natural durante o período, a série histórica apresentou tendência de crescimento a partir de 2010, o que sugere a existência de boas práticas na preservação do meio ambiente e eficiência nas políticas públicas ambientais.

Figura 3.3.1-3: Histórico de Cobertura do solo de 1985 a 2023 em Santo Antônio da Alegria

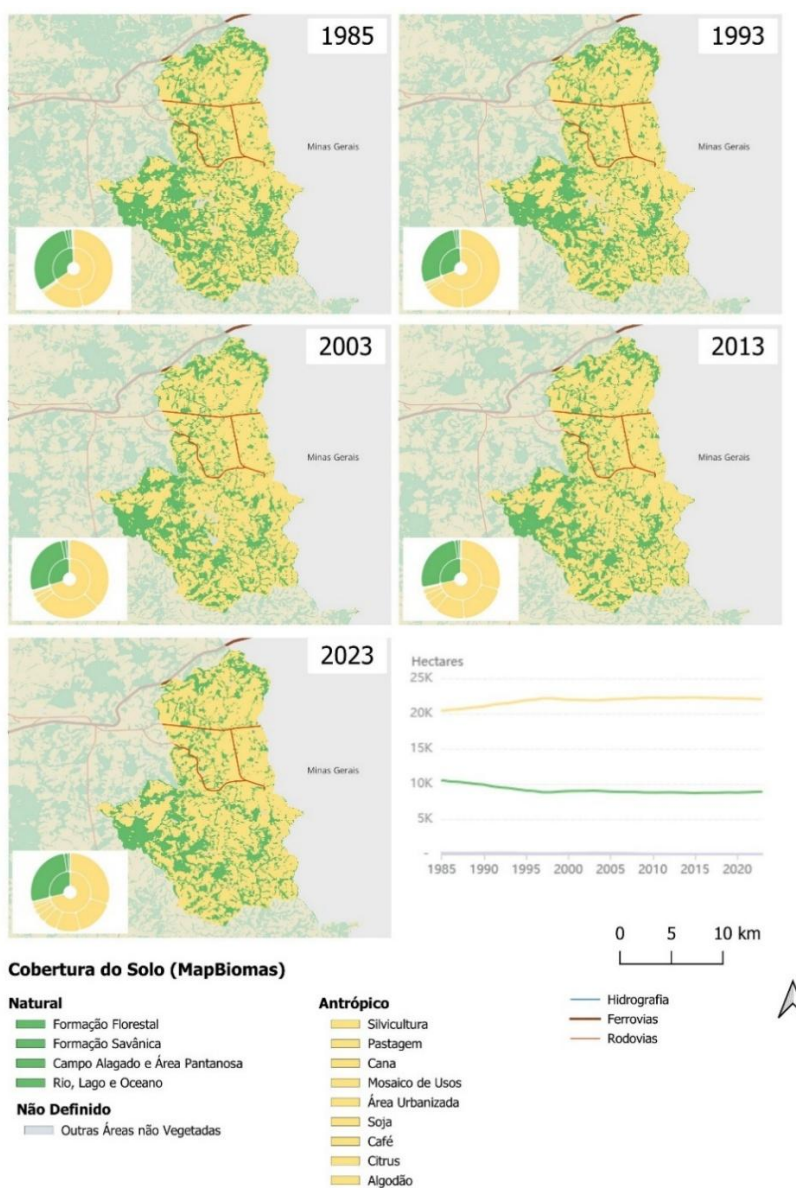


Fonte: MapBiomas, 2023. Elaboração: Geo Brasilis, 2025

Ao mesmo tempo, as formações naturais sofreram redução considerável, especialmente entre o final da década de 1990 e o início da década de 2000, passando de 105,12 km² em 1985 para 88 km² em 2023. A **Figura 3.3.1-4** permite visualizar que as principais conversões de formações naturais para usos antrópicos ocorreram nas porções sul, centro-norte e nordeste do município, conforme indicam os recortes destacados em tracejado vermelho.

Apesar da redução identificada ao longo dos anos, é possível destacar que o município possui planos para restauração ecológica de três sub-bacias (Lajeado, Araraquara I e Araraquara II), que tem como objetivo a recuperação de áreas naturais, principalmente em áreas com processos erosivos, próximos de cursos d'água e nascentes.

Figura 3.3.1-4: Análise comparativa das áreas de transição entre cobertura do solo natural e antrópica entre 1985 e 2023 em Santo Antônio da Alegria

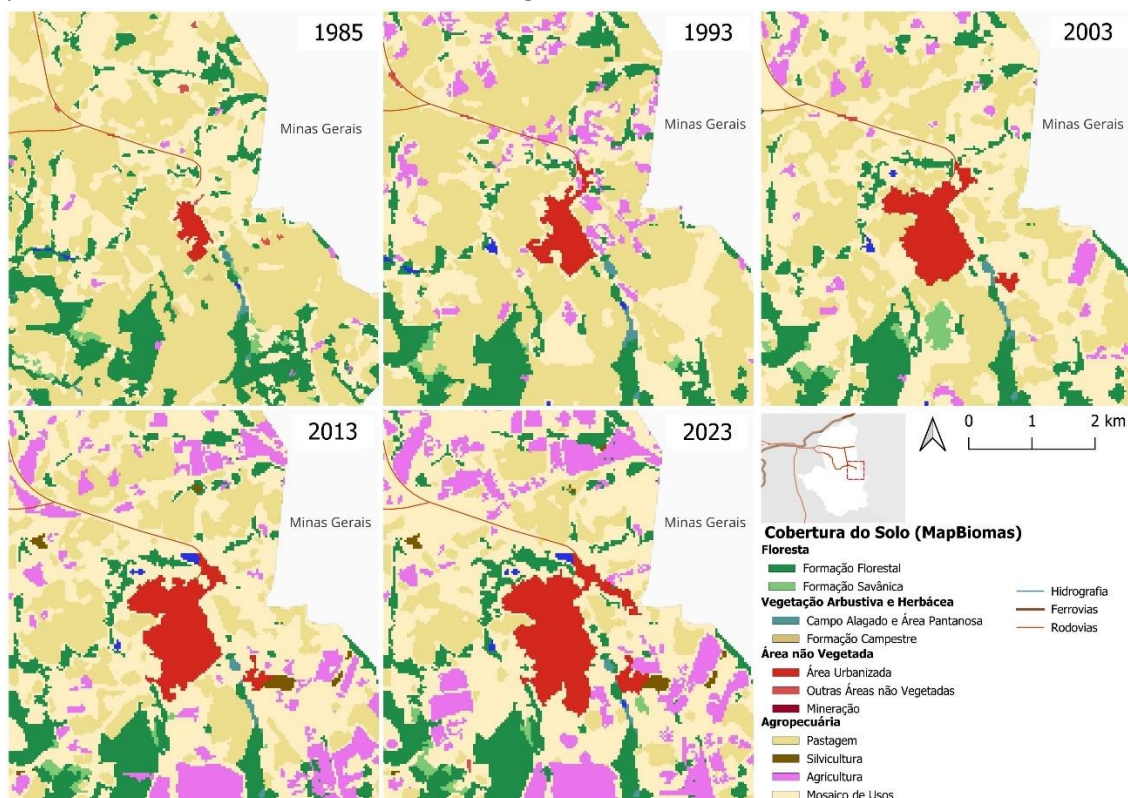


Fonte: MapBiomas, 2023. Elaboração: Geo Brasilis 2025

A análise mais detalhada do perímetro urbano de Santo Antônio da Alegria e de suas proximidades, conforme apresentado na **Figura 3.3.1-5**, também revela transformações relevantes na ocupação do solo ao longo dos últimos 40 anos. Destaca-se o aumento das atividades de agricultura, principalmente de cana-de-açúcar e soja, além de citrus, café e outras lavouras perenes, principalmente em substituição aos pastos.

No que diz respeito à mancha urbana, esta apresentou uma dinâmica particular de expansão ao longo do período analisado. Em 1985, era possível identificar apenas um núcleo de 0,3 km² e passou para 1,65 km² no ano de 2024, em detrimento a redução de áreas de pastagem e pequenos fragmentos vegetais.

Figura 3.3.1-5: Histórico de Cobertura do solo de 1985 a 2023 para as proximidades do perímetro urbano em Santo Antônio da Alegria



Fonte: MapBiomias, 2023. Elaboração: Geo Brasilis, 2025

1.4.2. Unidades de Conservação

Santo Antônio da Alegria não possui unidades de conservação em seu território, de acordo com levantamento realizado no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (MMA, 2025), Fundação Florestal (São Paulo, 2025) e consulta na Câmara de Vereadores.

As Unidades de Conservação são espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Foram estabelecidas conforme Lei Federal nº 9.985/2000, através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que tem como objetivo:

- I. Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II. Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III. Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV. Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V. Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI. Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII. Proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII. Proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX. Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X. Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI. Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII. Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; e
- XIII. Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Estes espaços territoriais são sujeitos a restrições específicas, que visam a proteção do meio ambiente e sustentabilidade das atividades no município, não obstante, também possibilitam a atração de novos recursos para investimentos e manutenção, o que pode colaborar com a preservação e aumento do potencial como atrativo turístico. Sugere-se que estudos sejam desenvolvidos para avaliar a viabilidade técnica-econômica e ambiental para criação de UCs municipais, incluindo RPPNs – Reservas Particulares de Patrimônio Natural pelos proprietários.

Em pesquisa realizada na Câmara de Vereadores, não foram identificadas outras áreas protegidas no âmbito do município.

1.5. Áreas com restrição a ocupação urbana

As áreas com restrição à ocupação urbana compreendem porções do território onde características ambientais ou geotécnicas limitam ou condicionam o uso do solo. Muitas vezes estas limitações já se encontram inclusive previstas em lei. A identificação dessas áreas é fundamental para orientar o crescimento urbano, prevenindo a ocupação de zonas suscetíveis a riscos ou vulneráveis do ponto de vista ambiental, assegurando que a expansão ocorra de forma segura e compatível com as condições ambientais no município.

1.5.1. Análise das áreas de risco

A análise das áreas de risco busca identificar porções do território onde há maior probabilidade de ocorrência de eventos adversos, como deslizamentos e inundações, que possam comprometer a segurança da população e a infraestrutura urbana. Essas informações são essenciais para subsidiar o planejamento e o ordenamento territorial, garantindo que a expansão urbana se desenvolva de forma preventiva e minimizando a necessidade de intervenções corretivas futuras.

Não foram localizados mapeamentos oficiais de áreas de risco elaborados pela Defesa Civil ou por órgãos como o CPRM ou o IPT para o município de Santo Antônio da Alegria. Diante dessa ausência de dados específicos, optou-se por utilizar como referência as informações de suscetibilidade a processos geomórficos mapeadas pelo Atlas de Suscetibilidade dos Solos do Estado de São Paulo de 2022 (Rossi; Nalon; Kanashiro, 2022).

O Atlas apresenta mapeamentos das áreas com suscetibilidade aos processos geomórficos dominantes, classificando-as segundo classes de suscetibilidade de forma a embasar o planejamento quanto à ocupação e ao uso do solo. Neste mapeamento são considerados, além da declividade, as classes e subclasses de solo e atributos como, profundidade, permeabilidade e trofismo (Rossi; Nalon; Kanashiro, 2022).

Visando identificar áreas mais propensas à ocorrência de processos geomórficos que possam vir a impactar com maior severidade a ocupação urbana, serão analisados a seguir os dados referentes à suscetibilidade a dois processos geomórficos em especial: movimentos de massa e inundações.

Estes processos exercem influência direta sobre a segurança da ocupação urbana, visto que essas ocorrências podem comprometer a integridade de edificações, a infraestrutura urbana e a segurança da população, além de gerar custos expressivos para recuperação de áreas afetadas. No contexto das mudanças climáticas, que tendem a intensificar eventos extremos de precipitação e ampliar a recorrência desses processos, a atenção a essas vulnerabilidades torna-se ainda mais relevante. A identificação e a consideração dessas áreas mais suscetíveis no

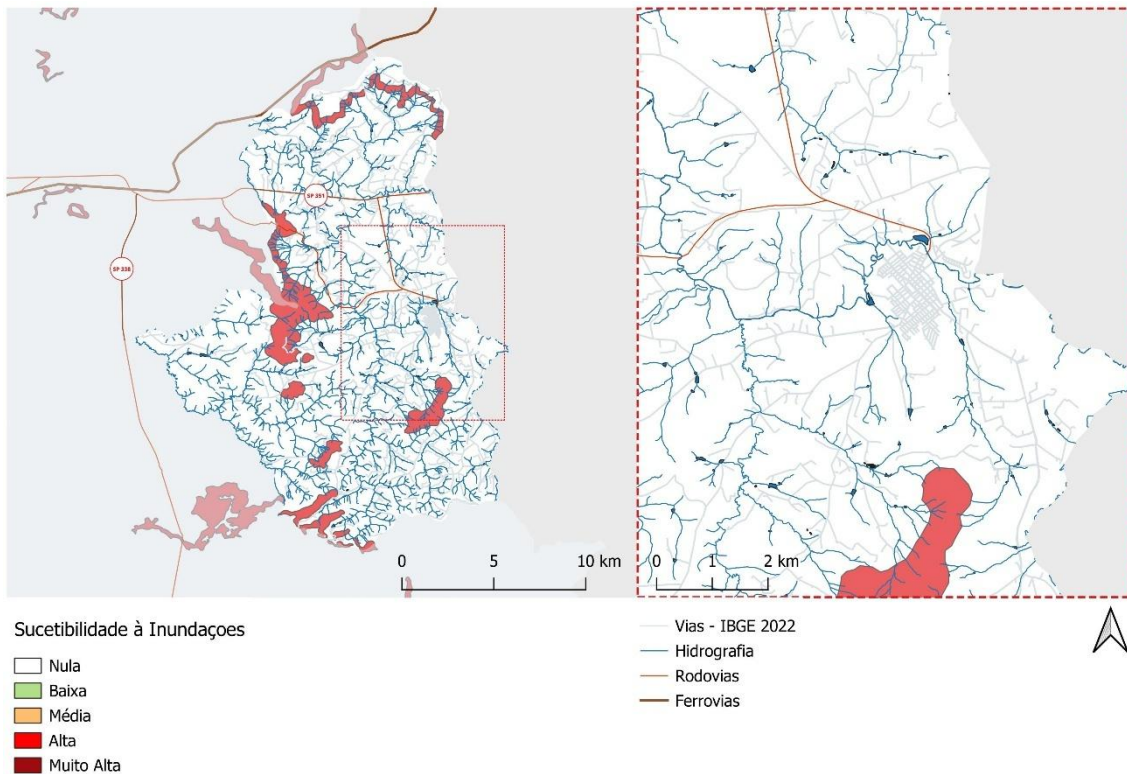
planejamento territorial são fundamentais para a adaptação e a resiliência climática do município.

1.5.1.1. Movimentos de massa

Os movimentos de massa estão entre os processos geomórficos que impactam com maior intensidade a ocupação urbana. Estes consistem em deslocamentos em descida de solos, rochas, sedimentos, vegetação ou outros materiais, geralmente deflagrado ou potencializado pela ação das águas. Entre os tipos de movimentos de massa se incluem quedas de blocos, escorregamentos e rastejos. Esses processos geomórficos ocorrem sobretudo em maiores declividades do terreno, quando a gravidade supera as forças de atrito do solo. Dessa forma, declividades superiores a 45% já indicam por si só classes mais suscetíveis. Além da declividade acentuada, observa-se que solos pouco profundos ou rasos e do tipo Cambissolos ou Neossolos Litólicos costumam apresentar maiores suscetibilidades a esse tipo de processo geomórfico. Dessa forma, para avaliar a suscetibilidade à ocorrência de movimentos de massa, o Atlas de Suscetibilidade dos Solos adota as classes baixa, média alta e muito alta, definidas a partir da consideração dos atributos pedológicos e das classes de declividade do terreno (Rossi; Nalon; Kanashiro, 2022).

Em Santo Antônio da Alegria, as áreas classificadas com alta suscetibilidade a movimentos de massa perfazem aproximadamente 28 km², cerca de 8% do território, inclusive a cerca de 3km ao sul da área urbana, onde. Observa-se na **Figura 3.4.1.1-1** que estas áreas coincidem de maneira geral com regiões de maiores declividades, notadamente as superiores a 30% apresentadas na **Figura 3.1-1** deste relatório. Ademais, as áreas classificadas com suscetibilidade alta apresentam solo com profundidade rasa, com relevo ondulado e escarpado, e do tipo Neossolos Litólicos asseverando a suscetibilidade a estes processos geomórficos.

Figura 3.4.1.1-1: Suscetibilidade a movimentos de massa no município de Santo Antônio da Alegria



Fonte: Rossi; Nalon; Kanashiro, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Atenção especial deve ser dada as áreas rurais – a norte e oeste, próximo aos limites com Altinópolis, assim como no Morro da Cascavel, como mostra a **Figura 3.4.1.1-1** – onde a suscetibilidade a movimentos de massa é classificada como alta. Ações antrópicas, como a retirada da cobertura vegetal, podem agravar ainda mais a suscetibilidade nessas regiões. Nelas a ocupação urbana é desaconselhada devido aos riscos de escorregamentos e rastejos.

Considerando que as chuvas representam os principais agentes deflagradores dos movimentos de massa, faz-se importante pontuar que todo o município de Santo Antônio da Alegria apresenta forte erosividade das chuvas, característica que leva em conta as precipitações médias mensais e anuais e que é definida pela capacidade potencial da chuva em desencadear os processos erosivos, tanto pelo impacto das gotas quanto pelo poder de arraste do material (enxurrada) nas camadas superficiais do solo (Rossi; Nalon; Kanashiro, 2022).

Esta condição inclusive gerou motivos para a elaboração de um mapeamento em 2019, que identificou 19,91% do território com processo de erosão laminar, 1,66% com sulcos e 0,07% com voçorocas (Santo Antônio da Alegria, 2019).

1.5.1.2. Inundações

Inundação é o processo que ocorre quando grande volume de água transborda, em consequência de chuvas, elevação do nível de rios e marés, ocupando áreas de planícies, a partir da submersão dos terrenos subjacentes, fora dos limites do leito maior de um curso d'água em zonas que normalmente não se encontram submersas. Para avaliar a suscetibilidade a esse fenômeno foram adotadas as classes baixa, média e alta, considerando, além da declividade, atributos como classe de solo, profundidade, textura e hidromorfia. Baixas declividades, as classificadas como planas, e as classes de solo Organossolos e Gleissolos em geral tendem a favorecer a suscetibilidade a inundações.

Em Santo Antônio da Alegria, não ocorrem áreas classificadas com suscetibilidade alta para inundações no seu território, de acordo com o Atlas de Suscetibilidade. Entretanto, é preciso destacar a proximidade da mancha urbana com o Ribeirão Pinheirinho e dois afluentes, um a jusante e outro a montante da sede, que podem gerar riscos futuramente caso não sejam corretamente preservados.

Os cursos d'água apresentam significativa dinâmica do seu traçado, que se altera através de processos erosivos e de assoreamento, naturais ou antrópicos, situação que indica a necessidade de cuidado com ocupações próximas de suas margens e reforça a necessidade de preservação das APPs.

Outro ponto relevante é a manutenção de áreas verdes e do coeficiente de permeabilidade ao longo da bacia hidrográfica, uma vez que alterando a vazão e o escoamento superficial, também refletirá no fluxo de água que passa ao redor da área urbana.

É importante mencionar que segundo indicadores equivalentes do SNIS e do SINISA exibidos, em 2023, ano mais recente divulgado, nenhum dos domicílios urbanos estavam sujeitos a risco de inundação, o que corrobora com a análise realizada. Mas em 2019, de acordo com os sistemas nacionais, registrou 4 enxurradas e 20 domicílios em risco.

De acordo com informações da Prefeitura, apresentadas no Grupo de Trabalho, o município atualmente possui pontos de atenção para alagamentos, como na região do Morumbi; riscos em áreas de serras, mas que é beneficiado com plano de contingência, o que colabora com a preparação de rápida resposta para minimização de danos.

O referido plano foi desenvolvido em 2018, revisado em 2020 e com atualização de dados mais recente em 2025. Nele, são observados cenários de alagamento, deslizamento e queimadas, estabelecendo procedimentos pré, pós, de resposta e reabilitação.

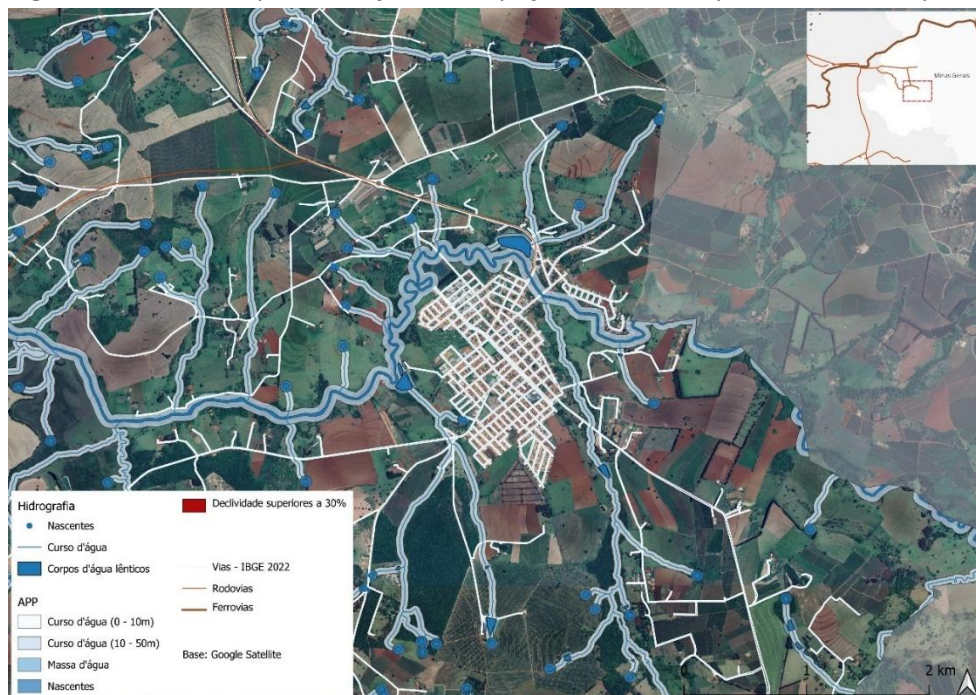
Contribuindo no combate a processos erosivos em Santo Antônio de Alegria, é importante ressaltar a existência de planos de restauração ecológica das sub-bacias do Lajeado, Araraquara I e Araraquara II, que priorizam áreas com geodinâmica para a restauração da cobertura vegetal.

1.5.2. Restrições à ocupação

A análise das restrições à ocupação urbana envolve o mapeamento e a caracterização dos principais aspectos ambientais e legais que limitam, condicionam ou impedem a urbanização no município. Essas restrições, derivadas de características físicas do território e de dispositivos legais de proteção, são fundamentais para orientar a expansão urbana de forma segura e sustentável.

A seguir serão apresentadas as principais restrições à ocupação e à expansão nas proximidades do perímetro urbano de Santo Antônio da Alegria, áreas que estão representadas na **Figura 3.4.2-1**.

Figura 3.4.2-1: Principais restrições a ocupação urbana nas proximidades do perímetro urbano



Fonte: Rossi; Nalon; Kanashiro, 2022; FF, 2024; FBDS, 2023; IBGE, 2022. Elaboração: Geo Brasilis.

Áreas de Proteção Permanente (APPs)

Entre as restrições ambientais previstas em lei estão as Áreas de Proteção Permanente (APPs), que podem ser de três tipos:

- **APPs de Declividade:** O Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), em seu Art. 4º, inciso V, estabelece que encostas ou partes destas com declividade superior a 45° constituem áreas de preservação permanente. No entanto, como já mencionado no item **3.4.1**, não há no município inclinações superiores a 45°, não havendo, dessa forma, APPs de encosta,
- **APPs de Vegetação:** De forma análoga, não há no município áreas com vegetação característica que configurem APPs segundo o Código Florestal, como mangues ou restingas. Dessa forma, também não há incidência de APPs de vegetação no território de Santo Antônio da Alegria; e
- **APPs de Recursos Hídricos:** Como já disposto no item **3.2.1**, de acordo com o Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012), cursos d'água naturais com até 10 m de largura devem ter faixa marginal de preservação mínima de 30 m em cada margem, e para aqueles com 10 a 50m de largura, uma faixa de 50m em cada margem. Já para lagos e lagoas naturais, a lei estabelece faixas mínimas de 100 m em zonas rurais (ou 50 m quando a superfície for inferior a 20 hectares) e de 30 m em zonas urbanas. Nascentes e olhos d'água perenes contam com faixa de proteção de raio mínimo de 50 m. Essas delimitações visam preservar a qualidade da água, manter a estabilidade das margens e reduzir a vulnerabilidade a inundações e processos erosivos. No perímetro urbano, contudo, essas faixas de APP para o Ribeirão Pinheirinho encontram-se apresentadas por edificações, conforme mostra a **Figura 3.4.2-1**, ainda que em áreas já consolidadas, representa um ponto de atenção, pois reduz a capacidade de absorção e infiltração das margens, aumenta o risco de alagamentos e compromete a integridade ecológica desses ambientes.

Áreas de declividade maior que 30%

Conforme já disposto no item **3.1**, áreas com declividade superior a 30% apresentam maior suscetibilidade a processos geomórficos, como erosão, escorregamentos e instabilidade do solo, o que demanda maior cautela na sua ocupação. Dessa forma, a legislação brasileira, por meio da Lei Federal nº 6.766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, estabelece que terrenos com essa inclinação natural não podem ser parcelados, salvo quando atendidas exigências específicas definidas pelas autoridades competentes.

No município de Santo Antônio da Alegria, não há porções de relevo mais acentuado localizadas no entorno imediato da sede, aspecto positivo pois a presença desses terrenos impõe limitações

para a expansão urbana, não apenas pelo risco associado, mas também pelas exigências técnicas e legais para sua ocupação.

O reconhecimento e a delimitação dessas áreas são fundamentais para orientar a ocupação de forma segura e compatível com a capacidade de suporte do terreno, prevenindo a instalação de usos que possam ampliar a vulnerabilidade a eventos de instabilidade ou comprometer a integridade ambiental.

Área suscetíveis a movimentos de massa e a inundações

Conforme disposto no item **3.4.1** as áreas suscetíveis a movimentos de massa e a inundações configuram condicionantes relevantes para o ordenamento da ocupação urbana em Santo Antônio da Alegria. Embora não existam mapeamentos específicos da Defesa Civil ou do CPRM/IPT para o município, dados de suscetibilidade a processos geomórficos indicam que a vulnerabilidade a essas ocorrências se concentra principalmente em trechos próximos a cursos d'água, conforme mostra a **Figura 3.4.2-1**. Nas proximidades do perímetro urbano a ocupação do solo demanda cuidados adicionais com inundações, considerando o potencial de risco à população e de danos à infraestrutura urbana. No contexto das restrições à expansão, tais áreas devem ser tratadas como prioritárias para medidas preventivas e de mitigação, integrando diretrizes que evitem a implantação de novos empreendimentos em locais vulneráveis e favoreçam soluções de drenagem, contenção e proteção ambiental.

1.5.3. Índice de Capacidade de Adaptação e Resiliência às Mudanças Climáticas – ICAR

O Índice de Capacidade de Adaptação e Resiliência às Mudanças Climáticas (ICAR) é uma ferramenta que teve como ponto de partida os dez passos essenciais definidos pela campanha *Construindo Cidades Resilientes*, promovida a partir de 2010 pelo Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos. A campanha visa mobilizar governos e comunidades para fortalecer a resiliência urbana frente a desastres e às mudanças climáticas e para isso indica 10 passos essenciais:

1. **Organização e coordenação** de ações com participação da sociedade civil;
2. **Orçamento** específico para redução de riscos e incentivo a práticas seguras;
3. **Avaliação de riscos** e vulnerabilidades com acesso público à informação;
4. **Infraestrutura crítica**, como drenagem e obras de adaptação;
5. **Escolas e hospitais seguros**, com avaliação e modernização das estruturas;
6. **Planejamento territorial e uso do solo**, com aplicação e fiscalização das normas;
7. **Educação e percepção**, com programas de conscientização e capacitação;
8. **Proteção dos ecossistemas naturais** como estratégia preventiva;
9. **Sistemas de alerta e resposta a desastres**, com preparação da população; e

10. **Recuperação e reconstrução**, com foco nas necessidades das comunidades afetadas.

Com base nesses passos, o ICAR, por sua vez, procurou avaliar o comprometimento dos municípios com a construção de uma gestão urbana mais segura, adaptável e sustentável diante dos impactos climáticos. Dessa forma, para cada passo com exceção do 6 (Planejamento territorial e regulamentação do uso e ocupação do solo) e 10 (Recuperação e reconstrução)¹, foram calculados subíndices com base em componentes, em geral outros índices já estabelecidos, aos quais foram atribuídos pesos diversos detalhados em São Paulo (2022). Ao todo são avaliados 32 indicadores.

A partir do índice de Capacidade de Adaptação e de Resiliência às Mudanças Climáticas (ICAR), os municípios foram agrupados em cinco classes de capacidade de adaptação e resiliência pelo método das Quebras Naturais: muito baixa, baixa, moderada, alta e muito alta.

A classificação de Santo Antônio da Alegria quanto à capacidade de adaptação e resiliência para cada um dos subíndices considerados está apresentada no **Quadro 3.4.3-1**, onde consta também os componentes avaliados para cada subíndice.

Quadro 3.4.3-1: Classificação de Santo Antônio da Alegria quanto à capacidade de adaptação e resiliência para cada subíndice do ICAR, em 2022

Subíndice	Componentes considerados	Classificação de Santo Antônio da Alegria quanto à capacidade de adaptação e resiliência para cada subíndice
Governança (GOV)	<ul style="list-style-type: none"> • IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social • PMVA – Pontuação no Programa Município VerdeAzul • EEA2 – Existência de estrutura de primeiro escalão para meio ambiente • EEA6 – Presença de funcionários efetivos com formação ou experiência na área ambiental e administrativa • CA6 – Atuação do Conselho Municipal de Meio Ambiente (resoluções e relatórios) 	Muito alta (0,7–1,0)

¹ De acordo com São Paulo (2022), não são avaliados para o cálculo do ICAR os passos 6 (Planejamento territorial e regulamentação do uso e ocupação do solo) e 10 (Recuperação e reconstrução), uma vez que isso implicaria na necessidade de consulta aos planos diretores, leis municipais de uso e ocupação, códigos de obras e levantamento de medidas pós-desastres de todos os municípios paulistas, o que fugiria ao escopo do trabalho.

Subíndice	Componentes considerados	Classificação de Santo Antônio da Alegria quanto à capacidade de adaptação e resiliência para cada subíndice
Recursos financeiros (RFI)	<ul style="list-style-type: none"> IDR – Índice de Dimensão de Riqueza do IPRS 	Baixa (0,27–0,4)
Avaliação de risco (AVR)	<ul style="list-style-type: none"> IPG – Percentual da área do município com perigos geodinâmicos altos ou muito altos IVU – Percentual da área com vulnerabilidade de ocupações residenciais IRI – Percentual de risco geodinâmico em áreas residenciais IDG – Número de desastres geodinâmicos por 1.000 habitantes 	Alta (0,82–0,9)
Infraestrutura crítica (INC)	<ul style="list-style-type: none"> IGE – Indicador de grandes equipamentos localizados em zonas de perigo US1 – Existência de Plano de Controle de Erosão aprovado pela Câmara Municipal 	Muito alta (0,72–1,0)
Escolas e hospitais seguros (EHS)	<ul style="list-style-type: none"> EZP – Percentual de escolas em zonas de perigo MPH – Número de médicos por mil habitantes LPH – Número de leitos por mil habitantes 	Alta (0,59–0,69)
Educação e percepção (EDP)	<ul style="list-style-type: none"> IDE – Índice de Dimensão de Escolaridade do IPRS EEA1 – Programa Municipal de Educação Ambiental aprovado EEA7 – Existência de Centro ou Espaço de Educação Ambiental em funcionamento QA6 – Participação em capacitações preparatórias da Operação Estiagem e/ou Verão 	Moderada (0,61–0,74)
Proteção dos ecossistemas naturais (PEN)	<ul style="list-style-type: none"> BIO1 – Plano Municipal de Mata Atlântica e/ou Cerrado aprovado pelo Conselho de Meio Ambiente GA6 – Ações de recuperação ambiental de nascentes BIO7 – Área em processo de restauração ecológica AU8 – Cobertura vegetal no perímetro urbano EA5 – Ações de fiscalização ambiental ICVN – Índice de cobertura vegetal nativa 	Alta (0,46–0,64)

Subíndice	Componentes considerados	Classificação de Santo Antônio da Alegria quanto à capacidade de adaptação e resiliência para cada subíndice
	<ul style="list-style-type: none"> IUPI – Índice de unidades de proteção integral IUUS – Índice de unidades de uso sustentável NAIA – Número total de autuações ambientais 	
Sistemas de alerta e capacidade de resposta aos desastres (SACR)	<ul style="list-style-type: none"> IGE – Indicador de gestão de risco US5 – Inserção de dados de desastres no SIDEC MVA QA5 – Participação na Operação Corta-Fogo QA8 – Mapeamento de queimadas com dados do INPE 	Muito alta (0,81–1,0)
ICAR		Muito alta

Fonte: São Paulo, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Conforme observa-se no **Quadro 3.4.3-1**, Santo Antônio da Alegria foi classificado com alta capacidade de adaptação e resiliência e performa pior no Índice de Dimensão de Riqueza do IPRS.

O IPRS na Dimensão Riqueza é composto por indicadores como: (i) PIB per capita; (ii) remuneração dos empregados formais e benefícios previdenciários; (iii) consumo residencial de energia elétrica; e (iv) consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e serviços.

1.6. Saneamento ambiental

Este item se refere à caracterização da infraestrutura de saneamento básico, a partir da análise do sistema de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário, além do manejo de resíduos sólidos – envolvendo coleta de resíduos sólidos domiciliares convencional e seletiva - e o manejo de águas pluviais.

1.6.1. Sistema de abastecimento de água

Para a realização da análise do sistema de abastecimento de água de Santo Antônio da Alegria foram consideradas prioritariamente as informações fornecidas pelas seguintes fontes:

- Plano Municipal de Saneamento Básico Água de Santo Antônio da Alegria, de 2017 (São Paulo; Santo Antônio da Alegria, 2017);
- Plano de Saneamento Básico do Município de Santo Antônio da Alegria, de 2023 (São Paulo; Santo Antônio da Alegria, 2023);

- Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, que disponibiliza os dados de saneamento em série histórica até o ano de 2022 (SNIS, 2023); e
- Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA, sistema que substituiu o SNIS e disponibiliza os dados referentes a 2023, os mais recentes até o momento divulgados em 2025 (SINISA, 2025).

Com relação aos dados do SNIS e do SINISA, procurou-se identificar os índices e as informações equivalentes nos dois sistemas, a fim de obter uma análise histórica ao menos dos dez últimos anos disponíveis para o atendimento, a extensão da rede, a quantidade de ligações, o consumo e o índice de perdas. Importante pontuar que os dados que alimentam estes sistemas são auto declaratórios, ou seja, reportados pelo próprio município ou prestador de serviço, o que pode incorrer em eventuais incongruências ou ausência de informações.

De acordo com o Plano Municipal de Saneamento (São Paulo; Santo Antônio da Alegria, 2023), a estrutura de abastecimento de água do município é operada diretamente pela Prefeitura Municipal, atendido integralmente por manancial subterrâneo e relativamente completo, com captação de água bruta, tratamento por simples desinfecção, reservatórios, redes de distribuição e micromedicação. Através de seis poços tubulares profundos distribuídos em diferentes regiões da sede municipal, operam em regime contínuo, 20 horas por dia, com vazão total outorgada de 148m³/h.

Além das unidades de captação, cujas informações gerais estão detalhadas no **Quadro 3.5.1-1**, o sistema conta com os seguintes componentes operacionais:

- Nenhuma Estação Elevatória de Água Tratada (EEAT), o abastecimento é realizado por gravidade;
- 1 Casa de bombas, utilizada eventualmente para o direcionamento de água entre os sistemas de reservação;
- 2 Reservatórios Semi-Enterrados (RSE); e
- 4 Reservatório Elevado (REL).

Quadro 3.5.1-1: Informações gerais sobre os poços de captação, indicando o subsistema ao qual pertencem, sua localização, e o destino da água captada

Nome do Reservatório	Localidades abastecidas	Destino da adutora
R1 - Elevada	Oeste	Reservatório Poço Elevada, em concreto, elevado, com 100 m ³ de reservação, sem problemas estruturais aparentes.
R2 - Raul	Oeste e Leste	Reservatório Poço Raul, em concreto, semi-enterrado, com 90 m ³ de reservação, sem problemas estruturais aparentes. Eventualmente envia água para o reservatório Elevada.

R3 - Expoasa	Oeste, Leste e Região da Expoasa	Reservatório Poço Expoasa, metálico, elevado, 90 m ³ de reservação, sem problemas estruturais aparentes. Eventualmente envia água para reservatório Raul.
R4 - Pimenta	Norte e Leste	Reservatório Poço Pimenta, em concreto, semi-enterrado, com 80 m ³ de reservação, sem problemas estruturais aparentes. Sistema independente.
R5 - Primavera	Sul	Reservatório metálico do Poço Primavera, elevado, 100 m ³ de reservação, reservatório novo. Eventualmente enviará água para reservatório Elevada.
R6 – Bela Vista	Oeste	Reservatório metálico do poço Bela Vista, elevado, 150 m ³ de reservação.
R7 – Barra da Serra	Sul	Reservatório metálico, elevado, sem informações.

Fonte: SÃO PAULO; SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA, 2023. Elaboração: Geo Brasilis, 2025

A respeito das condições dos componentes operacionais listados acima, o Plano Municipal de Saneamento de 2017 e 2023 não destacam nenhuma necessidade de manutenção crítica (**Figura 3.5.1-1**).

Figura 3.5.1-1: Estado de conservação de componentes operacionais: (1) Elevada, (2) Expoasa, (3) Raul, (4) Pimenta, (5) Primavera e (6) Bela Vista.



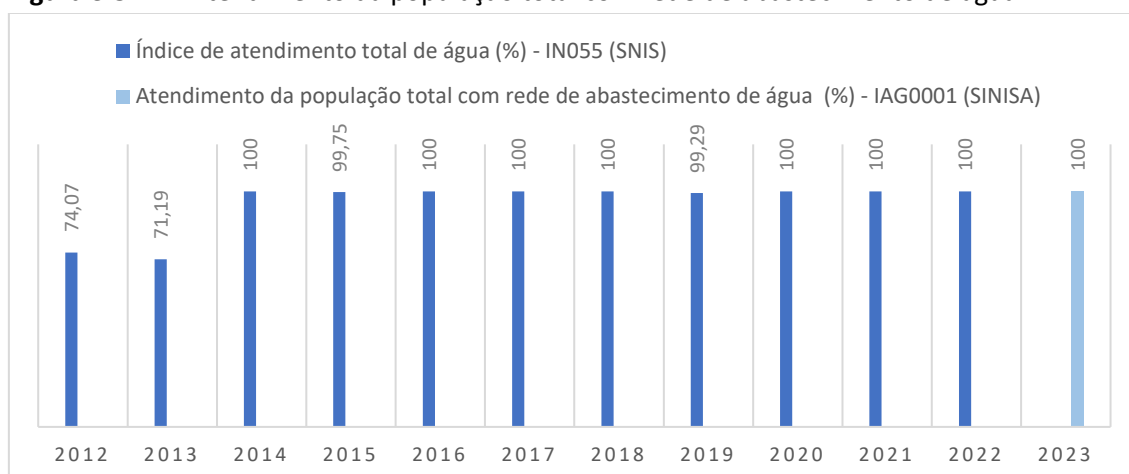
Fonte: São Paulo; Santo Antônio da Alegria, 2023.

Após a captação, o tratamento da água se limita à aplicação de desinfecção e fluoretação na própria tubulação, realizadas por meio de bombas dosadoras instaladas em local fechado, limpo, ventilado, sem umidade e em tonéis plásticos tampados (São Paulo; Santo Antônio da Alegria, 2017).

Segundo os dados reportados ao Sistema Nacional de Informações em Saneamento – SINISA (2025), referentes ao ano de 2023, o atendimento das populações total (indicador IAG0001) urbana (IAG0002) e rural (IAG0003) são todos de 100%. Contudo, o Plano Municipal Específico de Saneamento Básico (2017) aponta que, na zona rural, o abastecimento é predominantemente realizado por soluções individuais, sem participação, fiscalização ou cobrança por parte da administração pública (São Paulo; Santo Antônio da Alegria, 2017). Essa divergência pode decorrer de variações na metodologia de levantamento ou de falhas na atualização de informações junto ao SINISA, recomendando-se a verificação junto ao prestador e à administração municipal.

Observando dados de indicadores equivalentes do SNIS para anos recentes, nota-se que o índice de atendimento total era baixo até 2013, em torno de 71%, e que passou a evoluir para 100% a partir de 2014, variando ligeiramente nos anos de 2015 e 2018 (vide **Figura 3.5.1-2**).

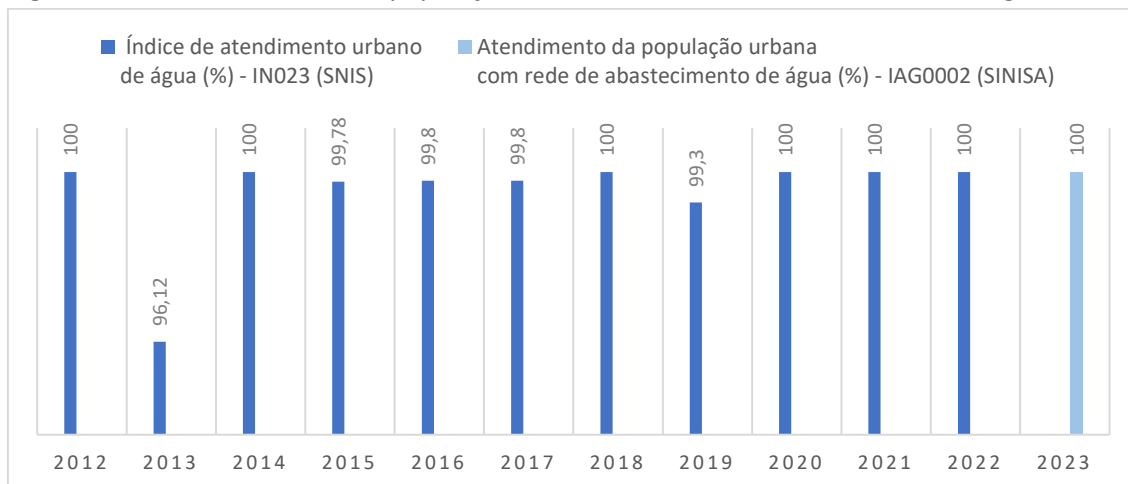
Figura 3.5.1-2: Atendimento da população total com rede de abastecimento de água



Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Já entre a população urbana, o atendimento que era de 100% em 2012 e 2023, com exceção de 2013, onde apresentou 96,12% (vide **Figura 3.5.1-3**). Quanto ao atendimento para anos progressos entre a população rural, inexistem indicadores equivalentes no SNIS, mas os dados de 2023 da SINISA indicam o abastecimento de 100% nestas regiões.

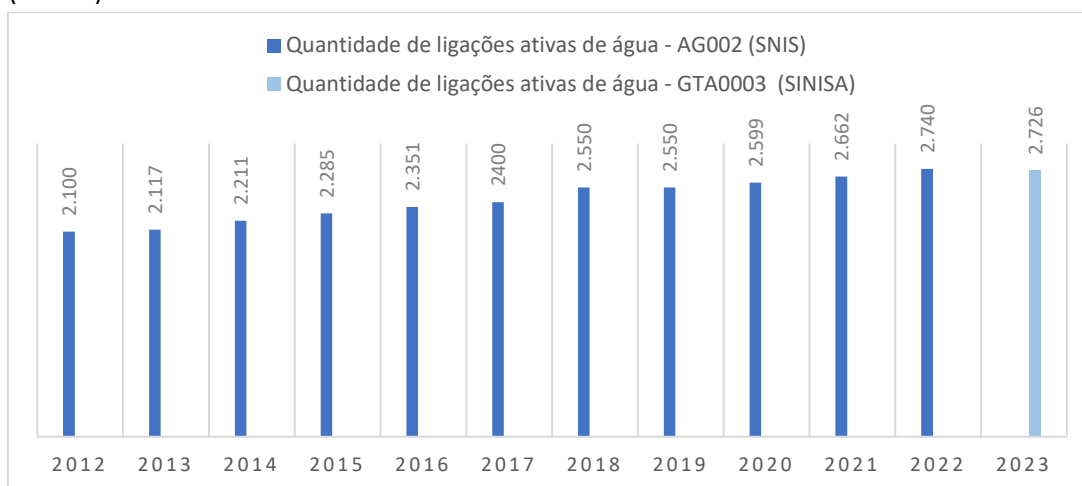
Figura 3.5.1-3: Atendimento da população urbana com rede de abastecimento de água



Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Quando se trata de quantidade de ligações ativas de água, que nesse caso se identifica com a quantidade de economias ativas, sua evolução é apresentada na **Figura 3.5.1-4**. Nota-se que aumentou lenta e gradualmente de 2012 a 2022 até atingir 2740 ligações, seu valor máximo, e reduzindo apenas em 2023, quando apresentou 2.726 ligações. Em dez anos, cerca de 640 novas ligações foram adicionadas, um aumento de 29% mantendo-se o atendimento urbano de 100%, o que aponta para uma expansão urbana igualmente lenta e gradual.

Figura 3.5.1-4: Evolução da quantidade de ligações ativas de água, AG002 (SNIS) e GTA0003 (SINISA)

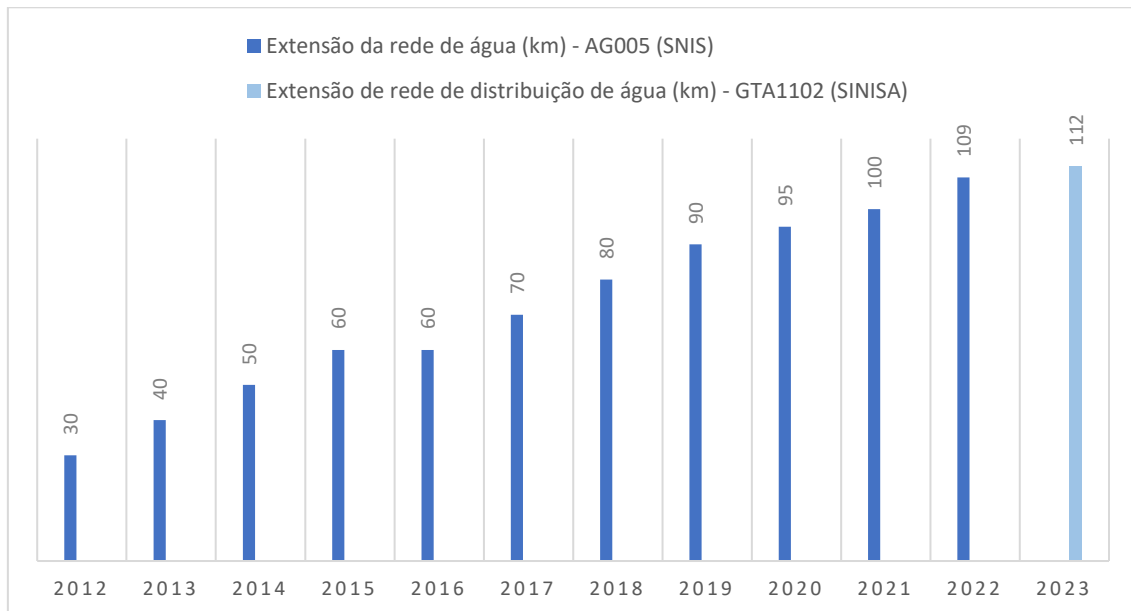


Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico (São Paulo; Santo Antônio da Alegria, 2017), a Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Alegria não possui o cadastro das redes de

distribuição dos subsistemas de abastecimento de água do município, **entretanto, este foi recentemente executado em 2024 junto com ações para controle de perdas.** Além da falta de confiabilidade sobre os dados da rede de distribuição de água do município na série histórica, o Plano informa que as inexistem informações sobre local, idade ou material da rede, situação que dificulta a adequada gestão desta infraestrutura e necessita ser verificada. Os dados informados ao SNIS e ao SINISA sobre a extensão da rede também demonstram uma evolução gradual, com acréscimo de 3 a 10km por ano, situação que evidencia a evolução da quantidade de ligações, exceto para 2023 – ano em que foi constatado aumento de 3 km da extensão, mas redução no número de ligações (vide **Figura 3.5.1-5**).

Figura 3.5.1-5: Extensão da rede de água (km), AG005 (SNIS) e GTA1102 (SINISA)



Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Apesar de maior, dados do SNIS e do SINISA destacam que os índices de perdas são significantes, e cresceram apesar da informação de que seriam tomadas ações de controle e cadastramento da rede em 2017 (**Figura 3.5.1-6**). Observa-se que os valores de perdas reportados ao SNIS e ao SINISA eram de 26% até 2013 e permaneceram em torno de 50% entre 2014 e 2022.

Apesar de reduzir em 2023 para 43%, ainda se demonstra acima das médias estadual, regional e nacional (vide **Figura 3.5.1-7**), trata-se de perdas relevantes que, em conjunto com as demais deficiências relatadas no plano de 2017, podem comprometer o serviço de abastecimento.

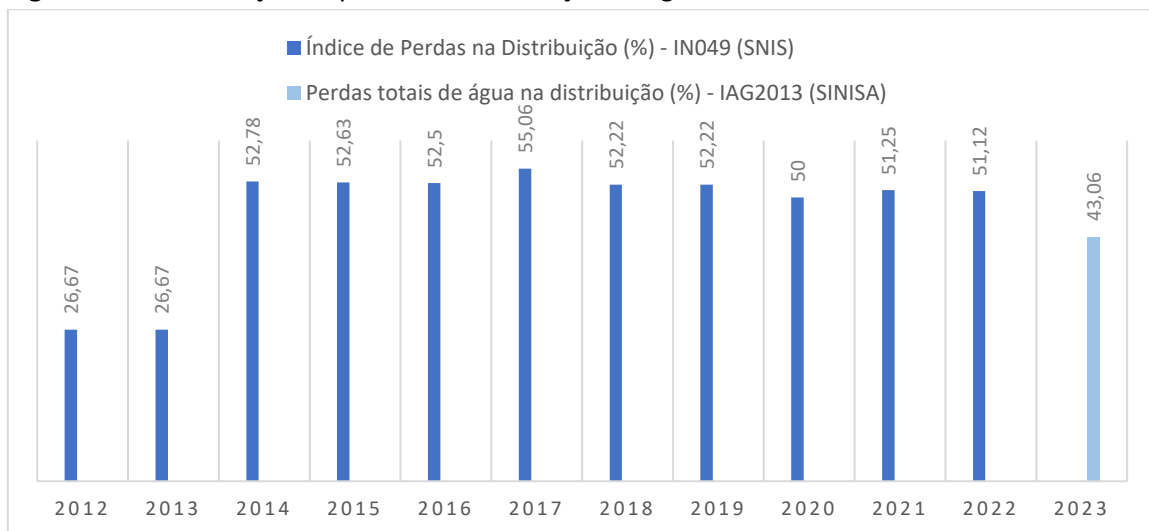
Dentre as deficiências relatadas, destacam-se:

- Ausência de monitoramento dos sistemas particulares;

- Falta de regularização de parte das captações;
- Elevado índice de inadimplência (25%), bem como do déficit de receitas e despesas (31,84%);
- Falta de diretrizes para novos empreendimentos urbanos que fazem uso da água e podem sobrecarregar o sistema.

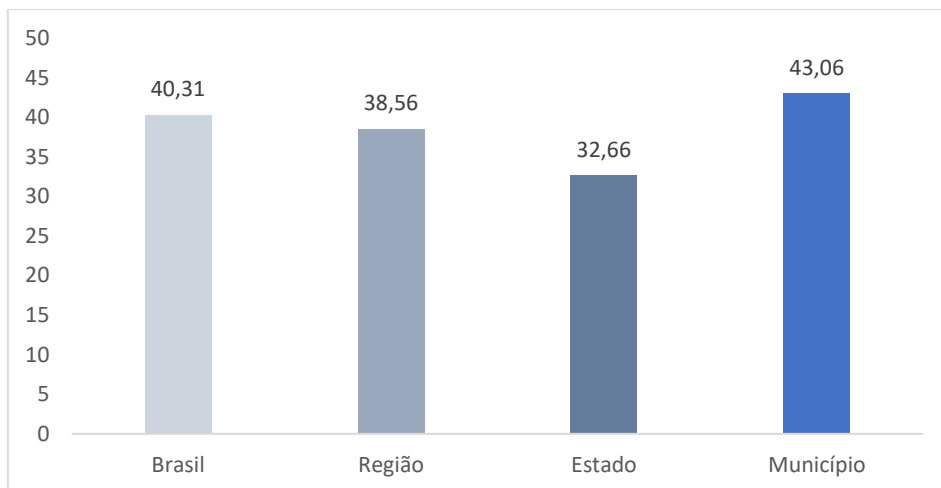
Entretanto, é preciso destacar que o Grupo de Trabalho composto por técnicos da prefeitura, criado para este Plano Diretor, informou que o sistema de abastecimento de água passou por manutenção significativa e que trouxe melhorias operacionais, e também da abertura de licitação para a elaboração do Plano de Perdas (vide **item 7.1 – Reunião com Grupo de Trabalho**).

Figura 3.5.1-6: Evolução de perdas na distribuição de água



Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

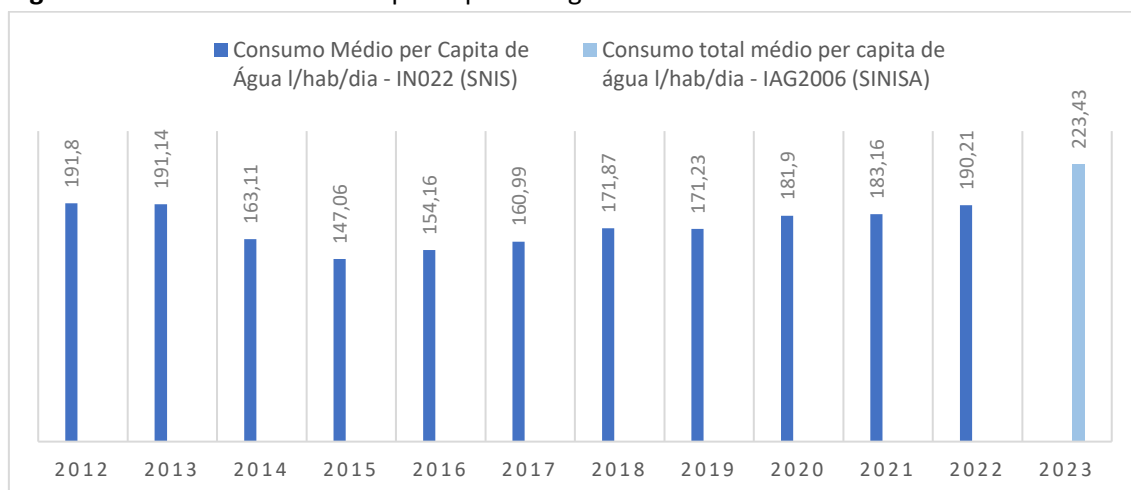
Figura 3.5.1-7: Comparativo dos valores de perdas de água na distribuição (indicador IAG2013 – SINISA) no ano de 2023



Fonte: SINISA, 2025.

Quanto ao consumo, cuja evolução é apresentada na **Figura 3.5.1-8**, a série histórica baseada em dados do SNIS entre 2012 e 2022 indica variação no consumo médio per capita de água no município, com valores entre 147 e 191 l/hab/dia. Contudo, o dado equivalente mais recente do SINISA (2023) registra um consumo de 223 l/hab/dia (indicador IAG2006), maior que a média nacional, estadual e regional (vide **Figura 3.5.1-9**).

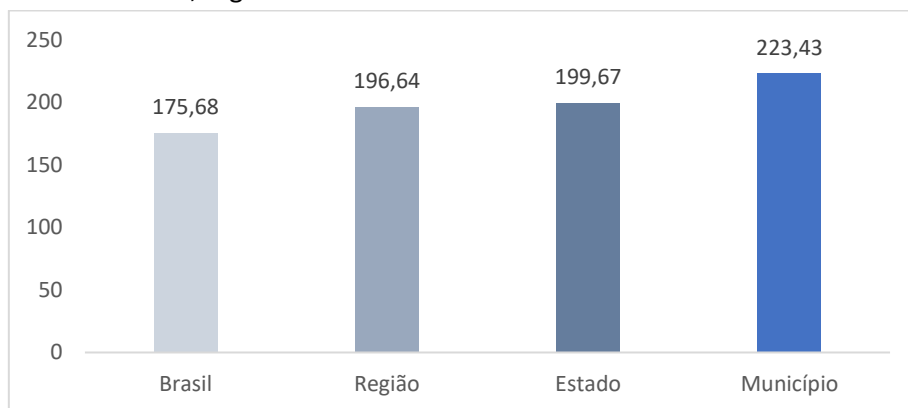
Figura 3.5.1-8: Consumo médio per capita de água nos últimos anos



Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Esse valor destoante da tendência histórica pode estar relacionado a inconsistências no preenchimento das informações ou a diferenças metodológicas, mas também pode refletir, ao menos em parte, o impacto dos altos índices de perdas na rede de distribuição já apontados no Plano Municipal de Saneamento (2017) onde são estimados em cerca de 70%. Em sistemas com perdas elevadas, o volume de água produzido e lançado na rede tende a aumentar para atender à demanda efetiva dos consumidores, resultando em um consumo *per capita* aparente muito acima do real. Tal situação, caso confirmada, não apenas eleva custos operacionais e pressiona a capacidade de produção, mas também agrava o desperdício de recursos hídricos, comprometendo a eficiência e a segurança do abastecimento.

Figura 3.5.1-9: Comparativo do consumo total médio per capita de água no município em 2023 com as médias brasileira, regional e estadual



Fonte: SINISA, 2025.

A análise do sistema de abastecimento de água de Santo Antônio da Alegria evidencia um conjunto de vulnerabilidades estruturais e operacionais que, embora não representem risco iminente de colapso, comprometem a eficiência do serviço. Entre os principais pontos observados estão a ausência de cadastro atualizado das redes de distribuição, a predominância de infraestrutura antiga e operada manualmente, a confiabilidade entre as informações oficiais sobre cobertura do atendimento, os elevados índices históricos de perdas e o consumo per capita significativamente acima das médias estadual e nacional, possivelmente influenciado por essas perdas.

Tais fragilidades têm relação direta com os desafios apontados no eixo de segurança hídrica do Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática - PEARC-SP (2025), que prevê, entre outras ações, a redução das perdas na distribuição, a ampliação da segurança dos sistemas de abastecimento, a utilização racional dos mananciais e a diversificação das fontes hídricas como estratégias para aumentar a resiliência dos municípios frente a cenários de escassez e eventos extremos. O PEARC-SP enfatiza a necessidade de integrar o planejamento de saneamento às

políticas climáticas, priorizando soluções baseadas na natureza, a modernização de redes e a adoção de tecnologias de monitoramento e controle de consumo.

1.6.2. Sistema de esgotamento sanitário

Para a caracterização e análise do sistema de esgotamento sanitário de Santo Antônio da Alegria foram consideradas prioritariamente as informações fornecidas pelas seguintes fontes:

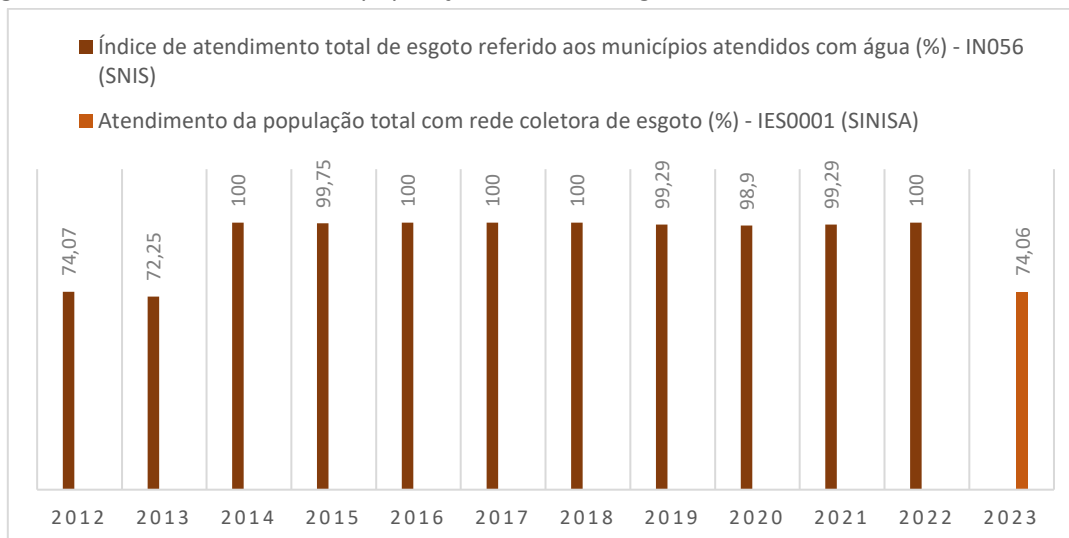
- Plano Municipal de Saneamento Básico Água de Santo Antônio da Alegria, de 2017 (São Paulo; Santo Antônio da Alegria, 2017);
- Plano de Saneamento Básico do Município de Santo Antônio da Alegria, de 2023 (São Paulo; Santo Antônio da Alegria, 2023);
- Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, que disponibiliza os dados de saneamento em série histórica até o ano de 2022 (SNIS, 2023); e
- Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA, sistema que substituiu o SNIS e disponibiliza os dados referentes a 2023, os mais recentes até o momento divulgados em 2025 (SINISA, 2025).

Com relação aos dados do SNIS e do SINISA, procurou-se identificar os índices e as informações equivalentes nos dois sistemas, a fim de obter uma análise histórica ao menos dos dez últimos anos disponíveis para o atendimento, a extensão da rede, a quantidade de ligações, e a fração de esgoto coletado referido à água consumida. Importante pontuar que os dados que alimentam estes sistemas são auto declaratórios, ou seja, reportados pelo próprio município ou prestador de serviço, o que pode incorrer em eventuais incongruências ou ausência de informações.

O sistema de esgotamento sanitário é operado pela própria Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Alegria e dividido em duas bacias, a primeira recebendo entre 70 a 80% do esgoto gerado na cidade e a segunda 20 a 30%, sendo composta por estação elevatória e duas estações de tratamento, segundo os Planos Municipais de Saneamento (São Paulo; Santo Antônio da Alegria, 2017 e 2023).

Segundo dados do SINISA referentes ao ano de 2023 o atendimento das populações total e urbana com rede coletora de esgoto (indicadores IES0001 e IES0002, respectivamente) são 74% e 100%. Observando dados de indicador equivalente no SNIS para atendimento da população total em anos recentes, apresentados na **Figura 3.5.2-1**, nota-se que o índice de atendimento total de esgoto esteve em torno deste mesmo valor até 2013, mas registrou atendimento integral entre 2014 e 2022.

Figura 3.5.2-1: Atendimento da população total com esgotamento sanitário nos últimos anos



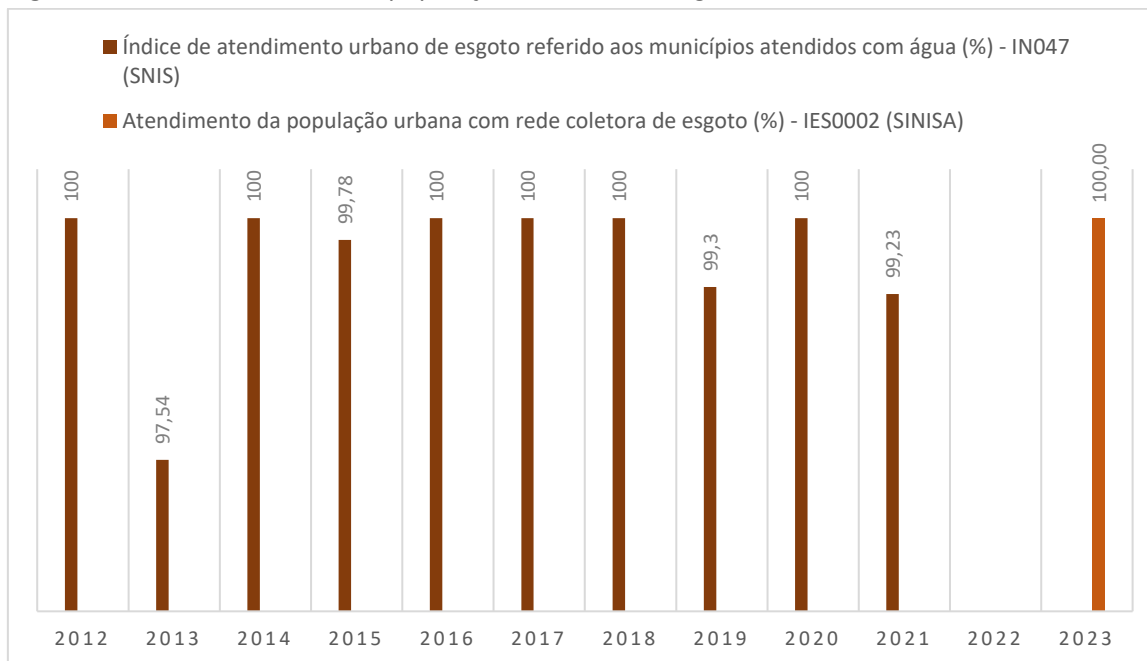
Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

O valor de 100% para o atendimento total no período em específico está associado a questões metodológicas, pois indica que a área rural estaria integralmente conectada à rede coletora de esgoto, e foi confirmado em reuniões do Grupo de Trabalho deste plano que as áreas rurais na realidade são dotadas de sistemas individuais.

No que diz respeito ao atendimento à população urbana, cuja evolução nos últimos anos é apresentada na **Figura 3.5.2-2**, nota-se que pequenas variações, mas sempre mantendo valores próximos a 100% de atendimento. Apesar de não existir valor registrado para 2022, o indicador IES0005 do SINISA, que mede o atendimento dos domicílios urbanos com rede coletora de esgoto registrou 100% em 2023. Embora ambos os indicadores tratem de cobertura de atendimento, o primeiro refere-se à população e o segundo aos domicílios, o que pode explicar pequenas diferenças entre os valores. A proximidade entre os dois resultados em 2023 corrobora a alta cobertura da rede coletora na área urbana, ainda que não seja possível acompanhar a evolução histórica do IES0005, pois não há indicadores equivalentes no SNIS para anos anteriores.

Corroborando com este elevado índice apresentado nos sistemas nacionais, o Grupo de Trabalho deste plano diretor indicou estar em torno de 94% de atendimento na área urbana e a necessidade de melhorias na plataforma SINISA para reporte dos dados.

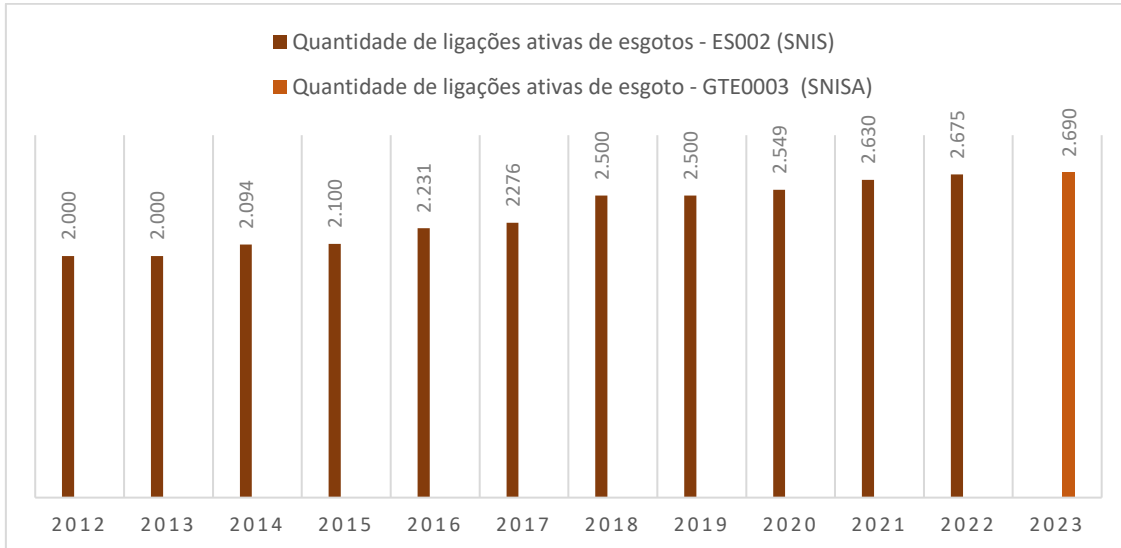
Figura 3.5.2-2: Atendimento da população urbana com esgotamento sanitário nos últimos anos



Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

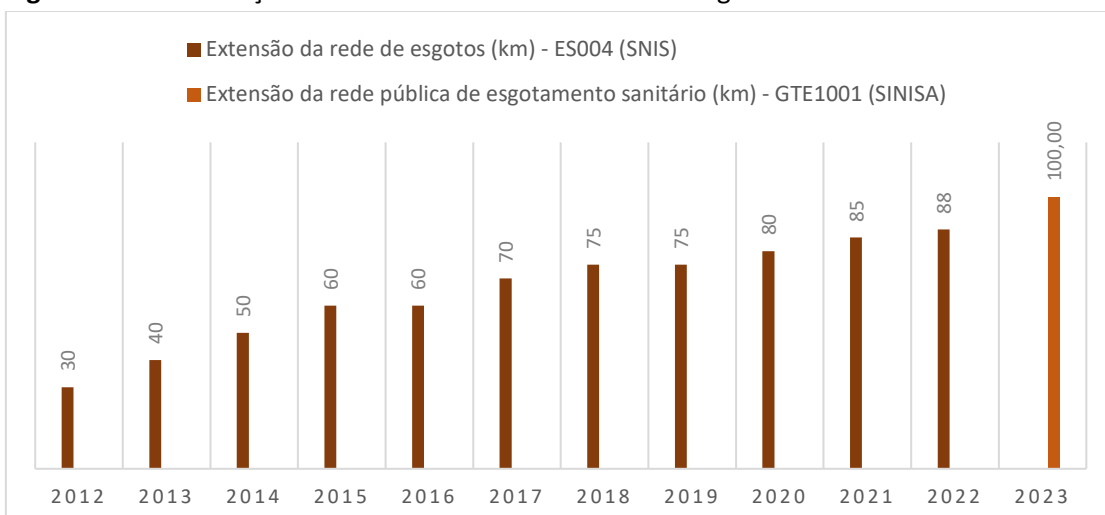
No que se refere à quantidade de ligações ativas de esgoto, observa-se trajetória de crescimento gradual ao longo da última década, passando de 2.000 em 2012 para 2.690 em 2023 (vide **Figura 3.5.2-3**). Comparando com a evolução na quantidade de ligações de água apresentada na **Figura 3.5.1-3** do item anterior, nota-se que, historicamente, a quantidade de ligações de esgoto manteve-se sempre abaixo do registrado para as ligações de água, resultado que sugere a necessidade de ampliação da cobertura da rede coletora em relação compatível com o abastecimento.

Figura 3.5.2-3: Progressão da quantidade de ligações ativas de esgoto



Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025. Quanto à extensão da rede coletora de esgotos em Santo Antônio da Alegria, mostrada na **Figura 3.5.2-4**, esta apresenta evolução ao longo dos anos, com variações entre 5 e 12 novas ligações. Entretanto, é possível destacar que até 2017 as extensões das redes de água e esgoto eram iguais, e a diferença observada nos anos posteriores pode ter sido ocasionada pela expansão desordenada, sem a infraestrutura para esgotamento sanitário.

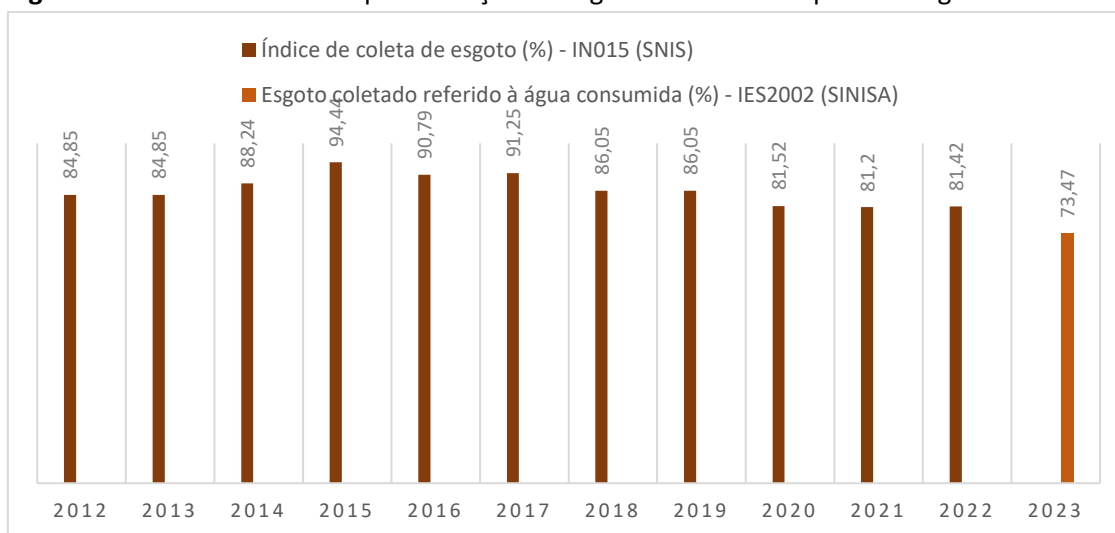
Figura 3.5.2-4: Evolução da extensão da rede coletora de esgoto



Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

No que diz respeito a fração de esgoto coletado comparada à água consumida, medida pelos indicadores IN015 do SNIS e IES2002 do SINISA, a **Figura 3.5.2-5** apresenta sua progressão nos últimos dez anos. A série histórica variou ao longo dos anos, apresentando aumento até 2015, quando alcançou 94%, e voltou a reduzir nos anos seguintes, chegando a 73% em 2023. Essa queda expressiva pode estar associada tanto a mudanças metodológicas quanto a inconsistências no reporte e até a real defasagem entre os sistemas.

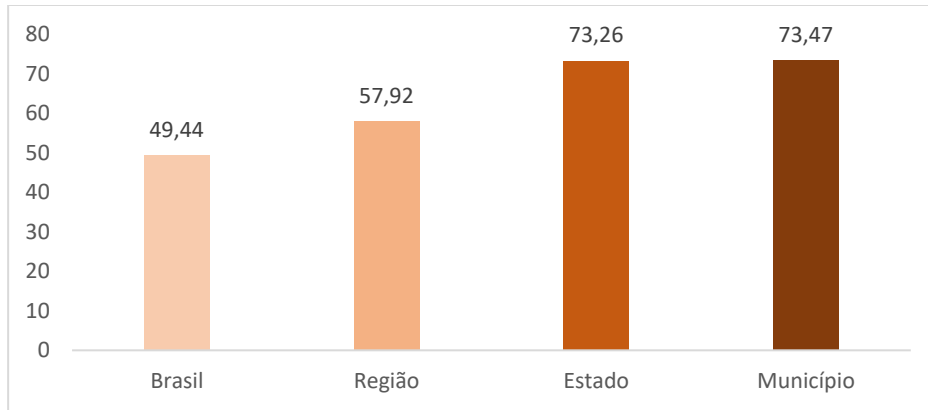
Figura 3.5.2-5: Série histórica para a fração de esgoto coletado comparada à água consumida



Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Se comparados às médias estatal, regional e nacional, nota-se que Santo Antônio da Alegria está acima dos valores normalmente observados para este indicador a nível nacional e regional, se equiparando à média do Estado, como mostra a **Figura 3.5.2-6**. Do ponto de vista do saneamento, os valores elevados indicam que grande parte da água consumida retorna ao sistema de esgotamento, mas que necessita de atenção devido a tendência de redução observada nestes últimos anos.

Figura 3.5.2-6: Comparativo do esgoto coletado referido à água consumida com as médias nacional, regional e estadual para o ano de 2023

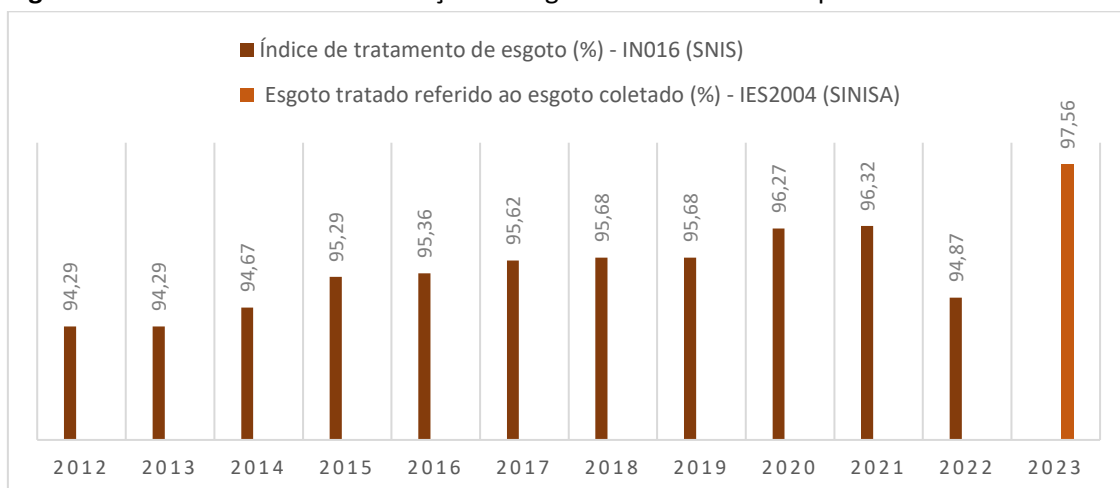


Fonte: SINISA, 2025.

No que tange ao tratamento do esgoto coletado, os Planos Municipais de Saneamento informam que todo esgoto coletado é lançado no Ribeirão Pinheirinho, após tratamento em duas estações, em região distante e a jusante das captações de água.

Os dados do SNIS e SNISA atestam essa realidade uma vez que que o índice de tratamento de esgoto (indicador IN016) é superior a 94% em todo o período analisado, chegando a 97% em 2023, conforme **Figura 3.5.2-7**.

Figura 3.5.2-7: Série histórica da fração de esgoto tratada no município



Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Em suma, os dados analisados evidenciam avanços no serviço de esgotamento sanitário, com exceção ao total da população atendida e de esgoto coletado, o que pode estar relacionado com a abrangência do sistema na área rural e índice de perdas no consumo de água. É preciso

destacar que o Plano Municipal de Saneamento Básico, desenvolvido em 2017, evidencia que as estações de tratamento de esgoto encontram-se devidamente regularizadas e não alteram a qualidade das águas do receptor, Ribeirão Pinheirinho – Classe 3. No entanto, em 2023, a revisão do plano indica uma situação crítica no sistema de efluentes, especificamente nos trechos finais do emissário da Bacia de Contribuição da ETE Matadouro – mas que já passou por obras de adequação e melhorias, segundo informações do Grupo de Trabalho responsável pela elaboração deste plano.

Atualmente, o referido Grupo de Trabalho também identificou a necessidade de manutenção da ETE compacta, esta que por sua vez, apresenta instabilidade de funcionamento.

Sob a perspectiva da adaptação e resiliência climática, tais condições são de relevância estratégica, considerado componente-chave para a segurança hídrica, contribuindo para reduzir a vulnerabilidade socioambiental e prevenir impactos adversos à saúde pública e aos ecossistemas. A baixa eficiência na coleta e a inexistência de tratamento podem agravar riscos de contaminação hídrica e disseminação de doenças.

1.6.3. Manejo de resíduos sólidos

Para a análise do manejo de resíduos sólidos em Santo Antônio da Alegria foram consideradas as informações provenientes das seguintes fontes:

- Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de Santo Antônio da Alegria, de 2014);
- Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, que disponibiliza os dados de saneamento em série histórica até o ano de 2022 (SNIS, 2023); e
- Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA, sistema que substituiu o SNIS e disponibiliza os dados referentes a 2023, os mais recentes até o momento divulgados em 2025 (SINISA, 2025).

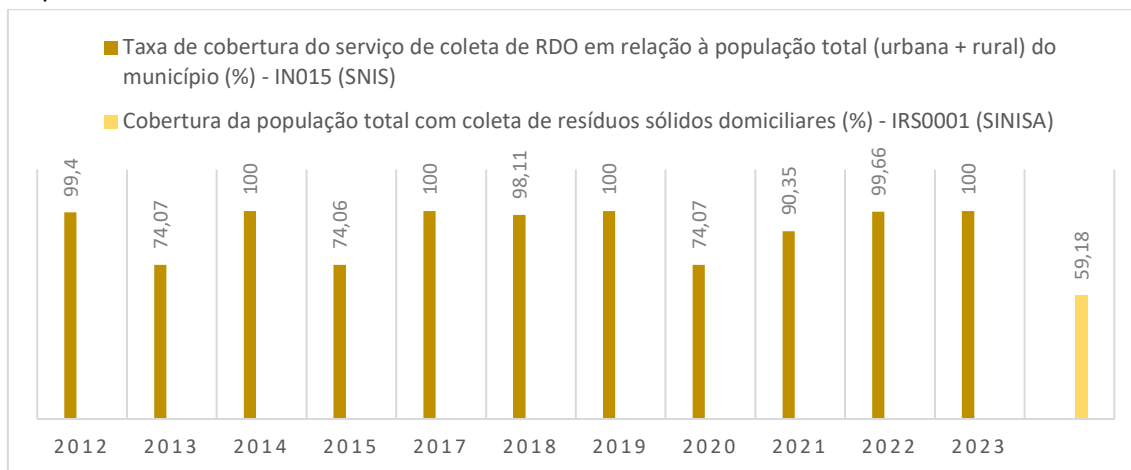
Atualmente o responsável pelo manejo dos resíduos sólidos é o Departamento Municipal de Meio Ambiente de Santo Antônio da Alegria, envolvendo tanto a coleta quanto a destinação (SINISA, 2025).

O tipo de coleta executada reportado ao SINISA é a coleta indiferenciada de resíduos sólidos domiciliares (e equiparados) nas áreas urbanas e rurais, que ocorre, segundo informações do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, na frequência diária no centro, duas vezes por semana nos demais bairros urbanos e a cada 15 dias nas áreas rurais, atendendo cerca de 2.123 domicílios em 2023.

Quanto à cobertura do serviço de coleta em relação a população total – medida pelos indicadores IN015 do SNIS (até 2022) e IRS0001 do SINISA (a partir de 2023) –, o gráfico da **Figura**

3.5.3-1 apresenta grandes variações entre 2012 e 2022, com valores de 74% e 100%, e uma redução significativa em 2023, quando registrou 59%.

Figura 3.5.3-1: Cobertura do serviço de coleta em relação a população total nos últimos dez anos disponíveis

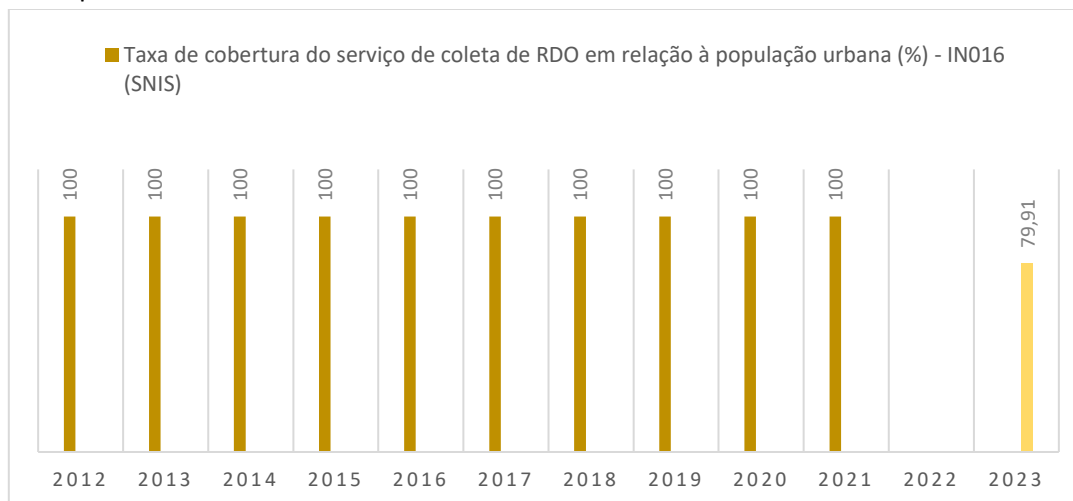


Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Quanto à cobertura do serviço de coleta especificamente para a população urbana – dada pelos indicadores IN016 do SNIS (até 2022), e IRS0002 do SINISA (em 2023) –, o gráfico na **Figura 3.5.3-2** apresenta estabilidade dessa cobertura entre 2012 e 2022, com 100% de atendimento, e também com significativa redução em 2023, quando constatou 80%. De maneira geral, é possível considerar que a inconstância na série histórica, assim como a atualização do indicador no ano de 2023 demonstram a necessidade de melhoria neste serviço para as áreas rurais e urbanas.

Mais recentemente, de acordo com as informações obtidas durante a reunião com o Grupo de Trabalho (**vide item 7.1**), foi informado que a coleta de resíduos sólidos em Santo Antônio da Alegria abrange 100% da área urbana, enquanto que nas áreas rurais são distribuídas caçambas em todos os bairros.

Figura 3.5.3-2: Cobertura do serviço de coleta em relação a população urbana nos últimos dez anos disponíveis



Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

No que tange o serviço de coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares, no ano de 2023 a cobertura da população total e da população urbana com esse serviço, dada pelos indicadores IRS0005 e IRS006 do SINISA, foram de 0%, valor que demonstra não existir este tipo de serviço no município e desta forma, muito distante das médias brasileira (36,06%), regional (47,42%), e estadual (61,01%) (SINISA, 2025).

Apesar disso, é importante destacar que o indicador equivalente no SNIS em anos anteriores – o IN030 demonstrar que este serviço era realizado em 100% da cidade e o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de 2014 também traz informações e evidências sobre a realização deste serviço, ao menos duas vezes por semana. Esta inconsistência também foi verificada pelo Grupo de Trabalho do presente plano diretor, o que reforça que os dados reportados no SNIS e SNISA encontram-se incorretos.

Além da coleta de resíduos sólidos domiciliares e seletiva, o município conta com serviços de limpeza urbana, varrição, capina e poda, caçambas para coleta e reciclagem de resíduos da construção civil, ecopontos para coleta de óleo de cozinha, mutirão para volumosos, e outros citados no Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.

Quanto aos resíduos especiais, o poder público oferece e realiza a coleta e destinação de resíduos sólidos dos serviços de saúde, utilizando de empresa terceirizada, duas vezes por semana e encaminhando-os para processo de incineração controlada. Também são ofertados serviços de recebimento de pneus velhos ou inservíveis e de pilhas e baterias. Não há, no entanto, oferta pelo poder público do serviço de coleta e destinação de alguns resíduos de logística reversa (ex.: lâmpadas), óleos e graxas, embalagens de agrotóxicos, ficando a responsabilidade a cargo do gerador.

Quanto à destinação final dos resíduos sólidos coletados, de acordo com dados do SINISA (2025) e informações do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, estes são atualmente enviados no próprio aterro sanitário municipal, localizado a cerca de 1,5km a sudoeste da sede, na Estrada do Paredão. Esta proximidade, assim como a constatação de loteamentos em direção ao aterro indicam a necessidade de ordenar a expansão urbana, evitando a aproximação com esta infraestrutura.

A correta operação do aterro sanitário se faz de grande importância estratégica, de forma a prevenir impactos ambientais, incluindo a contaminação das águas superficiais e subterrâneas – em especial o ponto de captação Bela Vista, a menos de 1km de distância.

Apesar dos avanços observados em termos de cobertura, desempenho e recuperação de resíduos, como coleta seletiva e reciclagem, ainda apresenta fragilidades de planejamento e de gestão que comprometem sua efetividade e melhoramento.

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deve ter periodicidade de revisão observando prioritariamente o período de vigência do Plano Plurianual Municipal, ou seja, a cada quatro anos. Uma alteração posterior pela Lei nº 14.026, de 2020, acrescentou que a periodicidade de revisão deve observar o período máximo de dez anos. O Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de Santo Antônio da Alegria é de 2014, estando, portanto, defasado em relação ao prazo para sua revisão.

Outro ponto crítico diz respeito à qualidade das informações reportadas aos sistemas nacionais de informações sobre saneamento. O SINISA, e anteriormente o SNIS, são alimentados por dados declaratórios enviados anualmente pelos municípios e pelos prestadores de serviço. Dada a complexidade e o volume de informações exigidas, somados à rotatividade das gestões municipais, é comum a ocorrência de lacunas, inconsistências ou dados conflitantes. No caso de Santo Antônio da Alegria, observa-se que diversos indicadores não foram calculados por ausência de dados suficientes, o que limita a capacidade de análise e o acompanhamento sistemático do desempenho dos serviços de manejo de resíduos sólidos. Também se identificam informações conflitantes entre os diferentes indicadores existentes, sugerindo falhas nos processos de coleta, registro ou validação das informações.

1.6.4. Manejo das águas pluviais

Para a realização da análise do sistema de drenagem de águas pluviais de Santo Antônio da Alegria foram consideradas prioritariamente as informações fornecidas pelas seguintes fontes:

- Plano Diretor de Macrodrenagem de Santo Antônio da Alegria, de 2010 (São Paulo; Santo Antônio da Alegria, 2010);

- Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, que disponibiliza os dados de saneamento em série histórica até o ano de 2022 (SNIS, 2023); e
- Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA, sistema que substituiu o SNIS e disponibiliza os dados referentes a 2023, os mais recentes até o momento divulgados em 2025 (SINISA, 2025).

Entretanto, importa mencionar que, o Plano Diretor de Macrodrenagem de Santo Antônio da Alegria de 2010 foi considerado, uma vez que não existem estudos mais atuais, e que este apresenta direcionamento específico para as galerias e travessias existentes. O novo plano de drenagem do município está em elaboração, segundo informações do Grupo de Trabalho deste estudo.

Além disso, foram considerados também dados do Censo 2010 e 2022 e do SNIS e do SINISA.

Para os dados do SNIS e do SINISA procurou-se analisar séries históricas para as informações e indicadores mais relevantes, observando o período de 2017 a 2023, visto que o ano de 2017 é o mais antigo presente na sessão de águas pluviais.

1.6.4.1. Macrodrenagem

No que diz respeito a macrodrenagem, composta essencialmente pelo Ribeirão Pinheirinho e córregos que para ele afluem, o Plano Diretor de Macrodrenagem de Santo Antônio da Alegria (2010) apresentou estudo nas travessias a rede de macrodrenagem da área urbana (**Figura 3.5.4.1-1**), analisando nesses pontos as capacidades de vazão diante de eventos de cheias. O que se constatou é que, de uma maneira geral, as travessias existentes na área urbana de Santo Antônio da Alegria dividem-se em: duas galerias circulares e três canais abertos (pontes), dos quais apenas três necessitam de adequação.

As adequações a que se referem o Plano são relacionadas ao redimensionamento da seção transversal, substituindo-se a travessia intermediária por uma travessia aérea, e a implantação de reservatórios de detenção/retenção a montante da cidade para retardar possíveis ondas de cheias.

O Plano então observou a adequação dessas travessias quanto a capacidade de drenagem na ocorrência de precipitações severas, considerando o Tempo de Retorno, mas relatou a existência de problemas críticos no sistema. A magnitude desse evento é determinada por estudos hidrológicos, que analisam séries históricas de precipitação, vazão ou nível d'água, ajustadas a modelos estatísticos de frequência, para estimar a vazão de pico correspondente ao TR adotado. Na prática, escolher um TR de 100 anos significa projetar ou avaliar a obra para resistir a um nível de severidade elevado, buscando maior segurança diante de eventos extremos, cenário que diante das mudanças climáticas tende a ser mais frequente.

O resultado desse estudo e suas recomendações estão sintetizados a seguir:

- Rua Carlos de Campos sobre o Córrego dos Lourenços (1) e Travessia à montante do Parque Ecológico, na Rua Vicentino B (3): A declividade do trecho que compreende a travessia no Córrego dos Lourenço é acentuada (cerca de 2 %). Tal condição provoca o desenvolvimento de velocidades elevadas, e recomenda a instalação de aduelas de concreto com declividade longitudinal de fundo de 0,55 %, seguido por estrutura que permite a queda e equalização do nível do terreno, além de dissipadores de energia e revestimento dos canais para evitar processos erosivos; e
- Ruas Nove de Julho e Salma Antônio sobre o Ribeirão Pinheirinho (2): propõe-se um canal trapezoidal revestido com enrocamento de pedras com largura de fundo igual a 12,00 m, taludes laterais com inclinação 1 V : 1,5 H e declividade longitudinal de fundo igual a 0,35 %;

1.6.4.2. Microdrenagem

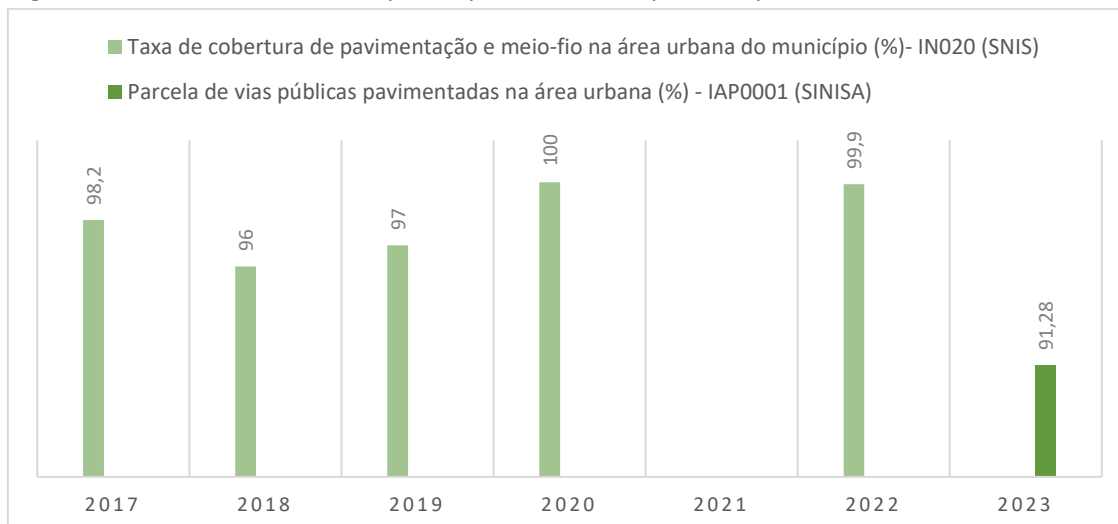
O município de Santo Antônio da Alegria é dotado de Plano Diretor de Macrodrenagem desenvolvido em 2010 e utilizado no capítulo anterior, entretanto, não foram identificados outros estudos ou documentos, ou instrumentos legais que reconheçam a existência de planos diretores de drenagem e que tragam detalhes sobre o sistema, informação que também foi reportada no SNIS e SNISA.

A importância dada para o sistema de **macrodrenagem** possui relevância acentuada, considerando a localização da sede - às margens do Ribeirão Pinheirinho e entre a foz de dois córregos afluentes - mas em escala micro, observa-se a ausência de dados e informações, e uma mancha urbana reduzida (1,65km², menos de 0,5% do território), o que sugere menor complexidade.

As áreas urbanas apresentam predominantemente pavimento asfáltico, com guias/sarjetas para condução das águas pluviais, em alguns casos com bueiros/bocas de lobo para captação. Os dados da SNISA para o ano de 2023 indicam a existência de pontos de captação em vias públicas urbanas, cerca de 11 captações/km, e um valor consideravelmente maior para as vias com galerias, 26 captações/km. Entretanto é possível destacar que não foi informada a existência de receitas para os serviços de drenagem urbana, situação que pode refletir na execução de melhorias e manutenção.

Segundo dados do SNIS e do SNISA apresentados na **Figura 3.5.4.2-1**, a parcela de vias públicas pavimentadas na área urbana reportada foi acima de 96% **nos últimos 10 anos**, atingindo 100% em 2020, e reduzindo apenas em 2023 para 91,8%. Essa repetida variação de valores reportados aponta para possíveis incongruências no fornecimento de informações. Apesar disso, os valores reportados são considerados altos.

Figura 3.5.4.2-1: Série histórica para a parcela de vias públicas pavimentadas na área urbana

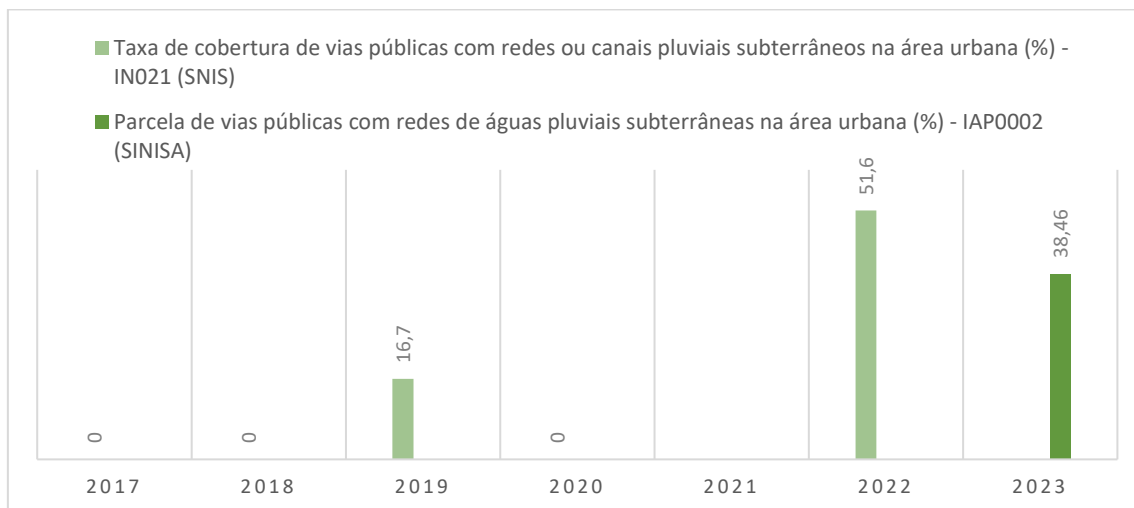


Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Em contraste, a cobertura por redes ou canais pluviais subterrâneos (**Figura 3.5.4.2-2**) apresentou valores significativamente menores ao longo do período, permanecendo com 0% em 2017, 2018 e 2020, e registrando expressivo aumento para 51,6% em 2022 e 38,46% em 2023. Essa disparidade sugere que, embora a pavimentação esteja amplamente consolidada, a infraestrutura de microdrenagem subterrânea foi, historicamente, pouco abrangente, passando apenas recentemente por expansão significativa. Tal cenário indica possível descompasso entre a impermeabilização das vias e a capacidade de escoamento das águas pluviais, aspecto que merece atenção na gestão da drenagem urbana para mitigar riscos de alagamentos.

Entretanto, há de se destacar que a existência de cadastro multifinalitário realizado recentemente em 2024, do projeto de microdrenagem em andamento, e que as áreas permeáveis na área urbana também reduzem o escoamento de águas superficiais, contribuindo com o bom funcionamento do sistema – conforme destacado pelo Grupo de Trabalho deste plano diretor. Mesmo não havendo indicação de danos evidentes ao município, melhorias estão sendo executadas.

Figura 3.5.4.2-2: Série histórica para a parcela de vias públicas com redes de águas pluviais subterrâneas na área urbana



Fonte: SNIS, 2023; SINISA, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

1.7. Considerações finais

A leitura ambiental indica que as condicionantes naturais do município — relevo, recursos hídricos e cobertura vegetal — são de relevância estratégica, pois moldam as ocupações e atividades da cidade, estão relacionadas com a disponibilidade de água para os usos, questões de saúde pública, produção agropecuária, turismo, e a própria sustentação da população. É importante ressaltar a relevância de diretrizes ambientais para as novas ocupações, de forma a evitar prejuízos aos serviços ecossistêmicos que os ambientes naturais nos proporcionam, prevenindo de problemas futuros e que podem prejudicar o desenvolvimento de Santo Antônio da Alegria.

Em termos de relevo, predominam as classes de declividade suave ondulada a ondulada, com faixas e regiões localizadas de maiores inclinações nas áreas rurais do território. Embora a baixa probabilidade de ocorrência de APPs de encosta (declividade >45°), este deve ser verificado durante o processo de aprovação de projetos e novas ocupações através de levantamento topográfico. Os setores de elevada declividade também concentram suscetibilidades a processos erosivos e movimentos de massa e, por isso, demandam critérios de uso e ocupação mais restritivos, controle de supressão e recuperação vegetal, bem como manejo adequado de águas pluviais. Em termos de ordenamento, convém desestimular adensamentos e novos parcelamentos nesses trechos e priorizar intervenções de qualificação urbana em áreas de menor fragilidade.

Nos recursos hídricos superficiais, a sede municipal situa-se na UGRHI 8 – Sapucaí/Grande, com destaque para o Ribeirão Pinheirinho e córregos afluentes próximos das ocupações urbanas. O enquadramento vigente ressalta usos mais restritivos no Ribeirão Pinheirinho (chegando à Classe 4 próximo da sede), o que reforça a necessidade de ações para controlar o descarte de efluentes sem tratamento, da preservação das margens e nascentes.

A água subterrânea é estratégica: o território de Santo Antônio de Alegria encontra-se em área de afloramento do Sistema Aquífero Guarani, o que favorece a recarga, mas eleva a vulnerabilidade à contaminação, principalmente em áreas com atividades com potencial risco. Apesar de não existir rede de monitoramento da qualidade das águas subterrâneas no município, as análises laboratoriais citadas no Plano de Saneamento indicam atendimento aos padrões de potabilidade e boa qualidade.

A cobertura vegetal remanescente (cerca de 21% do território), com fragmentos significativos de Mata Atlântica e Cerrado, cumpre funções de regulação hídrica e controle de processos erosivos, sobretudo em nascentes e margens – como tem sido objeto de plano de restauração ecológica no município. A pressão histórica por conversão para agricultura e silvicultura, principalmente, mas também pelo crescimento urbano, recomenda priorizar a proteção de corredores ecológicos, restauração de matas ciliares e manejo de borda de fragmentos próximos à cidade — medidas que também reduzem assoreamento e mitigam picos de cheias.

Em especial, é importante destacar que os atributos naturais existentes em Santo Antônio de Alegria também são atrativos turísticos, o que reforça a importância de práticas sustentáveis e a preservação do meio ambiente.

No saneamento, o abastecimento de água apresenta cobertura elevada e manancial abundante, mas o sistema produtor requer adequações operacionais na distribuição para reduzir o excesso de perdas, inadimplência e realizar manutenção, apesar das recentes melhorias, de acordo com a Prefeitura Municipal. No esgotamento, persistem desafios de ampliação/modernização da coleta e do tratamento para reduzir a pressão sobre o Ribeirão Pinheirinho e, principalmente, o saneamento na área rural. Na drenagem, a expansão recente de galerias convive com elevada taxa de pavimentação. É importante realizar adaptações da capacidade hidráulica, manutenção preventiva e soluções de infiltração com infraestrutura verde-azul para compensar a impermeabilização e reduzir alagamentos pontuais.

Os mapeamentos de suscetibilidade apontam áreas de alta propensão a movimentos de massa (declividades elevadas, solos rasos), nas regiões mais acidentadas, e apesar de não apresentar mapeamento oficial de classes de inundações, a proximidade com grandes cursos d'água e histórico de inundações demonstram a existência de enxurradas e alagamentos, com riscos potenciais à população mas abrangidos por plano de contingência. Algumas diretrizes recomendadas são: restringir a ocupação e usos incompatíveis em áreas mapeadas como suscetíveis e investir em monitoramento e sistema de alerta de risco hidrológico

No eixo da resiliência climática, recomenda-se integrar ao ordenamento urbano: (i) normas de proteção de recarga do aquífero promovendo maiores coeficientes de permeabilidade, estímulo e adoção de Soluções Baseadas na Natureza nos projetos públicos e privados, como jardins de chuva, pavimentos permeáveis, valas de biorretenção, etc; (ii) qualificação da drenagem com base em desempenho (dimensionamento por TR compatível com o nível de serviço e folgas de segurança, planos de manutenção e limpeza); (iii) restauração de APPs e criação de parques lineares multifuncionais que associem lazer, contenção de cheias e melhoria de qualidade de água; e (iv) atualização periódica dos planos setoriais (resíduos, água, esgoto, drenagem) para proteger os recursos naturais e o monitoramento de resultados.

Em síntese, Santo Antônio da Alegria dispõe de condições favoráveis para um desenvolvimento urbano mais seguro e sustentável, desde que a expansão e o adensamento sejam orientados pelas condicionantes físicas e pela capacidade ambiental dos sistemas hídrico e ecológico, além de sistemas de saneamento. Proteger as áreas sensíveis, qualificar o saneamento (com foco em esgoto e drenagem), reduzir perdas de água, preservar e restaurar vegetação estratégica e fortalecer o monitoramento hidroclimático são passos essenciais para elevar a resiliência do território e a qualidade ambiental urbana.

1.8. Referências bibliográficas

BARBOSA, F. D.; ALCANTARA, A. G. L.; MOSCHINI, L. E.; PUGLIESI, É.; PINTO, M. J. R.; HANAI, F. Y. Áreas de afloramento do Aquífero Guarani (SP) e políticas de recursos hídricos: medidas para gestão. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 24, n. 1, p. 87–107, 2020.

BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). **Nota Técnica SPR/ANA nº 04/2022 – Dimensão Urbana do Índice de Segurança Hídrica do Abastecimento Urbano (ISHU)**. Brasília: ANA, 9 mar. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução nº 357, de 17 de março de 2005**. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 mar. 2005.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 maio 2012.

BRASIL. **Lei nº 14.258, de 29 de dezembro de 2021.** Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para dispor sobre a regularização de áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente no entorno de cursos d'água em áreas urbanas consolidadas.

BRASIL. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.** Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 1979.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 888,** de 24 de maio de 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. Águas subterrâneas. Um recurso a ser conhecido e protegido. Brasília: MMA/SRH, 2007.

BRASIL. Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 ago. 2010.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARDO (CBH-PARDO). **Plano de Bacia CBH-Pardo 2018-2027.**

INSTITUTO FLORESTAL (SP). **Plano de Manejo da Estação Ecológica de Santa Maria.** São Paulo: Instituto Florestal, 2019.

NALON, M. A.; SIMA – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente; IPA – Instituto de Pesquisas Ambientais. **Inventário da cobertura vegetal nativa do Estado de São Paulo** [recurso eletrônico]. São Paulo: SIMA/IPA, 2022. 238 p.: il.

ROSSI, M.; NALON, M. A.; KANASHIRO, M. M. 2022. **Atlas De Suscetibilidades Dos Solos Do Estado De São Paulo.** São Paulo: Instituto de Pesquisas Ambientais, 2022. V.1. 99p.

SÃO PAULO (Estado). Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA). **Deliberação Normativa nº 01, de 10 de julho de 2025.** Estabelece diretrizes para o encaminhamento de projetos de lei municipais que alterem faixas de Áreas de Preservação Permanente (APP) em cursos d'água localizados em áreas urbanas consolidadas. Diário Oficial do Estado de São Paulo: Poder Executivo, São Paulo, SP, 11 jul. 2025.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto Estadual nº 10.755, de 22 de novembro de 1977.** Dispõe sobre o enquadramento dos corpos d'água no Estado.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto Estadual nº 8.468, de 8 de setembro de 1976.** Dispõe sobre a prevenção e controle da poluição do meio ambiente.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 16.337, de 14 de dezembro de 2016.** Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e altera a Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, e a Lei nº 9.034, de 27 de dezembro de 1994.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 9.034, de 27 de dezembro de 1994.** Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH e dá providências correlatas.

SÃO PAULO (Estado). **Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática – PEARC-SP.** São Paulo, 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. **Plano Estadual de Recursos Hídricos PERH 2024-2027.**

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA-SP). **Plano de Ação Climática e Desenvolvimento para São Paulo – PAC 2050: versão final corrigida.** São Paulo, 2022.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. **Índice de capacidade de adaptação e resiliência às mudanças climáticas: ICAR – municípios paulistas.** São Paulo: SIMA, 2022.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. **Plano Estadual de Recursos Hídricos 2024-2027.**

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (IPT). **Subsídios ao Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental da área de afloramento do Sistema Aquífero Guarani no Estado de São Paulo.** CPLA: São Paulo, 2011.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Plano Diretor de Macrodrenagem de Santo Antônio da Alegria – 2010.** Santo Antônio da Alegria, 2010.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Plano Municipal Integrado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Santo Antônio da Alegria: Água e Esgoto – PMIGRS - SAA.** Santo Antônio da Alegria, 2014.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Santo Antônio da Alegria, Produto K, Relatório Final do Plano Municipal de Saneamento Básico: Volume 1.** Santo Antônio da Alegria, 2017.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Santo Antônio da Alegria**. Santo Antônio da Alegria, 2023.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Plano de Restauração Ecológica da Sub-Bacia 07 Bacia Hidrográfica do Ribeirão Lajeado: 1º Relatório de Atividades (diagnóstico ambiental)**. Santo Antônio da Alegria, 2025.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Plano de Restauração Ecológica da Sub-Bacia 07 Bacia Hidrográfica do Ribeirão Lajeado: 2º Relatório de Atividades (projeto executivo e plano de ações)**. Santo Antônio da Alegria, 2025.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Plano de Restauração Ecológica da Sub-Bacia 05 e 09 Bacias Hidrográficas do Rio Araraquara I e II: 1º Relatório de Atividades (diagnóstico ambiental)**. Santo Antônio da Alegria, 2025.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Plano de Restauração Ecológica da Sub-Bacia 05 e 09 Bacias Hidrográficas do Rio Araraquara I e II: 2º Relatório de Atividades (projeto executivo e plano de ações)**. Santo Antônio da Alegria, 2025.

4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Neste capítulo, será apresentada a análise dos principais indicadores socioeconômicos do município de Santo Antônio da Alegria, com vistas a compreender a produção do espaço através da dinâmica populacional e econômica do município, considerando os seguintes aspectos:

- Perfil demográfico;
- Indicadores de condições sociais;
- Indicadores de serviços municipais;
- Caracterização econômica; e
- Capacidade de investimento do município.

Quando possível, foram incorporadas informações da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP) e do Estado de São Paulo (ESP), com o propósito de estabelecer comparações qualificadas e definir parâmetros de referência para análise do desenvolvimento do município. Essa abordagem permite contextualizar os dados locais e ampliar a compreensão sobre os avanços e desafios socioeconômicos enfrentados por Santo Antônio da Alegria.

Para a coleta dos dados secundários, foram consultadas exclusivamente fontes oficiais que disponibilizam informações confiáveis e atualizadas:

- Fundação Seade: coleta de dados e projeções populacionais e econômicas, com base em informações do Censo do IBGE e outras fontes oficiais;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): utilização de dados dos Censos Demográficos de 2010 e 2022, além de informações sobre o Produto Interno Bruto (PIB) municipal e estadual;
- Ministério do Trabalho e Emprego: informações sobre empregos formais, distribuição por setor econômico e rendimento dos trabalhadores;
- Ministério da Fazenda: levantamento de receitas e despesas municipais por meio dos balanços anuais;
- Observatório do CadÚnico: dados relacionados ao Programa Bolsa Família e aos índices de vulnerabilidade das famílias cadastradas;
- Ministério da Saúde: informações sobre a estrutura de atendimento e os serviços prestados à população; e
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): indicadores educacionais e dados do Censo Escolar realizado anualmente.

4.1. Perfil demográfico

O município de Santo Antônio da Alegria, localizado na Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP), deverá alcançar em 2025 uma população de 6.933 habitantes, conforme estimativas do IBGE. A análise dos dados censitários populacionais dos anos de 2000, 2010 e 2022 revela que o município apresenta um crescimento populacional moderado e constante, embora abaixo das médias regional e estadual.

Entre 2000 e 2010, o número de moradores do município cresceu 9%, passando de 5.764 para 6.304 habitantes. No mesmo período, a população da Região Metropolitana de Ribeirão Preto cresceu 16% e a do Estado de São Paulo variou 11%, indicando que São Antônio da Alegria teve uma expansão mais tímida.

Entre 2010 e 2022, o ritmo de crescimento desacelerou ainda mais, com aumento de apenas 7%, atingindo 6.775 habitantes. A RMRP cresceu 9% e o Estado 8%, mantendo uma vantagem proporcional sobre o município, conforme a **Tabela 4.1-1**. Essa tendência pode estar relacionada à dinâmica migratória, envelhecimento populacional ou à limitação de oportunidades econômicas locais, que afetam a retenção e atração de moradores.

Tabela 4.1-1: População do município de Santo Antônio da Alegria, Região Metropolitana de Ribeirão Preto e Estado de São Paulo, entre 2000 e 2022

Variável	Ano	Santo Antônio da Alegria	RMRP	ESP
População	2000	5.764	1.307.990	37.032.403
	2010	6.304	1.511.140	41.262.199
	2022	6.775	1.648.111	44.411.238
Taxa de crescimento populacional (%)	2000/2010	9%	16%	11%
	2010/2022	7%	9%	8%

Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

As projeções populacionais para São Antônio da Alegria entre 2030 e 2050 indicam uma tendência de declínio demográfico, contrastando com o crescimento moderado previsto para a Região Metropolitana de Ribeirão Preto e o Estado de São Paulo.

Entre 2030 e 2040, a população do município deve cair de 6.802 para 6.716 habitantes, uma redução de 1,26%. Já entre 2040 e 2050, a queda se intensifica, com uma retração de 3,54%, levando a população a 6.478 pessoas. Esse movimento pode estar relacionado ao envelhecimento populacional, baixa taxa de natalidade, migração de jovens para centros urbanos maiores ou à limitação de oportunidades econômicas locais.

Em comparação, a RMRP ainda apresenta crescimento entre 2030 e 2040 (1,35%), embora também enfrente queda entre 2040 e 2050 (-1,69%). O Estado de São Paulo mantém crescimento até 2040 (1,72%), mas também projeta leve retração na década seguinte (-0,89%), o que sugere uma tendência mais ampla de desaceleração populacional em todo o estado. Os dados podem ser observados na **Tabela 4.1-2**.

Tabela 4.1-2: Projeção populacional do município de Santo Antônio da Alegria, Região Metropolitana de Ribeirão Preto e Estado de São Paulo, entre 2030 e 2050

Localidade		Santo Antônio da Alegria	RMRP	ESP
População	2030	6.802	1.758.728	46.825.450
	2040	6.716	1.782.383	47.629.261
	2050	6.478	1.752.262	47.203.417
Taxa de crescimento populacional (%)	2030/2040	-1,26%	1,35%	1,72%
	2040/2050	-3,54%	-1,69%	-0,89%

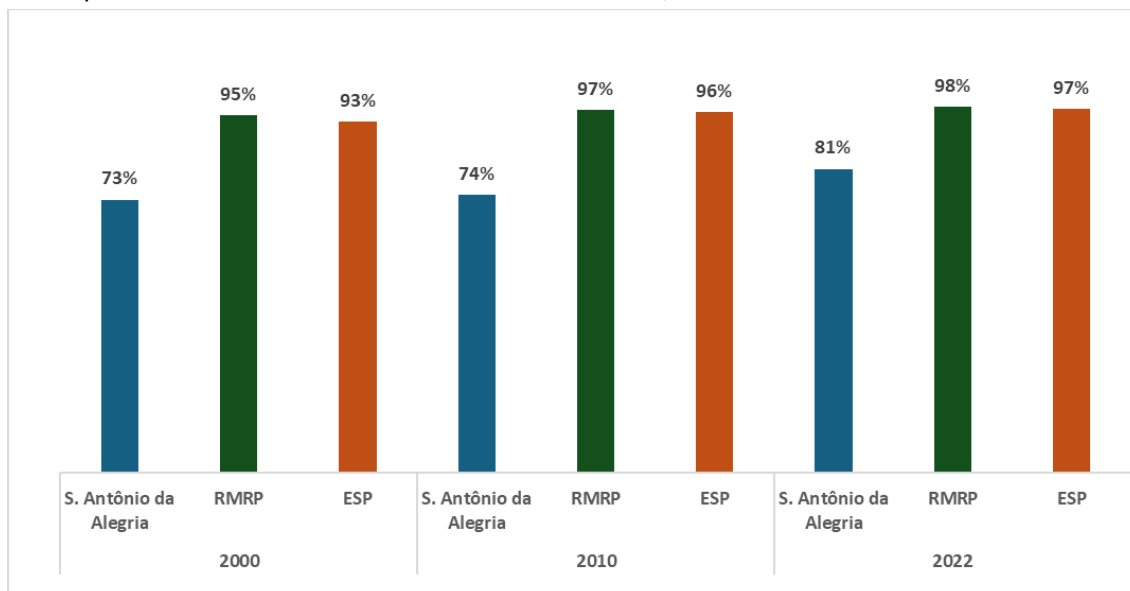
Fonte: Fundação Seade, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

4.1.1. Grau de Urbanização

Os dados sobre o grau de urbanização de São Antônio da Alegria entre 2000 e 2022 mostram uma evolução gradual, embora ainda distante dos patamares observados na Região Metropolitana de Ribeirão Preto e no Estado de São Paulo. Em 2000, o município tinha 73% da população vivendo em áreas urbanas, subindo para 74% em 2010 e alcançando 81% em 2022. Esse crescimento de 8 pontos percentuais ao longo de 22 anos indica um processo contínuo de urbanização, ainda que em ritmo mais lento.

Em comparação, a RMRP já apresentava 95% de urbanização em 2000, chegando a 98% em 2022, enquanto o Estado passou de 93% para 97% no mesmo período. Esses dados refletem a predominância urbana nas regiões mais desenvolvidas e metropolitanas, enquanto São Antônio da Alegria mantém características mais rurais, com uma parcela significativa da população ainda vivendo em áreas não urbanizadas, como pode ser observado na **Figura 4.1.1-1**.

Figura 4.1.1-1: Grau de urbanização do município de Santo Antônio da Alegria, Região Metropolitana de Ribeirão Preto e Estado de São Paulo, entre 2000 e 2022

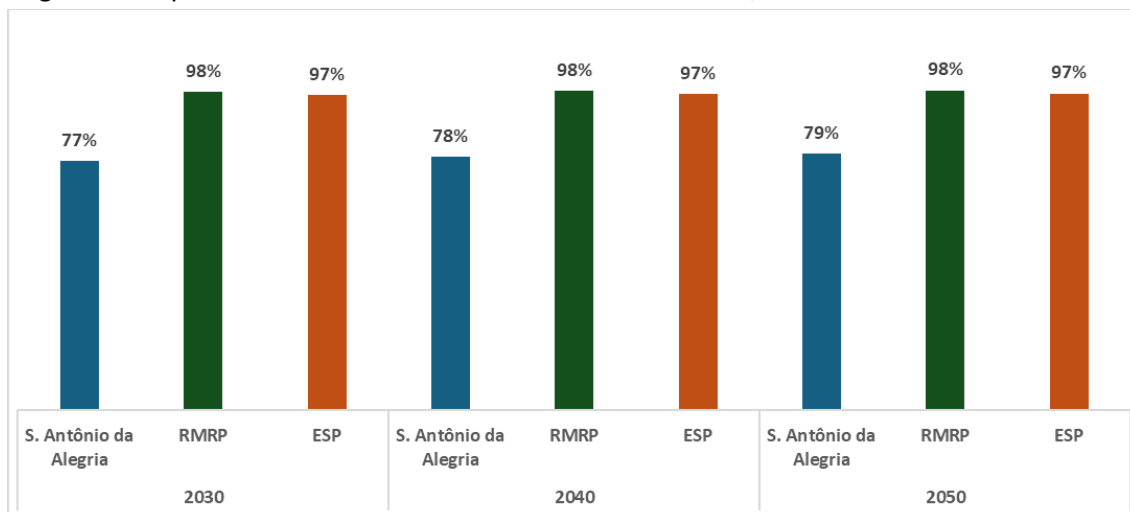


Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

As projeções para o grau de urbanização de São Antônio da Alegria entre 2030 e 2050 indicam um crescimento lento e contínuo, passando de 77% moradores em áreas urbanas em 2030 para 79% em 2050. Embora o município avance gradualmente na urbanização, deverá permanecer significativamente abaixo dos índices da Região Metropolitana de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo, ambos estabilizados em patamares elevados - 98% e 97%, respectivamente - ao longo das três décadas.

Esse cenário sugere que São Antônio da Alegria manterá características rurais mais acentuadas, com parte relevante da população vivendo fora dos centros urbanos. A urbanização moderada pode refletir limitações na expansão da infraestrutura urbana, menor pressão demográfica e preservação de atividades ligadas ao campo. Os dados podem ser observados na **Figura 4.1.1-2**.

Figura 4.1.1-2: Projeção do Grau de urbanização do município de Santo Antônio da Alegria, Região Metropolitana de Ribeirão Preto e Estado de São Paulo, entre 2030 e 2050



Fonte: Fundação Seade, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Corroborando com o grau de urbanização, entre 2000 e 2022, os dados demográficos de São Antônio da Alegria revelam que o avanço populacional do município foi impulsionado exclusivamente pelo crescimento da população urbana, que aumentou 31% no período passando de 4.194 para 5.484 habitantes. Em contrapartida, a população rural caiu 18%, de 1.570 para 1.291 pessoas, refletindo um processo de urbanização gradual. Essa tendência acompanha o padrão estadual e regional, onde também se observa redução significativa da população rural: - 36% na RMRP e - 42% no ESP, como apresentado na **Tabela 4.1.1-1**.

Apesar do crescimento urbano, como já apresentado, São Antônio da Alegria ainda mantém uma proporção rural mais elevada que a média regional e estadual, o que reforça seu perfil de município com características rurais preservadas. A urbanização crescente pode estar relacionada à busca por melhores serviços, infraestrutura e oportunidades econômicas, mas também exige atenção à qualidade de vida nas áreas urbanas e à manutenção de políticas públicas voltadas ao meio rural.

Tabela 4.1.1-1: População urbana e rural município de Santo Antônio da Alegria, Região Metropolitana de Ribeirão Preto e Estado de São Paulo, entre 2000 e 2022

Localidade	Condição	2000	2010	2022	Varição (%)
S. Antônio da Alegria	Urbana	4.194	4.669	5.484	31%
	Rural	1.570	1.635	1.291	-18%
	Total	5.764	6.304	6.775	18%
RMRP	Urbana	1.244.070	1.458.864	1.607.339	29%
	Rural	63.920	52.276	40.772	-36%
	Total	1.307.990	1.511.140	1.648.111	26%
ESP	Urbana	34.592.851	39.585.251	42.997.899	24%
	Rural	2.439.552	1.676.948	1.413.339	-42%
	Total	37.032.403	41.262.199	44.411.238	20%

Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

As projeções demográficas para o período de 2030 a 2050 indicam que São Antônio da Alegria enfrentará uma tendência de declínio populacional, tanto em áreas urbanas quanto rurais. A população total do município deve cair 4,8% e este recuo deverá ser mais acentuado nas zonas rurais, com uma queda de 14,2%, enquanto a população urbana apresenta uma leve redução de 1,9%.

Esse padrão observado contrasta com a Região Metropolitana de Ribeirão Preto, que projeta estabilidade populacional, com variação de apenas - 0,4% no total. A RMRP também deve manter sua população urbana praticamente constante, com leve crescimento até 2040 e pequena retração até 2050, enquanto a população rural deverá cair 19,8%. Já o Estado de São Paulo apresenta uma projeção de crescimento moderado de 0,8% no total, sustentado por um aumento de 1,2% na população urbana, apesar da queda de 12,6% na população rural. Os dados podem ser verificados na **Tabela 4.1.1-2**.

Quadro 4.1.1-2: Projeção da população urbana e rural do município de Santo Antônio da Alegria, Região Metropolitana de Ribeirão Preto e Estado de São Paulo, entre 2030 e 2050

Localidade	Condição	2030	2040	2050	Varição (%)
Santo Antônio da Alegria	Urbana	5.206	5.219	5.108	-1,9%
	Rural	1.596	1.497	1.370	-14,2%
	Total	6.802	6.716	6.478	-4,8%
RMRP	Urbana	1.721.264	1.749.036	1.722.223	0,1%
	Rural	37.464	33.347	30.039	-19,8%
	Total	1.758.728	1.782.383	1.752.262	-0,4%
ESP	Urbana	45.359.962	46.253.935	45.922.734	1,2%
	Rural	1.465.488	1.375.326	1.280.683	-12,6%
	Total	46.825.450	47.629.261	47.203.417	0,8%

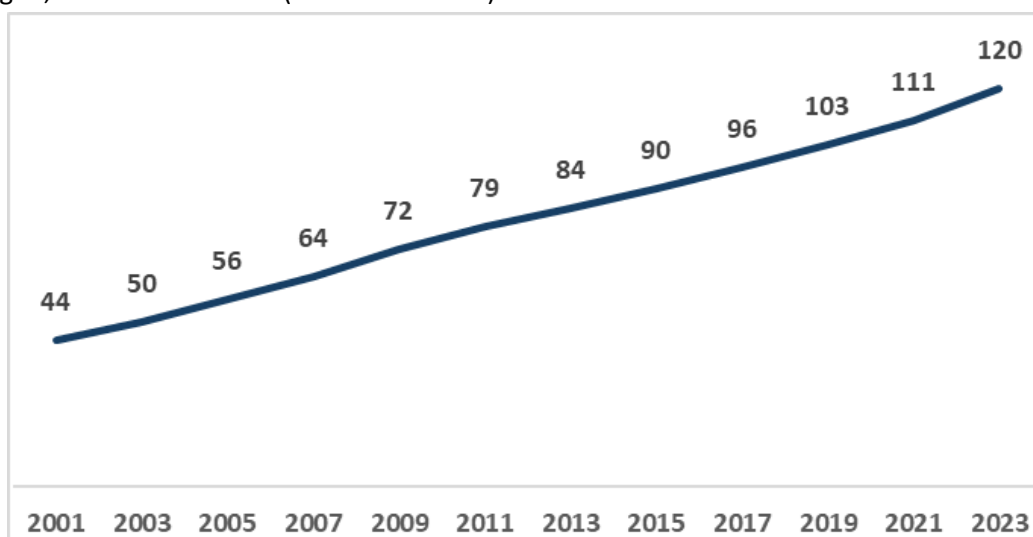
Fonte: Fundação Seade, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

4.1.2. Índice de envelhecimento

O índice de envelhecimento representa o número de pessoas com 60 anos ou mais para cada grupo de 100 crianças de 0 a 14 anos. Em São Antônio da Alegria, esse indicador passou de 44 em 2001 para 120 em 2023, evidenciando uma transição demográfica significativa.

Isso significa que, em 2023, há 120 idosos para cada 100 crianças, revelando que a população idosa já supera numericamente a população jovem no município. Esse processo de envelhecimento populacional tem implicações importantes para o planejamento de políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde, previdência, assistência social e infraestrutura urbana adaptada ao envelhecimento. A evolução do índice pode ser observada na **Figura 4.1.2-1**.

Figura 4.1.2-1: Índice de envelhecimento da população do município de Santo Antônio da Alegria, entre 2001 e 2023 (a cada dois anos)



Fonte: Fundação Seade, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

4.1.3. Taxa de Natalidade

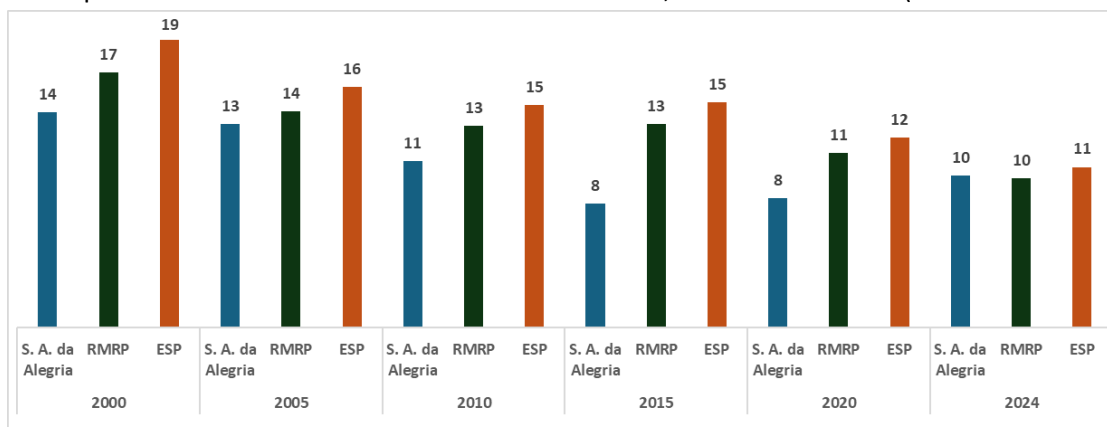
A taxa de natalidade em São Antônio da Alegria apresenta uma trajetória de queda acentuada entre 2000 e 2020, seguida por uma leve recuperação em 2024. Em 2000, o município registrava 14 nascimentos por mil habitantes, número que caiu progressivamente para 8 em 2015 e permaneceu nesse patamar até 2020. Em 2024, houve um pequeno aumento para 10 nascimentos por mil habitantes.

Esse comportamento acompanha a tendência observada na Região Metropolitana de Ribeirão Preto e no Estado de São Paulo, que também apresentaram quedas ao longo do período. A

RMRP passou de uma taxa de natalidade de 17 em 2000 para 10 no ano de 2024, enquanto no Estado a taxa caiu de 19 para 11. O município de São Antônio da Alegria manteve taxas consistentemente abaixo das médias regional e estadual, o que reforça seu perfil demográfico de envelhecimento e baixa renovação populacional.

A leve alta em 2024 pode sinalizar uma reversão pontual ou o início de uma estabilização, mas ainda é cedo para afirmar uma mudança de tendência. A persistência de taxas baixas de natalidade tem implicações importantes para o futuro do município, como redução da população jovem, impacto na força de trabalho e pressão sobre os sistemas de saúde e previdência. Os dados são apresentados na **Figura 4.1.3-1**.

Figura 4.1.3-1: Taxa de Natalidade do município de Santo Antônio da Alegria, Região Metropolitana de Ribeirão Preto e estado de São Paulo, entre 2000 e 2024 (a cada cinco anos)



Fonte: Fundação Seade, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

4.1.4. Fluxo Migratório

Em relação ao fluxo migratório, conforme dados do censo do IBGE, em Santo Antônio da Alegria a proporção da população que residia há menos de dez anos consecutivos no município era de 21% (equivalente a 1.421 pessoas). Entre esse grupo, 61% haviam residido anteriormente em outros locais do estado de São Paulo. Na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, essa proporção foi de 63%, seguida por 11% de pessoas que já haviam morado no estado de Minas Gerais. Esses dados reforçam a importância dos centros urbanos próximos como polos de origem ou passagem da população que atualmente vive em Santo Antônio da Alegria, revelando padrões migratórios que podem influenciar a composição demográfica e as possíveis demandas sociais do município.

Complementarmente, os dados sobre o lugar de nascimento da população em Santo Antônio da Alegria indicam uma predominância de nascidos na própria Região Sudeste, com leve variação entre os anos de 2010 e 2022. Em 2010, 95% da população era originária da Região Sudeste,

proporção que caiu ligeiramente para 94% em 2022. A participação de pessoas nascidas na Região Nordeste aumentou de 2% para 3%, enquanto os nascidos nas demais regiões do país permaneceram estáveis em 3%.

Em comparação, a Região Metropolitana de Ribeirão Preto apresenta maior diversidade de origem: em 2022, 7% da população era oriunda da Região Nordeste, 88% da Sudeste e 5% das demais regiões. Já no Estado de São Paulo, os dados mostram que 11% da população nasceu no Nordeste, 84% na Sudeste e 5% em outras regiões, mantendo-se estáveis entre 2010 e 2022.

Esses números revelam que Santo Antônio da Alegria tem uma população majoritariamente local ou regional, com baixa presença de migrantes de outras partes do país. A leve ampliação da participação nordestina pode estar relacionada a movimentos migratórios por trabalho ou reunificação familiar, mas ainda é discreta. Os dados podem ser observados no **Quadro 4.1.4-1**.

Quadro 4.1.4-1: Local de nascimento da população do município de Santo Antônio da Alegria, Região Metropolitana de Ribeirão Preto e Estado de São Paulo, em 2010 e 2022

Localidades	Lugar de nascimento	2010	2022
Santo Antônio da Alegria	Região Nordeste	2%	3%
	Região Sudeste	95%	94%
	Demais Regiões	3%	3%
	Total	100%	100%
RMRP	Região Nordeste	N/D	7%
	Região Sudeste	N/D	88%
	Demais Regiões	N/D	5%
	Total	100%	100%
ESP	Região Nordeste	11%	11%
	Região Sudeste	84%	84%
	Demais Regiões	5%	5%
	Total	100%	100%

N/D: Não disponível

Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

4.1.5. Condição dos Domicílios

Em relação à condição dos domicílios, entre 2010 e 2022, o município de Santo Antônio da Alegria revelou um crescimento significativo, com aumento de 31% no número total de residências, passando de 2.713 para 3.557. Esse crescimento é próximo ao observado no Estado de São Paulo (32%) e ligeiramente inferior ao da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (37%).

A quase totalidade dos domicílios no município é particular permanente, representando 99,92% em 2022, o que indica estabilidade na estrutura residencial e predomínio de moradias

convencionais. Os domicílios classificados como coletivos são raros: passaram de 2 para 3 unidades, com crescimento de 50%, embora ainda representem apenas 0,08% do total.

Em comparação, tanto a RMRP quanto o Estado de São Paulo também mantêm alta predominância de domicílios particulares (99,91%), mas apresentaram redução no número de domicílios coletivos: queda de 19% em ambos os casos. Os indicadores podem ser observados na **Tabela 4.1.5-1**.

Tabela 4.1.5-1: Domicílios por condição do município de Santo Antônio da Alegria, Região Metropolitana de Ribeirão Preto e Estado de São Paulo, em 2010 e 2022

Localidades	Condição	2010		2022		Variação (%)
		Quantidade	% no total	Quantidade	% no total	
Santo Antônio da Alegria	Total	2.713	100%	3.557	100%	31%
	Particular	2.711	99,93%	3.554	99,92%	31%
	Coletivo	2	0,07%	3	0,08%	50%
RMRP	Total	533.196	100%	729.455	100%	37%
	Particular	532.401	99,85%	728.809	99,91%	37%
	Coletivo	795	0,15%	646	0,09%	-19%
ESP	Total	14.884.808	100%	19.641.476	100%	32%
	Particular	14.862.179	99,85%	19.623.160	99,91%	32%
	Coletivo	22.629	0,15%	18.316	0,09%	-19%

Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Especificamente sobre os domicílios particulares, no mesmo período, o número de domicílios particulares em Santo Antônio da Alegria cresceu 31,1%, passando de 2.711 para 3.554 unidades. Apesar desse avanço, a proporção de domicílios ocupados caiu de 76,7% para 72,2%, indicando que o ritmo de ocupação foi inferior ao de expansão habitacional.

O total de domicílios vagos apresentou um crescimento de 70,1%, passando de 251 para 427 unidades, enquanto os de uso ocasional cresceram 46,6%, totalizando 560 unidades em 2022. Juntos, esses dois grupos representam 27,8% do total de domicílios particulares, proporção superior à observada na Região Metropolitana de Ribeirão Preto (17%) e no Estado de São Paulo (17,2%).

Esse cenário sugere menor pressão por moradia permanente ou maior ociosidade habitacional no município. Além disso, foi registrado um domicílio improvisado no município em 2022, número pontual, mas que indica a possível presença de uma moradia precária. Em comparação, o Estado contabilizou 17.252 domicílios improvisados no mesmo ano. Esses dados apontam para a necessidade de políticas públicas voltadas à ocupação efetiva dos imóveis, ao aproveitamento da infraestrutura existente e ao planejamento urbano. Essas informações, detalhadas na **Tabela 4.1.5-2**, evidenciam tendências específicas entre os territórios, refletindo padrões locais de ocupação e uso residencial.

Tabela 4.1.5-2: Domicílios particulares por condição do município de Santo Antônio da Alegria, Região Metropolitana de Ribeirão Preto e Estado de São Paulo, em 2010 e 2022

Localidades	Domicílios Particulares	2010		2022		Variação (%)
		Quantidade	% no total	Quantidade	% no total	
Santo Antônio da Alegria	Total	2.711	100%	3.554	100%	31,1%
	Ocupado	2.078	76,7%	2.566	72,2%	23,5%
	Não ocupado - vago	251	9,3%	427	12,0%	70,1%
	Não ocupado - uso ocasional	382	14,1%	560	15,8%	46,6%
	Improvizado	-	-	1	-	-
RMRP	Total	532.401	100%	728.809	100%	36,9%
	Ocupado	470.983	88,5%	604.498	82,9%	28,3%
	Não ocupado - vago	38.926	7,3%	91.103	12,5%	134,0%
	Não ocupado - uso ocasional	22.492	4,2%	32.605	4,5%	45,0%
	Improvizado	-	-	603	0,1%	-
ESP	Total	14.862.179	100%	19.623.160	100%	32,0%
	Ocupado	12.838.561	86,4%	16.224.248	82,7%	26,4%
	Não ocupado - vago	1.122.067	7,5%	2.164.485	11,0%	92,9%
	Não ocupado - uso ocasional	901.551	6,1%	1.217.175	6,2%	35,0%
	Improvizado	-	-	17.252	0,1%	-

Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

No mesmo período avaliado, os dados sobre a localização dos domicílios em Santo Antônio da Alegria revelam uma intensificação do processo de urbanização².

Entre 2010 e 2022, Santo Antônio da Alegria apresentou um crescimento de 33% no número de domicílios urbanos, passando de 1.559 para 2.073 unidades. Esse aumento é superior ao registrado na Região Metropolitana de Ribeirão Preto (30%) e no Estado de São Paulo (28%), indicando um avanço mais acelerado da urbanização no município. A participação dos domicílios urbanos no total também cresceu, de 75% para 81%, refletindo uma concentração crescente da população em áreas urbanas.

Por outro lado, os domicílios rurais diminuíram 3%, passando de 510 para 493 unidades, o que representa uma leve retração. Ainda assim, Santo Antônio da Alegria mantém uma proporção de domicílios rurais (19% em 2022) significativamente maior que a média da RMRP (2%) e do Estado (3%), evidenciando seu perfil mais rural em comparação às demais localidades, tal como

² O censo do IBGE adota um recorte de domicílios em localização urbana ou rural a partir da quantidade de domicílios particulares permanentes ocupados.

já observado por meio dos dados demográficos. As informações sobre domicílios em áreas urbanas e rurais podem ser observadas na **Tabela 4.1.5-3**.

Tabela 4.1.5-3: Domicílios considerando condição urbana ou rural do município de Santo Antônio da Alegria, Região Metropolitana de Ribeirão Preto e Estado de São Paulo, em 2010 e 2022

Ano	Condição		Santo Antônio da Alegria	RMRP	ESP
2010	Urbano	Quantidade	1.559	455.702	12.344.236
		%	75%	97%	96%
	Rural	Quantidade	510	14.737	482.917
		%	25%	3%	4%
	Total		2.069	470.439	12.827.153
2022	Urbana	Quantidade	2.073	591.804	15.760.199
		%	81%	98%	97%
	Rural	Quantidade	493	12.694	464.049
		%	19%	2%	3%
	Total		2.566	604.498	16.224.248
Variação (%)	Urbano		33%	30%	28%
	Rural		-3%	-14%	-4%

Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

4.2. Indicadores de condições sociais

A dinâmica social do município de Santo Antônio da Alegria pode ser analisada por meio do Índice Paulista de Desenvolvimento Municipal (IPDM), elaborado pela Fundação Seade. Esse índice é calculado a partir da média aritmética de indicadores atrelados a três dimensões de desenvolvimento fundamentais: riqueza, longevidade e escolaridade. Seu valor varia de zero a um, permitindo a classificação de municípios em quatro faixas de desenvolvimento: Muito Alta (acima de 0,600), Alta (entre 0,551 e 0,600), Média (entre 0,501 e 0,550) e Baixa (igual ou inferior a 0,500).

Observando-se o período entre 2014 e 2022, houve avanços significados apresentados por Santo Antônio da Alegria. O índice geral do município passou de 0,478 em 2014 para 0,563 em 2022, praticamente igualando-se a média estadual, que foi de 0,565 no mesmo ano.

Tal crescimento foi impulsionado principalmente pelos componentes de longevidade e escolaridade. O índice de longevidade evoluiu de 0,698 para 0,745, superando o valor estadual de 0,697, o que indica melhorias na saúde e na expectativa de vida da população. Já o índice de escolaridade cresceu de 0,448 para 0,664, ultrapassando o índice estadual de 0,556, refletindo avanços na educação básica e na formação da população.

Por outro lado, o índice de riqueza permaneceu baixo e praticamente estagnado, variando entre 0,271 e 0,291, muito abaixo da média estadual, que se manteve acima de 0,43. Isso revela desafios persistentes no dinamismo econômico local. Os dados podem ser consultados no **Quadro 4.2-1**.

Quadro 4.2-1: IPDM do município de Santo Antônio da Alegria e Estado de São Paulo considerando as dimensões riqueza, longevidade e escolaridade, entre 2014 e 2022 (a cada dois anos)

Ano	Localidade	IPDM	I Riqueza	I Longevidade	I Escolaridade
2014	Santo Antônio da Alegria	0,478	0,287	0,698	0,448
	ESP	0,535	0,457	0,698	0,449
2016	Santo Antônio da Alegria	0,510	0,271	0,718	0,542
	ESP	0,555	0,438	0,717	0,511
2018	Santo Antônio da Alegria	0,528	0,291	0,727	0,565
	ESP	0,578	0,451	0,721	0,563
2020	Santo Antônio da Alegria	0,521	0,289	0,654	0,621
	ESP	0,585	0,439	0,722	0,594
2022	Santo Antônio da Alegria	0,563	0,281	0,745	0,664
	ESP	0,565	0,441	0,697	0,556

Fonte: Fundação Seade, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

4.2.1. O Programa Bolsa Família

Os aspectos sociais de um município podem ser analisados também por meio da participação em programas de transferência de renda, como o Bolsa Família (considerada a principal iniciativa do governo federal voltada à população em situação de vulnerabilidade). A identificação dessas famílias ocorre por meio do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), sistema que reúne informações sobre pessoas com baixa renda e que demandam acesso a políticas públicas nas áreas de saúde, educação, assistência social, entre outras.

Entre janeiro de 2018 e maio de 2025, os dados do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família referentes ao município revelam uma presença significativa da população em situação de vulnerabilidade social. O número de pessoas inscritas no CadÚnico cresceu de 2.644 em janeiro de 2018 para 2.959 em maio de 2025, representando cerca de 44% da população total nos últimos anos. Esse percentual se manteve relativamente estável desde 2022, indicando que quase metade dos moradores está cadastrada para acesso a programas sociais diversos.

O número de beneficiários do Bolsa Família também aumentou, passando de 1.379 em 2018 para um pico de 1.685 em janeiro de 2023, com leve oscilação nos meses seguintes, estabilizando-se em torno de 1.537 beneficiários em maio de 2025. Isso representa cerca de

23% da população total, o que demonstra a importância do programa como instrumento de proteção social.

A proporção de inscritos no CadÚnico que efetivamente recebem o Bolsa Família variou entre 44% e 57% ao longo do período, com os maiores percentuais registrados entre 2022 e 2023. Esse dado indica que, embora o número de cadastrados seja alto, nem todos são elegíveis ou contemplados pelo benefício, o que pode estar relacionado a critérios de renda, composição familiar ou atualização cadastral. Os dados podem ser verificados no **Quadro 4.2.1-1**.

Quadro 4.2.1-1: Número de pessoas inscritas no CadÚnico e beneficiadas pelo Programa Bolsa Família do município de Santo Antônio da Alegria, de janeiro de 2018 a maio de 2025

Referência	Pessoas inscritas no CadÚnico	% população	Pessoas beneficiárias PBF	% população	% pessoas inscritas que recebem o PBF
jan/18	2.644	40%	1.379	21%	52%
jan/19	2.719	41%	1.432	22%	53%
jan/20	2.756	42%	1.277	19%	46%
jan/21	2.649	40%	1.171	18%	44%
jan/22	2.908	44%	1.536	23%	53%
jan/23	2.953	44%	1.685	25%	57%
jan/24	3.016	45%	1.675	25%	56%
jan/25	2.945	44%	1.531	23%	52%
fev/25	2.950	44%	1.544	23%	52%
mar/25	2.957	44%	1.569	23%	53%
abr/25	2.959	44%	1.549	23%	52%
mai/25	2.959	44%	1.537	23%	52%

Fonte: Fundação Seade, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Considerando o recorte de famílias em situação de pobreza - aquelas com renda familiar per capita mensal de até R\$ 218,00, conforme critério de elegibilidade do Programa Bolsa Família - é possível observar um aumento desse grupo no município de Santo Antônio da Alegria.

Ao longo do período, houve um aumento da proporção de famílias inscritas no CadÚnico com renda familiar per capita mensal de até R\$ 218,00, que passou de 43% para 50% em 2022, estabilizando-se em torno de 42% nos meses mais recentes.

Em relação ao número de famílias beneficiárias do PBF, a proporção de famílias beneficiárias com renda até R\$ 218,00 variou entre 80% e 94%, indicando que a maioria das famílias atendidas pelo programa está em condição de pobreza.

A relação entre famílias inscritas no CadÚnico e aquelas efetivamente beneficiadas pelo PBF mostra que, em 2022, por exemplo, 94% das famílias beneficiárias estavam abaixo da linha de R\$ 218 per capita, o maior percentual do período, possivelmente refletindo o impacto da pandemia. As informações podem ser consultadas no **Quadro 4.2.1-2**.

Quadro 4.2.1-2: Número de famílias inscritas beneficiárias do PBF e inscritas no CadÚnico com renda mensal per capita de até R\$ 218,00 do município de Santo Antônio da Alegria, entre janeiro de 2018 e maio de 2025

Referência	Nº famílias beneficiárias PBF	% renda familiar per capita mensal até R\$ 218	Nº famílias inscritas no CadÚnico	% renda familiar per capita mensal até R\$ 218
jan/18	403	83%	860	43%
jan/19	437	84%	939	45%
jan/20	407	83%	986	46%
jan/21	373	84%	966	47%
jan/22	511	94%	1.091	50%
jan/23	587	86%	1.166	49%
jan/24	550	86%	1.152	49%
jan/25	495	80%	1.128	44%
fev/25	496	80%	1.135	43%
mar/25	508	80%	1.140	43%
abr/25	505	80%	1.145	42%
mai/25	502	N/D	1.145	42%

N/D: Não disponível

Fonte: Fundação Seade, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

O Índice de Vulnerabilidade das Famílias do CadÚnico (IVCAD), desenvolvido pelo governo federal, é uma ferramenta que permite avaliar o grau de vulnerabilidade social das famílias cadastradas no sistema. O índice é composto por seis dimensões fundamentais: necessidade de cuidados; desenvolvimento da primeira infância; desenvolvimento da criança e do adolescente; trabalho e qualificação de adultos; disponibilidade de recursos; e condições habitacionais. Quanto mais próximo de 1 for o valor do IVCAD, maior é a vulnerabilidade da família.

Com base nos dados apresentados no **Quadro 4.2.1-3**, é possível constatar que Santo Antônio da Alegria apresenta um nível de vulnerabilidade social semelhante ao do Estado de São Paulo, com índice geral de 0,277 contra 0,274 no Estado.

Na dimensão “Necessidade de cuidados”, o município registra 0,376, ligeiramente abaixo da média estadual (0,390), indicando proporção relevante de famílias com dependentes que exigem atenção especial, como crianças pequenas, idosos ou pessoas com deficiência.

Em “Desenvolvimento da Primeira Infância”, Santo Antônio da Alegria apresenta índice de 0,071, superior ao do estado (0,062), o que sugere maior presença de crianças em idade crítica para o desenvolvimento, exigindo políticas voltadas à educação infantil, saúde e nutrição.

Já em “Desenvolvimento da Criança e Adolescente”, o município tem um índice de 0,022, inferior ao estadual (0,043), o que pode indicar menor proporção de jovens em situação de vulnerabilidade ou maior cobertura de políticas públicas voltadas a essa faixa etária.

O destaque positivo está na dimensão “Trabalho e Qualificação de Adultos”, com índice de 0,669, superior ao do estado (0,599), sugerindo que os adultos do município apresentam melhores condições de inserção no mercado de trabalho ou maior acesso à qualificação profissional.

Em “Disponibilidade de Recursos”, Santo Antônio da Alegria também supera a média estadual, com índice de 0,440 contra 0,424, apontando para maior acesso a bens e serviços básicos, como energia elétrica, água tratada e equipamentos domésticos.

Por outro lado, o município apresenta fragilidade em “Condições Habitacionais”, com índice de 0,084, inferior ao do estado (0,126), o que indica maior incidência de moradias precárias ou com infraestrutura insuficiente.

Quadro 4.2.1-3: IVCAD do município de Santo Antônio da Alegria e Estado de São Paulo considerando suas dimensões (setembro de 2025)

Indicadores	Santo Antônio da Alegria	ESP
IVCAD	0,277	0,274
Necessidade de cuidados	0,376	0,390
Desenvolvimento da Primeira Infância	0,071	0,062
Desenvolvimento da Criança e Adolescente	0,022	0,043
Trabalho e Qualificação de Adultos	0,669	0,599
Disponibilidade de Recursos	0,440	0,424
Condições Habitacionais	0,084	0,126

Fonte: Observatório do Cadastro Único, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

4.3. Indicadores de serviços públicos

A avaliação dos serviços públicos no município de Santo Antônio da Alegria será conduzida com foco nos eixos de educação e saúde, áreas fundamentais asseguradas pela Constituição Federal como direitos universais de todo cidadão. Esses temas representam pilares essenciais para o desenvolvimento social e serão analisados com base em indicadores que refletem a qualidade, a cobertura e o acesso da população a esses serviços.

4.3.1. Educação

Em relação à educação, os dados de matrícula do município de Santo Antônio da Alegria, conforme registros do INEP entre os anos de 2019 e 2024, revelam mudanças significativas na distribuição dos alunos por nível de ensino, refletindo tendências demográficas e educacionais do município.

Na educação infantil, houve crescimento expressivo nas matrículas em creche, que passaram de 105 em 2019 para 176 em 2024, um aumento de 68%. A pré-escola também registrou crescimento, com variação de 21%, indicando maior cobertura da educação na primeira infância e possível resposta à demanda por vagas nessa faixa etária.

No ensino fundamental, os anos iniciais apresentaram queda de 16% nas matrículas, passando de 459 para 387 alunos, o que pode estar relacionado à redução da população em idade escolar ou à migração para outras redes de ensino. Já os anos finais mantiveram relativa estabilidade, com leve crescimento de 2%, oscilando entre 362 e 368 alunos no período.

O ensino médio teve queda de 10% nas matrículas, passando de 250 para 224 alunos, o que pode refletir evasão escolar, deslocamento para outras localidades ou mudanças na estrutura da rede. Não houve registro de matrículas em cursos profissionais associados ao ensino médio ou técnicos, o que aponta para ausência de oferta local nessa modalidade e limitações na diversificação da formação para jovens.

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o ensino fundamental teve queda acentuada de 50%, enquanto o ensino médio apresentou variações bruscas, com pico de 67 matrículas em 2021 e estabilização em apenas 6 alunos em 2024. Isso sugere desafios na permanência e atratividade da EJA, além de possível descontinuidade de turmas.

A Educação Especial em classes comuns teve crescimento expressivo de 94%, passando de 31 para 60 alunos, o que indica avanços na inclusão escolar e na identificação de estudantes com necessidades específicas. Não houve registros em classes exclusivas. Os dados podem ser consultados na **Tabela 4.3.1-1**.

Tabela 4.3.1-1: Número de matrículas em diferentes etapas de ensino do município de Santo Antônio da Alegria, entre 2019 e 2024

Nível de Ensino	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Variação (%)
Infantil (Creche)	105	109	104	153	157	176	68%
Infantil (Pré-escola)	149	140	136	149	174	181	21%
Fundamental (Anos Iniciais)	459	436	417	404	408	387	-16%
Fundamental (Anos Finais)	362	365	384	375	348	368	2%
Médio	250	216	210	235	243	224	-10%
Profissional (Associada ao Ensino Médio)	0	0	0	0	0	0	-
Profissional (Curso Técnico Concomitante)	0	0	0	0	0	0	-
Profissional (Curso Técnico Subsequente)	0	0	0	0	0	0	-

Nível de Ensino	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Variação (%)
EJA (Ensino Fundamental)	28	17	10	21	16	14	-50%
EJA (Ensino Médio)	0	26	67	25	6	6	-
Educação Especial (Classes comuns)	31	27	30	38	58	60	94%
Educação Especial (Classes exclusivas)	0	0	0	0	0	0	-

Fonte: INEP, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

No mesmo período, os dados sobre o número de docentes em Santo Antônio da Alegria revelam variações importantes na distribuição por nível de ensino, refletindo mudanças na estrutura da rede.

Na educação infantil, houve crescimento expressivo no número de professores em creche, passando de 9 para 17, o que representa um aumento de 89%. Na pré-escola, o número de docentes subiu de 10 para 15, com variação de 50%. Esses dados acompanham o crescimento das matrículas nessa etapa, indicando expansão da oferta e maior atenção à primeira infância.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, o número de docentes cresceu de 28 para 34, um aumento de 21%, mesmo com queda nas matrículas. Isso pode refletir esforços para reduzir o número de alunos por turma ou ampliar o atendimento pedagógico. Já nos anos finais, houve queda de 24 para 20 professores, uma redução de 17%, o que pode estar relacionado à diminuição de alunos ou à reorganização da carga horária.

No ensino médio, o número de docentes oscilou, saindo de 15 em 2019, chegando a 21 em 2022, e voltando a 17 em 2024, com variação positiva de 13% no período. Apesar da queda nas matrículas, o número de professores se manteve relativamente estável, o que pode indicar manutenção da estrutura curricular.

Não há registros de docentes em cursos profissionais, o que confirma a ausência de oferta local nessa modalidade. Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o número de professores no ensino fundamental permaneceu estável, com 8 docentes em 2024, enquanto no ensino médio houve variações significativas, com pico de 14 em 2022 e estabilização em 7 em 2024, refletindo a oscilação nas matrículas.

Na Educação Especial em classes comuns, o número de docentes cresceu de 55 para 59, com variação de 7%, acompanhando o aumento de alunos com necessidades especiais. Não há registros de professores em classes exclusivas. Essas informações podem ser consultadas na

Tabela 4.3.1-2.

Tabela 4.3.1-2: Número de docentes em diferentes etapas de ensino do município de Santo Antônio da Alegria, entre 2019 e 2024

Ensino	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Varição (%)
Infantil (Creche)	9	6	17	20	18	17	89%
Infantil (Pré-escola)	10	10	12	11	15	15	50%
Fundamental (Anos Iniciais)	28	28	28	31	30	34	21%
Fundamental (Anos Finais)	24	22	24	23	20	20	-17%
Médio	15	17	15	21	18	17	13%
Profissional (Associada ao Ensino Médio)	0	0	0	0	0	0	-
Profissional (Curso Técnico Concomitante)	0	0	0	0	0	0	-
Profissional (Curso Técnico Subsequente)	0	0	0	0	0	0	-
EJA (Ensino Fundamental)	8	8	1	7	8	8	0%
EJA (Ensino Médio)	0	6	10	14	4	7	-
Educação Especial (Classes comuns)	55	47	50	55	58	59	7%
Educação Especial (Classes exclusivas)	0	0	0	0	0	0	-

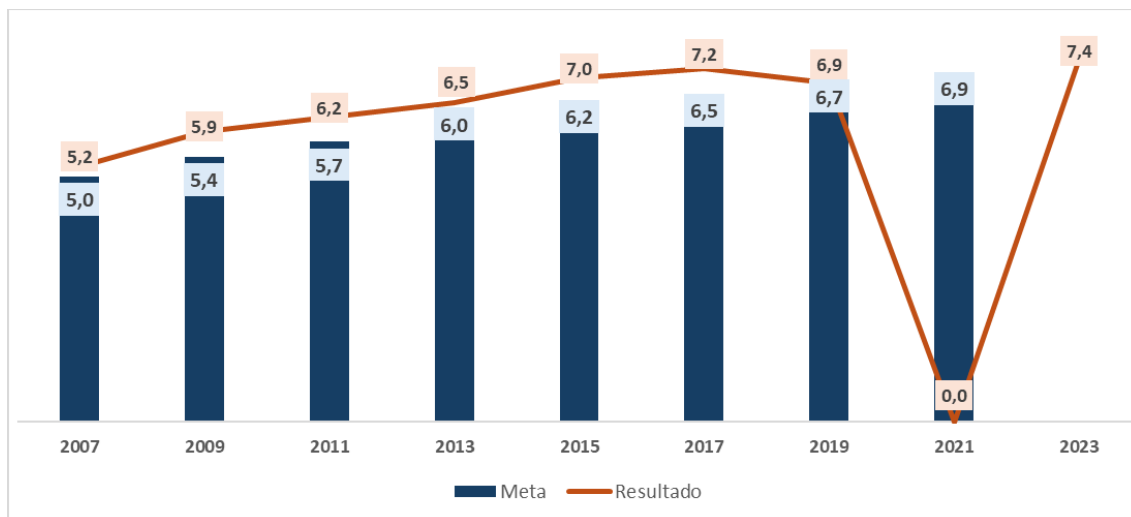
Fonte: INEP, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador que avalia a qualidade da educação nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, bem como no ensino médio. Ele reúne, em uma única medida, o desempenho dos estudantes nas avaliações de português e matemática, além dos dados de fluxo escolar, como aprovação e reprovação, permitindo uma análise integrada da efetividade do sistema educacional.

Os dados do IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental em Santo Antônio da Alegria mostram uma trajetória positiva e consistente de melhoria na qualidade da educação entre 2007 e 2023. Em todos os anos com dados disponíveis, o município superou as metas estabelecidas, demonstrando desempenho acima do esperado. Em 2009, o índice foi de 5,9 (meta de 5,4), subindo para 7,0 em 2015 (meta de 6,2) e alcançando resultado de 7,4 em 2023, o maior valor da série. Mesmo com leve queda em 2019 (6,9), o resultado seguiu superior à meta estabelecida.

A ausência de dados para 2021 impede uma análise completa da evolução naquele período, mas o salto observado em 2023 sugere recuperação ou continuidade da tendência positiva. O desempenho acima das metas indica que o município tem conseguido manter bons níveis de aprendizagem e aprovação nos anos iniciais, refletindo ações eficazes na gestão escolar, formação docente e acompanhamento pedagógico. Os resultados e suas respectivas metas por ano podem ser verificados na **Figura 4.3.1-1**.

Figura 4.3.1-1: Evolução do IDEB nos anos iniciais do Ensino Fundamental do município, entre 2007 e 2023



Fonte: INEP, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

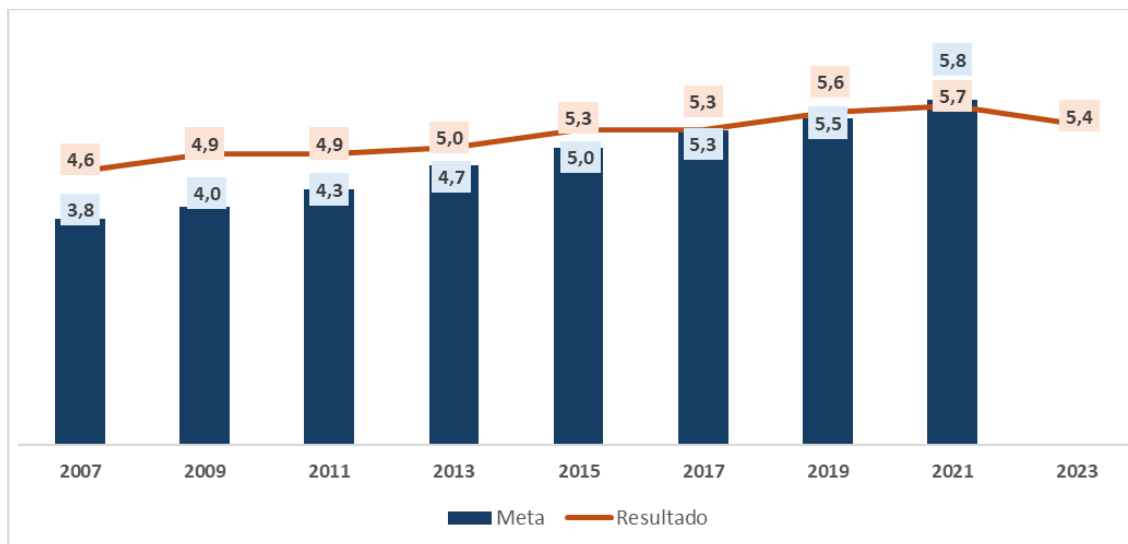
Os dados do IDEB para os anos finais do ensino fundamental em Santo Antônio da Alegria entre 2007 e 2023 mostram uma trajetória de crescimento gradual, com desempenho consistentemente acima das metas estabelecidas pelo Ministério da Educação.

Em 2007, o município registrou IDEB de 4,6, superando a meta de 3,8. Nos anos seguintes, os resultados mantiveram-se em ascensão: 4,9 em 2009 e 2011 (meta de 4,0 e 4,3, respectivamente), resultado de 5,0 em 2013 (meta de 4,7), 5,3 em 2015 e 2017 (meta de 5,0 e 5,3), e 5,6 em 2019 (meta de 5,5).

Em 2021, o IDEB chegou a 5,7, ligeiramente abaixo da meta de 5,8, e em 2023 houve uma leve queda para 5,4, sem meta registrada para esse ano. Apesar da oscilação recente, os resultados mostram que o município conseguiu manter um desempenho acima das expectativas por mais de uma década, o que indica avanços na aprendizagem e na taxa de aprovação dos alunos.

A leve queda em 2023 pode refletir desafios pós-pandemia, como recuperação da aprendizagem, evasão escolar ou mudanças na estrutura pedagógica. As informações por ano podem ser verificadas na **Figura 4.3.1-2**.

Figura 4.3.1-2: Evolução do IDEB nos anos finais do Ensino Fundamental do município, entre 2007 e 2023



Fonte: INEP, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

4.3.2. Saúde

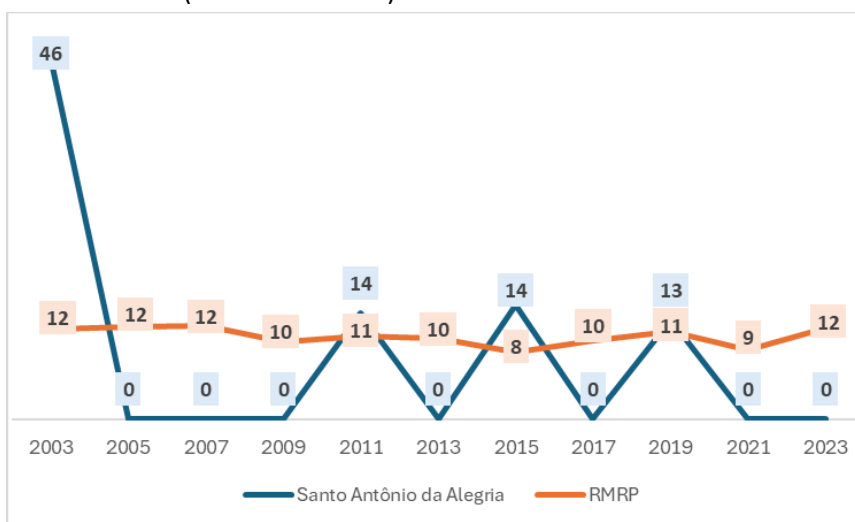
Os dados da taxa de mortalidade infantil de Santo Antônio da Alegria entre 2001 e 2023 apresentam forte oscilação, com períodos de ausência total de óbitos infantis intercalados por anos com índices elevados.

Em 2001, a taxa era de 21 por mil nascidos vivos, subindo para 46 em 2003 - o maior valor registrado no período. A partir de 2005, observa-se uma sequência de anos com taxa zero (2005, 2007, 2009, 2013, 2017, 2021 e 2023), o que indica avanços significativos na atenção à saúde materno-infantil, embora pontualmente tenham ocorrido aumentos, como em 2011 (14), 2015 (14) e 2019 (13).

Em comparação, a Região Metropolitana de Ribeirão Preto apresenta uma trajetória mais estável e contínua de redução da mortalidade infantil. A taxa caiu de 13 em 2001 para 9 em 2021, com leve aumento para 12 em 2023. Ao contrário de Santo Antônio da Alegria, a RMRP não registrou anos com taxa zero, o que pode refletir maior volume populacional e maior regularidade estatística.

A alternância entre anos com taxa zero e anos com picos em Santo Antônio da Alegria pode estar relacionada ao tamanho reduzido da população e ao número limitado de nascimentos, o que torna o indicador mais sensível a variações pontuais. As informações por ano podem ser verificadas na **Figura 4.3.2-1**.

Figura 4.3.2-1: Taxa de mortalidade infantil do município de Santo Antônio da Alegria e da RMRP, entre 2003 e 2023 (a cada dois anos)



Fonte: Fundação Seade, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Os dados sobre o número de médicos em Santo Antônio da Alegria entre agosto de 2020 e agosto de 2025 indicam uma queda acentuada no número de médicos atuando no município, passando de 122 profissionais para apenas 24 - uma redução de 80%. Essa diminuição impactou diretamente a razão de médicos por mil habitantes, que caiu de 18 para apenas 4, indicando uma perda significativa na cobertura de assistência médica.

O declínio foi mais intenso a partir de 2022, quando o número de médicos caiu de 95 para 45 em apenas um ano, e continuou em queda nos anos seguintes. Essa tendência pode estar relacionada a fatores como redução de investimentos em saúde, encerramento de contratos, aposentadorias, dificuldade de fixação de profissionais em áreas menores ou mudanças nos programas federais e estaduais de provimento médico. Os dados podem ser verificados no **Quadro 4.3.2-1**.

Quadro 4.3.2-1: Número de médicos e proporção por mil habitantes do município de Santo Antônio da Alegria, entre 2020 e 2025

Período	Total de médicos*	Por mil habitantes (Total)
ago/20	122	18
ago/21	87	13
ago/22	95	14
ago/23	45	7
ago/24	27	4
ago/25	24	4

*Todos atendem o SUS

Fonte: Ministério da Saúde, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

4.4. Caracterização econômica

4.4.1. Produto Interno Bruto e Valor Agregado

O Produto Interno Bruto (PIB) do município de Santo Antônio da Alegria totalizou aproximadamente R\$ 211,5 milhões em 2021, de acordo com os últimos dados divulgados pelo IBGE. Entre 2011 e 2021, o crescimento do PIB municipal foi de 89%, tal como a evolução apresentada pelo estado de São Paulo e abaixo do crescimento apresentado pela RMRP, conforme a **Tabela 4.4.1-1**.

Tabela 4.4.1-1: PIB do município de Santo Antônio da Alegria, RMRP e ESP em R\$ 1.000, entre 2011 e 2021 (a cada dois anos)

Ano	Santo Antônio da Alegria	RMRP	ESP
2011	111.975	20.027.159	1.436.672.709
2013	134.730	25.230.700	1.715.238.417
2015	122.952	28.482.869	1.939.901.907
2017	132.870	31.306.074	2.120.761.635
2019	154.156	33.711.807	2.348.338.000
2021	211.522	39.764.058	2.719.751.231
Variação (%)	89%	99%	89%

Fonte: IBGE, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

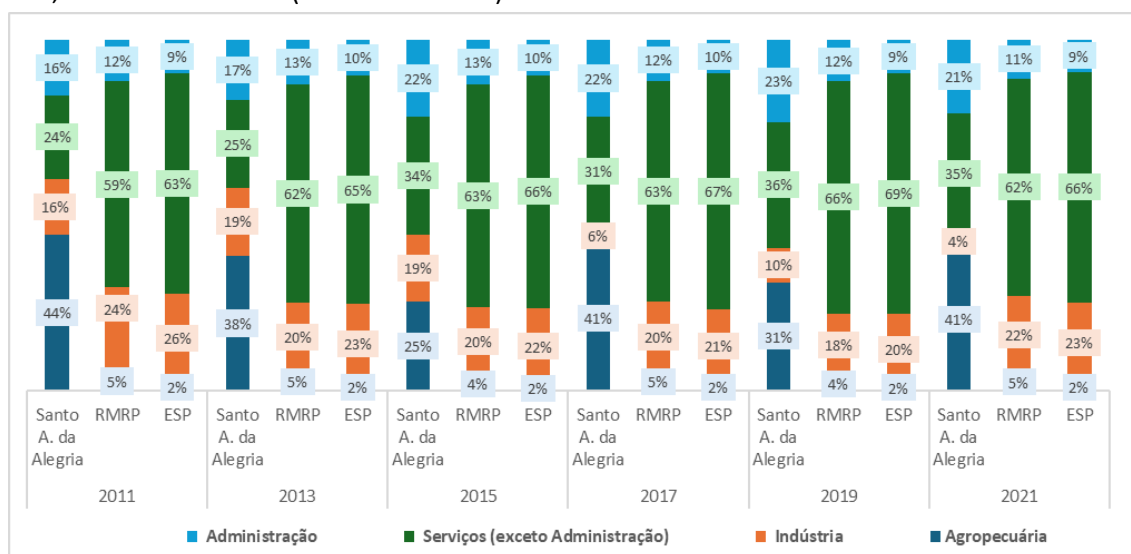
Os dados de valor adicionado por setor econômico em Santo Antônio da Alegria entre 2011 e 2021 revelam uma estrutura produtiva fortemente marcada pela agropecuária, com oscilações significativas ao longo do período. Em 2011, o setor agropecuário respondia por 44% da economia de Santo Antônio da Alegria, participação que caiu para 25% em 2015, mas voltou a crescer, atingindo 41% em 2017 e se mantendo nesse patamar em 2021. Essa oscilação evidencia a forte dependência da economia local em relação às atividades rurais. No mesmo ano, de acordo com a Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, 42% da área cultivada no município foi destinada à cana-de-açúcar, enquanto o café ocupou 25% das terras agrícolas.

A indústria teve participação modesta e instável, variando entre 4% e 19%, com destaque para 2013 e 2015, quando atingiu 19%, antes de recuar para apenas 4% em 2021, o que sugere baixa diversificação industrial.

O setor de serviços (exceto administração pública) cresceu ao longo do período, passando de 24% em 2011 para 35% em 2021, refletindo maior dinamismo em atividades como comércio, transporte, educação privada e saúde. Já a administração pública manteve participação estável, entre 16% e 23%, indicando seu papel relevante na economia local, especialmente como empregadora e provedora de serviços.

Em comparação, tanto a Região Metropolitana de Ribeirão Preto quanto o Estado de São Paulo apresentam perfil econômico mais urbano e diversificado, com predomínio dos serviços (acima de 60%) e baixa participação da agropecuária (entre 2% e 5%). Isso evidencia o caráter rural e menos industrializado de Santo Antônio da Alegria. Essas informações podem ser verificadas na **Figura 4.4-1**.

Figura 4.4-1: Participação dos setores no valor adicionado de Santo Antônio da Alegria, RMRP e ESP, entre 2011 e 2021 (a cada dois anos)



Fonte: IBGE, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Os dados do Produto Interno Bruto (PIB) per capita de Santo Antônio da Alegria entre 2011 e 2021 revelam um crescimento de 71% no período, abaixo da variação registrada na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, que foi de 78%, e no Estado de São Paulo, com 101%.

Ao longo da série, o PIB per capita do município oscilou, com queda em 2015 (R\$ 18.244,78) e recuperação gradual nos anos seguintes. O maior salto ocorreu entre 2019 e 2021, quando o indicador cresceu cerca de 35%, refletindo possível valorização da produção local, especialmente no setor agropecuário, que tem forte peso na economia municipal.

Apesar da melhora, Santo Antônio da Alegria manteve PIB per capita inferior ao das demais localidades em todos os anos analisados, evidenciando menor dinamismo econômico e menor geração de riqueza por habitante. Isso reforça a importância de políticas voltadas à diversificação produtiva, estímulo ao empreendedorismo e atração de investimentos para ampliar a capacidade econômica local. Os dados podem ser observados na **Tabela 4.4.1-2**.

Tabela 4.4.1-2: PIB per capita de Santo Antônio da Alegria, RMRP e ESP em R\$ 1,00, entre 2011 e 2021 (a cada dois anos)

Ano	Localidade	PIB per capita (R\$ 1,00)
2011	Santo Antônio da Alegria	17.645,01
	RMRP	21.232,49
	ESP	21.173,06
2013	Santo Antônio da Alegria	20.278,39
	RMRP	24.474,58
	ESP	24.827,14
2015	Santo Antônio da Alegria	18.244,78
	RMRP	28.787,34
	ESP	29.887,32
2017	Santo Antônio da Alegria	19.456,72
	RMRP	31.695,34
	ESP	32.827,38
2019	Santo Antônio da Alegria	22.247,96
	RMRP	30.571,43
	ESP	34.568,56
2021	Santo Antônio da Alegria	30.114,17
	RMRP	37.790,92
	ESP	42.570,21
Variação (%)	Santo Antônio da Alegria	71%
	RMRP	78%
	ESP	101%

Fonte: IBGE, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

4.4.2. Empregos Formais e Renda

Entre 2022 e 2024, Santo Antônio da Alegria apresentou mudanças significativas na distribuição dos empregos formais por setor. Em 2022, o município contava com 1.180 vínculos empregatícios, número que subiu para 1.269 em 2023, mas caiu drasticamente para 819 em 2024. O setor agropecuário se destacou, passando de 294 empregos em 2022 para 301 em 2024, representando 37% do total no último ano. Em 2024, dentro do setor, a “Criação de bovinos” foi responsável por 25% dos empregos formais, evidenciando o peso da pecuária na geração de renda e ocupação. Em seguida, o cultivo de café respondeu por 20% dos vínculos, refletindo a relevância histórica e produtiva dessa cultura na região. Esses dados indicam que a economia local está fortemente ancorada na agropecuária, com destaque para atividades tradicionais que sustentam o mercado de trabalho e demandam políticas de apoio técnico, qualificação profissional e valorização da produção rural.

O setor de comércio também apresentou crescimento dos postos de trabalho formais, de 251 para 260 empregos, aumentando sua participação de 21% para 32%. A construção civil manteve estabilidade, com cerca de 2% dos empregos.

A indústria teve expansão relevante, saindo de 68 para 109 empregos, com participação subindo de 6% para 13%. Do total de empregos industriais registrados em 2024, 29% estavam concentrados na “Fabricação de produtos de panificação”, possivelmente evidenciando a força das pequenas indústrias de alimentos voltadas ao consumo interno e regional. Em seguida, 20% dos vínculos formais estavam associados à “Fabricação de laticínios”, setor que se beneficia da vocação agropecuária local.

Por outro lado, o setor de serviços sofreu forte retração, passando de 558 empregos em 2022 para apenas 130 em 2024, reduzindo sua participação de 47% para 16%. Segundo dados do Ministério do Trabalho, nos anos de 2022 e 2023, a atividade “Administração Pública em Geral” correspondia a pelo menos 75% dos empregos formais no setor de serviços em Santo Antônio da Alegria. No entanto, em 2024, essa atividade deixou de ser registrada, o que representa o principal motivo para a expressiva redução no número de postos de trabalho formais nesse setor. Essa mudança pode estar atrelada a mudança de metodologia pelo Ministério ou realocação de postos de trabalho desta atividade pelo município para outro perfil de contratação.

Em comparação, a Região Metropolitana de Ribeirão Preto e o Estado de São Paulo mantiveram perfil mais urbano e diversificado, com predominância dos serviços (40% na RMRP e 51% no estado em 2024), seguidos por comércio e indústria. A agropecuária representa apenas 5% dos empregos na RMRP e 2% no estado, contrastando com os 37% registrados em Santo Antônio da Alegria. Os dados podem ser verificados na **Tabela 4.4.2-1**.

Tabela 4.4.2-1: Empregos formais de Santo Antônio da Alegria, RMRP e ESP por setor econômico, entre 2022 e 2024

Localidades	Setores	2022		2023		2024	
		Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Santo Antônio da Alegria	Indústria	68	6%	82	6%	109	13%
	Construção Civil	9	1%	20	2%	19	2%
	Comércio	251	21%	253	20%	260	32%
	Serviços	558	47%	623	49%	130	16%
	Agropecuária	294	25%	291	23%	301	37%
	Total	1.180	100%	1.269	100%	819	100%
RMRP	Indústria	123.802	23%	130.094	23%	134.754	26%
	Construção Civil	25.073	5%	26.388	5%	27.859	5%
	Comércio	118.488	22%	120.635	21%	126.170	24%
	Serviços	238.361	45%	263.766	47%	210.961	40%

Localidades	Setores	2022		2023		2024	
		Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
	Agropecuária	24.645	5%	25.590	5%	25.036	5%
	Não classificados	1.025	0%	0	0%	0	0%
	Total	531.394	100%	566.473	100%	524.780	100%
	ESP	Indústria	2.716.843	18%	2.780.594	18%	2.868.258
	Construção Civil	663.832	4%	732.836	5%	746.406	5%
	Comércio	2.877.320	19%	2.930.505	19%	3.003.131	21%
	Serviços	8.258.771	55%	8.520.226	56%	7.118.546	51%
	Agropecuária	349.347	2%	354.589	2%	346.916	2%
	Não classificados	25.678	0%	0	0%	0	0%
	Total	14.891.791	100%	15.318.750	100%	14.083.257	100%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

No mesmo período, os rendimentos médios dos trabalhadores formais em Santo Antônio da Alegria apresentaram crescimento em todos os setores, com destaque para os serviços, que registraram o maior aumento percentual no período. O rendimento médio mensal no setor de serviços passou de R\$ 2.199,03 em 2022 para R\$ 2.945,85 em 2024, um crescimento de 34%, refletindo possível valorização de atividades especializadas ou maior qualificação da mão de obra.

O comércio e a construção civil também tiveram aumentos expressivos, ambos com variação de 24%. No comércio, os rendimentos subiram de R\$ 1.633,62 para R\$ 2.030,71, enquanto na construção civil passaram de R\$ 1.232,90 para R\$ 1.527,02. A indústria teve crescimento de 20%, com rendimento médio de R\$ 1.950,83 em 2024, ainda abaixo da média regional e estadual.

Já a agropecuária, setor de grande peso na economia local, apresentou aumento de 18%, com rendimento médio de R\$ 2.375,13 - valor superior ao da indústria e do comércio, o que reforça sua relevância econômica.

Em comparação, a Região Metropolitana de Ribeirão Preto e o Estado de São Paulo mantêm rendimentos significativamente mais altos em todos os setores. Em 2024, por exemplo, o rendimento médio na indústria foi de R\$ 4.146,85 na RMRP e R\$ 4.664,28 no estado, mais que o dobro do registrado em Santo Antônio da Alegria. O setor de serviços, embora tenha recuado 6% na RMRP, ainda apresenta remuneração média superior à do município, com R\$ 3.090,59. No estado, os serviços mantiveram estabilidade, com R\$ 4.307,18 em 2024. Os dados podem ser consultados na **Tabela 4.4.2-2**.

Tabela 4.4.2-2: Rendimento Médio dos Empregos formais de Santo Antônio da Alegria, RMRP e ESP por setor econômico, entre 2022 e 2024

Localidades	Setores	2022	2023	2024	Variação (%)
Santo Antônio da Alegria	Indústria	R\$ 1.622,22	R\$ 1.983,24	R\$ 1.950,83	20%
	Construção Civil	R\$ 1.232,90	R\$ 1.516,01	R\$ 1.527,02	24%
	Comércio	R\$ 1.633,62	R\$ 1.887,75	R\$ 2.030,71	24%
	Serviços	R\$ 2.199,03	R\$ 2.408,96	R\$ 2.945,85	34%
	Agropecuária	R\$ 2.008,59	R\$ 2.140,66	R\$ 2.375,13	18%
RMRP	Indústria	R\$ 3.647,33	R\$ 3.870,94	R\$ 4.146,85	14%
	Construção Civil	R\$ 2.530,17	R\$ 2.698,13	R\$ 2.874,93	14%
	Comércio	R\$ 2.658,47	R\$ 2.891,34	R\$ 3.030,65	14%
	Serviços	R\$ 3.274,49	R\$ 3.302,15	R\$ 3.090,59	-6%
	Agropecuária	R\$ 2.623,20	R\$ 2.881,36	R\$ 3.033,19	16%
ESP	Indústria	R\$ 4.203,57	R\$ 4.467,93	R\$ 4.664,28	11%
	Construção Civil	R\$ 2.732,69	R\$ 2.958,74	R\$ 3.079,82	13%
	Comércio	R\$ 3.017,11	R\$ 3.255,86	R\$ 3.413,79	13%
	Serviços	R\$ 4.302,75	R\$ 4.207,19	R\$ 4.307,18	0%
	Agropecuária	R\$ 2.305,82	R\$ 2.540,69	R\$ 2.691,40	17%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Adicionalmente, segundo dados do Censo 2022 do IBGE, a renda média dos chefes de família no município de Santo Antônio da Alegria foi de R\$ 2.192, considerando todas as fontes de ocupação — formais e informais — no contexto dos domicílios particulares permanentes.

Os dados de saldos de empregos formais do município entre 2020 e julho de 2025 mostram uma trajetória positiva, com destaque para o crescimento contínuo a partir de 2021. Em 2020, o município teve saldo zero, com admissões e desligamentos equilibrados (365 cada). A partir de 2021, os saldos passaram a ser positivos: 8 em 2021, 40 em 2022, e 78 tanto em 2023 quanto em 2024. O maior saldo foi registrado em 2025 (janeiro a julho), com 149 empregos formais criados, resultado de 492 admissões contra 343 desligamentos.

Esse desempenho indica uma recuperação gradual e consistente do mercado de trabalho local após o impacto da pandemia, com geração líquida de empregos em todos os anos desde 2021. Embora os números absolutos sejam modestos em comparação com a Região Metropolitana de Ribeirão Preto e o Estado de São Paulo, o saldo positivo reflete estabilidade e crescimento econômico no município.

Na RMRP, os saldos também foram positivos em todos os anos, variando de 148 em 2020 para 15.204 em 2025 (até julho), com pico de 28.491 em 2021. Já o Estado de São Paulo apresentou recuperação mais intensa, saindo de um saldo negativo de - 48.186 em 2020 para 801.989 em 2021, mantendo saldos positivos nos anos seguintes. As informações podem ser consultadas na

Tabela 4.4.2-3.

Tabela 4.4.2-3: Relação de admissões e desligamentos de empregos formais de Santo Antônio da Alegria, RMRP e ESP, entre 2020 e 2025

Ano	Condição	Santo Antônio da Alegria	RMRP	São Paulo
2020	Admissões	365	191.710	4.559.070
	Desligamentos	365	191.562	4.607.256
	Saldos	0	148	-48.186
2021	Admissões	458	242.262	6.136.283
	Desligamentos	450	213.771	5.334.294
	Saldos	8	28.491	801.989
2022	Admissões	560	268.787	6.881.631
	Desligamentos	520	243.560	6.307.609
	Saldos	40	25.227	574.022
2023	Admissões	565	282.135	7.113.110
	Desligamentos	487	263.335	6.727.614
	Saldos	78	18.800	385.496
2024	Admissões	560	311.181	8.016.921
	Desligamentos	482	293.977	7.558.775
	Saldos	78	17.204	458.146
2025 (jan a jul)	Admissões	492	197.511	5.044.814
	Desligamentos	343	182.307	4.647.761
	Saldos	149	15.204	397.053

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

4.5. Capacidade de investimento do município

Entre 2021 e 2024, Santo Antônio da Alegria apresentou crescimento significativo tanto nas transferências correntes quanto na receita orçamentária total. As transferências correntes - que incluem repasses de recursos dos governos federal e estadual - aumentaram 46%, passando de R\$ 32 milhões em 2021 para R\$ 46,9 milhões em 2024. Já a receita orçamentária total cresceu 51%, alcançando R\$ 55,7 milhões no último ano.

Apesar desse crescimento, a participação das transferências correntes na receita total manteve-se elevada e relativamente estável, variando de 87% em 2021 para 84% em 2024. Isso indica forte dependência do município em relação a recursos externos, com baixa autonomia financeira. Os dados podem ser verificados na **Tabela 4.5-1**.

Tabela 4.5-1: Receita Orçamentária e Transferências Correntes do município de Santo Antônio da Alegria, entre 2021 e 2024

Ano	Transferências Correntes (A)	Receita Orçamentária (B)	Participação (A/B)
2021	R\$ 32.069.960,72	R\$ 36.948.526,14	87%
2022	R\$ 39.846.777,45	R\$ 46.075.320,08	86%
2023	R\$ 40.137.226,46	R\$ 46.415.543,68	86%
2024	R\$ 46.922.940,69	R\$ 55.686.451,08	84%
Varição	46%	51%	-

Fonte: Siconfi – Tesouro Nacional, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

No mesmo período, o município apresentou crescimento expressivo na arrecadação de receita tributária, que passou de R\$ 3,0 milhões para R\$ 6,1 milhões - uma variação de 102%. Esse aumento foi proporcionalmente maior que o crescimento da receita orçamentária total, que subiu 51% no mesmo período, de R\$ 36,9 milhões para R\$ 55,6 milhões.

A participação da receita tributária na composição da receita total também evoluiu, saindo de 8% em 2021 para 11% em 2024. Embora ainda represente uma parcela modesta, tal avanço indica maior capacidade de arrecadação própria do município, o que contribui para a autonomia financeira e reduz a dependência de transferências intergovernamentais.

Esse desempenho pode refletir melhorias na gestão fiscal, ampliação da base de contribuintes, atualização de cadastros, combate à inadimplência ou crescimento da atividade econômica local. Os dados podem ser verificados na **Tabela 4.5-2**.

Tabela 4.5-2: Receita Orçamentária e Receita Tributária do município de Santo Antônio da Alegria, entre 2021 e 2024

Ano	Receita Tributária (A)	Receita Orçamentária (B)	Participação (A/B)
2021	R\$ 3.047.479,92	R\$ 36.948.526,14	8%
2022	R\$ 4.202.440,16	R\$ 46.075.320,08	9%
2023	R\$ 3.839.737,17	R\$ 46.415.543,68	8%
2024	R\$ 6.161.661,63	R\$ 55.686.451,08	11%
Varição	102%	51%	-

Fonte: Siconfi – Tesouro Nacional, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Também entre 2021 e 2024, Santo Antônio da Alegria apresentou crescimento de 42% nas despesas orçamentárias totais, que passaram de R\$ 36,2 milhões para R\$ 51,5 milhões. Esse aumento foi impulsionado principalmente pelas despesas correntes - aquelas voltadas à manutenção da máquina pública, como salários, serviços e custeio - que cresceram 58% no período, saltando de R\$ 29,8 milhões para R\$ 47,2 milhões. A participação das despesas correntes também aumentou, passando de 82% em 2021 para 92% em 2024, o que indica maior concentração dos gastos em atividades rotineiras e operacionais.

Por outro lado, as despesas de capital - voltadas a investimentos, obras e aquisição de bens duráveis - sofreram queda de 32%, reduzindo-se de R\$ 6,3 milhões em 2021 para R\$ 4,3 milhões

em 2024. A participação desse tipo de despesa caiu de 18% para apenas 8% do total, o que pode sinalizar menor capacidade de investimento ou priorização de gastos correntes em detrimento de ações estruturantes, como mostra a **Tabela 4.5-3**.

Esse cenário sugere que, embora o orçamento municipal tenha crescido, a composição dos gastos revela uma tendência de menor investimento em infraestrutura e desenvolvimento, o que pode comprometer a sustentabilidade e o crescimento de longo prazo.

Tabela 4.5-3: Participação das despesas correntes e despesas de capital em relação à despesa orçamentária do município de Santo Antônio da Alegria, entre 2021 e 2024

Ano	Despesas correntes	%	Despesas de capital	%	Despesas orçamentárias
2021	R\$ 29.889.349,85	82%	R\$ 6.363.758,97	18%	R\$ 36.253.108,82
2022	R\$ 38.983.875,59	88%	R\$ 5.260.803,71	12%	R\$ 44.244.679,30
2023	R\$ 43.594.068,84	92%	R\$ 4.031.571,57	8%	R\$ 47.625.640,41
2024	R\$ 47.248.744,37	92%	R\$ 4.302.675,89	8%	R\$ 51.551.420,26
Varição	58%		-32%		42%

Fonte: Siconfi – Tesouro Nacional, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Por fim, no período avaliado, Santo Antônio da Alegria apresentou evolução positiva nas finanças públicas, com crescimento de 51% nas receitas orçamentárias e de 42% nas despesas. Esse desempenho resultou em saldos anuais majoritariamente superavitários, com destaque para 2024, quando o município registrou o maior superávit do período: R\$ 4,1 milhões.

Em 2021 e 2022, os saldos também foram positivos, de R\$ 695 mil e R\$ 1,83 milhão, respectivamente. Já em 2023, houve déficit de R\$ 1,2 milhão, único resultado negativo da série, possivelmente decorrente de aumento pontual nas despesas ou queda na arrecadação. A recuperação em 2024, com saldo 495% superior ao de 2021, demonstra melhora na capacidade de gestão fiscal e equilíbrio entre receitas e gastos.

Esse cenário indica que o município vem fortalecendo sua saúde financeira, com maior margem para investimentos e planejamento de políticas públicas. Para manter essa trajetória, é essencial seguir com controle de despesas, ampliação da arrecadação própria e uso eficiente dos recursos disponíveis. As informações podem ser verificadas na **Tabela 4.5-4**.

Tabela 4.5-4: Receitas, Despesas e superávit do município de Santo Antônio da Alegria, entre 2021 e 2024

Ano	Receitas Orçamentárias (A)	Despesas Orçamentárias (B)	Balço (A-B)
2021	R\$ 36.948.526,14	R\$ 36.253.108,82	R\$ 695.417,32
2022	R\$ 46.075.320,08	R\$ 44.244.679,30	R\$ 1.830.640,78
2023	R\$ 46.415.543,68	R\$ 47.625.640,41	-R\$ 1.210.096,73
2024	R\$ 55.686.451,08	R\$ 51.551.420,26	R\$ 4.135.030,82
Varição	51%	42%	495%

Fonte: Siconfi – Tesouro Nacional, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

4.6. Considerações finais

Santo Antônio da Alegria, município paulista de perfil predominantemente rural, tem demonstrado avanços importantes em diversas áreas socioeconômicas nos últimos anos. A agropecuária permanece como principal motor da economia local, representando 37% dos empregos formais em 2024, com destaque para a criação de bovinos e o cultivo de café. A indústria, embora ainda incipiente, vem ganhando espaço, especialmente com atividades ligadas à fabricação de panificados e laticínios, que juntos responderam por quase metade dos empregos industriais em 2024.

O comércio também mostrou dinamismo, ampliando sua participação no mercado de trabalho para 32%, enquanto o setor de serviços sofreu forte retração, passando de 49% dos empregos em 2023 para apenas 16% em 2024. Apesar da queda no total de vínculos formais, o município apresentou saldos positivos de emprego desde 2021, com destaque para os primeiros sete meses de 2025, quando foram criadas 149 vagas líquidas.

Na educação, o desempenho nos anos iniciais do ensino fundamental é consistente e acima das metas do IDEB, com destaque para o índice de 7,4 alcançado em 2023 - o maior da série histórica. Na saúde, a taxa de mortalidade infantil apresentou forte oscilação, mas com predomínio de anos com taxa zero, refletindo avanços na atenção básica. Por outro lado, o número de médicos caiu drasticamente, de 122 em 2020 para apenas 24 em 2025, o que pode comprometer a qualidade do atendimento.

A estrutura econômica do município é marcada pela forte presença da agropecuária no valor adicionado, com oscilações entre 25% e 44% ao longo da última década. O PIB per capita cresceu 71% entre 2011 e 2021, alcançando R\$ 30.114,17, embora ainda abaixo da média regional e estadual. Os rendimentos médios dos trabalhadores também aumentaram, especialmente nos setores de serviços e comércio, mas seguem inferiores aos registrados na Região Metropolitana de Ribeirão Preto e no Estado de São Paulo.

Do ponto de vista fiscal, Santo Antônio da Alegria apresentou melhora na arrecadação própria, com crescimento de 102% na receita tributária entre 2021 e 2024. Ainda assim, o município mantém alta dependência de transferências correntes, que representaram 84% da receita orçamentária em 2024. As despesas correntes cresceram 58% no período, enquanto os investimentos (despesas de capital) caíram 32%, reduzindo sua participação para apenas 8% do orçamento. Apesar disso, os saldos fiscais foram positivos em três dos quatro anos analisados, com superávit recorde de R\$ 4,1 milhões em 2024.

Em síntese, Santo Antônio da Alegria é um município com forte vocação agropecuária, que vem buscando diversificação econômica e melhorias na gestão pública. Os avanços em educação, arrecadação e geração de empregos são promissores, mas desafios persistem na área da saúde, na capacidade de investimento e na autonomia financeira.

4.7. Referências bibliográficas

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **TABNET – CNES: Procedimentos por Estabelecimento**. Brasília: DATASUS. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?cnes/cnv/proc02br.def>. Acesso em 10 de setembro de 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA – TESOURO NACIONAL. **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro**. Disponível em: [Contas Anuais | Área pública | Siconfi](#). Acesso em: 12 de setembro de 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Base de Gestão da CAGED – BGCAGED**. Brasília: MTE. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em: 14 de setembro de 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Painel de Informações do CAGED – Power BI**. Brasília: MTE. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWl2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVvOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>. Acesso em: 13 de setembro de 2025.

FUNDAÇÃO SEADE. **Índice Paulista de Desenvolvimento Municipal – Metodologia**. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: https://repositorio.seade.gov.br/dataset/f714bdee-3f8c-464e-9e45-07a0e444937a/resource/f7b7a48d-3278-49ae-b152-25e5f006410f/download/ipdm_metodologia.pdf. Acesso em: 20 de setembro de 2025.

FUNDAÇÃO SEADE. **População residente – Estado de São Paulo**. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <https://repositorio.seade.gov.br/dataset/populacao-residente-estado-de-sao-paulo>. Acesso em: 15 de setembro de 2025.

FUNDAÇÃO SEADE. **População residente – Estado de São Paulo: evolução**. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <https://repositorio.seade.gov.br/dataset/populacao-residente-estado-de-sao-paulo-evolucao/resource/2a0551df-ec74-473c-b0c3-387f0f128523>. Acesso em: 15 de setembro de 2025.

FUNDAÇÃO SEADE. **Transferência de Renda – Painel: Anexo Metodológico**. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <https://repositorio.seade.gov.br>. Acesso em: 10 de setembro de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2022: Universo – Unidades de Conservação, Características das Pessoas e Domicílios**. Rio de Janeiro:

IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-unidades-de-conservacao-caracteristicas-pessoas-e-domicilios>. Acesso em: 14 de setembro de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, [2010]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em: 14 de setembro de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção Agrícola Municipal – PAM: tabelas**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 24 de setembro de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Disponível em: [Produto Interno Bruto dos Municípios | IBGE](https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-municipios). Acesso em: 14 de setembro de 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo Escolar: Resultados**. Brasília: Ministério da Educação, [2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 12 de setembro de 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): resultados**. Brasília: INEP, [2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 12 de setembro de 2025.

OBSERVATÓRIO DO CADASTRO ÚNICO. **Painel de Indicadores Sociais do CadÚnico**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, [202?]. Disponível em: <https://observatoriocadunico.mds.gov.br>. Acesso em: 10 de setembro de 2025.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CADASTRO ÚNICO. **Observatório do Cadastro Único v1.10.0**. Disponível em: [Observatório do Cadastro Único](https://observatoriocadunico.mds.gov.br). Acesso em: 11 de setembro de 2025.

5. ASPECTOS TERRITORIAIS

Neste capítulo serão apresentadas as principais características relacionadas aos aspectos territoriais do município de Santo Antônio da Alegria, que permitem avaliar a ocupação urbana municipal, com destaque para:

- Evolução da ocupação;
- Distribuição espacial da população e do uso do solo;
- Perfil do uso e da ocupação territorial;
- Caracterização do sistema de mobilidade;
- Caracterização habitacional, envolvendo a identificação e localização dos núcleos urbanos informais, assentamentos precários e favelas e comunidades urbanas (IBGE);
- Identificação e caracterização do Patrimônio de Interesse Histórico e Cultural; e
- Análise da distribuição dos serviços públicos.

5.1. Evolução da ocupação

Conforme informações do IBGE (1958), o município de Santo Antônio da Alegria surgiu em um local que era parada obrigatória dos que cruzavam a fronteira entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, às margens do Ribeirão Pinheirinho, no então território municipal de Batatais, a partir da fundação da Capela de Cuscuzeiro, na década de 1860, por Francisco Antônio Mafra.

No ano de 1866, através da Lei nº 7, de 28 de fevereiro, a capela foi elevada à categoria de freguesia com o nome de Santo Antônio da Alegria, tendo sido, anos depois, incorporada ao município de Capuru por meio da Lei nº 41, de 3 de abril de 1873 (IBGE, 1958).

A Lei nº 21, de 10 de março de 1885, por sua vez, concedeu autonomia político-administrativa ao tornar a freguesia um município, o qual foi instalado em 7 de abril de 1890, subordinado à Jurisdição da Comarca de Cajuru. Delimitado pelos municípios de Altinópolis e Cajuru, em São Paulo, e Itamoji, em Minas Gerais, Santo Antônio da Alegria conformava, à época, uma área de 300 km² e 5.129 habitantes, dos quais 77% habitavam a zona rural.

Limítrofe entre dois estados, a sede do município manteve-se dividida entre os territórios paulista e mineiro através do Rio Pinheirinho até o ano de 1937, quando os dois governos firmaram um acordo sobre a troca de terras e Santo Antônio da Alegria passou a pertencer unicamente ao Estado de São Paulo.

No século que se seguiu, houve estabilidade na dinâmica populacional do município, como denotado pelos dados do Censo de 1991 (vide **Tabela 5.1-1**). É a partir dos anos 2000 que Santo Antônio da Alegria passou a observar um incremento de seu contingente populacional.

Tabela 5.1-1: Evolução da população segundo os últimos censos realizados pelo IBGE

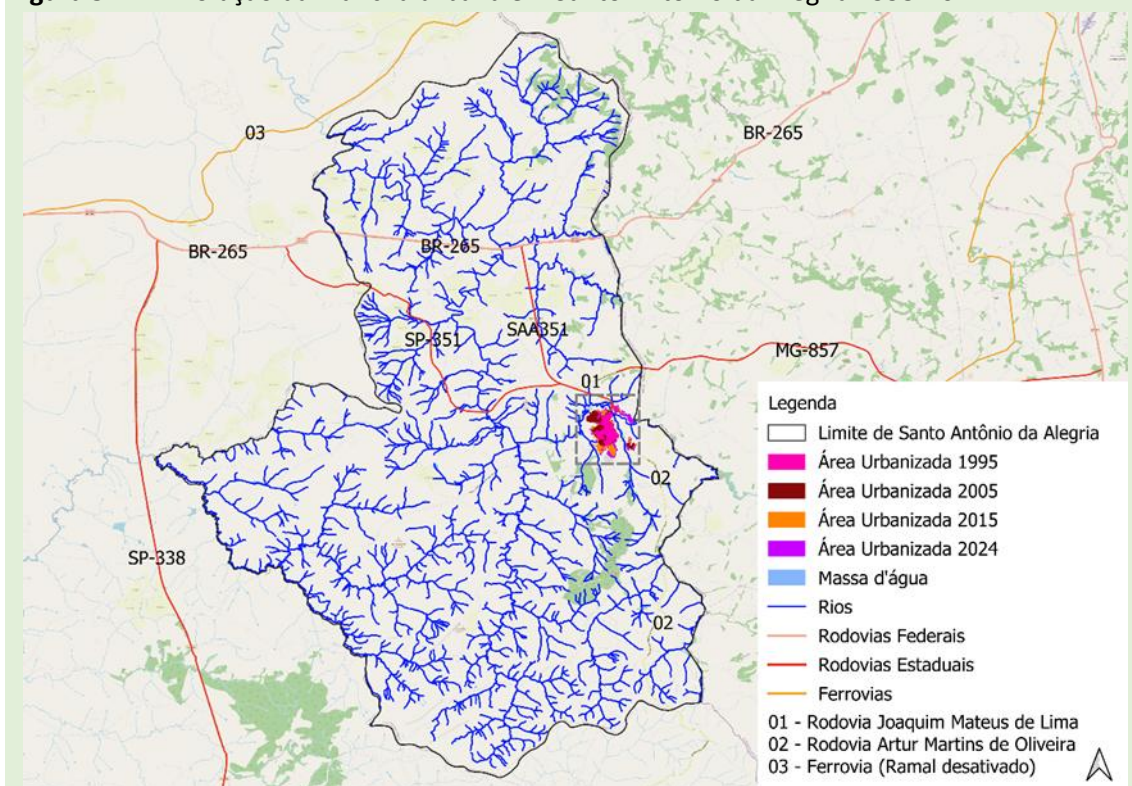
Ano	População	Evolução
1991	5.155	-
2000	5.764	+11,80%
2010	6.304	+9,40%
2022	6.775	+7,50%

Fonte: IBGE, 1991; 2000; 2010; 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Conforme indicado na **Tabela 5.1-1**, os dois censos seguintes apontam que nos anos de 2010 a 2022 a população do município cresceu continuamente. Mesmo com uma taxa de evolução decrescente, é possível observar que o movimento de expansão populacional ocorreu em ritmo superior à série histórica, alcançando recordes em cada intervalo observado.

Em termos territoriais, a dinâmica urbana corrobora este comportamento populacional. Restrita e concentrada em seu núcleo principal até 1995, com uma pequena extensão a nordeste cruzando o Rio Pinheirinho, a mancha urbana expandiu e conformou um pequeno novo núcleo a sudeste do município a partir de 2005, como pode ser visto na **Figura 5.1-1**.

Figura 5.1-1: Evolução da mancha urbana em Santo Antônio da Alegria 1995-2024



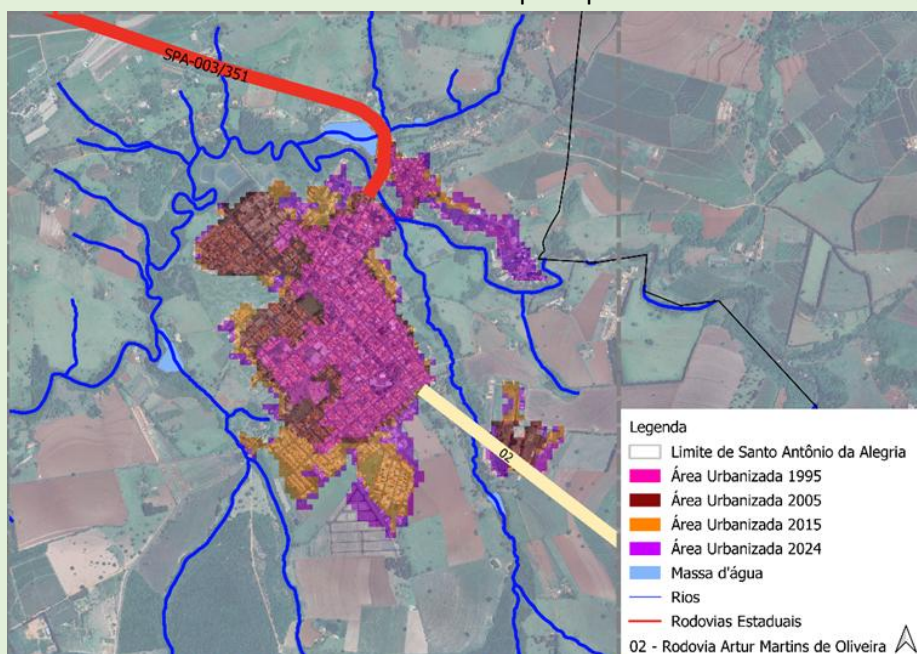
Fonte: Mapbiomas, 1995; 2005; 2015; 2024. Elaboração: Geo Brasilis, 2025. S/escala.

A partir da **Figura 5.1-1** é possível observar que:

- O município possui uma mancha urbana concentrada que consolida sua área central nas proximidades com a divisa, a leste, com o estado de Minas Gerais, conectado através da Rodovia Vicinal Joaquim Mateus de Lima e a Rodovia Estadual MG-857;
- A porção norte é cortada pela Rodovia BR-265 que, após seu trecho no estado mineiro, cruza o município e o conecta às cidades paulistas de Altinópolis e Cajuru, a oeste;
- Principal vetor de acesso ao território, a Rodovia BR-265 origina um trecho da Rodovia SAA351 que conecta essa porção norte à área urbanizada do município que, mesmo com as evoluções observadas de 1995 a 2024, não expandiu para outras porções do território;
- A porção sul do município, por sua vez, tem como via principal de acesso à Rodovia Artur Martins de Oliveira, sendo também a única conexão com a cidade de Cássia dos Coqueiros, a sul do município.

A malha urbanizada do município de Santo Antônio da Alegria, consolidada em um núcleo principal com uma ramificação a nordeste na margem oposta do Rio Pinheirinho, observou expansões concêntricas, como pode ser visto no recorte ampliado da **Figura 5.1-2**. A partir de 2005 essa expansão foi acompanhada da formação de um pequeno núcleo a sudeste da área central, que também observou um crescimento concêntrico nos anos seguintes, e que, na visão geral do território, pode ser considerada parte integrante do núcleo central.

Figura 5.1-2: Recorte da área urbanizada no núcleo principal de Santo Antônio da Alegria



Fonte: Mapbiomas, 1995; 2005; 2015; 2024; DER, 2023; FDBS, 2024. Elaboração: Geo Brasilis, 2025. S/escala.

A imagem ampliada na **Figura 5.1-2** permite observar que:

- A urbanização do território de Santo Antônio deu-se de forma significativa até o ano de 1995, com expansões subjacentes nos anos seguintes delimitadas pelos cursos d'água perimetrais ao núcleo central de surgimento do município, às margens do Rio Pinheirinho;
- O município possui alta capilaridade hídrica, sendo os corpos d'água fatores condicionantes para a ocupação urbana. O núcleo urbano consolidado se desenvolveu entre rios, tendo a mancha urbana principal se desenvolvido entre o Rio Pinheirinho e seus afluentes;
- As Rodovias **SAA351** e Artur Martins de Oliveira, diferentemente dos rios e cursos d'água, não atuam como limitantes à expansão urbana, sendo esta última, inclusive, condição de acesso ao pequeno núcleo surgido a partir de 2005 a sudeste da área central;
- A nordeste do núcleo central, ainda que cortada pelo Rio do Pinheirinho, a mancha urbana é contínua à área central, sendo observada desde os registros de 1995;
- Existem loteamentos e bairros nas proximidades da sede urbana que não foram identificados pelo MapBiomias, como o Loteamento São Paulo e os bairros Bela Vista, Recanto dos Pássaros e Barra da Serra.³

Representativo do modelo urbano de cidades de pequeno porte do interior paulista (menos de 20 mil habitantes), o território de Santo Antônio da Alegria é conformado por uma única centralidade, originada de um processo histórico de constituição a partir de uma edificação religiosa e com uma expansão urbana concêntrica em paralelo às atividades rurais dispersas pelo município.

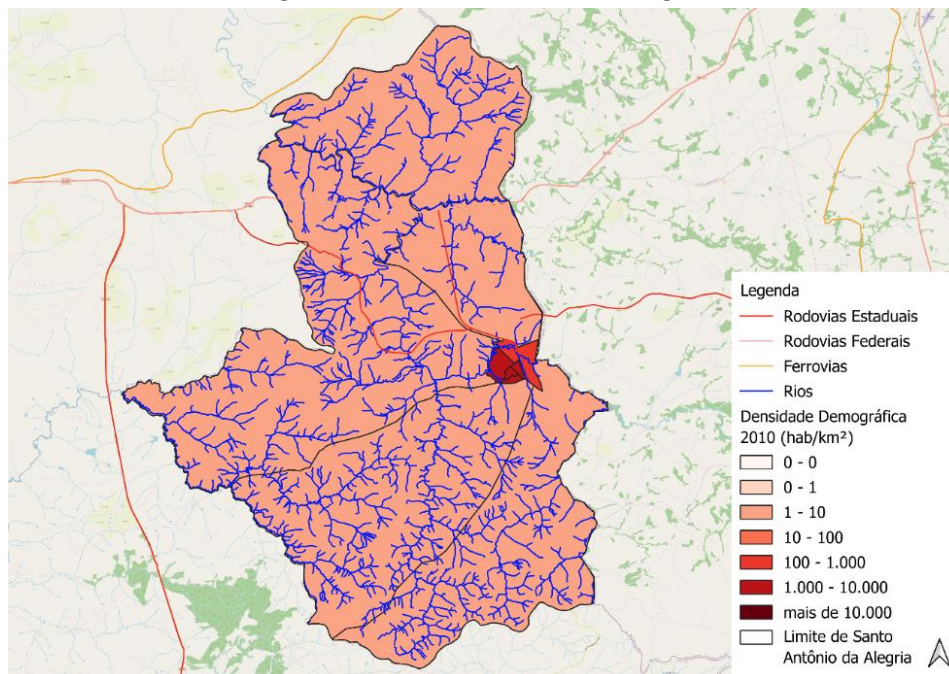
5.2. Distribuição espacial da população

A compreensão da organização populacional no território, obtida através da análise de sua distribuição espacial, sobretudo em termos de maior concentração ou dispersão, permite conduzir a implementação de infraestrutura urbana, equipamentos e serviços essenciais de maneira mais justa, equânime e igualitária.

No âmbito do município de Santo Antônio da Alegria, a análise que se segue foi organizada com o objetivo de entender a dinâmica de seu arranjo demográfico em dois períodos distintos tendo por base os dados dos censos realizados pelo IBGE em 2010 e 2022 (vide **Figuras 5.2-1 e 5.2-2**).

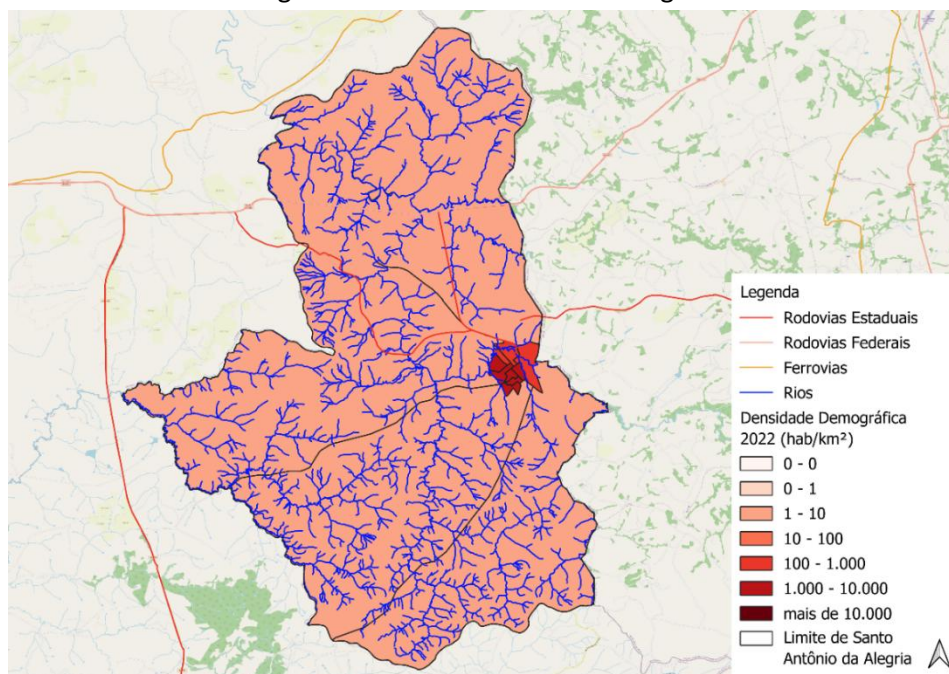
³ Para a elaboração da Figura 5.1-2 foi considerado o levantamento do MapBiomias, e por isso o loteamento São Paulo não aparece no mapa, assim como outros bairros, como o Bela Vista, Recanto dos Pássaros e Barra da Serra. No entanto, esses bairros e loteamento estão considerados nas análises.

Figura 5.2-1: Densidade demográfica em Santo Antônio da Alegria em 2010



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Geo Brasilis, 2025. S/escala.

Figura 5.2-2: Densidade demográfica em Santo Antônio da Alegria em 2022



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025. S/escala.

As **Figuras 5.2-1 e 5.2-2** evidenciam que:

- As áreas com densidade de até 10 habitantes por km² não observaram transformação entre os anos de 2010 e 2022;
- Na região central, a porção leste com densidade de até 1.000 hab/km² manteve-se estável, e a porção oeste, com densidade de até 10.000 hab/km², também permaneceu inalterada entre 2010 e 2022;
- De modo geral, a densidade do território não observou modificações no período analisado, corroborando o padrão de formação urbana do município indicado no **item 5.1.** deste relatório.

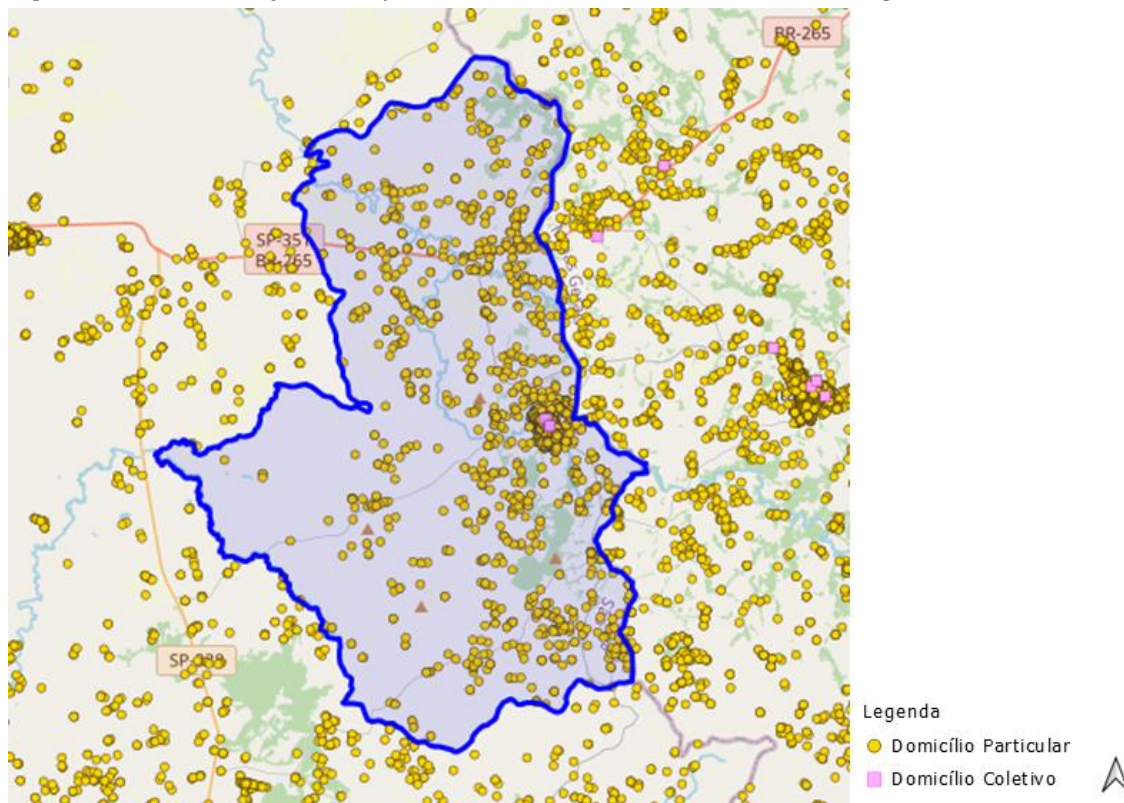
Ainda a respeito da espacialização da população no território, dados do IBGE⁴ de 2024 apontam que Santo Antônio da Alegria possui 310,311 km² de superfície e uma densidade demográfica média resultante de 21,83 habitante por km².

5.3. Perfil do uso e da ocupação do solo no município

As características de ocupação e as funções predominantes de cada porção do território de Santo Antônio da Alegria, compreendidos através da análise da distribuição espacial dos usos consolidados, permite o reconhecimento do padrão de organização espacial do município, conforme pode ser observado nas **Figuras 5.3-1 e 5.3-2.**

⁴ Panorama das cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/santo-antonio-da-alegria/panorama>. Acesso em: 13 set. 2025.

Figura 5.3-1: Distribuição dos tipos de domicílio em Santo Antônio da Alegria

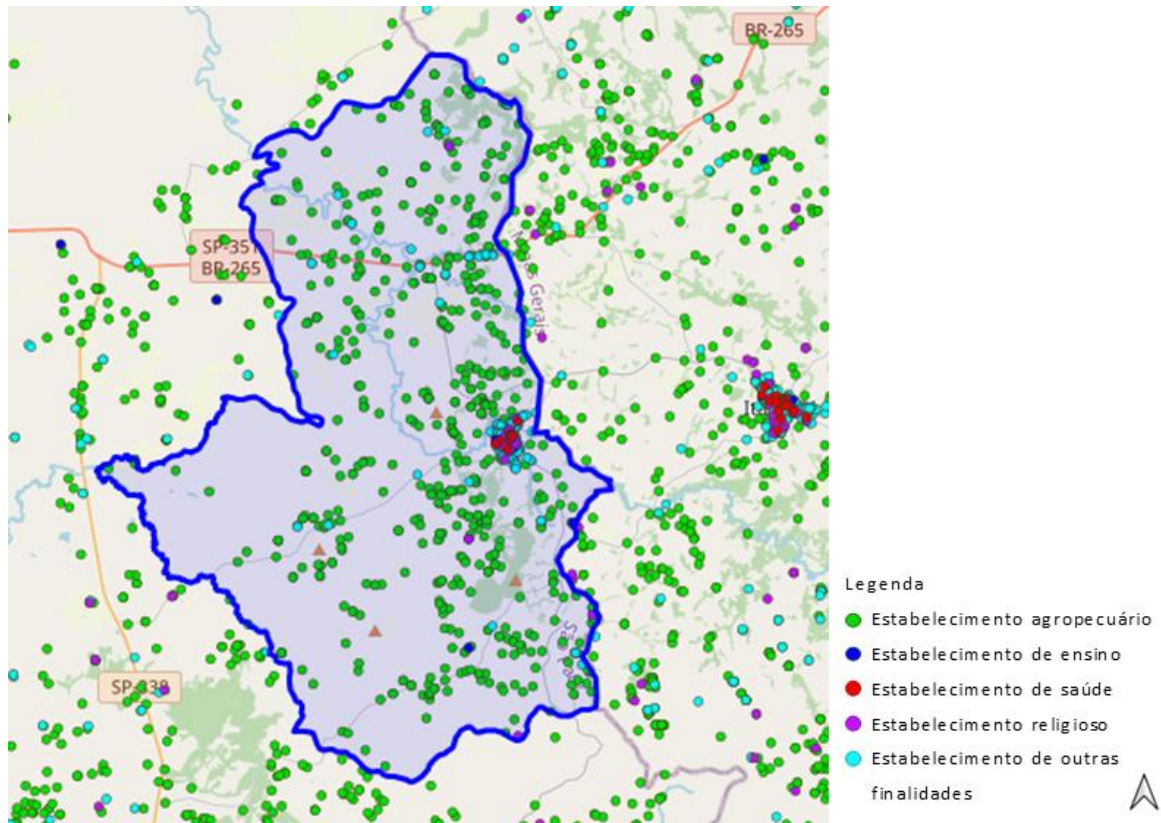


Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025. S/escala.

A **Figura 5.3-1** permite observar que:

- A quase totalidade dos domicílios de Santo Antônio da Alegria são particulares, com baixa presença de domicílios coletivos situados de forma restrita à área central;
- Embora possua uma única centralidade consolidada, que engloba, para além da maior densidade populacional, a maior concentração de domicílios, o município possui domicílios particulares distribuídos de forma espalhada por todo seu território, em contraste aos domicílios coletivos, situados majoritariamente na área central;
- Ademais da área central, os eixos rodoviários também são indutores da presença de domicílios, sobretudo as Rodovias BR-265 e Artur Martins de Oliveira.

Figura 5.3-2: Distribuição dos usos não residenciais em Santo Antônio da Alegria



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Geo Brasilis, 2025. S/escala.

A respeito da distribuição dos usos não residenciais, a **Figura 5.3-2** demonstra que:

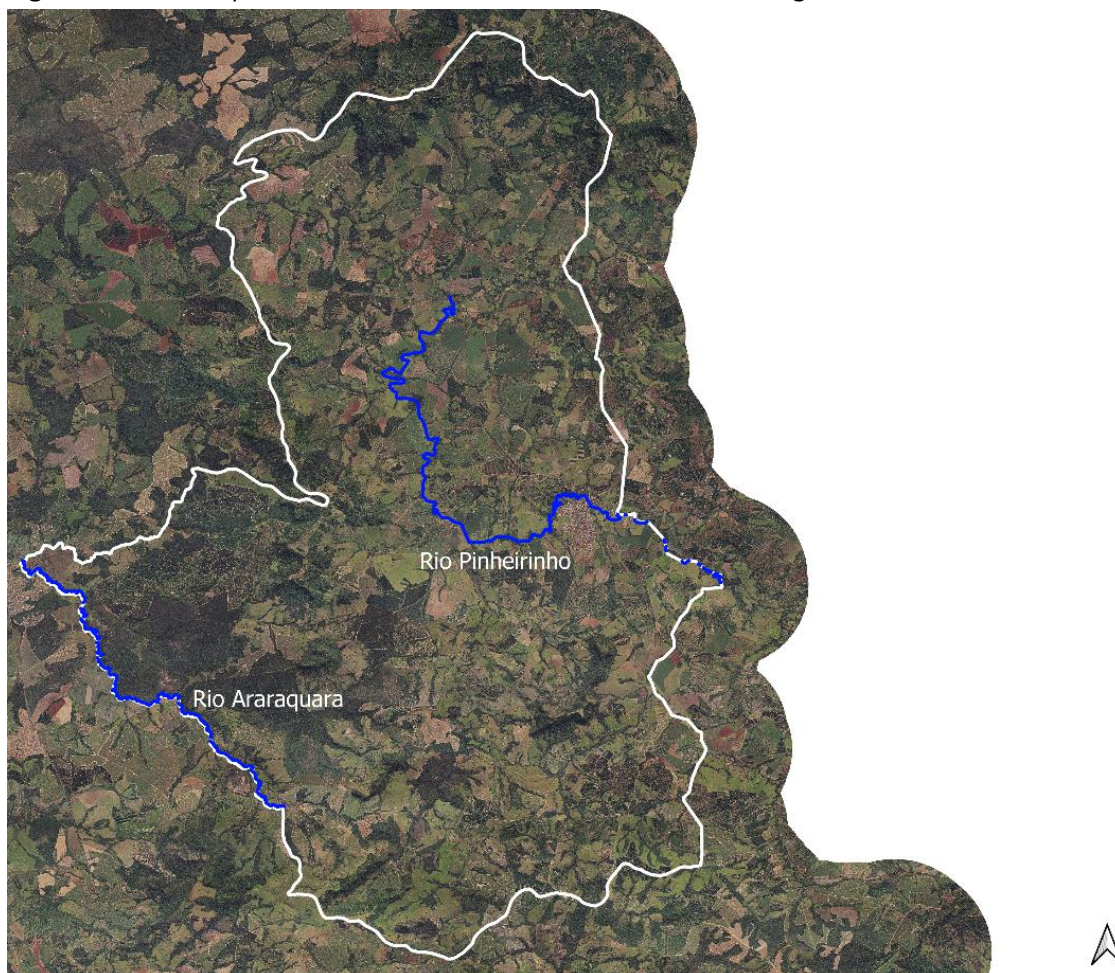
- O uso agropecuário é predominante no município, com presença concentrada de estabelecimentos em seu núcleo central e de forma espreada por todo o território;
- Pouco expressiva, mas presente de forma dispersa no município, a maior quantidade de equipamentos voltados a outras finalidades⁵ encontra-se ao longo da Rodovia BR-265 e, sobretudo, na área central;
- A quase totalidade dos estabelecimentos religiosos localizam-se no núcleo central do município, com exceção de uma Igreja Católica a norte e três ao sul do território (Rocinha, Lajinha, da Juliana e uma desativada, respectivamente).

⁵ Segundo o IBGE (2023), “estabelecimento de outras finalidades” é uma edificação utilizada para outros fins que não se enquadram nas opções anteriores, como oficinas mecânicas, bancos, farmácias, escritórios, lojas e comércio em geral etc.

- Os estabelecimentos de ensino localizam-se unicamente na área central do território, excetuados por três estabelecimentos, já desativados, na porção sul.
- Os estabelecimentos de saúde, por sua vez, encontram-se única e exclusivamente no núcleo central de Santo Antônio da Alegria.

A leitura da organização do município de Santo Antônio da Alegria, a partir da estruturação de seus espaços urbano e rural, permitem o reconhecimento de sua ocupação territorial. Como pode ser observado na **Figura 5.3-3**, os cursos d'água desempenham papel significativo na conformação da morfologia urbana do território.

Figura 5.3-3: Rios que cortam o território de Santo Antônio da Alegria



Fonte: Ortofotos do Estado de São Paulo - 2023 a 2024. Elaboração: Geo Brasilis, 2025. S/ escala.

Dentre os cursos d'água que se encontram em Santo Antônio da Alegria, os prevaletentes são os Rios Araraquara e Pinheirinho, tendo sido às margens deste último que o município nasceu,

como abordado no item 5.1, e o primeiro o definidor da divisa com o município de Cajuru, à oeste.

A ocupação urbana se deu em área delimitada pelo Rio Pinheirinho e Córrego dos Lourenços, conforme recorte ampliado da centralidade do território na **Figura 5.3-4**. A expansão da mancha urbana manteve-se quase que totalmente restrita a esta delimitação, excetuada por um prolongamento que atravessou o Rio Pinheirinho, a nordeste da área central, já reconhecido em 1995, e outro núcleo, de menor dimensão, que cruzou o Córrego dos Lourenços a sudeste da área central, a partir de 2005, estabelecido ao longo da Rodovia Artur Martins de Oliveira.

O tecido urbano do núcleo central é constituído por quadras de traçado ortogonal, distribuídas longitudinalmente a leste e oeste a partir da avenida central do município. A porção para além do Rio Pinheirinho, a nordeste, ainda que acompanhe o curso orgânico do eixo hídrico, conforma um traçado urbano o tanto quanto possível regular e ortogonal. O trecho sudeste, por sua vez, apresenta traçado oblíquo à Rodovia Artur Martins de Oliveira que o atravessa, com quadras de formatos variáveis e de dimensões muito superiores às observadas no núcleo central.

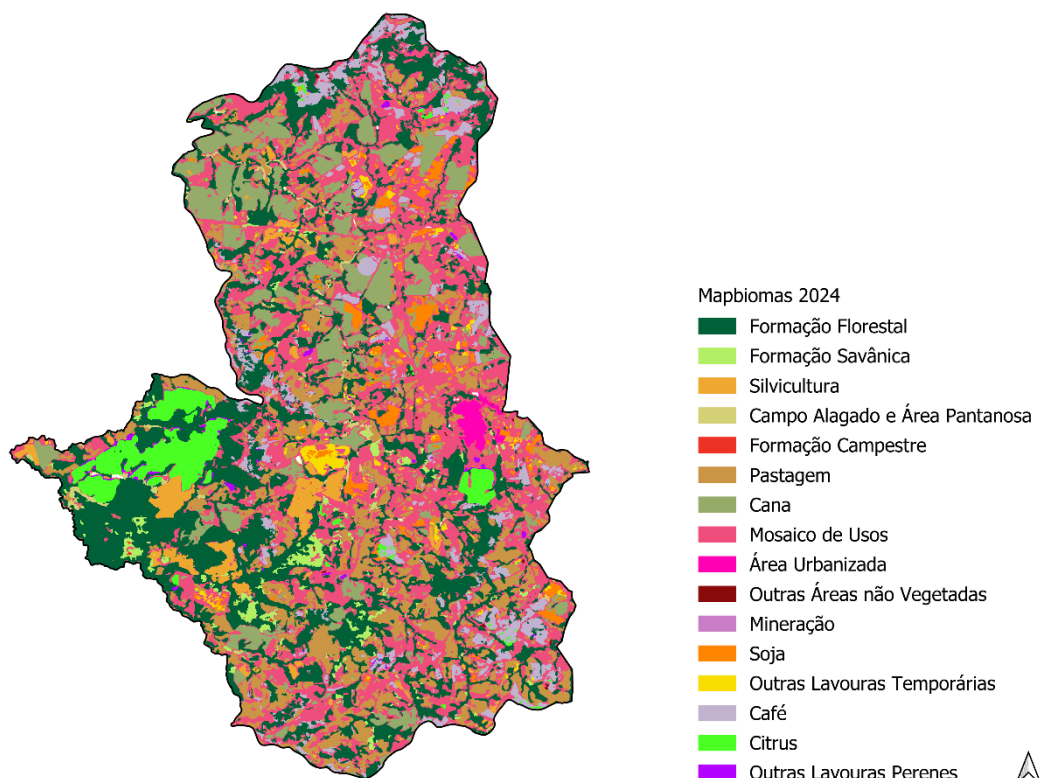
Figura 5.3-4: Recorte ampliado do território de Santo Antônio da Alegria



Fonte: Ortofotos do Estado de São Paulo - 2023 a 2024. Elaboração: Geo Brasilis, 2025. S/ escala.

Descrita no item 5.1, a configuração espacial urbana do território de Santo Antônio da Alegria é observada na **Figura 5.3-5** a partir dos demais usos e ocupações do solo constatados pelos dados disponíveis no Mapbiomas de 2024.

Figura 5.3-5: Usos do solo levantados pelo Mapbiomas 2024



Fonte: Mapbiomas, 2024. Elaboração: Geo Brasilis, 2025. S/ escala.

O arranjo dos diferentes usos do solo no território, conforme a **Figura 5.3-5**, apresenta destaque para os usos rurais:

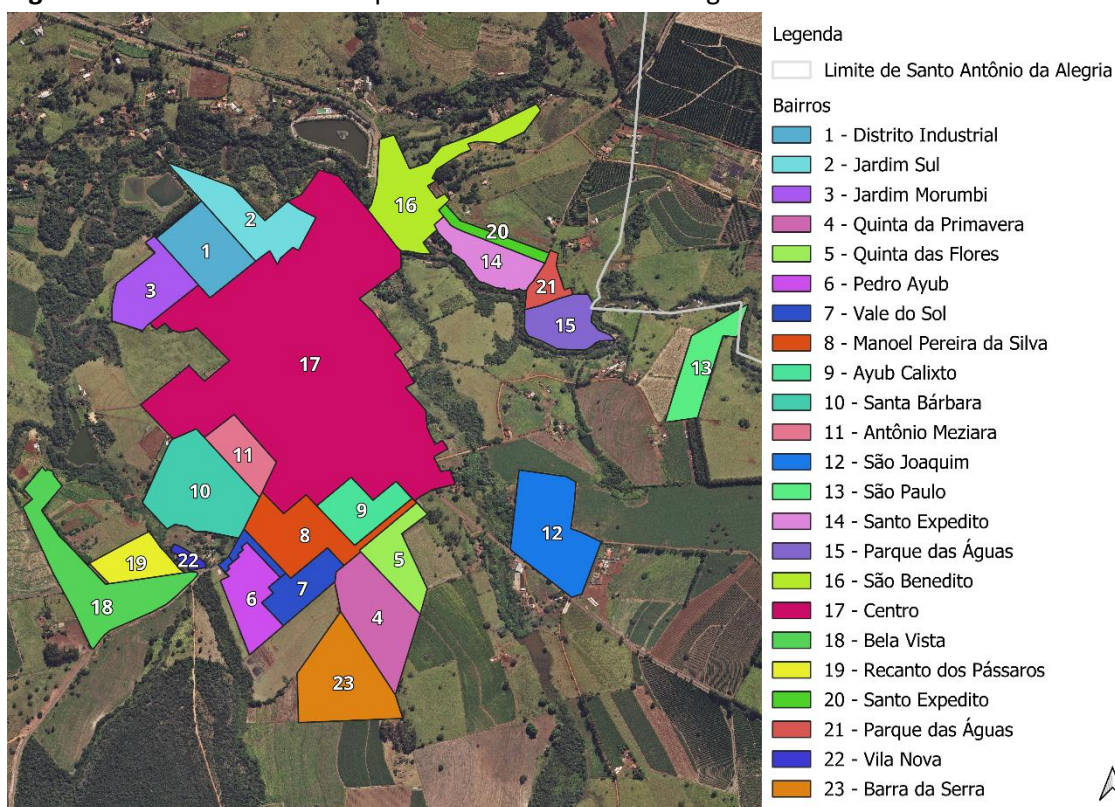
- As áreas destinadas à pastagem e ao cultivo de cana-de-açúcar são preponderantes no território. Esta, com presença significativa na porção norte e menos concentrada nas zonas oeste e sul, e aquela, distribuída de forma espreada por todo o município;
- Há grande presença de regiões de Formação florestal a norte, sul e, principalmente, a oeste do território, e estas duas porções conformam as principais áreas de cultivo de citrus;
- O cultivo de café também ocupa espaço expressivo, com presença difusa na quase totalidade do território, com exceção da porção oeste, onde há predomínio do citrus; e

- Ademais, verificam-se áreas de cultivo de soja, mais significativas na região norte, e pequenos núcleos de silvicultura e de outras lavouras temporárias distribuídos de forma esparsa e não concentrada pelo território.

Verifica-se, portanto, que a área urbanizada de Santo Antônio da Alegria está concentrada e restrita ao núcleo central, ao passo que a área remanescente do município se caracteriza pela diversidade de atividades agropecuárias, denotando a importância de sua zona rural.

Ainda a respeito da organização territorial de Santo Antônio da Alegria, a **Figura 5.3-6** demonstra os bairros que compõem sua área urbanizada central. Com exceção do bairro Centro, que ocupa, justamente, a área central urbana ocupada desde 1995 e que possui o maior perímetro, a quase totalidade dos bairros possuem pequena extensão, e suas divisas obedecem ao traçado urbano, independente da porção do território que ocupem.

Figura 5.3-6: Bairros do município de Santo Antônio da Alegria



Fonte: Prefeitura de Santo Antônio da Alegria, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025. S/ escala.

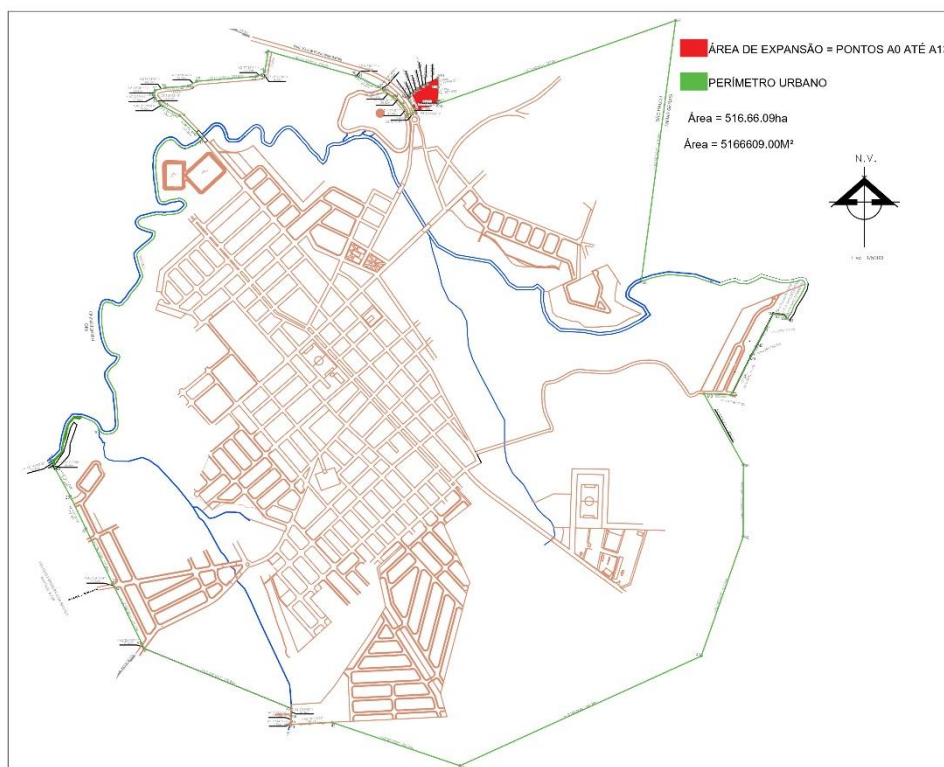
Em termos normativos, o município de Santo Antônio da Alegria possui considerável rol legislativo acerca de seu planejamento urbano. A começar pela Lei Orgânica do Município – LOM

(Publicada originalmente em 20 de agosto de 1994 e revisada em 27 de dezembro de 2016), que dispõe sobre a política urbana municipal em seu Capítulo II, no artigo 137.

Conforme a LOM, compete ao Poder Público Municipal ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Para tal, o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana é o Plano Diretor, a ser aprovado pela Câmara Municipal, e lei específica poderá definir outros instrumentos, como parcelamento ou edificação compulsória, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo, e desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.

A primeira legislação a respeito do perímetro urbano do município foi publicada em 1974 (Lei nº 546), que definia a classificação da área urbana da cidade. Alterada sucessivamente conforme as expansões urbanas posteriores, sua demarcação mais recente é a Lei Complementar nº 2.006, de 7 de fevereiro de 2024, que indica em seu artigo 1º que a área superficial do perímetro urbano de Santo Antônio da Alegria é de 516.66.09 hectares, conforme **Figura 5.3-7** abaixo:

Figura 5.3-7: Perímetro Urbano do Município de Santo Antônio da Alegria



Fonte: Lei Complementar nº 2.006, de 07 de fevereiro de 2024. S/ escala.

O ano de 2016 representa o período de maior publicação de leis relacionadas ao território urbano. Lei nº 1.793, de 1º de novembro, demarcou Zonas de Urbanização Específica para fins de parcelamento de solo sob forma de loteamentos fechados ou condomínios de chácaras de recreio. As Leis nº 1.781, de 18 de maio, e nº 1.795, de 21 de dezembro, por sua vez, definiram os limites de duas Zonas Especiais de Interesse Social para fins de loteamento ou desmembramento e alienação de lotes no município⁶.

No ano seguinte, foram publicados dois planos diretores, a saber: Plano Diretor Municipal Integrado de Resíduos Sólidos (Lei nº 1.827, de 18 de outubro de 2017) e Plano Diretor Municipal de Controle de Erosão Rural (Lei nº 1.828, de 18 de outubro de 2017), e é desde 29 de abril de 2024 que Santo Antônio da Alegria dispõe de um Plano Diretor de Turismo (Lei nº 2.017).

5.4. Caracterização do sistema de mobilidade

O município de Santo Antônio da Alegria não dispõe de Plano de Mobilidade Urbana. Exigência outorgada pela Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Nº 12.587/2012), o prazo para elaboração do Plano de Mobilidade por municipalidades com até 250.000 habitantes findou em 12 de abril de 2025, em conformidade conforme a Lei nº 14.748/2023.

Até o presente momento desta análise, a mobilidade urbana do município encontra no Capítulo VI da Lei Orgânica do Município as diretrizes e objetivos para o sistema de transportes. Os artigos 154 a 157 versam sobre a responsabilidade do Poder Público Municipal em planejar, gerenciar e operar os modais de transporte, tendo em vista ser este um direito fundamental ao cidadão.

Dentre as atribuições municipais, constam zelar pela manutenção, reforma e renovação da frota da Prefeitura, a conservação e melhoria das estradas municipais, a realização de estudo de viabilidade para transporte popular coletivo que conecte a zona rural à zona urbana do território e regulamentar as normas gerais de tráfego.

Cabe ainda operar o transporte com qualidade assegurada e tarifa condizente à renda dos cidadãos, os quais devem ter acesso a informações sobre o sistema de transporte e participação garantida em seu planejamento. Ainda, compete ao Executivo Municipal indicar o percurso, a frequência e a tarifa do transporte coletivo local em concordância ao Plano Diretor do município.

Os itens apresentados na sequência irão explicitar a caracterização dos sistemas rodoviário, viário e ferroviário do município, junto a dados sobre frota, motorização e transporte público. Vale ressaltar que, excetuado pelo supracitado capítulo sobre transporte da Lei Orgânica do

⁶ Para uma análise mais completa das citadas legislações, é necessário acesso aos mapas das zonas e áreas descritas.

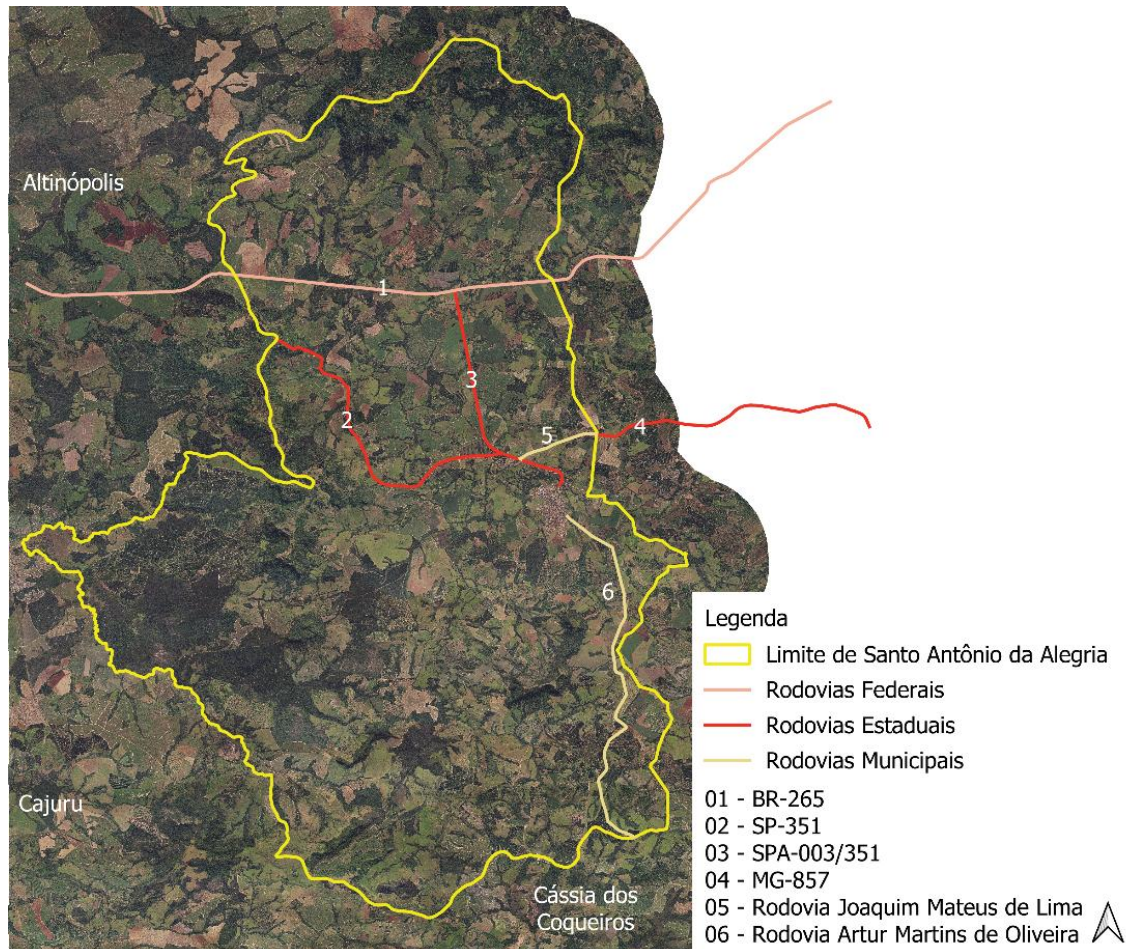
Município, Santo Antônio da Alegria não dispõe de nenhum plano municipal que tangencie a temática da mobilidade urbana, tampouco informações a respeito do transporte ativo.

5.4.1. Caracterização do sistema viário principal

O município de Santo Antônio da Alegria encontra-se na porção leste da Região Metropolitana de Ribeirão Preto - RMRP, na divisa com o estado de Minas Gerais. Desempenhando relevante papel de conexão entre os estados paulista e mineiro, detém um sistema de rodovias estaduais e federais que cruzam o município de leste a oeste, como pode ser visto na **Figura 5.4.1-1**. Excetuada por uma rodovia municipal que conecta a área central com a porção sul, as demais conexões de norte a sul e de leste a oeste do território ficam a cargo das estradas municipais. As rodovias que passam o município são as seguintes:

- **Rodovia BR-265:** rodovia federal que, no sentido leste-oeste, realiza a ligação entre os estados de Minas Gerais e São Paulo e conecta Santo Antônio da Alegria à Altinópolis;
- **Rodovia Altino Arantes (SP-351):** rodovia estadual que, incorporada ao mesmo traçado da Rodovia BR-265, permite a conexão de Santo Antônio da Alegria à Altinópolis;
- **Rodovia Prefeito Fioravante Belutti (SAA351):** rodovia estadual que permite a conexão das Rodovias BR-265 e SP-351 à área urbanizada central do município, atuando também como extensão do trecho em que a Rodovia MG-857 adentra o município através da Rodovia Vicinal Joaquim Mateus de Lima;
- **Rodovia MG-857:** rodovia estadual que liga o estado de Minas Gerais ao estado de São Paulo através do município de Santo Antônio da Alegria, quando passa a se chamar Rodovia Vicinal Joaquim Mateus de Lima;
- **Rodovia Vicinal Joaquim Mateus de Lima:** rodovia municipal realiza a ligação entre a Rodovia MG-875 e a área urbanizada central do município; e
- **Rodovia Artur Martins de Oliveira:** rodovia municipal que, no sentido norte-sul, conecta o centro do território ao município vizinho de Cássia dos Coqueiros.

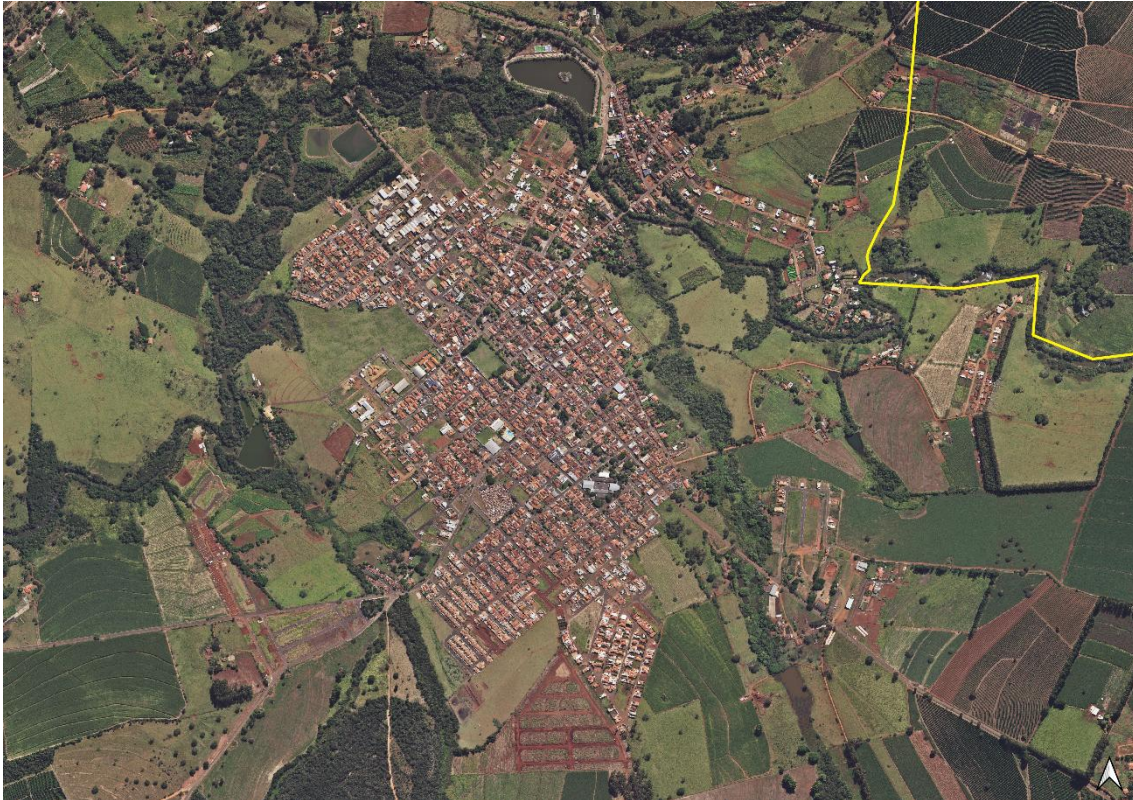
Figura 5.4.1-1: Rodovias em Santo Antônio da Alegria



Fonte: Ortofotos do Estado de São Paulo - 2023 a 2024. Elaboração: Geo Brasilis, 2025. S/ escala.

A respeito da área urbanizada, concentrada no núcleo central do município, o traçado apresenta desenho linear, que se desenvolve de forma paralela e perpendicular a partir do eixo central da cidade, a Avenida Francisco Antônio Mafra, a qual é acessada através das Rodovias Prefeito Fioravante Belutti (passando pelas Ruas Jorge Felício, Salma Antônio João e Nove de Julho) e diretamente pela Rodovia Artur Martins de Oliveira. A malha urbana, portanto, tem morfologia ortogonal, sendo composta, sobremaneira, por quadras retangulares e vias que se cruzam em ângulos retos, conformando um território com padrão regular e ordenado (vide **Figura 5.4.1-2**).

Figura 5.4.1-2: Vista do traçado urbano de Santo Antônio da Alegria



Fonte: Ortofotos do Estado de São Paulo - 2023 a 2024. Elaboração: Geo Brasilis, 2025. S/ escala.

Com exceção das Rodovias Prefeito Fioravante Belutti e Artur Martins de Oliveira, nenhuma outra rodovia que cruza o município alcança a área urbanizada central, reforçando a importância de conexão destas duas vias, que cruzam o território no sentido norte-sul.

Observa-se uma organização hierárquica das ruas a partir das duas rodovias supracitadas e da Avenida Francisco Antônio Mafra, que corta longitudinalmente a cidade e estabelece seu eixo principal, de onde partem as demais ruas que conformam os limites do tecido urbano da cidade. As manchas urbanas a nordeste e sudeste da área central, por sua vez, são acessadas através da Rodovias Prefeito Fioravante Belutti e Artur Martins de Oliveira, respectivamente, o que indica a importância destas vias na formação e consolidação destas áreas urbanas.

Para uma análise mais detalhada dessa porção do território, foi feita a divisão em áreas A, B e C, conforme **Figura 5.4.1-3**.

Figura 5.4.1-3: Divisão das áreas para análise do sistema viário



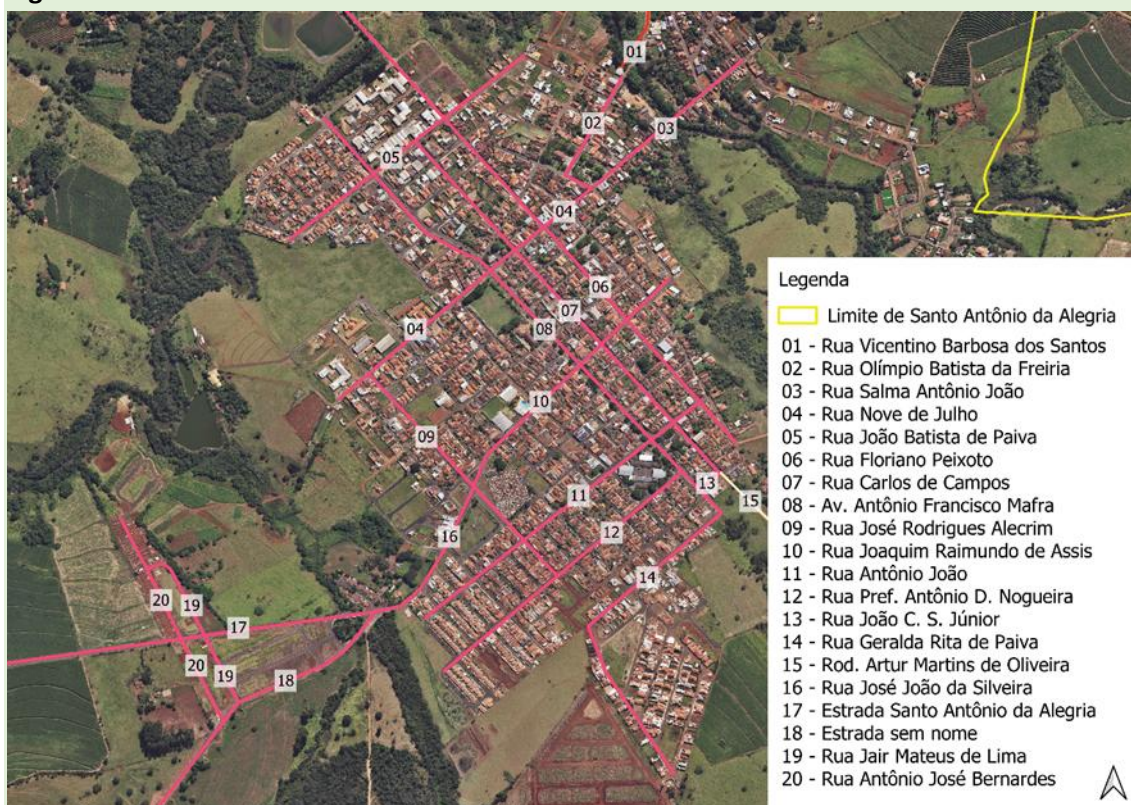
Fonte: Ortofotos do Estado de São Paulo - 2023 a 2024. Elaboração: Geo Brasilis, 2025. S/ escala.

O núcleo urbanizado central do município, representado pela área A, apresenta traçado definido a partir de eixos perpendiculares regulares que, em disposição ortogonal, possuem orientação predominante longitudinal que estruturam a malha urbana a partir de sua avenida central (vide **Figura 5.4.1-4**). As principais vias que estruturam o sistema viário desta área são:

- As Rodovias Prefeito Fioravante Belutti e Artur Martins de Oliveira, que permitem o acesso a esta área nas porções norte e sul, e convertem-se, ao adentrar a zona urbana, em **Rua Vicentino Barbosa dos Santos** e **Rua Carlos de Campos**, respectivamente;
- A Avenida Antônio Francisco Mafra, eixo central da cidade que origina o ordenamento do traçado ortogonal das vias e quadras desta área, e que, junto às Ruas Floriano Peixoto e Carlos de Campos, constituem as principais vias longitudinais de distribuição dos fluxos;
- A **Rua José A. Rodrigues Alecrim**, que, também no sentido longitudinal, encontra-se próxima ao limite oeste desta zona e a conecta através de ruas perpendiculares, com destaque para Nove de Julho, Joaquim Raimundo de Assis, Antônio João e Prefeito Antônio D. Nogueira;
- A **Rua Geralda Rita de Paiva**, a qual demarca o limite sul quando o sentido perpendicular da rua se torna longitudinal;

- A Rua João Batista de Paiva, via que se encontra no limite norte da área acessada através das Ruas Floriano Peixoto e Carlos de Campos, e a Avenida Antônio Francisco Mafra;
- A Rua Nove de Julho, além de permitir a continuidade da conexão da Rodovia Prefeito Fioravante Belutti ao centro da cidade, é o único eixo de conexão desta área com a área B, quando seu trecho se torna a Rua Salma Antônio João;
- A Rua José João da Silveira, que conecta a Rua Joaquim Raimundo de Assis à Estrada Santo Antônio da Alegria e constitui o único acesso a uma pequena porção urbanizada a sudoeste do núcleo central da Área A; e
- A Estrada Santo Antônio da Alegria e uma estrada não nomeada, que partem da Área A e adentram o território municipal no sentido sudoeste.

Figura 5.4.1-4: Sistema viário área A

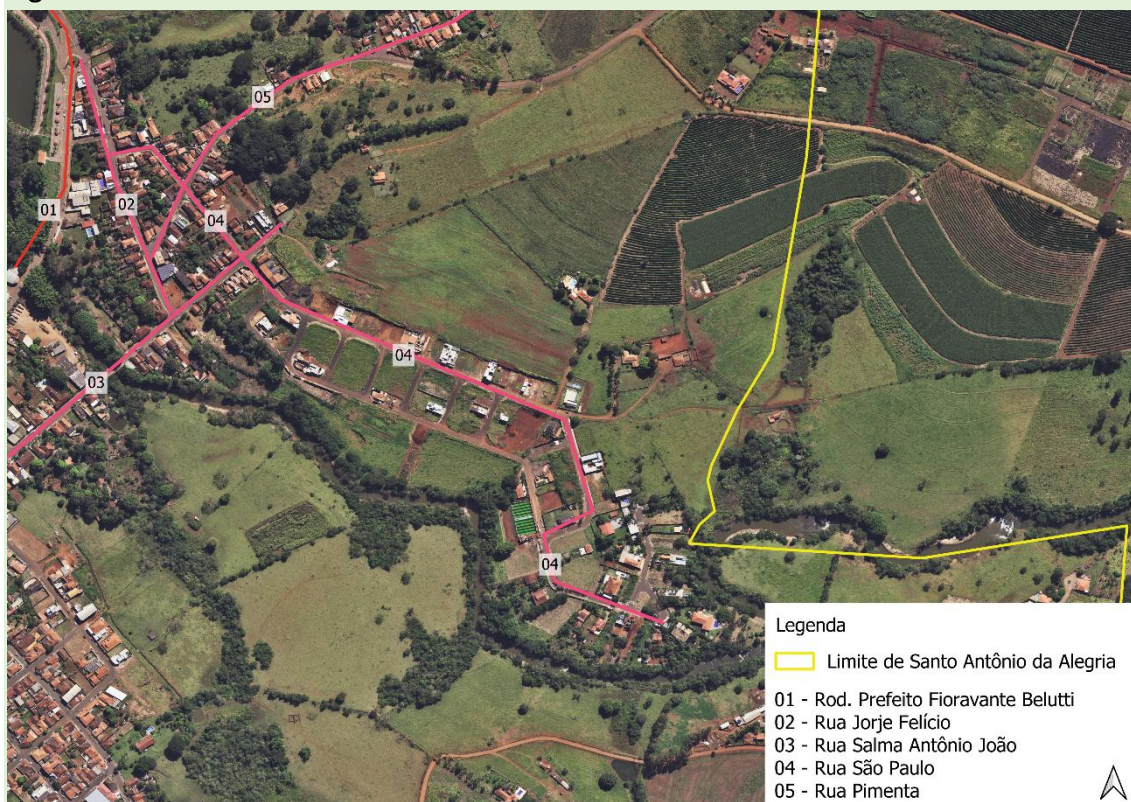


Fonte: Ortofotos do Estado de São Paulo - 2023 a 2024. Elaboração: Geo Brasilis, 2025. S/ escala.

A área B tem como principal elemento norteador de sua morfologia o Rio Pinheirinho (vide **Figura 5.4.1-5**). Deste modo, o traçado, ainda que obedeça a um princípio reticular, acompanha o eixo orgânico do Rio que conforma uma área longitudinal com algumas vias transversais. A conexão desta porção é realizada através das seguintes vias:

- Rodovia Prefeito Fioravante Belutti, que, assim como em relação à área A, permite o acesso à área B e, portanto, sua conexão com a porção norte do território e demais rodovias que ligam o município às cidades vizinhas e ao estado limítrofe de Minas Gerais;
- Rua Jorje Felício, que atua como trecho de continuidade da Rodovia Prefeito Fioravante Belutti adentrando esta área e conectando-a com a área A através da Rua Salma João de Antônio, e de onde parte a Rua Pimenta, que extrapola o limite urbano desta área em direção à área rural do município; e
- Rua São Paulo, que percorre toda a extensão longitudinal desta mancha urbana e também cruza a Rua Pimenta.

Figura 5.4.1-5: Sistema viário área B



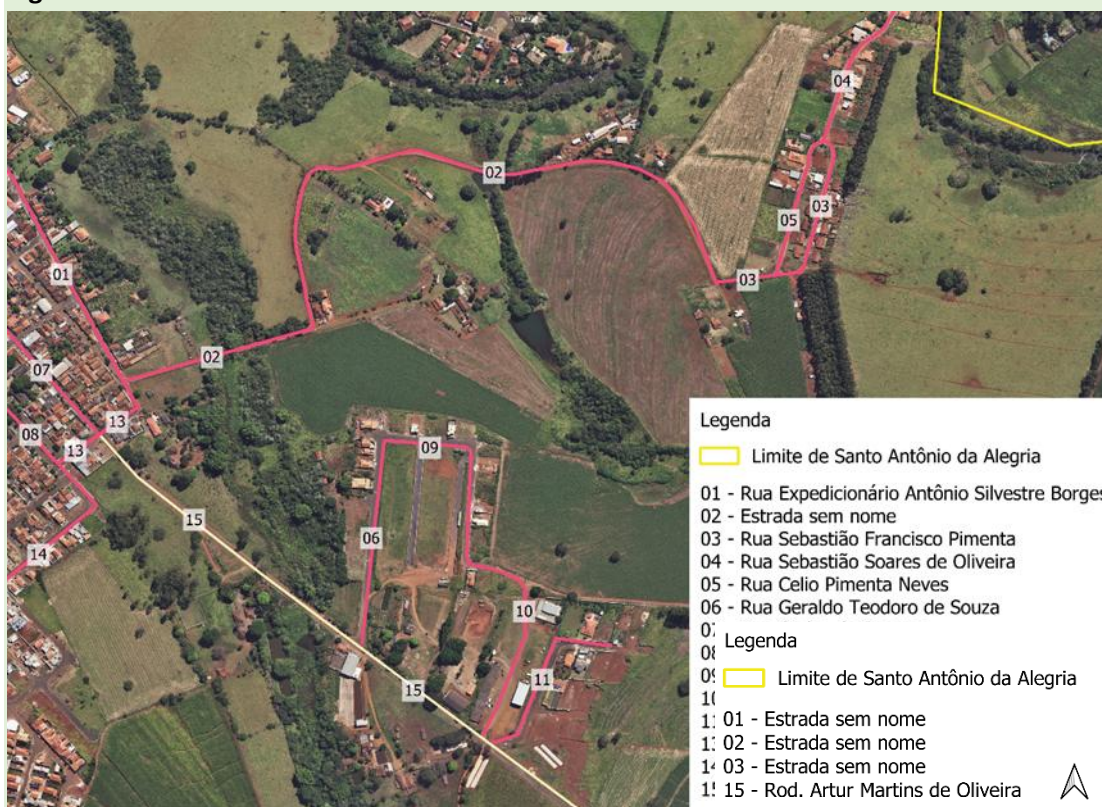
Fonte: Ortofotos do Estado de São Paulo - 2023 a 2024. Elaboração: Geo Brasilis, 2025. S/ escala.

A área C, por sua vez, compreende duas porções urbanizadas mais recentemente e de menor extensão. Ambos os trechos configuram-se de forma oblíqua às vias que os acessam, sendo organizados através de ruas retilíneas e ruas orgânicas que não obedecem a um padrão regular (vide **Figura 5.4.1-6**). Fazem parte do sistema viário desta área:

- A Rodovia Artur Martins de Oliveira, que faz a conexão entre a área A e a porção inferior da Área C, e também permite o cruzamento do território no sentido sul;

- Três estradas de traçado irregular (Ruas Geraldo Teodoro de Souza, Lâmia Elias de Souza e Conceição de Souza Silva) que são interligadas à Rodovia Artur Martins de Oliveira no sentido norte-sul do núcleo urbanizado inferior a Área C;
- Uma longa, orgânica, e anônima estrada não pavimentada que, extrapolando os limites da Área A após a Rua Expedicionário Antônio Silvestre Borges, constitui a única via do território que permite acesso à porção superior da Área C;
- As Ruas Sebastião Francisco Pimenta, Sebastião Soares de Oliveira e Celio Pimenta Neves, que perfazem a distribuição espacial da porção superior da Área C.

Figura 5.4.1-6: Sistema viário área C



Fonte: Ortofotos do Estado de São Paulo - 2023 a 2024. Elaboração: Geo Brasilis, 2025. S/ escala.

A análise das três áreas permite inferir que a organização viária do município apresenta uma hierarquia que permite a conexão integrada desde seu núcleo urbano central às rodovias que extrapolam os limites do território e o conectam à rede metropolitana.

5.4.2. Frota e motorização

A análise da frota e motorização do município faz-se importante para a compreensão dos padrões de mobilidade, muito em vista do modelo rodoviário predominante no território. Além disso, esses padrões apontam tensões no espaço urbano e efeitos ambientais que podem balizar políticas públicas com vistas a um desenvolvimento sustentável e balanceado. A **Tabela 5.4.2-1** denota que Santo Antônio da Alegria apresenta elevada taxa de motorização.

Tabela 5.4.2-1: Frota de veículos em Santo Antônio da Alegria

Data	Frota	Automóveis		Motocicleta ou similar ¹		População	Taxa de Motorização (frota/100 hab)
		Total	% frota total	Total	% frota total		
2014	2.630	1.809	68,78%	250	9,51%	6.457	40,73
2015	2.739	1.858	67,83%	263	9,60%	6.486	42,23
2016	2.884	1.928	66,85%	283	9,81%	6.520	44,23
2017	3.035	2.016	66,42%	294	9,69%	6.556	46,29
2018	3.192	2.110	66,10%	318	9,96%	6.600	48,36
2019	3.329	2.185	65,64%	333	10,00%	6.648	50,08
2020	3.415	2.240	65,59%	330	9,66%	6.688	51,06
2021	3.700	2.380	64,32%	368	9,46%	6.725	55,02
2022	3.853	2.459	63,82%	405	10,51%	6.772	56,90
2023	4.011	2.521	62,85%	420	10,47%	6.805	58,94
Evolução 2014-2023	52,51%	39,36%	-8,62%	68,00%	10,09%	5,39%	44,71%

¹ Foram incluídos ciclomotor, motocicleta e motoneta.

Fonte: Senatran, 2014 a 2023; SEADE, 2025. Elaboração: Geo Brasilis, 2025.

Os dados acima apontam que:

- Entre 2014 e 2023: houve significativo aumento da frota de veículos, espelhando uma evolução de 52,51% que corrobora a alta taxa de motorização do período, ainda que a população tenha aumentado em 5,39%;
- O número de automóveis, embora tenha observado um aumento gradual e contínuo em quantidade por categoria, sofreu um decréscimo de 8,62% na fatia total da frota. O número de motocicletas ou similares, por outro lado, aumentou sua representação no total da frota em 10,09%, tendo sofrido, igualmente, aumento gradual ano após ano; e

- O ano de 2023 representou a taxa recorde de motorização do município: 58,94%, ainda distante da média estadual para o mesmo intervalo de tempo (73,75%), mas que demonstra um aumento de 44,71% na motorização no período observado.

A **Tabela 5.4.2-1** indica ter havido congruência dos movimentos de aumento populacional e de crescimento da frota veicular em Santo Antônio da Alegria na década analisada. Com especial destaque ao aumento do número de motocicletas ou similares, o expressivo aumento da motorização do município evidencia a dependência da população em relação a este modal, bem como a escassez de modais alternativos coletivos e não poluentes. Esta tendência de incremento do número de veículos individuais tende a exacerbar problemáticas urbanas quanto à expansão da infraestrutura viária, segurança no trânsito, emissão de gases de efeito estufa e outras condicionantes com impacto direto na qualidade de vida humana e ambiental, constituindo um cenário que requer planejamento multidisciplinar integrado e políticas públicas com foco na oferta diversificada de modais de transporte e o desestímulo ao uso do automóvel.

5.4.3. Transporte público

O transporte público de Santo Antônio da Alegria é caracterizado por um sistema limitado, com destaque para a atuação do Departamento Municipal de Transporte, responsável pela gestão e manutenção da frota municipal de veículos, máquinas e equipamentos, além do controle de quilometragem, consumo e licenciamento⁷.

Entre suas atribuições, está a execução do transporte escolar urbano e rural, que atende diariamente estudantes das zonas urbana e rural nos períodos matutino, vespertino e noturno. O transporte público regular estruturado é praticamente inexistente, sendo a locomoção da população fortemente dependente de veículos particulares e do transporte rodoviário intermunicipal.

Nesse cenário, a principal ligação é realizada pelas empresas Viação São Bento⁸ e Expresso União⁹ através do Terminal Rodoviário José Julio Fonseca. Ambas operam a rota Ribeirão Preto (SP) x São Sebastião do Paraíso (MG) que, com passagem por Santo Antônio da Alegria, permite que o município mantenha conexões com as cidades e os polos regionais vizinhos que são fundamentais para deslocamentos ligados a trabalho, educação e comércio.

⁷ Fonte: Carta de Serviços ao Usuários. Disponível em: <https://santoantoniodaalegria.sp.gov.br/uploads/pagina/arquivos/CARTA-DE-SERVICOS-AO-USUARIO.pdf>. Acesso em 16 set. 2025.

⁸ Fonte: Viação São Bento. Disponível em: <https://www.vsb.com.br/>. Acesso em 16 set. 2025.

⁹ Fonte: Expresso União. Disponível em: <https://www.expressouniao.com.br/>. Acesso em 16 set. 2025.

A Viação São Bento opera o trecho São Sebastião do Paraíso (MG) x Ribeirão Preto (SP) às 10:10 e 18:10, e o itinerário contrário às 08:00, 11:00 e 14:00. O Expresso União, por sua vez, realiza o itinerário São Sebastião do Paraíso (MG) x Ribeirão Preto (SP) às 07:30 e 14:15, enquanto que o trecho contrário é ofertado às 11:00 e 18:00.

5.5. Política habitacional

A política habitacional de Santo Antônio da Alegria é promovida através de duas legislações: a Lei nº 1.543/2009 e a Lei nº 1.691/2013. O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), instaurado em 2009 por meio da Lei nº 1.543, objetiva prover e gerir recursos orçamentários para a implementação de políticas habitacionais direcionadas à população com renda de até três salários mínimos.

De caráter deliberativo, um Conselho Gestor com participação da sociedade civil foi instituído por esta legislação para gerir o FMHIS com vistas a garantir a participação popular na condução dos programas habitacionais do município, que devem priorizar o atendimento a organizações comunitárias, associações de moradores e cooperativas habitacionais.

As pastas que interagem no âmbito da política habitacional municipal são a Diretoria dos Serviços de Planejamento, Arquitetura e Urbanismo, o Setor de Obras e o Conselho Municipal de Habitação, composto por cinco representantes do Setor de Obras, do Setor da Administração e Finanças, do Setor da Assistência Social, do Rotary Club, e do “Lar São Vicente de Paulo”.

Com a promulgação da Lei nº 1.691, de 25 de abril de 2013, o Poder Executivo Municipal passou a ter autorização para implementar o programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV (Lei Federal nº 11.977/2009, alterada pela Lei nº 12.424/2011). Com isto, Santo Antônio da Alegria foi habilitado a produzir unidades habitacionais através de Termo de Compromisso firmado com Instituições Financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil e Ministério das Cidades.

No âmbito do programa, o aporte ofertado é de até R\$30.000.00 por beneficiário, representado pelo terreno doado, e os locais nos quais os projetos habitacionais são desenvolvidos devem dispor, obrigatoriamente, de infraestrutura básica indicada na legislação municipal.

Conforme o IBGE (2022), não há registro de moradores em favelas ou comunidades urbanas informais no município de Santo Antônio da Alegria. Com um índice de urbanização, em torno de 74%, a cidade mantém controle sobre eventuais ocupações informais.

A partir do início do ano de 2024, o IBGE adotou a categoria “Favelas e Comunidades Urbanas” em substituição a “Aglomerados Subnormais”. Atendendo a uma demanda dos movimentos sociais, da academia e dos órgãos governamentais, a mudança visa reconhecer e conferir dignidade aos territórios, com os mesmos critérios utilizados no Censo Demográfico 2022.

De acordo com dados oficiais da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) e registros municipais, o município de Santo Antônio da Alegria apresenta uma série de empreendimentos habitacionais voltados à moradia de interesse social. O primeiro conjunto registrado, Ayub Calixto¹⁰, foi implantado em 1982, contemplando 120 unidades habitacionais. Esse núcleo marcou o início da política de habitação social no município.

Posteriormente, foram criados outros empreendimentos: o Conjunto Habitacional José Antônio Meziara, com 81 unidades, denominado oficialmente através da Lei nº 872, de 15 de março de 1991; o Conjunto Habitacional Manoel Pereira da Silva que, com 150 casas, foi oficializado por meio da Lei nº 904, de 23 de março de 1992, e no ano de 2013 a Lei nº 1.707, de 10 de dezembro de 2013 denominou o Conjunto Habitacional Pedro Ayub, com 115 unidades habitacionais.

No ano de 2024, a CDHU¹¹, em conjunto com a Prefeitura Municipal, implantou seu mais recente empreendimento no município, o Conjunto Habitacional Futina Farah Cury (Conjunto Habitacional Santo Antônio da Alegria D)¹². Foram entregues 50 unidades habitacionais de aproximadamente 43m² a famílias de baixa renda, pessoas com deficiência, idosos e profissionais de segurança pública locais (vide **Figura 5.5-1**).

Figura 5.5-1: Conjunto Habitacional Futina Farah Cury



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, 2025.

¹⁰ Fonte: Conjuntos Habitacionais de Interesse Social no Município de Ribeirão Preto. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/pdf/cohab970.pdf>. Acesso em 09 out. 2025.

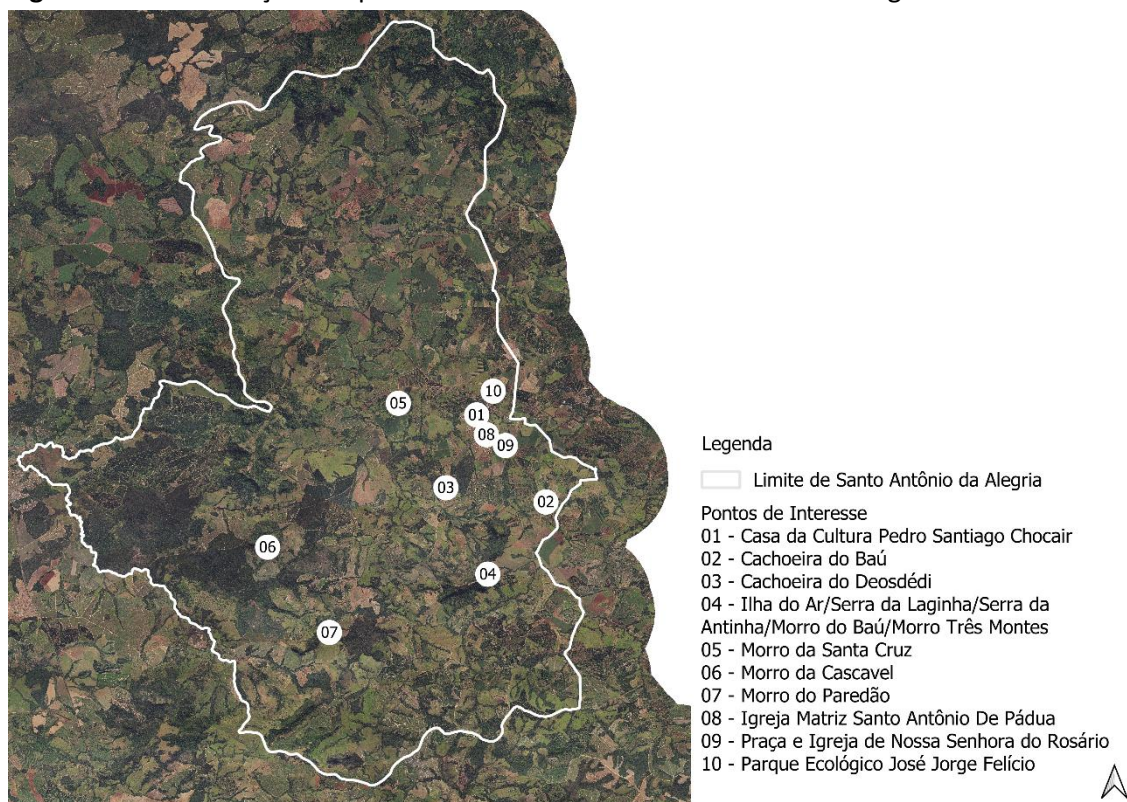
¹¹ Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo.

¹² Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Disponível em: <https://www.habitacao.sp.gov.br/habitacao/noticias/governo-do-estado-entrega-50-casas-para-familias-de-santo-antonio-da-alegria>. Acesso em 16 set. 2025.

5.6. Identificação do patrimônio de interesse histórico e cultural

O município de Santo Antônio da Alegria, ainda que não possua nenhum bem tombado ou em processo de tombamento, detém significativo Patrimônio de Interesse Histórico e Cultural, sobretudo de cunho turístico (vide **Figura 5.6-1**), conforme seu Inventário da Oferta Turística publicado em 2024. Não por acaso, recebeu no ano de 2017 o título de MIT – Município de Interesse Turístico, segundo a Secretaria do Turismo do Estado de São Paulo (2020)¹³.

Figura 5.6-1: Localização dos pontos de interesse de Santo Antônio da Alegria



Fonte: Prefeitura de Santo Antônio da Alegria. Elaboração: Geo Brasilis, 2025. S/escala.

O próprio nome do município dá indícios de suas tradições culturais: Santo Antônio, em homenagem ao padroeiro da cidade, e Alegria, em virtude dos festejos que fazem parte de sua história desde o surgimento da cidade, junto à capela de Cuscuzeiro, quando o local recebia grande fluxo de tropeiros que cruzavam os estados paulista e mineiro.

¹³ Fonte: Secretaria de Turismo e Viagens. Disponível em: <https://www.turismo.sp.gov.br/conheca-o-municipio-turistico-de-santo-antonio-da-alegria>. Acesso em 10 set. 2025.

O calendário festivo da cidade começa em janeiro com a tradicional festa dos Santos Reis (**Figura 5.6-2**) em bairros rurais e na Praça do Rosário, uma celebração religiosa e cultural. A Festa de Congo, ou Congada (**Figura 5.6-3**), uma herança do passado escravocrata brasileiro, é um desfile com danças, músicas e manifestações folclóricas que percorre a cidade até a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, anualmente realizada no mês de setembro.

Figura 5.6-2: Festa de Santos Reis



Fonte: Inventário da Oferta Turística de Santo Antônio da Alegria, 2024.

Figura 5.6-3: Congada



Fonte: Inventário da Oferta Turística de Santo Antônio da Alegria, 2024.

Em termos arquitetônicos, a Igreja Matriz Santo Antônio De Pádua e a Casa de Cultura Pedro Santiago Chocair (vide **Figuras 5.6-4 e 5.6-5**) são importantes exemplares do patrimônio de interesse histórico e cultural do município. Com nome dedicado ao primeiro farmacêutico da cidade, este equipamento fundado em 1999 abriga relevante acervo que objetiva fomentar, gerenciar e promover atividades culturais em concomitância à defesa do seu patrimônio histórico, artístico e cultural.

Figura 5.6-4: Igreja Matriz Santo Antônio De Pádua



Fonte: Inventário da Oferta Turística de Santo Antônio da Alegria, 2024.

Figura 5.6-5: Casa de Cultura Pedro Santiago Chocair



Fonte: Inventário da Oferta Turística de Santo Antônio da Alegria, 2024.

Além disso, os cerca de 100 mil turistas que visitam a cidade anualmente o fazem para conhecer seus pontos turísticos de belezas naturais. Praticantes de voo livre encontram na Ilha do Ar (também conhecida como Serra da Laginha, Serra da Antinha, Morro do Baú ou Morro Três Montes) um lugar privilegiado de condição de voo e a possibilidade de participar das muitas competições locais que compõem o circuito paulista de campeonato de voo livre (**Figura 5.6-6**).

Figura 5.6-6: Ilha do Ar



Fonte: Inventário da Oferta Turística de Santo Antônio da Alegria, 2024.

As águas de Santo Antônio da Alegria também conformam importantes atrativos. A Cachoeira do Baú, uma das mais bonitas do território, ainda guarda ruínas da primeira Usina de Energia Elétrica do município. A Cachoeira do Deosdédi (**Figura 5.6-7**) também integra o circuito hídrico.

Figura 5.6-7: Cachoeira do Deosdédi



Fonte: Inventário da Oferta Turística de Santo Antônio da Alegria, 2024.

Outros atrativos de privilegiada localização e beleza natural são o Morro da Santa Cruz, o Morro da Cascavel e o Morro do Paredão, além do Parque Ecológico José Jorge Felício (**Figura 5.6-8**), que abriga diversas festas, exposições e eventos culturais em seus 22.134 hectares. Além destes, a Rua da Gastronomia é um importante ponto turístico que constitui elemento representativo das tradições culinárias que também conformam o patrimônio cultural imaterial municipal.

Figura 5.6-8: Parque Ecológico José Jorge Felício

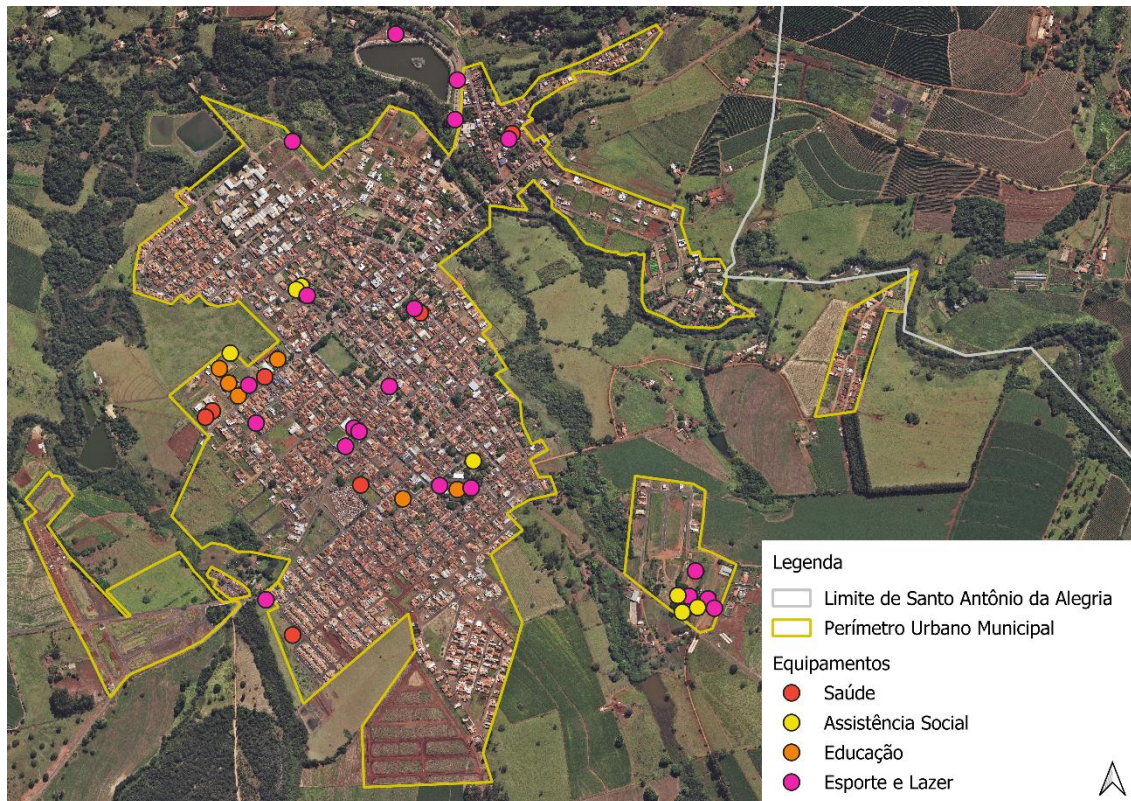


Fonte: Inventário da Oferta Turística de Santo Antônio da Alegria, 2024.

5.7. Distribuição dos equipamentos comunitários

O município de Santo Antônio da Alegria dispõe de oferta considerável de equipamentos públicos. A **Figura 5.7-1** ilustra a distribuição espacial destes serviços, os quais, concentrados no perímetro urbano, proporcionam atendimento à população nas áreas da Saúde, Assistência Social, Educação e Esportes e Lazer.

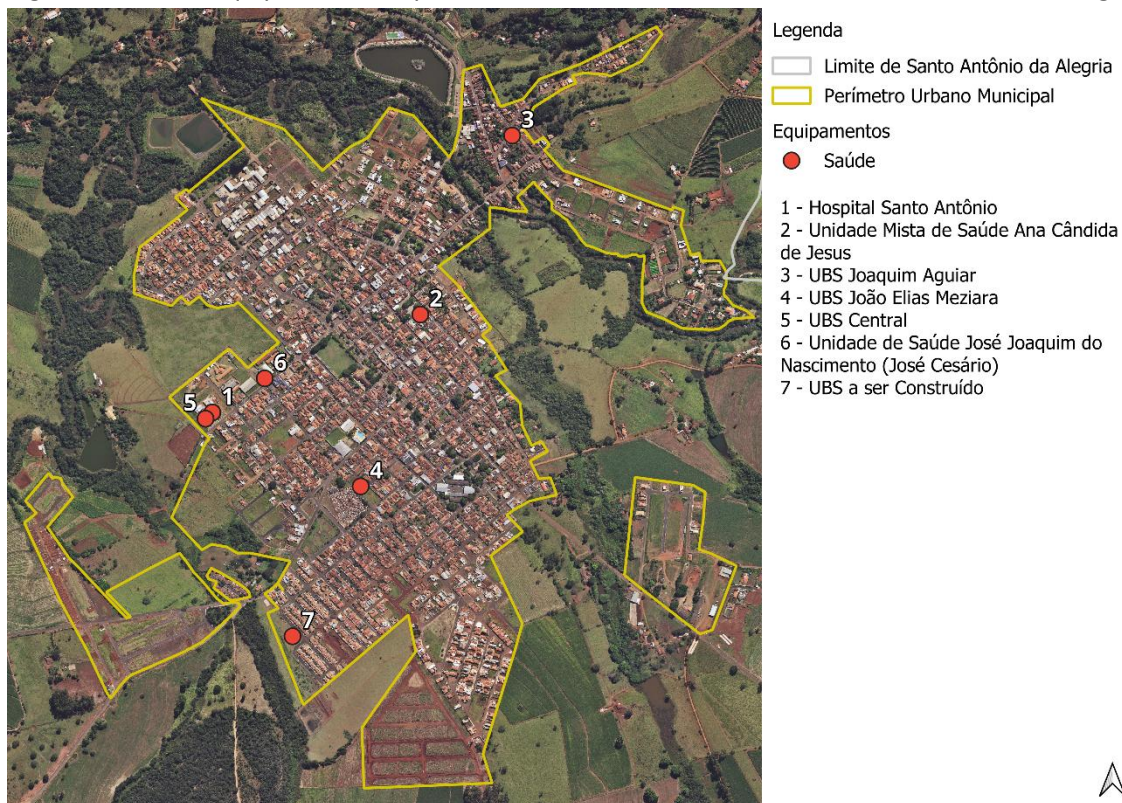
Figura 5.7-1: Equipamentos públicos em Santo Antônio da Alegria



Fonte: Prefeitura de Santo Antônio da Alegria. Elaboração: Geo Brasilis, 2025. S/ escala.

Concentrados na área urbana que constitui a centralidade do município, os equipamentos públicos estão distribuídos de forma esparsa nos três núcleos de ocupação do território. A **Figura 5.7-1** indica que a área urbanizada principal contempla todos os serviços, enquanto que as áreas a sudeste e nordeste possuem, predominantemente, espaços de Esporte e Lazer e Assistência Social, contando com um parque e um estabelecimento de Saúde, indicando a dependência de atendimento destas áreas em relação ao núcleo central do município. Com exceção de uma casa de cultura localizada no bairro Manoel Pereira da Silva, não há outros equipamentos de cultura.

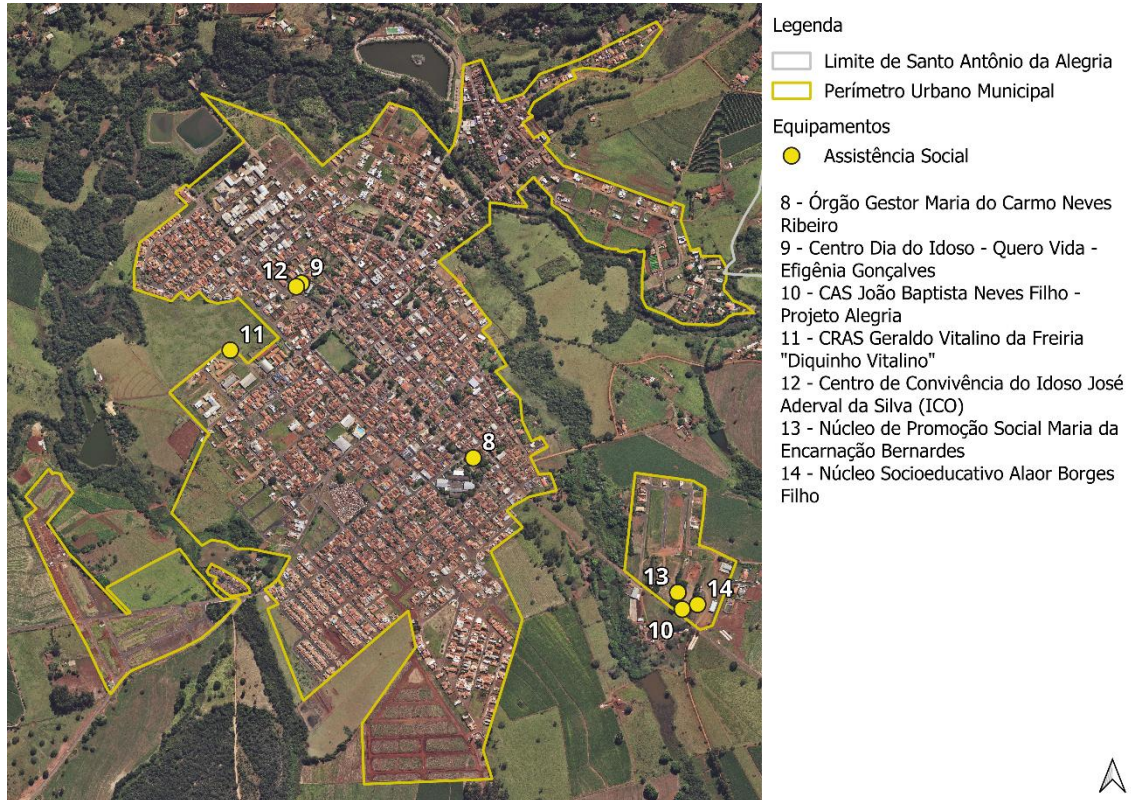
Figura 5.7-2: Equipamentos públicos de Saúde em Santo Antônio da Alegria



Fonte: Prefeitura de Santo Antônio da Alegria. Elaboração: Geo Brasilis, 2025. S/ escala.

De acordo com a **Figura 5.7-2**, verifica-se que o município dispõe de sete equipamentos de Saúde. Fazem parte desta lista um Hospital, três Unidades Básicas de Saúde (UBS) prontas e uma a ser construída no bairro Pedro Ayub, e duas Unidades de Saúde.

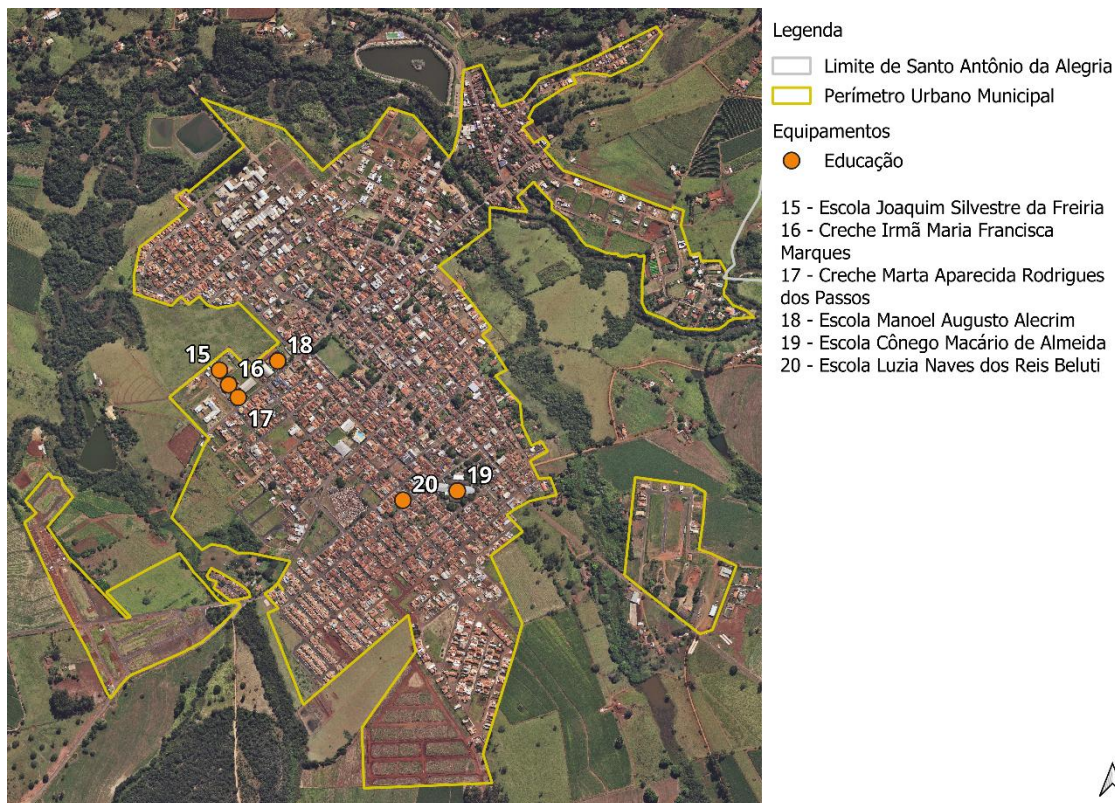
Figura 5.7-3: Equipamentos públicos de Assistência Social em Santo Antônio da Alegria



Fonte: Prefeitura de Santo Antônio da Alegria. Elaboração: Geo Brasilis, 2025. S/ escala.

A **Figura 5.7-3** aponta que a rede assistencial de Santo Antônio da Alegria, por sua vez, é composta por um Órgão Gestor, um Centro Dia do Idoso, um Conselho de Assistência Social (CAS), um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), um Centro de Convivência do Idoso, um Núcleo de Promoção Social e um Núcleo Socioeducativo, totalizando sete equipamentos.

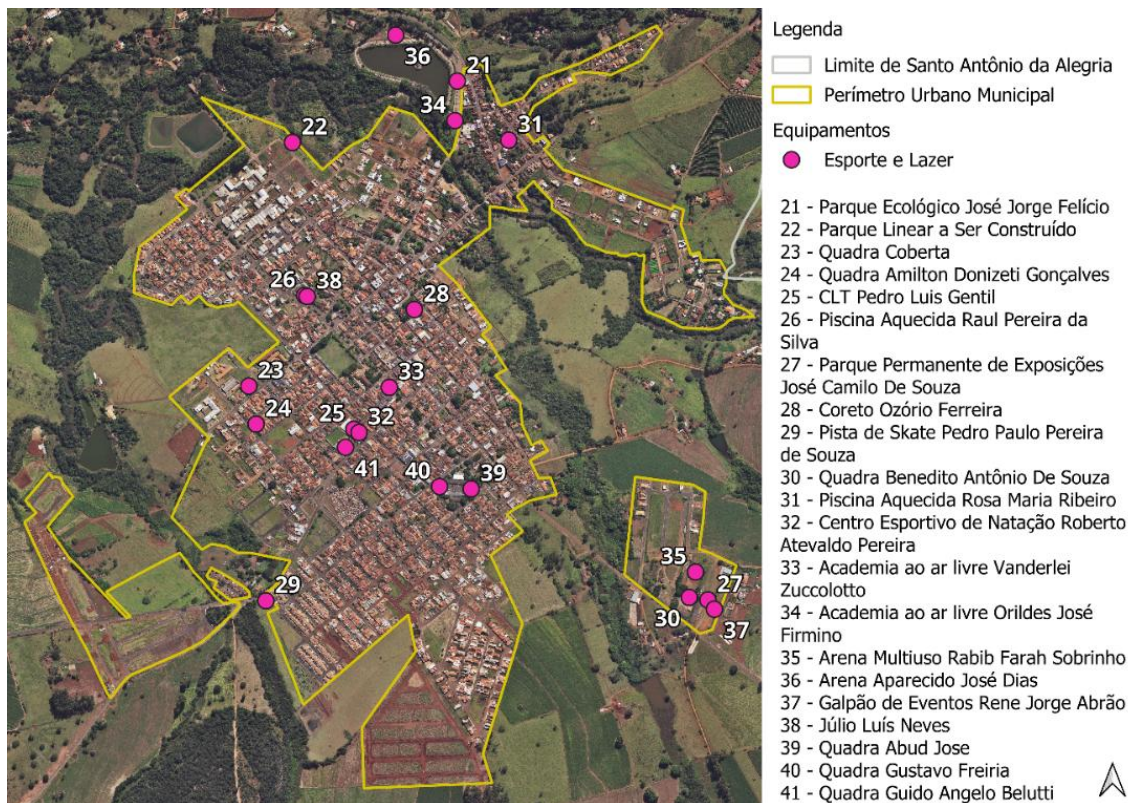
Figura 5.7-4: Equipamentos públicos de Educação em Santo Antônio da Alegria



Fonte: Prefeitura de Santo Antônio da Alegria. Elaboração: Geo Brasilis, 2025. S/ escala.

Na área educacional, o município conta com seis estabelecimentos de ensino. Segundo a **Figura 5.7-4**, são duas creches, uma escola municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, duas escolas municipais de Ensino Fundamental I e uma escola estadual de Ensino Fundamental II.

Figura 5.7-5: Equipamentos públicos de Esporte e Lazer em Santo Antônio da Alegria



Fonte: Prefeitura de Santo Antônio da Alegria. Elaboração: Geo Brasilis, 2025. S/ escala.

Categoria com maior presença no território, a **Figura 5.7-5** identifica vinte equipamentos de Esporte e Lazer em Santo Antônio da Alegria. O município conta com um parque ecológico e um parque linear (a ser construído no bairro Jardim Sul), seis quadras esportivas, duas academias ao ar livre, duas arenas multiuso, duas piscinas aquecidas, um centro de natação, um parque permanente de exposições, um galpão de eventos, uma pista de skate, e três espaços livres.

5.8. Considerações finais

O desenvolvimento urbano de Santo Antônio da Alegria demonstra um processo de ocupação territorial a partir de um núcleo central que observou expansões contínuas, concomitantemente ao crescimento gradual de sua população. Concêntricas, essas expansões urbanas não atingiram as regiões periféricas do município, com apenas duas extensões fortemente ligadas e geograficamente próximas ao núcleo central. Os índices de crescimento demográfico, ainda que

em constante evolução, conformam um município de baixa densidade que, com suas áreas rurais e urbanas nitidamente definidas, apresenta uma única centralidade urbanizada.

Os dados indicados pelos censos dos anos 2010 e 2022 corroboram esse padrão. O crescimento populacional, embora contínuo, não foi capaz de alterar a densidade demográfica dos setores censitários no intervalo analisado, que continuam a apresentar baixíssimas densidades na totalidade do município que não constitui seu centro urbano. Este cenário reforça a dicotomia claramente presente no território entre suas áreas urbanas e rurais, em que aquelas concentram toda a população e estas servem apenas às atividades rurais de baixa densidade.

Santo Antônio da Alegria ocupou o território a partir de um núcleo urbano originado às margens de um curso d'água, o qual desempenhou papel condicionante em sua estruturação urbana. Ordenada por um princípio ortogonal, a mancha urbana foge a esse padrão apenas em uma área que se acomodou ao longo do eixo do Rio Pinheirinho e em um pequeno núcleo a sudeste, oblíquo à via que o acessa. O contraste entre a concentração urbana da área central e a extensão e diversidade de usos rurais denota o vínculo entre as áreas urbanas e rurais do município que, marcado pela atividade agropecuária, possui áreas significativas destinadas à pastagem, e tem como principais expoentes de cultivo a cana-de-açúcar e o café.

Quanto aos usos consolidados, os domicílios são predominantemente particulares, distribuídos de forma esparsa por todo o território e com destacada concentração na área central. Centralidade esta que concentra os estabelecimentos de ensino, saúde, religiosos e de outras finalidades, enquanto os estabelecimentos agropecuários encontram-se de forma expressiva, ainda que dispersa, por todo o território. Ratificando a posição catalisadora da área central, este quadro denota a forte dependência e as desigualdades enfrentadas pelas áreas periféricas quanto ao acesso a serviços públicos, típica de municípios paulistas de pequeno porte.

A malha viária da área urbana de Santo Antônio da Alegria, sumariamente organizada a partir de um traçado urbano ortogonal, dispõe de clara conexão às rodovias regionais que oportuniza deslocamentos nos sentidos norte-sul e leste-oeste no município. Entretanto, esta ênfase no modelo rodoviarista reflete-se na elevada motorização da população, que vem crescendo gradual e continuamente ao longo dos anos. Ainda que seja uma prerrogativa legal com prazo já ultrapassado, o município ainda não dispõe de um Plano de Mobilidade Urbana, contando com um capítulo da Lei Orgânica do Município como único amparo legal neste viés. Sem dispor de planejamento e ações direcionadas à mobilidade ativa e sem ofertar transporte público coletivo (com exceção do escolar), o município incentiva e reforça a motorização da população. Este quadro evidencia demandas pela diversificação dos modais, por uma integração regional e pela implementação de soluções orientadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em relação à habitação, o município possui duas legislações que tangenciam a produção de habitação, sobretudo de interesse social. São o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (Lei nº 1.543/2009) e a Lei nº 1.691/2013, que autorizou o Poder Executivo Municipal a

implementar o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Tendo inaugurado um Conjunto Habitacional produzido pela CDHU no ano de 2024, o município não registra população residente em favelas, loteamentos, ou áreas de ocupação informal. Tal cenário evidencia a atuação do município quanto ao controle da expansão da mancha urbana e sua articulação a nível estadual e federal para ofertar soluções habitacionais à população de menor renda.

O patrimônio de interesse histórico e cultural de Santo Antônio da Alegria é revestido de forte cunho turístico, uma importante vocação do município. Composto por tradições, edificações e belezas naturais, seus bens deram-lhe a categoria de Município de Interesse Turístico no ano de 2017. São festas, eventos, morros e cachoeiras que atraem os turistas ao município que guarda, desde 1999, um registro particular de sua história na Casa de Cultura Pedro Santiago Chocair. De origem cristã, a cidade que nasceu a partir da fundação de uma capela possui notório repertório de arquitetura religiosa, além de um calendário com inúmeras festividades e celebrações que reúnem a história, a cultura e as tradições do município, bem como a multiplicidade de heranças e referências que delinham a identidade urbana local.

A respeito dos equipamentos públicos do município, estes encontram-se totalmente restritos à área urbanizada central, ofertando serviços de Saúde, Assistência Social, Educação, Parques e áreas de Esporte e Lazer. Esta concentração, uma vez mais, realça a dominância da atuação da área central perante todo o território, que possui deflagrada cisão entre suas áreas urbanas e rurais e uma clara dependência destas em relação àquelas. Com destaque à categoria de Esporte e Lazer, a grande quantidade e distribuição dispersa dos equipamentos públicos no território demonstram a ênfase do município neste segmento para a vida de seus quase 7.000 habitantes.

5.9. Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. **Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran)**. Frota de veículos – série histórica, 2014–2023. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-Senatran/estatisticas-frota-de-veiculos-senatran>. Acesso em: 23 set. 2025.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Informações dos municípios paulistas: população residente**. São Paulo: SEADE, 2025. Disponível em: <https://www.seade.gov.br>. Acesso em: 23 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. Volume 30: Municípios do Estado de São Paulo. v. 30 de 36, il., mapas. ISBN 2408-126300.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1991: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000: características da população e dos domicílios – resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: população e domicílios – resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MAPBIOMAS. **Coleção 10 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, período de 1985 a 2024**. Projeto MapBiomas, 2024. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas/>. Acesso em: 6 set. 2025.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Lei nº 546, de 13 de março de 1974**. Dispõe sobre a classificação da área urbana da cidade. Santo Antônio da Alegria, SP, 1974.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Lei nº 872, de 15 de março de 1991**. Dispõe sobre a denominação do Conjunto Habitacional que especifica. Santo Antônio da Alegria, SP, 1991.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Lei nº 904, de 23 de março de 1992**. Dispõe sobre a denominação de Conjunto Habitacional e vias públicas que especifica. Santo Antônio da Alegria, SP, 1992.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Lei Orgânica do Município, de 20 de agosto de 1994**. Institui a Lei Orgânica do Município de Santo Antônio da Alegria. Santo Antônio da Alegria, SP, 1994.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Lei nº 1.543, de 27 de fevereiro de 2009**. Cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) e institui o Conselho Gestor do FMHIS. Santo Antônio da Alegria, SP, 2009.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Lei nº 1.691, de 25 de abril de 2013**. Autoriza o Poder Executivo Municipal a desenvolver ações para implementar o programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. Santo Antônio da Alegria, SP, 2013.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Lei nº 1.707, de 10 de dezembro de 2013**. Dispõe sobre a denominação de Conjunto Habitacional e Vias Públicas que especifica. Santo Antônio da Alegria, SP, 2013.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Lei nº 1.780, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as diretrizes para loteamentos fechados ou condomínios de chácaras de recreio. Santo Antônio da Alegria, SP, 2016.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Lei nº 1.781, de 18 de maio de 2016**. Declara área urbana como Zona Especial de Interesse Social. Santo Antônio da Alegria, SP, 2016.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Lei nº 1.793, de 1º de novembro de 2016.** Cria Zonas de Urbanização Específica. Santo Antônio da Alegria, SP, 2016.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Lei nº 1.795, de 21 de dezembro de 2016.** Declara área urbana como Zona Especial de Interesse Social. Santo Antônio da Alegria, SP, 2016.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Lei Orgânica do Município, de 27 de dezembro de 2016.** Atualiza a Lei Orgânica do Município de Santo Antônio da Alegria. Santo Antônio da Alegria, SP, 2016.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Lei nº 1.827, de 18 de outubro de 2017.** Aprova o Plano Diretor Municipal Integrado de Resíduos Sólidos. Santo Antônio da Alegria, SP, 2017.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Lei nº 1.828, de 18 de outubro de 2017.** Aprova o Plano Diretor Municipal de Controle de Erosão Rural. Santo Antônio da Alegria, SP, 2017.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Lei Complementar nº 1.856, de 26 de fevereiro de 2019.** Amplia o perímetro urbano do Município de Santo Antônio da Alegria, incluindo nova área como Zona Urbana. Santo Antônio da Alegria, SP, 2019.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Lei nº 1.995, de 17 de outubro de 2023.** Cria Zonas de Urbanização Específica, conforme Lei Municipal nº 1.780/2016. Santo Antônio da Alegria, SP, 2023.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Lei Complementar nº 2.006, de 07 de fevereiro de 2024.** Dispõe sobre a expansão do Perímetro Urbano do Município de Santo Antônio da Alegria, que especifica e dá outras providências correlatas.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Lei nº 2.017, de 29 de abril de 2024.** Dispõe sobre o Plano Diretor de Turismo do Município de Santo Antônio da Alegria. Santo Antônio da Alegria, SP, 2024.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Inventário da Oferta Turística.** Santo Antônio da Alegria: Prefeitura Municipal, 2024.

SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA. **Diretiva de Uso do Solo, Critério US8 – Mapeamento Relativo às Áreas de Contaminação o Solo, Processos Geodinâmicos Perigosos e Mineração.** Santo Antônio da Alegria: Prefeitura Municipal, 2019.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Santo Antônio da Alegria apresenta-se como um município de importância estratégica no contexto regional, situado no nordeste paulista, na fronteira com Minas Gerais, e integrante da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP). Sua inserção regional evidencia uma forte articulação econômica e funcional com Ribeirão Preto, polo de centralidade metropolitana, e com os municípios vizinhos paulistas e mineiros. Essa posição confere ao território uma condição privilegiada de conectividade interestadual, reforçada por sua ligação à Rodovia Altino Arantes (SP-351) e à BR-265, que integram fluxos de produção, serviços e mobilidade. A integração à Macrozona de Proteção do Sistema Aquífero Guarani também ressalta sua relevância ambiental e estratégica no equilíbrio regional.

No campo ambiental, Santo Antônio da Alegria possui um conjunto de condicionantes naturais que moldam suas dinâmicas de ocupação e de produção. O relevo suave ondulado, os recursos hídricos representados pelo Ribeirão Pinheirinho e seus afluentes, e a cobertura vegetal remanescente — composta por fragmentos de Mata Atlântica e Cerrado — são elementos essenciais à sustentabilidade local. O município apresenta bom desempenho no abastecimento de água, mas ainda enfrenta desafios na ampliação do esgotamento sanitário e na drenagem urbana. O fato de se localizar em área de recarga do Sistema Aquífero Guarani impõe responsabilidades adicionais quanto à proteção dos recursos hídricos e ao uso do solo, destacando a importância de ações de manejo ambiental e resiliência climática orientadas por soluções baseadas na natureza.

Do ponto de vista socioeconômico, Santo Antônio da Alegria mantém um perfil predominantemente rural, com forte dependência da agropecuária, setor responsável por grande parte dos empregos e da renda local, com destaque para a bovinocultura e o cultivo de café. A indústria tem apresentado avanços, especialmente nos segmentos alimentícios, enquanto o comércio demonstra dinamismo crescente. Na educação, o município exibe desempenho expressivo, superando as metas do IDEB, e na saúde, indicadores positivos de mortalidade infantil, embora haja carência de profissionais médicos. A economia municipal vem se fortalecendo com o aumento do PIB per capita e da arrecadação tributária, o que revela boa gestão fiscal, ainda que marcada por alta dependência de transferências e baixa capacidade de investimento.

No âmbito urbano e territorial, o município apresenta uma estrutura espacial concentrada, com um núcleo urbano principal de crescimento concêntrico, mantendo clara distinção entre as áreas urbanas e rurais. A centralidade urbana reúne a totalidade dos equipamentos e serviços públicos, concentrando atividades administrativas, comerciais, educacionais e de saúde, enquanto o meio rural se destina majoritariamente às atividades agropecuárias. Essa configuração evidencia a necessidade de políticas que promovam maior integração territorial e equidade no acesso aos serviços, especialmente nas áreas periféricas e rurais.

Em termos de mobilidade e habitação, Santo Antônio da Alegria possui boa acessibilidade regional, mas depende fortemente do transporte individual motorizado, dada a inexistência de transporte público e de um Plano de Mobilidade Urbana. Tal cenário requer a implementação de políticas que estimulem a mobilidade ativa e sustentável, integradas à escala regional. No campo habitacional, o município demonstra eficiência no controle da expansão urbana e na prevenção de ocupações irregulares, contando com legislação específica e resultados positivos em programas habitacionais, como o Minha Casa, Minha Vida.

Por fim, destaca-se o potencial turístico, histórico e cultural de Santo Antônio da Alegria, consolidado pela condição de Município de Interesse Turístico (MIT) e pela valorização de seu patrimônio material e imaterial. As tradições religiosas, festas populares e belezas naturais integram um conjunto de ativos que reforçam sua identidade local e ampliam as oportunidades de desenvolvimento sustentável. Assim, o município reúne condições favoráveis para consolidar um modelo de desenvolvimento equilibrado, pautado pela valorização de seus recursos ambientais, fortalecimento das atividades econômicas tradicionais, diversificação produtiva e ordenamento territorial orientado à sustentabilidade, à coesão social e à integração regional.

7. ANEXOS

7.1. Reunião com Grupo de Trabalho

Quadro 7.1-1: Especificidades da Reunião

Tipo:	Reunião com Grupo de Trabalho
Finalidade:	Apresentação da Leitura Técnica Municipal
Data, hora e local:	22/10/2025 às 15h00 – EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel Augusto Rodrigues Alecrim - R. Nove de Julho, 1100 - Centro

Quadro 7.1-2: Participantes da reunião

Nome	Instituição
Letícia D’Oliveira Moreira Belluti	Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Alegria
Rafaela Freiria Genari de Castro	Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Alegria
Rafaela Freiria de Paula	Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Alegria
Vivian Paula Guimarães	Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Alegria
Suzana da Silva	Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Alegria
Rodrigo Luis de Castro	Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Alegria
Nome	Instituição
Deborah Sandes de Almeida	Coordenação Técnica - Geo Brasilis
Beatriz Kopperschmidt	Geo Brasilis
Rafael Antônio P. G. de Souza	Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU)

A Reunião com o Grupo de Trabalho de Santo Antônio da Alegria foi realizada às 15h00 do dia 22 de outubro de 2025, na EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel Augusto Rodrigues Alecrim, localizada R. Nove de Julho, 1100. A reunião teve 9 participantes que assinaram a lista de presença (**Figura 7.1.-2**), com membros do Grupo de Trabalho da Prefeitura Municipal, nomeados pelo Decreto Municipal nº 48/2025, membros da empresa de consultoria Geo Brasilis e o representante da Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado de São Paulo (SDU). A **Figura 7.1.-1** apresenta registro fotográfico da Reunião. Já o Quadro 7.1-3 apresenta os principais destaques discutidos durante a reunião.

Figura 7.1-1: Registro fotográfico da participação



Fonte: Acervo Geo Brasilis, 2025.

Figura 7.1-2: Registro da participação – Lista de presença

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação

ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA

GEO BRASILIS
Planejando o futuro

Pauta: Reunião com Grupo de Trabalho para apresentação da Leitura Técnica Municipal					Data: 22/10/2025
Item	Nome	Órgão/Instituição	E-MAIL	Telefone	VISTO
1	Alicia Odoo Moreira Bolatti	PMSAA	projeto1@santantonio-da-alegria.sp.gov.br	DDD (35) 99 17 79448	Almeida
2	Rafaela Luiza Jansen de Castro	PMSAA	projeto@santantonio-da-alegria.sp.gov.br	DDD (16) 99999-0724	R
3	Rafaela Figueira de Paula	PMSAA/DPMA/dmb	mre@ambiental.sp.gov.br	DDD (16) 99993-3756	Rafaela de Paula
4	Vivian Paula Guimarães	PMSAA/Assist. Social	social@santantonio-da-alegria.sp.gov.br	DDD (16) 9969-2056	Vivian Guimarães
5	Suzana da Silva	PMSAA/Água e Esgoto	DRE@santantonio-da-alegria.sp.gov.br	DDD (16) 98163-8745	Suzana Silva
6	BEATRIZ KOPPELSCHMIDT	GEO BRASILIS	BEATRIZ@GEOBRASILIS.COM.BR	DDD (11) 3035-1490	Beatriz K.

Rua Paulistânia, 381 – 5º andar
Vila Madalena - São Paulo - SP
CEP 05440-000 - Brasil
Tel. +55 11 3035-1490

Inteligência Territorial
Planejamento Estratégico
Gestão Ambiental
geobrasilis.com.br

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação

ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA

GEO BRASILIS
Planejando o futuro

Pauta: Reunião com Grupo de Trabalho para apresentação da Leitura Técnica Municipal					Data: 22/10/2025
Item	Nome	Órgão/Instituição	E-MAIL	Telefone	VISTO
7	Rafael A. de Castro	Sec. de Urbanismo	10021622009746@sp.gov.br	DDD (16) 98825 9226	
8	Rafael Antônio P. de Souza	SOU/Geobrasilis	rafael.demp@sp.gov.br	DDD (11) 99994064	Rafael de Souza
9	DEBORAH S. ALMEIDA	GEOBRASILIS	DEBORAH@GEOBRASILIS.COM.BR	DDD (11) 3035-1490	Deborah Almeida
10				DDD ()	
11				DDD ()	
12				DDD ()	

Rua Paulistânia, 381 – 5º andar
Vila Madalena - São Paulo - SP
CEP 05440-000 - Brasil
Tel. +55 11 3035-1490

Inteligência Territorial
Planejamento Estratégico
Gestão Ambiental
geobrasilis.com.br

Fonte: Acervo Geo Brasilis, 2025.

Quadro 7.1-3: Principais assuntos discutidos na reunião com o Grupo de Trabalho

Item	Pauta	Principais assuntos discutidos
1	Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> Rafaela: Lei nº 1780/2016: Informou que pode ser uma lei de uma área específica (Parque das Águas), mas não tem certeza. Pode ser que seja pela presença de um loteamento que já estava implantado, e que queria ser regularizado, mas estava dentro da APP – Lei está revogada temporariamente; Rafaela: possui 2 Planos de recuperação de áreas degradadas, nas bacias 5 e 7 (já finalizados) e na bacia 9 está finalizando. A ideia é conectar essas áreas; Rafaela: possui Planos de contingência: possui algumas áreas de riscos, já que alguns pontos formam enxurradas, mas não o suficiente para arrastar carros, etc. Porém, não pontos de inundação, alagamentos.
2	Meio Ambiente/ Saneamento	<ul style="list-style-type: none"> Atualização do Plano de Saneamento é de 2023. Prefeitura irá enviar para a consultoria; Rafaela: Será atualizado plano de perdas no abastecimento de água – foi feita uma manutenção grande na rede recentemente, possivelmente o número reduziu, mas ainda não possui dado oficial; Dado de esgotamento sanitário na área rural é 0%, pois são soluções individuais, e na área urbana é de cerca de 94%. Prefeitura informou da dificuldade de inserir dados no sistema: possuem os dados corretos, mas não conseguem inserir na plataforma. Prefeitura irá enviar o dado correto para a consultoria; Coleta de resíduos sólidos: 100% na área urbana, e nas áreas rurais possuem caçambas que são recolhidos em todos os bairros rurais; Na área urbana possui coleta de resíduos sólidos comuns e coleta seletiva; Possui usina de reciclagem da construção civil – é coletado no município, reciclado e é utilizado para obras viárias Manejo de águas: precisa atualizar o Plano, que realmente é de 2010; Vias pavimentadas: confirmar %, porque são poucas ruas que não possuem pavimentação (deve ser % um pouco maior); Domicílios em vias atendidos com sistema de drenagem realmente é baixo, mas é resolvido por drenagem natural

Item	Pauta	Principais assuntos discutidos
		(superficial), sem danos ao município, como alagamentos, enchentes;
3	Aspectos socioeconômicos	<ul style="list-style-type: none"> • Demografia: aumento de loteamentos, pessoas vieram para a cidade. Não foi aumento de perímetro urbano, população realmente migrou para a cidade; • Leticia: Distrito industrial – propõe pensar em um novo distrito, não precisa ser uma área grande, mas a área que possuem já saturou, seria bom estruturar uma nova área; • Loteamentos: muitos loteamentos recentes, que estão crescendo – muitos domicílios como vagos e ocasionais – são loteamentos espalhados que não estão concentrados e estão surgindo em todas as ‘franjas’ da cidade; • Dados socioeconômicos estão corretos, município possui frentes de trabalhos com grande parte da população fazendo serviços (como limpeza urbana, etc), e que não impede de serem beneficiadas pelo Bolsa Família ou Programa do leite, contribuindo com a renda das famílias, com ações que dão assistência a elas, resultando em alto número de pessoas cadastradas e beneficiárias; • Finanças públicas – discussão política, em que a administração pública divulgou o caixa, e a administração anterior questionou, mas dados estão corretos; • Leticia: Em 2025 teve início de funcionamento da AVIAGEN, não está em pleno funcionamento, mas já está contribuindo para a renda da cidade (empresa multinacional – gera emprego, receitas, etc).
4	Aspectos Territoriais	<ul style="list-style-type: none"> • Uso do solo: estabelecimentos agropecuários estão com número de pontos maior do que parece existir, necessário confirmar o dado/rever mapa • Leticia: Lei de Perímetro Urbano – última é de 2023, e não de 2019 (mapa parece ser o certo, porém a lei não é de 2019); • Lei nº 1780/2016: está temporariamente suspensa, porque foi denunciada pelo GAEMA (órgão fiscalizador da Região de Ribeirão Preto) com irregularidades/inconstitucionalidade da lei – porque não define se é área urbana ou área rural para virar chácara. Lei permite que qualquer loteamento pode virar área urbana, mesmo áreas muito afastadas – município possui 2 loteamentos aprovados (que se tornam pertencentes a áreas urbanas) por conta dessa lei, e com isso, o município precisa garantir serviços públicos, como coleta de lixo, em áreas muito afastadas;

Item	Pauta	Principais assuntos discutidos
		<ul style="list-style-type: none"> • Rafaela: pensar a porção Sul como uma área de expansão urbana – possui um loteamento em fase de aprovação, que irá ocupar área livre, dentro do perímetro urbano atual, na região sul; • Casos de áreas com produção rural, mas que estão dentro do perímetro urbano – questões de agrotóxicos, pulverização, infestação de bichos, que geram conflitos nessas áreas de proximidade – nas propostas, pensar em usos de transição dessas áreas, especialmente na zona sul (reclamações: milho próximo das plantações de milho; poeira e levantamento de terra nas plantações de tomate); • Mobilidade: Viação São Bento - possui alguns horários (confirmar informação, porque tinha, ficou muito tempo sem, parece que voltou) – possui 2 horários, destino para Ribeirão Preto, aproveitando a rota (vem de outro local, para aqui e segue para Ribeirão). Prefeitura irá enviar a informação atualizada para a consultoria (estava em fase de teste, para ver se existe demanda); • Mobilidade: existe transporte da saúde que vai às 5h00 e às 10h00 e volta às 13h00 e às 17h00 (e população ‘pega carona’ quando sobra vaga) – transporte fornecido pela prefeitura; • Habitação: acreditam que não está mais vigente a Lei nº 1543/2009, não acham que existe mais o Fundo para habitação, nem conselho gestor – Irão verificar; • Habitação: nome Pedro Ayub- nome está errado (2013) – conferir nomenclatura; • Letícia: Conjunto Futina Farah Cury – foi só CDHU, não teve participação do Programa Casa Paulista – 2 últimos itens provavelmente são uma coisa só. Prefeitura irá confirmar informação) • Déficit habitacional: não possui. O município acabou de ser contemplado com 20 unidades habitacionais para serem construídas, mas possui um déficit de mais de 300 unidades (déficit quantitativo, e não qualitativo) – pensar em áreas para serem destinadas à essas famílias; • Equipamentos públicos: Rafaela sugeriu implantação da creche em locais mais afastados, próximos das moradias, mas a administração foi contra, porque seria mais fácil gestão mais concentrada (por exemplo, comida é feita em um local e distribuída, então mais próximo é mais fácil), e que as crianças não seriam levadas para creche no CDHU,

Item	Pauta	Principais assuntos discutidos
		<p>pois iriam preferir no centro (questão social também) - acaba sobrecarregando outros sistemas, como a mobilidade, que fica sobrecarregada em horários de entrada e saída das escolas e creches que são concentradas em uma área;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Patrimônio: possui Departamento de Cultura – grandes eventos culturais de escala regional (especialmente festa de reis e congo, população participa e valoriza) – Enviar calendários de eventos.
5	Próximos Passos	<ul style="list-style-type: none"> • Realização da Audiência Pública, com data sugerida para 11/11; • Consultoria informou aos técnicos da Prefeitura da necessidade de a audiência pública ser realizada em um local que possua estrutura para gravação (que deve ser feita pela prefeitura). Após a audiência, o link da gravação deverá ser enviado para a consultoria; • Geo Brasilis solicitou a confirmação da data o quanto antes, para que a publicação no Diário Oficial ocorra com no mínimo 15 dias antes da Audiência Pública.

Elaboração: Geo Brasilis, 2025.